RODRIGO PIQUET SABOIA DE MELLO

O fenômeno informacional indígena na contemporaneidade

Tese de Doutorado
Março de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

RODRIGO PIQUET SABOIA DE MELLO

O fenômeno informacional indígena na contemporaneidade

RIO DE JANEIRO
2019

RODRIGO PIQUET SABOIA DE MELLO

O fenômeno informacional indígena na contemporaneidade

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Dr. Ricardo Medeiros Pimenta

RIO DE JANEIRO

2019

CIP - Catalogação na Publicação

M527

Mello, Rodrigo Piquet Saboia de
O fenômeno informacional indígena na contemporaneidade / Rodrigo Piquet Saboia de Mello. -- 2019.
312 f.: il.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2019.

Orientador: Ricardo Medeiros Pimenta

1. Ciência da Informação. 2. Documentação. 3. Política indigenista. I. Medeiros Pimenta, Ricardo (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. IV. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo autor.

RODRIGO PIQUET SABOIA DE MELLO

O FENÔMENO INFORMACIONAL INDÍGENA NA CONTEMPORANEIDADE

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2019.

Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta – Orientador
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro – Membro interno
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Profa. Dra. Rosali Fernandez de Souza – Membro interno
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes – Membro externo
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dra. Alejandra Aguilar Pinto – Membro externo
UNAP - Universidad Arturo Prat

Profa. Dra. Maria Nélida González de Gomez – Membro suplente interno
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Prof. Dr. Geraldo Moreira Prado – Membro suplente externo
OSCIP – Biblioteca Comunitária Maria das Neves Prado

Dedico esta tese a minha família: Lígia e João Piquet.

AGRADECIMENTOS

A realização de um doutorado significa a projeção de dois adjetivos: ambição e obstinação. Os percalços encontrados ao longo desta odisseia foram imensos, porém a determinação é o maior ingrediente para que seja feito um trabalho desta importância. Lágrimas de emoção e de angústia correram por estes olhos que agora dão o toque final. O prazer na consecução deste objetivo é imenso e intenso. Que aqui fique um exemplo de coragem.

A seguir, os agradecimentos, o que configura sempre numa eleição daqueles que participaram desta história no doutoramento. Sem eles, não seria possível o caminhar até aqui com a tese concluída.

Ao Museu do Índio, instituição que hoje posso retribuir com esta tese de doutorado. As reflexões únicas aqui realizadas foram possíveis em virtude do acesso aos acervos sobre os povos indígenas e, em especial, a importante coleção da Biblioteca Marechal Rondon. Além, claro, das minhas incursões fruto das oportunidades também únicas obtidas em função do meu exercício profissional como indigenista no âmbito da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A outra instituição que me acompanhou desde o início deste doutoramento foi o Colégio Estadual André Maurois (CEAM). Os desafios enfrentados em sala de aula com os alunos foi um estímulo para que seguisse em frente e estivesse certo no caminho percorrido de ser professor. Também trago para a minha vida o lema da idealizadora da instituição, a educadora Henriette Amado: “Liberdade com responsabilidade”.

Como bibliotecário, não poderia de esquecer em agradecer também aos espaços mágicos de estudos que pude frequentar: as bibliotecas, em especial e, evidentemente, a Biblioteca Marechal Rondon, que tenho a honra de exercer a chefia nos últimos anos e a Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e sua excelente equipe de servidores públicos.

Ao meu orientador, Dr. Ricardo Medeiros Pimenta, que sempre de forma inteligente e perspicaz apontou caminhos para a pesquisa e apostou, desde o projeto inicial, que havia um fenômeno informacional indígena a ser estudado.

Aos colegas de turmas, servidores do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e, em especial, aos pesquisadores que me acompanharam em meu mestrado e doutorado na instituição nos últimos 5 anos. Sem o ensinamento e as reflexões de alto nível feitas não seria possível se chegar até esta tese.

A banca do doutorado:

A Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro, que na minha transformação de aprendiz de feiticeiro a pesquisador, como aprendido no Galileu de Brecht, me tornei não só um pesquisador da Ciência da Informação, como um crítico informacional da realidade brasileira.

A Dra. Rosali Fernandez de Souza, querida orientadora de mestrado, que sempre foi uma incentivadora de minhas pesquisas sobre a informação dos povos indígenas.

A Dra. Geni Chaves Fernandes, outra querida orientadora de minha graduação em Biblioteconomia, sempre disposta e arguta sobre as questões dos povos indígenas que envolvam a Ciência da Informação.

A Dra. Alejandra Aguilar Pinto, pioneira nos estudos interlocutórios entre Ciência da Informação e Indigenismo, que gentilmente veio do Chile para a banca de qualificação.

A Dra. Maria Nélida González de Gomez que cortesmente aceitou participar da banca de defesa na qualidade de suplente.

Ao Dr. Geraldo Moreira Prado, admirado professor paiaiaense, que espero sempre trazer comigo o ensinamento de carinho, bom humor e esperança por um Brasil mais humano e profundo.

Um agradecimento especial à professora da Universidade de São Paulo (USP), Marilda Lopes Ginez de Lara, que de forma generosa me concedeu parte da bibliografia utilizada quando do seu pós-doutoramento na Universidad Carlos III de Madrid.

Por fim, a amada família Piquet: minha esposa Lígia e meu filho João. O amor e acolhimento recebidos nesta imensa aventura que se chama viver não teria o mesmo tempero sem a presença de vocês. Agradeço e, mais uma vez, dedico esta tese a vocês.

Violência e dinheiro
Formam o mundo
Força intelectual e atitude ética
Podem transformar mundos

Hjalmar Schacht

RESUMO

O tema desta pesquisa é a informação produzida sobre e pelos povos indígenas. Esta tese de doutoramento realiza um estudo acerca do intitulado fenômeno informacional indígena, conceito novo criado neste percurso acadêmico. Percorrendo o contexto histórico de enfrentamentos que passaram os povos indígenas na história até se chegar à memória e aos saberes sujeitados, o trabalho produz uma investigação de como indígenas, antes alijados dos centros hegemônicos informacionais, emergiram e começaram a reinventar práticas, tecnologias e processos de documentação. Foi possível vislumbrar as sendas percorridas pela documentação de natureza etnológica: em um primeiro momento, foi produzida uma série de documentos pelo Estado brasileiro com o objetivo de controlar e vigiar áreas em que habitavam os povos indígenas; já em um segundo momento, os povos indígenas adquirem uma autonomização informacional, por meio da constituição de seus próprios centros de documentação. Cabe também lembrar a importância que foi a constituição das assembleias indígenas ainda durante a Ditadura Militar brasileira e o movimento de reivindicação e emancipação dos povos indígenas, capitaneada pelo indígena Xavánte Mário Juruna. Neste ínterim, são postos em execução os projetos de documentação da UNESCO, numa teia de negociação que envolve atores como o terceiro setor, universidades, organismos internacionais, o Estado brasileiro e os próprios povos indígenas. A informação, neste panorama, é reapropriada pelos povos indígenas que a transforma em um instrumento de luta por melhores condições de vida, como a garantia das terras indígenas. Por fim, é possível afirmar que o fenômeno informacional indígena é uma emergência única no contexto histórico presente e que o manejar das novas tecnologias de informação e comunicação, o fomento aos centros de documentação indígena e uma maior democratização dos repositórios indigenistas sob o domínio do Estado brasileiro representam um caminho positivo pela reafirmação étnica de povos indígenas, assim como pelo avançar democrático da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Documentação. Política indigenista.

ABSTRACT

The theme of this research is the information produced about and by indigenous peoples themselves. This doctoral thesis conducts a study about the entitled indigenous information phenomenon, a new concept created in this academic course. Through the historical context of the confrontations that the indigenous peoples experienced in history until the memory and the subject knowledge were reached, the present work produces an investigation of how natives, previously left behind of the hegemonic information centers, emerged and began to reinvent practices, technologies and processes of documentation. It was possible to glimpse the route covered by documentation of ethnological nature: at first, a series of documents was produced by the Brazilian State with the objective of controlling and monitoring areas where indigenous peoples lived; already in a second moment, the indigenous peoples acquire an informational autonomy, by means of the constitution of its own centers of documentation. It is also important to remember the importance of the constitution of indigenous assemblies during the Brazilian Military Dictatorship and the movement for the claim and emancipation of indigenous peoples, headed by indigenous Xavánte Mário Juruna. In the meantime, UNESCO's documentation projects are being implemented in a web of negotiation involving actors such as the third sector, universities, international organizations, the Brazilian State and the indigenous peoples themselves. The information in this scenario is reappropriated by the indigenous peoples, who transform it into an instrument of struggle for better living conditions, such as the guarantee of indigenous lands. Finally, it is possible to affirm that the indigenous information phenomenon is a unique emergency in the present historical context and that the management of the new information and communication technologies, the promotion of indigenous documentation centers and a greater democratization of the indigenous repositories under the Brazilian State represent a positive path for the ethnic reassertion of indigenous peoples, as well as for the democratic advancement of Brazilian society.

Keywords: Information Science. Documentation. Indigenist policy.

RÉSUMÉ

Le thème de cette recherche est l'information produite sur et par les peuples autochtones. Cette thèse de doctorat porte sur le phénomène dit de l'information indigène, un nouveau concept créé dans ce cours théorique. À travers le contexte historique des affrontements que les peuples autochtones ont laissés dans l'histoire jusqu'à atteindre la mémoire et la connaissance du sujet, l'ouvrage produit une enquête sur la manière dont les autochtones, laissés derrière les centres d'information hégémoniques, ont émergé et ont commencé à réinventer documentation. Il était possible d'apercevoir les voies couvertes par une documentation de nature ethnologique: au départ, une série de documents avait été produite par l'État brésilien dans le but de contrôler et de surveiller les zones habitées par des peuples autochtones; dans un second temps, les peuples autochtones acquièrent une autonomie informationnelle grâce à la constitution de leurs propres centres de documentation. Il est également important de rappeler l'importance de la constitution d'assemblées autochtones pendant la dictature militaire brésilienne et du mouvement de revendication et d'émancipation des peuples autochtones, dirigé par l'indigène Xavánte Mário Juruna. Entre-temps, les projets de documentation de l'UNESCO sont mis en œuvre dans un réseau de négociations impliquant des acteurs tels que le tiers secteur, les universités, les organisations internationales, l'État brésilien et les peuples autochtones eux-mêmes. Les informations contenues dans ce scénario sont réappropriées par les peuples autochtones, qui en font un instrument de lutte pour de meilleures conditions de vie, telles que la garantie des terres autochtones. Enfin, il est possible d'affirmer que le phénomène de l'information autochtone est une urgence unique dans le contexte historique actuel et que la gestion des nouvelles technologies de l'information et de la communication, la promotion des centres de documentation autochtones et une plus grande démocratisation des dépôts autochtones au l'État brésilien représente une voie positive pour la réaffirmation ethnique des peuples autochtones, ainsi que pour l'avancement démocratique de la société brésilienne.

Mots-clés: Science de l'information. Documentation. Politique indigéniste.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Primeiros contatos do povo indígena Xavánte com a expedição de Francisco Meirelles 34

Fotografia 2 - Guarda Rural Indígena (Grin) carregando outro indígena no chamado pau-de-arara durante formatura na cidade de Belo Horizonte 43

Capa de periódico 1 - Boletim do CIMI 50

Fotografia 3 - Abertura da Transamazônica durante a Ditadura Militar 51

Fotografia 4 - Documentalistas trabalhando no Centro de Documentação Etnológica.....58

Fotografia 5 - Museu do Índio no Maracanã por João Domingos Lamônica.....70

Fotografia 6 - Gérson de Sousa Melo e seu filho, em visita ao Museu do Índio, consultam documentos microfilmados do P.I. Caramuru-Paraguaçu por Paulo Múmia.....76

Fotografia 7 - Destaque para o gravador de Mário Juruna por Getúlio Gurgel da Folhapress 96

Fotografia 8 - Joênia Wapichana.....98

Fotografia 9 - Cineasta Takumã Kuikuro 112

Fotografia 10 - Pesquisadores Kalapalo, Tauana e Teue olhando máscara kuambü no acervo do Museu do Índio.....117

Fotografia 11 - Oficina de Flautas: ouvindo os mestres Baniwa.....131

Fotografia 12 - Marechal Rondon com índios Paresi na cachoeira de Utiariti (MT) por Luiz Thomaz Reis.....152

Quadro 1 - Decretos do processo administrativo de demarcação de terras indígenas.....159

Fotografia 13 - Darcy Ribeiro com Mário Juruna em Brasília por Orlando Brito 169

Fotografia 14 - Mário Juruna discursando na Câmara dos Deputados em Brasília 170

Print 1 - Centro de Referência Virtual Indígena 189

Fotografia 15 - Indígena Kayapó realizando processamento técnico no âmbito do PROGDOC 190

Fotografia 16 - Oficina de vídeo com o povo indígena Enawene Nawe na Biblioteca Marechal Rondon no Museu do Índio por Denise Saltarelli.....191

Fotografia 17 - Indígenas Wayana-Aparai em oficina de cartilhas 191

Print 2 - *Layout* principal da Biblioteca Virtual Marechal Rondon 195

Fotografia 18 - Museu Kuahí.....197

Fotografia 19 - Sala de exposição do Museu Kuahí 197

Fotografia 20 - Sala de exposição do Museu Kuahí 198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU	Advocacia-Geral da União
AI	Ato Institucional
AIKAX	Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu
Apina	Conselho das Aldeias Wajãpi
Awatac	Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura
BVMR	Biblioteca Virtual Marechal Rondon
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
C&T	Ciência e Tecnologia
CDE	Centro de Documentação Etnológica
CFDW	Centro de Formação e Documentação Wajãpi
CI	Ciência da Informação
CIFRSS	Centro Indígena de Formação Raposa Serra do Sol
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPI-AC	Comissão Pró-Índio do Acre
CR	Coordenação Regional
CRVI	Centro de Referência Virtual Indígena
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
CTL	Coordenação Técnica Local
DOU	Diário Oficial da União
DR	Delegacia Regional
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
Grin	Guarda Rural Indígena
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Iepé	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
IR	Inspetoria Regional

LAI	Lei de Acesso à Informação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MPF	Ministério Público Federal
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
Opiac	Organização dos Professores Indígenas do Acre
PAC Indígena	Programa de Aceleração do Crescimento Indígena
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PPA	Plano Plurianual
PPCLIB	Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras
PROGDOC	Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas
PT	Partido dos Trabalhadores
RI	Recuperação da informação
SEDOC	Setor de Documentação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
STF	Supremo Tribunal Federal
TI	Terra indígena
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNI	União das Nações Indígenas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** 18

2 **UMA BREVE HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL** 30
2.1 A política indigenista brasileira do período republicano 37
2.2 A violência: conflitos entre povos indígenas e a sociedade envolvente 41
2.3 As organizações indigenistas na luta pelos direitos indígenas 44

3 **REFLEXÕES SOBRE ARQUIVO E INFORMAÇÃO PARA A GARANTIA DOS DIREITOS INDÍGENAS** 56
3.1 Uma ponderação sobre os arquivos do Estado brasileiro 70
3.2 Considerações entre Arquivologia e Indigenismo 82
3.3 Da ação indigenista a atuação informacional 91

4 **A NOVA DOCUMENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS** 99
4.1 A formação das experiências inovadoras da memória documentária 109
4.2 Profissionais da informação no fomento as novas práticas documentárias 120
4.3 As sendas da informação etnológica 129

5 **PARA ALÉM DO LUMPEN-INDIGENISMO** 136
5.1 Do velho lumpen-indigenismo a dinamização informacional 139
5.2 Do novo contexto jurídico-institucional e das ações gerenciais de cunho informacional 154
5.3 O protagonismo pela promoção da informação indigenista 161

6 **TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DE SABERES INDÍGENAS** 171
6.1 Perspectivismo, saberes sujeitados e tecnicidade 174
6.2 O processo de documentação pelos indígenas e sua condição individuante 183
6.3 Novas tecnologias informacionais e os saberes indígenas 187

7 **UMA CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA E DOS SABERES SUJEITADOS** .199
7.1 Decolonialidade: especificidades de uma prática documentária 202
7.2 Da luta pelo processo autônomo de informação ao oblivionismo étnico 211
7.3 Por uma discussão informacional subalterna 218

8 **CONCLUSÃO** 231

REFERÊNCIAS 241

ANEXO 265

1 **INTRODUÇÃO**

A realização de doutoramento numa área relativamente nova como os estudos de informação de natureza étnica, mais especificamente, em referência aos povos indígenas brasileiros tem uma relação profunda com a senda percorrida pelo pesquisador desta tese. Com experiência de anos com documentação sobre os povos indígenas, veio à necessidade de um maior aprofundamento do sujeito-objeto em estudo. Mais do que o fenômeno informacional de natureza étnica, é observado na contemporaneidade à insurgência de saberes sujeitados que estavam opacizados frente a organizações hegemônicas, como as conhecidas no âmbito da Ciência e Tecnologia (C&T), assim como do próprio Estado Moderno.

Em minha experiência com documentação de natureza etnológica, houve a passagem da prática profissional do labutar diário a observações empíricas e reflexões intelectuais das novas práticas documentárias realizadas pelos povos indígenas. O espaço privilegiado de atuação proporcionou não apenas uma ação no campo da informação, como também para além das destrezas do cotidiano, fomentando reflexões das consequências das ações documentárias advindas do fenômeno informacional indígena contemporâneo.

Uma importante problematização que esteve presente foi o apontamento do poder hegemônico da escrita para com o outro, ou seja, como as informações positivadas em repositórios do Estado poderiam afirmar situações peculiares de povos indígenas, ou demais grupos, em que o próprio agente em atuação não ditava seus desejos ou saberes.

Creio que seja também relevante aprofundar que a questão informacional emergente exposta nesta tese se traduz na *expertise* angariada pelo pesquisador autor desta tese. A experiência obtida com acervos indigenistas do Estado como os alocados no Museu do Índio, enquanto instituição científico-cultural da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sinalizou para outras realidades informacionais, como a produzida pelos povos indígenas.

Se antes a realização de atividades de documentação que contemplasse os povos indígenas era realizada de forma hegemônica pelo Estado Nacional, hoje é visível a atuação autônoma de agentes informacionais não hegemônicos. O que resultou de tal intento desaguou no fomento de instituições de memória como centros de cultura, documentação e museus etnológicos sobre e gerenciado pelos próprios povos indígenas.

No passado, o centro do trabalho de natureza informacional junto aos acervos constituídos pelo Estado brasileiro era feito pelos agentes estatais, no tempo presente os povos indígenas vivenciam um processo crescente de autonomização na constituição de informações de caráter autônomo e independente.

Uma primeira indagação que se realiza ao se deparar com essa realidade inusitada: será que a missão que o Estado se propõe de documentar os povos indígenas não tem sido cumprida com satisfação? Quais são as motivações que povos indígenas teriam para eles mesmos documentarem sua cultura visto o trabalho permanente e de anos de indigenistas que trabalharam com a documentação indígena para ofertar acesso à informação a povos com baixa tradição documentária.

Neste discurso produzido acima fica uma suspeição da insolência dos agentes de Estado que acreditam que em sua missão diária esteja realmente na realização do atendimento das demandas que os povos indígenas exigem. O Estado é uma fração de classe (POULANTZAS, 1981) e, enquanto tal, sua existência traduzida nos aparelhos de Estado (ALTHUSSER, 1992) existe para perpetuar interesses dominantes. Destarte, a ação indigenista também é permeada pela conjuntura histórica, suas contradições e as especificidades do sistema capitalista de produção na qual estamos inseridos.

A irrupção das dinâmicas sociais e informacionais não conhecidas outrora possibilitou uma ação efetiva de grupos ditos marginalizados do uso informacional, como também a possibilidade de novas configurações informacionais, abrindo leques de viabilidades como a reelaboração e reconstrução de novos paradigmas de organização do conhecimento, como no fomentar de bibliotecas, arquivos e centros de documentação, assim como de inovadoras formas de utilização da informação pelos povos indígenas.

Estudos concebidos no sentido de ofertar visibilidade a fenômenos informacionais esmaecidos frente ao poder de instituições de poder/saber da modernidade, como o Estado moderno e de grandes conglomerados econômicos, são encarados como a emergência de uma hinterlândia[1] informacional. Assim, fluxos informacionais alternativos emergem em estudos dentro de esferas da ciência e tecnologia como nesta tese. Este estudo poderá produzir um dilatamento do fenômeno informacional em curso, ganhando visibilidade com o fito de demandar de maneira mais qualificada ao Estado ou aos demais agentes políticos e econômicos o apoio para ações de documentação dessa natureza.

Assim também se poderá lutar por direitos sociais de modo mais qualificado para a efetividade de demandas ainda reprimidas como o passivo da demarcação de terras indígenas ou no fomento de novos centros de documentação autônomos dos povos indígenas. Essas iniciativas significarão transformações para estratos sociais distantes dos centros de decisão da elite política do país.

[1] Conjunto das terras situadas no interior; região afastada de áreas urbanas, ou, simplesmente, dos centros metropolitanos ou culturais mais importantes. (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2004, p. 1533)

Quando abordada a inserção informacional dos povos indígenas, com baixa tradição escrita e forte presença da oralidade, há de se realçar que estas sociedades viviam sem a presença do Estado, o que significa um ordenamento maior do espaço e da criação de instituições que modelam nossa sociedade, como as instituições de memória amplamente conhecida nas sociedades modernas.

Desta discussão da não existência de um pacto inicial que estrutura o Estado, há também outro entendimento a ser elencado: a capacidade que povos indígenas tiveram em manter suas culturas, seus modos de viver, sem a necessidade da criação de instituições, para a sua sobrevivência, como as tradições inventadas (HOBSBAWN; RANGER, 1984). Portanto:

> O que ocorre na realidade? Se entendermos por técnica o conjunto dos processos de que se munem os homens, não para assegurarem o domínio absoluto da natureza (isso só vale para o nosso mundo e seu insano projeto cartesiano cujas conseqüências ecológicas mal começamos a medir), mas para garantir um domínio do meio natural *adaptado e relativo às suas necessidades*, então não mais podemos falar em inferioridade técnica das sociedades primitivas: elas demonstram uma capacidade de satisfazer suas necessidades pelo menos igual àquela de que se orgulha a sociedade industrial e técnica. (CLASTRES, 1978, p. 133-134, grifo do autor)

A passagem acima ilustra que as sociedades não industriais, como a dos povos indígenas, satisfizeram suas necessidades, e aqui é possível incluir as de natureza informacional, antes da invenção de instituições de memória aos moldes daquelas realizadas pelos ocidentais na modernidade.

Uma das mudanças paradigmáticas quando da utilização das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) é a (re) apropriação e disseminação da informação por grupos sociais tradicionalmente alijados dos processos organizacionais que advém do modelo informacional vigente.

Em sua maioria, na hodiernidade, os povos indígenas possuem uma relação perene com a sociedade envolvente e, em virtude deste contato, há uma relação de aprendizado dialógico com esta mesma sociedade. Consequentemente, esses povos têm acesso às facilidades informacionais com o mundo exterior, havendo a possibilidade de uma autonomização dos agentes que, por ora, não tinham qualquer autonomia frente às políticas de informação e conhecimento efetuado e difundido pelo Estado.

Cabe destacar igualmente que a documentação que contempla a temática indígena apresenta três momentos no percurso percorrido do processo documentário: a primeira foi a realizada sobre os povos indígenas pelas entidades idealizadas pelo Estado brasileiro, mais especificamente, pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, posteriormente, pela FUNAI. Já

no tempo presente, temos a documentação realizada pelos próprios povos indígenas, de onde podemos entrever o fenômeno informacional indígena. Por fim, os chamados projetos de documentação em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

As discussões elencadas estarão apresentadas ao longo desta tese de forma transversal. As ações estatais do ponto de vista informacional, assim como as consequências quando do empoderamento indígena por meio das assembleias ainda durante a Ditadura Militar brasileira, resultando no desenvolvimento posterior de centros de cultura e documentação, serão problematizadas levando em conta reflexões advindas da política indigenista no Brasil, assim como sob a ótica dos estudos advindos da Ciência da Informação (CI).

A CI tem uma função de grande importância no entendimento dos fluxos informacionais abordados por ser a ciência que, por excelência, possui o arcabouço teórico que se aproxima do fenômeno em estudo. Por conseguinte, a natureza que o fenômeno venha se transfigurar ao longo do tempo, seja em virtude do controle do Estado, seja no processo de autonomização dos povos indígenas, serão analisados à luz de autores que abordaram os aspectos informacionais da era moderna a partir do recorte epistemológico da Ciência da Informação.

Antes alienados do ponto de vista das políticas culturais e informacionais (MELLO, 2018c), os povos indígenas estão se tornando agentes ativos nas políticas públicas adotadas de fomento a atividades de documentação, disseminação de informações e de seus respectivos modos de vida em suas aldeias. Portanto, a ação executada, muitas vezes em parceria com agentes estatais, organismos internacionais e/ou com o terceiro setor representa um avanço na formação de uma agenda positiva informacional com capilaridade para atingir as diversas terras indígenas no Brasil.

A título de exemplo dentre os povos indígenas que tem feito atividades de documentação, é de destaque o povo indígena Kayapó. Em meados de 2014, por exemplo, esta etnia inaugurou a Casa de Cultura do Povo Kayapó da Aldeia Moxkarakô, na Terra Indígena Kayapó, no município de São Felix do Xingu, sul do Pará[2]. Os próprios indígenas são os cineastas instrumentalizados por meio de projetos de documentação realizados pelo Estado brasileiro em parceria com a UNESCO, em que se tornam agentes ativos nos processos de registro, documentação e disseminação das culturas indígenas.

[2] Povo Kayapó da Aldeia Moxkarakô inaugura Casa de Cultura. Publicado em 15 de julho de 2014. Disponível em:http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2898-povo-kayapo-da-aldeia-moxkarako-inaugura-casa-de-cultura. Acesso em: 04 jan. 2019.

Outra emergência informacional dos povos indígenas de destaque que o autor desta tese teve o privilégio de participar foi o Seminário de Acervos Culturais em Centros de Formação, de Documentação, de Cultura e Museus Indígenas no Brasil realizado no ano de 2013 na cidade de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro. A partir daquele evento ficou evidente que havia uma reconfiguração das relações informacionais dentre os povos indígenas e que frente a fronteira do conhecimento em construção se fazia necessário um aprofundamento reflexivo que somente a Academia seria capaz de contemplar, com seu arcabouço teórico. A Ciência da Informação também neste contexto é um campo do conhecimento de relevância, visto o lastro de estudos sobre a informação na sociedade contemporânea.

A inovação, neste contexto propositivo de estudos informacionais, se calcava na possibilidade de uma escrita acadêmica inovadora, com o aprofundamento de questões pouco, ou nada, discutidas sobre os povos indígenas: as questões da emergência informacional dos povos indígenas e as complexas relações habilitadas por agentes de tensão como o Estado e as tecnologias postas em uso na sociedade atual.

Se antes os povos indígenas eram dependentes do conhecimento dos agentes do Estado para os registros das suas manifestações culturais, na atualidade os próprios indígenas começaram a se qualificar para realizar ações de salvaguarda dos aspectos culturais étnicos a partir de ações informacionais, além de permitir novos desdobramentos documentários para atender as crescentes demandas de informações por esses povos.

Muito possivelmente, em um mundo contemporâneo marcado pela liquidez dos papeis identitários, como bem sinalizado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001), os próprios povos indígenas começaram a perceber a possibilidade de uma revitalização da identidade por meio de ações de documentação que venham a permitir uma maximização do poder étnico quando dos seus registros culturais e das ações de salvaguarda e disseminação da informação.

Enquanto no tempo do então Serviço de Proteção aos Índios, agência indigenista oficial do Estado brasileiro entre os anos de 1910 a 1967, o registro era feito exclusivamente por servidores públicos em áreas indígenas, na era contemporânea os indígenas estabelecem parcerias para, após serem devidamente qualificados, ou seja, treinados para a utilização das TICs, começarem a realizar de forma autônoma ações de documentação sem a tutela estatal.

Questões da pesquisa

É possível problematizar como os povos indígenas têm se apropriado das novas ferramentas de documentação para que eles próprios possam gerir o conhecimento produzido. Isto porque as ações de documentação de forma autônoma são bastante recentes, se configurando essa relação de maneira inovadora, pois ainda não sabemos como se dará a experiência para com os indígenas de modo perene.

Outro ponto que merece reflexão é a forma pela qual os grupos de interesse em projetos de documentação, sejam agentes estatais, organismos internacionais, terceiro setor e os próprios povos indígenas, entram em negociação pela condução dos atos de registrar, documentar e disseminar as informações coligidas. Podemos incluir nesta agenda positiva de ações documentárias a capacidade dos próprios indígenas em captar recursos financeiros públicos e/ou privados para que os mesmos possam planejar, executar e monitorar suas ações.

Mesmo sendo recente, o processo de documentação emancipada pelos indígenas, é visto que a relação do povo indígena com o processo documentário, como o registro imagético, data desde o contato estabelecido pelos agentes estatais. Esta relação então ocorria de forma que o Estado detinha o monopólio informacional de quem produzia a informação frente às necessidades que o ente estatal tinha para com seu território. Registrar imageticamente grupos humanos desconhecidos pelo Estado tinha por finalidade manter o controle, tendo poder daqueles que habitavam a porção de terra antes da criação artificial do Leviatã Moderno (MELLO, 2015). Neste mesmo sentido:

> De qualquer forma, compunha-se um acervo a retratar o índio genérico, numa unificação do heterogêneo produzida pelo olhar exógeno, pela ação do poder tutelar que os agrupa. Conquanto declarados os povos, com abundância de retratos específicos (como se a intenção fora fotografar tipos humanos somaticamente distintos) as fotos demonstram sobretudo as ações do Serviço [de Proteção aos Índios], servindo para enaltecê-lo, tal como podem servir para estudá-lo (LIMA, 1995, p. 113)

Em tempos atuais, os povos indígenas estabeleceram uma inovadora relação documentária, como o controle sobre os seus territórios. A insurgência informacional de natureza étnica representa um novo saber, já que há novas possibilidades informacionais no âmbito da organização do conhecimento e demais procedimentos técnicos documentários que venham a satisfazer às demandas que povos indígenas possuem por informação.

Importante também esclarecer como se deu o interesse do registro documentário e por que em um dado tempo os indígenas começaram a optar em serem independentes na formação de repositórios informacionais. A ação hegemônica do Estado não poderia atender aos

interesses conflituosos e paradoxais para com os próprios povos indígenas, visto que enquanto o primeiro tinha por objetivo o controle e a manutenção do território, o segundo presencia um processo de empoderamento e reafirmação étnica, que perpassa a criação de novos paradigmas documentários. Ainda cabe mencionar que tal autonomização está no bojo do movimento indígena brasileiro que ganha força a partir da década de 1970. (MUNDURUKU, 2012)

Mesmo com o processo de autonomização dos povos indígenas a partir das práticas informacionais inovadoras e da emergência de novas lideranças indígenas, conscientes da ação política em curso dentro do movimento indígena, é importante também realçar que os sentidos para tais práticas ainda se encontram em conflito, visto que são ações extremamente recentes, principalmente para povos com tradição ágrafa. Este modelo em disputa tem um conceito apropriado que contempla tal questionamento: *déchiffrement*[3].

Hipótese

As iniciativas empreendidas pelos povos indígenas têm permitido fazer algumas reflexões sobre a natureza do fenômeno informacional étnico e como esses grupos, antes excluídos das ações governamentais de fomento, por exemplo, a centros de documentação, têm se apropriado dessas iniciativas, criando possibilidades de ordenação dos conhecimentos em suas organizações documentárias.

Por terem observado nos últimos anos a crescente importância que há na gestão da informação na sociedade contemporânea, os indígenas atentaram que somente com a garantia das suas próprias informações poderão asseverar a sua sobrevivência. Ou que tal iniciativa pode representar a reconfiguração de práticas documentárias estabelecidas por cânones da ciência ocidental de natureza cartesiana, não contemplando as especificidades culturais que apresentam os povos indígenas.

Há dois caminhos a serem observados quando do advento do fenômeno informacional produzido pelos próprios povos indígenas: uma ação orientada de saber/poder informacional, reproduzindo a lógica anteriormente fomentada pelo Estado ou um novo tipo de manifestação informacional, de caráter perspectivista, em que a informação ganha uma notoriedade singular quando comparada ao caráter típico probatório na produção documental do Estado.

[3] Isso significa um entendimento das práticas sociais portador de uma inteligibilidade radicalmente diferente daquela disponível aos atores, que, de acordo com a avaliação hermenêutica, percebem as práticas como superficialmente significativas, profundamente significativas, ou até mesmo profundamente sem sentido. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. XXIII)

Outra hipótese, a ser esmiuçada nesta tese é quanto à apropriação do conceito de perspectivismo (CASTRO, 1996) a partir de um fenômeno informacional. A informação no mundo contemporâneo ganharia uma vida para além daqueles que tentam controlar o fluxo informacional, de forma aprofundada. Assim, a replicação da informação depende de autômatos, produzido por robôs virtuais, desencadeando um processo não controlado de viés informacional. Um exemplo desse aprofundamento autômato informacional seria o caso das *fake news*, como a ocorrida durante as eleições presidenciais brasileiras no ano de 2018.

Para o entendimento do fenômeno em tela, os povos indígenas se tornaram primordiais vistos os paradigmas não cartesianos que carregam e a própria complexidade da informação percorrida hoje e que a lógica aristotélica se tornou insuficiente para explicá-la.

Esta importância se dá quando grupos indígenas procuram desenvolver atividades de cunho documentário, com o objetivo de criar um *lócus* privilegiado para a salvaguarda do acervo criado e gerido pelos próprios indígenas. Desta forma, há uma ação orientada de promoção para a emancipação de grupos antes alijados no guiar documentário diante das necessidades informacionais do seu tempo.

Objetivos:

Objetivo geral:

Entender as dinâmicas estabelecidas pelo Estado quanto pelos povos indígenas para a realização de ações de documentação e quais as estratégias adotadas para o fomento e efetuação de novos paradigmas informacionais e do intitulado fenômeno informacional indígena.

Objetivos específicos:

1) Compreender de que forma o Estado brasileiro tem apoiado, em parceria com a UNESCO, as ações documentárias junto aos povos indígenas em terras indígenas ou em instituições de memória, como no Museu do Índio;

2) Explicitar quais estratégias os povos indígenas têm adotado para que suas demandas informacionais sejam contempladas pelas políticas públicas de fomento a centros de informação.

Abordagens teóricas e metodológicas

Por ser uma área de estudo recente no que se refere ao fenômeno informacional de grupos não hegemônicos com pouco conhecimento nos processos já consolidados de documentação, existem poucos estudos que abordem grupos indígenas e processos de informação de registro perene. Ainda assim, é possível destacar alguns estudos no sentido de identificar reflexões no campo da Ciência da Informação que apontem para uma mudança de paradigma quanto aos estudos informacionais.

A título de exemplo, será anunciada a construção teórica denominada de epistemografia. Partindo deste modelo de investigação, que se distancia dos modelos tradicionalmente propostos pela Ciência da Informação, foi possível realizar uma investigação que aborde questões informacionais de grupos não hegemônicos, tentando desvendar os meandros da produção informacional dos povos indígenas brasileiros. O principal autor para estudos neste sentido é o pensador espanhol Antonio García Gutiérrez. Vejamos uma passagem sua:

> **Do ponto de vista epistemográfico, todas as instâncias têm direito à razão e ao direito de transmiti-la em igualdade de condições**. De outro modo, estaríamos ante uma nova e sutil estratégia de dogmatização e de totemização: para que uma categoria seja válida, ela deve ser sempre única e toda-poderosa. Inclusive "a terceira-via", como categoria, poderia sublimar-se até sua corrupção: a terceira via já não seria o ponto de fuga ou de ruptura, mas a conversão perversa das dicotomias em tricotomias. (GARCÍA GUTÍERREZ, 2006, p. 104, grifo nosso)

A formação de fluxos informacionais gerados pelos povos indígenas brasileiros possui a mesma legitimidade e relevância, partindo-se da perspectiva epistemográfica, do que aqueles produzidos no âmbito da C&T de caráter hegemônico. Isto porque o conhecimento do grupo social em questão tem importância tanto para o grupo quanto para os processos de apreensão da realidade. Ainda é vital expor que não é possível partir de um patamar eloquente quanto ao conhecimento relevante ou não do ponto de vista epistêmico.

A relevância do estudo para a tese, além do ineditismo da pesquisa sobre os povos indígenas do Brasil, também será possível relatar os problemas enfrentados pelos povos indígenas e a importância dos arquivos para a manutenção de suas terras e modo de vida. A explanação quanto à importância dos arquivos indígenas significa uma sobrevida de estratos parcelares da sociedade brasileira, ainda mais em conjunturas de afrontamentos vivenciados pela sociedade brasileira. Assim:

> Seria necessariamente uma efetiva gestão de documentos com o objetivo de reduzir de forma seletiva a massa documental, a fim de conservar as que tivessem valor cultural futuro. Deste modo, representaria o esforço de trazer a garantia das terras

> para os povos indígenas, além de disponibilizar os documentos que possuem valor que retrata cultura de diversos índios em território brasileiro. (MELLO, 2014, p. 63)

Se antes o Estado detinha a autonomia da chamada gestão de documentos, atualmente os indígenas começaram a se tornar protagonistas da própria gestão documental, necessitando para tal fim não apenas a instrumentalização dos mesmos para a consecução dos objetivos, mas também a necessidade que cientistas da informação começaram a ter para compreender os fenômenos informacionais dos povos indígenas. Deste modo:

> [...] os povos indígenas não foram considerados desde o começo da Ciência da Informação. Uma de suas especialidades, a biblioteconomia, ou arquivologia, tiveram sempre um enfoque mais amplo, demonstrando ser uma ciência eurocêntrica que procurou estudar as necessidades de informação de setores hegemônicos. (PINTO, 2009, p. 171)

Habitualmente, as empreitadas no âmbito da Ciência da Informação não tratavam de povos que estivessem alijados do centro de poder e, dentre eles, os povos indígenas (PINTO, 2009). Dessarte, há uma mudança paradigmática em curso sobre estudos informacionais quando foram privilegiados aqueles que são considerados de cunho identitário, sendo pertinente a abordagem epistemográfica.

Ainda cabe realçar a importância das discussões contidas na formação das memórias coletivas quando confrontadas com o uso da internet e das novas tecnologias de informação e comunicação. Se antes os povos indígenas tradicionalmente utilizavam o meio oral para transmitir o conhecimento, hoje há o uso de ferramentas modernas permanentes de salvaguarda de conhecimentos.

> [...] o fato de as memórias coletivas também serem disseminadas por meio da internet demonstra que a tradição está sendo (re) inventada e racionalizada, uma vez que ela não é encontrada apenas no espaço físico e temporal real, mas também, no espaço virtual, no qual basta que se compartilhe o mesmo endereço na web. A tradição pode ser vivenciada digital e virtualmente por meio do computador, além do contato visual, gestual, auditivo e físico. (LUVIZOTTO, 2015, p. 15)

Com a expansão tecnológica e o contato intermitente com a sociedade ocidental capitalista, os indígenas que, antes, para terem acesso à memória coletiva necessitavam da presença física nas aldeias de detentores do saber vivos, como xamãs e demais lideranças que detinham o monopólio do saber de uma etnia, podem hoje acessar aos conhecimentos produzidos pela tradição étnica em meio digital, como, por exemplo, pelo uso da internet e o acesso aos repositórios digitais. Isto significa uma descontinuidade física, já que a formação de redes sociais pode cumprir o papel ritualístico de recuperar a cultura de um dado povo.

De qualquer modo, a figura de autoridades tradicionais no seio das sociedades indígenas não necessariamente esteja esvaziada quando da maior proximidade das fronteiras sociais com outras perspectivas da culturalidade e a progressão dos aparatos tecno-informacionais. Assim, o poderio de atores como xamãs podem conviver com novas possibilidades de usos da informação, até mesmo sendo um ponto de apoio e de maiores porosidades de suas práticas e no acesso a outros universos da prática religiosa.

A presente tese de doutorado se utilizou de aspectos epistemográficos dos povos indígenas e teve como sistema metodológico o procedimento bibliográfico e fontes primárias. A pesquisa empreendida também se apoiou no documento central que se encontra anexo nesta tese além da hermenêutica produzida por meio da análise teórica do campo da Ciência da Informação e de outras áreas do conhecimento satélites que proporcionaram um maior aprofundamento teórico de identificação do fenômeno informacional que sobreveio ao povo indígena.

A emergência informacional dos povos indígenas está no bojo da conjuntura política brasileira, em que processos históricos de importância, como a redemocratização brasileira, os movimentos indígenas e a promulgação da Carta Magna promulgada no ano de 1988 trouxeram novas veredas para povos indígenas, assim como para o uso e fomento dos acervos de natureza étnica.

Hoje existe a presença em diversas regiões do país de indígenas que já não vivem mais em suas aldeias, muitos cursando graduação em universidades públicas federais (SUPO; SUAIDEN, 2018). O acesso às informações geradas pode representar a transfiguração não apenas identitária de indígenas e não indígenas, mas também o encurtamento simbólico, cultural e social produzido pela *web*.

Os trabalhos de natureza epistemográfica realizados com os povos indígenas têm por característica alargar o escopo de pesquisas no âmbito da Ciência da Informação. Deste modo, com esta tese busca-se contribuir para a construção de novos paradigmas de conhecimento para grupos tradicionalmente excluídos dos processos de informação geridos anteriormente por monopólio do Estado.

A proeminência dos novos estudos informacionais de grupos não hegemônicos, podem ser relacionados, para além dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, sambistas e demais parcelas da sociedade brasileira que começaram a se empoderar para reafirmar as suas identidades numa “luta por reconhecimento” (HONNETH, 2009) frente à sociedade, assim como a pautar novas construções identitárias e no fomento a centros de documentação e cultura.

Esta pesquisa de doutoramento também representa um esforço na contribuição de cientistas da informação para a compreensão do fenômeno informacional de grupos não hegemônicos. Deste modo, as construções informacionais em redes estabelecidas de forma cooperativa por agentes estatais, consultores de organizações internacionais e os próprios povos indígenas estampam novos objetos de estudos que se configuram em pleno século XXI para os fenômenos informacionais atuais e vindouros.

O problema do aqui chamado fenômeno informacional indígena também reside na diversidade dos povos indígenas em território brasileiro. A compreensão do que significa informação para cada povo seria uma tarefa difícil de ser empreendida, vista a diversidade de grupos e características singulares inclusive numa mesma etnia, sem falar de grupos hoje com pouco contato com a sociedade envolvente, denominados isolados ou autônomos. O que será possível de se aproximar é do fenômeno enquanto representação documentária disponível sobre os povos indígenas, feita pelos próprios povos indígenas e seus centros de documentação ou executado pelo Estado Nacional, agora com um viés mais modernizador, quando feito em parceria com organismos internacionais e os povos indígenas.

Ainda cabe ressaltar que os estudos empreendidos sobre os povos indígenas podem indicar igualmente o caminho de outros estudos no âmbito da Ciência da Informação, produzindo assim uma teoria em comum que possa auxiliar na elaboração de conceitos informacionais. A informação sai da alçada dos grandes centros tecnológicos e de poder no âmbito da ciência e tecnologia, do Estado e de conglomerados econômicos para desaguar em domínios de informação ditos marginalizados, canais nunca vistos como centros de poder e demandas para além dos eixos hegemônicos em movimento, como os aqui elencados.

Por fim, estudos dessa natureza também detêm um papel político em que o sujeito-objeto da pesquisa passa por profundas transformações, nos remetendo a reflexão proposta por Hermano Vianna (2006): “Cada vez mais, a periferia toma conta de tudo. Não é mais o centro que incluiu a periferia. A periferia agora inclui o centro. E o centro, excluído da festa, se transforma na periferia da periferia”. Deste modo, assim como os povos indígenas, demais estratos marginalizados da sociedade brasileira, os lumpens numa leitura mais marxista, de quilombolas do Maranhão a cultura tecnobrega de Belém do Pará, possam cada vez mais serem vistos como formadores de fluxos informacionais relevantes para os estudos no âmbito da Ciência da Informação e significativos da sociedade brasileira.

2 **UMA BREVE HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**

A história sobre os povos indígenas em território brasileiro nos remete a chegada dos portugueses ao Brasil. Falar em descoberta ou conquista da América, como de forma contumaz está presente na formação da tradicional historiografia brasileira, é se esquecer dos milhões de indígenas que se encontravam nesta porção de terra intitulada Brasil antes da invasão europeia. Quando do contato, há uma série de confrontos e celeumas, como etnocídios, extermínios, guerras e demais conflitos belicosos e assimétricos que resultaram, em sua maioria, no dizimar de uma parcela considerável das etnias esparramadas pela América.

A primeira explanação problematizante a ser feita é sobre a designação por índio. Imaginou-se, em virtude da chegada de Cristóvão Colombo a América, que estivesse se chegado as Índias, que era o destino inicial traçado do grande interesse mercantil da sociedade europeia. Os povos aqui residentes acabaram sendo intitulados genericamente de índios ou indígenas. De fato, tal atribuição genérica acabou gerando uma homogeneidade diante da grande diversidade étnica, cultural e linguística existente.

Fica também patente quando da chegada da colonização europeia na porção territorial denominada hoje por América da falta de vestimentas dos indígenas. Por ser uma porção tropical do planeta, não havia a necessidade de vestimentas pesadas, como as encontradas nos povos mais ao norte em virtude das intempéries específicas. Porém, há uma profunda identificação europeia de que o uso de vestimentas representasse também uma propriedade cultural e modernizadora frente a ação colonizadora da chamada expansão marítima.

Pensar que vestir é uma forma de documento é outra reflexão perspicaz. Para povos indígenas, a utilização de uma dada pintura corporal significa uma forma de se vestir, de documentar e registrar a sua cultural, assim como os europeus possuíam outras perspectivas e visões do que fosse o portar.

Desde a chegada de Cristóvão Colombo, ficou marcada a visão etnocêntrica de que os povos indígenas que aqui habitavam eram completamente desprovidos de qualquer traço cultural que o transformasse em seres humanos, existindo uma necessidade premente de catequizá-los. Nesse sentido:

> Fisicamente nus, os índios também são, na opinião de Colombo, desprovidos de qualquer propriedade cultural: caracterizam-se, de certo modo, pela ausência de costumes, ritos e religião (o que tem uma certa lógica, já que, para um homem como Colombo, os seres humanos passam a vestir-se após a expulsão do paraíso, e esta situa-se na origem de sua identidade cultural). Além disso, Colombo tem, como

> vimos, o hábito de ver as coisas segundo sua conveniência, mas é significativo que ele seja assim levado à imagem da nudez espiritual. (TODOROV, 1993, p. 34)

Neste processo assimétrico de aproximação entre europeus e povos indígenas, ocorreu uma ação de incorporação cultural desde o contato primeiro, visto o enorme estranhamento dos elementos culturais presentes de forma tão marcante e distinta. A descoberta, mais do que a exploração de riquezas e de novos territórios, representou a exploração do outro, da radicalidade da heterogeneidade dos povos indígenas. Para o dito civilizado europeu teve este papel: catequizar e homogeneizar culturas díspares que não estavam esquadrinhadas pela ordem eclesiástica e seus cânones.

Outro fato importante a ser ressaltado é a aceitação por parte dos povos indígenas da denominação genérica de índio ou indígena. Nas palavras de Gersem Baniwa:

> Com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos. A partir disso, o sentido pejorativo de índio foi sendo mudado de identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como **parentes**. (LUCIANO, 2006, p. 30-31, grifo do autor)

A disputa inicial entre os invasores europeus e os povos indígenas também nos remete a uma questão central para os povos indígenas em tempos atuais: a posse e manutenção de suas terras. Este quesito já aparecia quando do contato, como é observado na escrita a seguir:

> Os casos concretos observados no Brasil, de tribos que perderam suas terras e foram levados a perambular, aos magotes, pelas fazendas particulares, como reservas de mão-de-obra, demonstram que, embora tivessem oportunidades de mais intensa interação com os trabalhadores não-indígenas e, teoricamente, por via desta comunicação e convívio, maiores chances de se dissolverem na população nacional, isto não ocorreu. Na prática, seu despreparo para as "tarefas da civilização", a conservação de idéias e motivações da cultura original e outros fatores os levaram a tamanho desgaste que estariam, fatalmente, condenados ao extermínio, se não fossem recolhidos a um Posto de proteção. (RIBEIRO, 1979b, p. 197)

Na passagem descrita pelo antropólogo Darcy Ribeiro (1979b), é importante destacar duas sinalizações: primeiro que os povos indígenas, desde o contato primordial, não tiveram suas especificidades culturais respeitadas. Outro ponto a ser realçado é a importância da existência de um posto de proteção, ou seja, há uma clara referência à atuação estatal por meio dos postos indígenas e de uma ação mais protecionista e menos integracionista.

Para uma melhor compreensão da realidade dos povos indígenas é igualmente necessário refletir sobre o tipo de colonização empreendida. A Europa em um dado momento da sua história necessitou expandir a sua relação comercial, e, neste sentido, procurou novos caminhos para atingir a região da Índia.

Um clássico entendimento para a compreensão do povoamento da América Latina que afetou profundamente os povos indígenas que aqui residiam é o tipo de colonização empreendida, a colonização de exploração. Conforme abordado por Eduardo Galeano (2005) a América Latina se especializou em perder recursos materiais, se tornando numa região de veias abertas, fruto da transferência de riquezas de nossa região para plagas ultramarinas.

Mais do que as riquezas de origem material que se esvaiu para portugueses, ingleses, franceses e outros povos distantes, o maior impacto foi nos povos que aqui residiam. Havia uma diversidade étnica, cultural, linguística ímpar, talvez nunca existente em outras regiões do planeta. Quando do contato e ao longo dos últimos séculos, esta relação extremamente desigual produziu uma hecatombe, com efeitos que se sentem até os dias atuais.

A mal intitulada descoberta da América na verdade foi um encontro inusitado daqueles que viviam a cobiça em sua alma, na busca por bens valorizados em um sistema mercantilista então vigente e que tinham uma concepção muito díspar da relação com os seres humanos e na sua adaptação com o meio ambiente. Neste mesmo sentido:

> Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de “descobrimentos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano fora. (PRADO JÚNIOR, 1986, p. 14, grifo do autor)

Havia uma necessidade urgente na Europa, em especial para os portugueses, em atingir novas rotas comerciais com o único objetivo de auferir mais lucros. E para tal intento, devido também a localização privilegiada de Portugal frente aos outros países europeus, existia o afã de se lançar ao mar, conquistar novos territórios, descobrindo novas culturas e acumulando mais riquezas.

Outro elemento que merece ser destacado no projetar de Portugal está na expulsão dos mouros ainda em meados do século XIII, sendo um reino separado desde 1139, repelindo as tentativas espanholas de dominação. E ainda os portugueses forjaram uma forte identidade nacional durante três séculos e meio de independência. (HEMMING, 2007, p. 39)

Como havia um entendimento de que a posse do território se efetivaria somente quando de sua ocupação (FURTADO, 1961, p. 14), os portugueses tiveram que elaborar uma

estratégia com o fito de ocupá-la permanentemente. Porém, esta ocupação não seria um empreendimento de pouca monta: além dos custos operacionais de deslocamento da Europa para o Brasil, também se fez necessário uma negociação, desde a chamada descoberta, com os povos indígenas que aqui residiam.

A própria invasão ao hoje chamado Brasil é singular. Em virtude das dimensões continentais do território em construção, o povoamento se deu, originariamente, nas costas brasileiras, de frente para o mar e de costas para o continente. Um aspecto interessante se refere à própria constituição da paisagem do período colonial e do descobrimento. Tradicionalmente, nestas descrições encontradas na historiografia clássica brasileira, há um encobrimento da existência e, de fato, da ocupação pelos povos indígenas na região ameríndia. Assim:

> Longe de constituírem um detalhe sobre a formação do Brasil, essas imagens segundo as quais Cabral encontrou uma terra em que a paisagem visualizada pouco havia sido transformada pelo homem servem como filtros para a análise da realidade. Se, por um lado, já está mais do que batido que a historiografia brasileira, até recentemente, ignorou os índios como sujeitos na nossa história, por outro, pouquíssimas tentativas foram feitas no sentido de recuperar a memória sobre essas sociedades num espaço concreto. Ao procedermos dessa forma, resumimos a questão indígena, até o início da República, ao genocídio. Desvia-se a atenção da luta pela soberania sobre um espaço (terra, paisagem, recursos naturais) e sobre aqueles que o habitam. Talvez possamos ver nos índios isolados ainda existentes na Amazônia um resquício dessa situação pretérita desprezada. Recuperar as populações indígenas na história significa rediscutir o processo de invasão e ocupação do território brasileiro e do estabelecimento de suas fronteiras. (CORRÊA, 2006, p. 65)

A passagem realça de forma contundente a luta inglória que os povos indígenas têm que travar para terem visibilidade e serem reconhecidos: até mesmo na historiografia brasileira, com a realização de trabalhos de importância por historiadores como Capistrano de Abreu e Caio Prado Júnior, há uma espécie de apagamento do estabelecimento dos povos indígenas como agentes ativos e vivos em nossa história.

O item iconográfico a seguir exemplifica bem a importância do registro documentário para os povos indígenas. Pela primeira vez na história, foi registrado imageticamente o contato entre a expedição chefiada por Francisco Meirelles e o povo indígena Xaváante. Ou seja, na lógica do Estado e para a implementação de políticas públicas de preservação de grupos indígenas brasileiros, os Xaváante passaram a existir por meio da expedição sertanista e, principalmente, os frutos gerados: o registro fotográfico único ocorrido naquele dado momento. Em posse do material, o Estado pode mobilizar recursos para preservar um povo

que estaria em vulnerabilidade social, caso não houvesse uma interferência pontual naquele contexto histórico[4].

Fotografia 1[5]– Primeiros contatos do povo indígena Xavánte com a expedição de Francisco Meirelles



Fonte: (FREIRE, 2011, p. 36).

Assim, o que significa tal fenômeno ocorrido? Que mesmo em arquivos institucionais que tenham por temática a informação indígena é necessária a construção de novos trabalhos que venham trazer luz ao período histórico abordado. A atuação de documentalistas e demais profissionais da informação dependem também da produção de massa crítica, ou seja, material bibliográfico, arquivístico e de outras naturezas que venham subsidiar a reescrita da história dos povos indígenas.

No que será abordado mais a frente nesta tese, o protagonismo indígena e a emancipação ocorrida proporcionará também a realização de trabalhos de natureza histórica que suscitará a presença dos indivíduos que já habitavam na porção de terra que ulteriormente foi designada como Brasil. Porém, há outras reflexões a serem efetuadas.

[4] Francisco Meirelles solicitou providências imediatas para que fosse evitada a invasão das terras dos Xavante, o que acontecia à medida que eles eram pacificados. Para combater esse esbulho, solicitou terras para os Xavante ao governador de Mato Grosso, contando com a intermediação da chefia da inspetoria regional do SPI daquele estado e do Senador Filinto Muller (*OESP*, 24/10/1971). O croqui das terras solicitadas foi anexado ao relatório de 1949. Abrangia uma área imensa que incluía todas as aldeias Xavante conhecidas até então, tendo como limites naturais o rio das Mortes a leste e o rio Noidore ao sul, além da vila de Xavantina e duas linhas secas ao norte e a oeste, esta cruzando o percurso médio do rio Sete de Setembro, afluente do Culuene, e englobando postos da Fundação Brasil Central. (FREIRE, 2008, p. 93-94)

[5] Uma publicação que aborda o acervo iconográfico de expedições de sertanistas que realizaram contatos com povos indígenas ainda isolados é "Primeiros contatos: atrações e pacificações do SPI" de Carlos Augusto da Rocha Freire e Milton Guran.

A construção de novos estudos que resgatem a presença dos povos indígenas também necessitará de ações de informação, como a criação de centros de documentação autônomos dos povos indígenas em regiões urbanas e nas próprias terras indígenas para a compreensão do papel histórico desempenhado pelos mesmos em tempo pretérito, nos dias atuais e para ações políticas futuras frente a uma conjuntura histórica turbulenta de forte incerteza como a existente no tempo presente.

Uma das primeiras estratégias para que se tornasse efetiva a ocupação do território foi à realização da divisão do Brasil em capitanias hereditárias. A ideia inicial era transplantar para o mundo tropical recém-descoberto o seu modelo de civilização para a grande porção territorial que se configurava o Novo Mundo. Porém, havia grandes entraves para a concretização do empreendimento.

Uma discussão relevante sobre o conflito instalado entre europeus e os povos indígenas residentes na porção meridional da América que ilustra bem como foi o contato inicial é o comportamento demográfico dos povos aqui residentes:

> Minha estimativa [da população indígena em 1500] é elaborada segundo a teoria de que a soma de vários cálculos de eruditos é melhor do que uma ou duas estimativas demasiado vastas. O total, de acordo com meu método, é de 3,255 milhões de indivíduos. Existem hoje cerca de 700 mil índios tribais no Brasil. O debate sobre a população nativa original do Brasil prosseguirá. Mas não pode haver dúvidas de que ocorreu uma tragédia demográfica estarrecedora e de grande magnitude. (HEMMING, 2007, p. 727)

Houve uma série de mortandades por violência, assim como de natureza biológica, em razão da propagação de doenças. Quanto às moléstias espraiadas entre os povos indígenas, é possível ratificar que foi um capítulo à parte:

> Quando foi descoberta a etiologia das epidemias e sua contaminação, os portugueses e brasileiros não sentiram nenhum escrúpulo em utilizar-se desse conhecimento para promover o extermínio de povos indígenas que estavam no seu caminho. Esta mistura cruel de guerra e epidemia é o que se chama hoje de guerra bacteriológica. Sua primeira utilização conhecida no Brasil se deu em 1815, em Caxias, Maranhão, terra de Gonçalves Dias. Lá estava havendo uma epidemia de varíola quando um bando de índios Canelas Finas apareceu de visita. As autoridades lhes distribuíram brindes e roupas previamente contaminadas por doentes. Os índios pegaram a doença, e, dando-se conta do caráter do contágio, fugiram para os matos. Os sobreviventes contaminaram outros mais, e meses depois essa epidemia alcançava os índios já em Goiás. (GOMES, 1988, p. 52)

Mas a violência não cessou quando do contato inicial. Os conflitos permaneceram e, dependendo da conjuntura político-social do Brasil, há períodos de maiores asperezas contra os povos indígenas. Muito da violência executada tem como pano de fundo a ocupação do território em virtude de interesses econômicos diversos, como a exploração de riquezas

naturais, a expansão do agronegócio e a sedimentação da população em localidades outrora ocupadas pelo grupo originário, ou seja, pelos próprios povos indígenas.

A violência quando do contato com os povos alienígenas que ocuparam o Brasil também teve um efeito pernóstico: a eliminação das diferenças sociopolíticas existentes que antecederam a invasão europeia (RAMOS, 1986, p. 9). A diversidade cultural que reinava deu lugar a um movimento de homogeneização de traços culturais, quando não da simples extinção de povos indígenas inteiros. Sendo assim:

> Através de quase cinco séculos, os povos indígenas do Brasil têm resistido tenazmente à morte. Aqueles que preveem a sua extinção em futuro próximo parecem não se dar conta desse longo processo de resistência que, desde 1500, tem posto à prova as energias e determinação dos índios para sobreviver. Gigantescas pressões que vão desde matanças intencionais, transmissão de doenças, usurpação de terra a medidas mais sutis de desagregação, não tem sido suficientes para eliminar todas as etnias indígenas neste país. A imensa mortandade, que teve o seu ponto mais crítico talvez no início deste século, causou a extinção de muitos povos e reduziu drasticamente a demografia de todos [...]. Porém os nossos índios existem e estão aqui para ficar. (RAMOS, 1986, p. 90)

Vários fatores contribuíram para um acréscimo das populações indígenas no país em tempo mais presente. É possível destacar, em primeiro lugar, a luta empreendida em prol de uma maior organização política com o intuito de reivindicar melhoria para os povos indígenas. Esse movimento político, mais especificamente intitulado como movimento indígena brasileiro, realizou uma série de ações que resultaram em um maior reconhecimento e no atendimento mais eficaz das políticas públicas. Deste modo:

> [...] houve um fortalecimento do movimento indígena e maior visibilidade política da questão indígena nas últimas décadas. Além disso, no plano demográfico, ficou evidente que, ao invés de uma tendência de descenso, sua população total vem crescendo em ritmo pronunciado, superando inclusive as médias nacionais. (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005, p. 12)

Conforme citado pelos autores acima, há uma forte relação da agitação de natureza política dos povos indígenas na década de 1970 e a atual conjuntura demográfica encontrada. Os povos indígenas se organizaram e tiveram êxito na alteração do eixo de descenso demográfico e tal mudança difere do projeto político do Estado e nas ações de documentação até então empreendidas.

2.1 A política indigenista brasileira do período republicano

No final do século XIX há o esgarçamento do modelo imperial vigente no Brasil. Seja pelas forças modernizantes, seja devido às reconfigurações do ideário nacional sobre temas como a escravidão, o país acabou operando uma profunda mudança que foi a celebração da República aos moldes do modelo norte-americano. Quando do episódio, temos que:

> [...] a passagem do Império para a República foi quase um passeio. Em compensação, os anos posteriores ao 15 de novembro se caracterizaram por uma grande incerteza. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República. (FAUSTO, 1997, p. 245)

Assim, quando da Proclamação da República brasileira, alguns anos mais tarde há a iniciativa de uma ação laica para com os povos indígenas, por meio do SPI. É importante incluir nesta breve discussão sobre o indigenismo republicano que, apesar da forte influência da chamada Escola Positivista sobre o ideário da recente Proclamação da República, a criação inicial da agência estava principalmente relacionada ao contexto de recrutamento de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico do país. Logo:

> Em sua matriz institucional, o indigenismo republicano não era derivado das ideias do Apostolado Positivista, mas da linha programática do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (Maic), definida em 1906, na qual a sedentarização dos indígenas fazia parte de um conjunto de medidas tendentes a disponibilizar a presença de trabalhadores nacionais (e não de colonos europeus) em áreas de acesso mais remoto e de desenvolvimento econômico ainda limitado. Foi por isso que, inicialmente, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) chamava-se SPILTN, as três últimas letras correspondendo a "Localização de Trabalhadores Nacionais." (OLIVEIRA, 2016, p. 222)

Um dos principais idealizadores dessa iniciativa foi Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Rondon. Em virtude da experiência nos sertões do Brasil quando da instalação das linhas telegráficas, o militar positivista idealizara a criação de uma agência estatal que tivesse por atribuição tratar exclusivamente sobre a questão indígena. Assim:

> O SPI foi produto do positivismo e do liberalismo, embora motivado pela emoção nacional. Em nenhum momento chegou a renovar as propostas do Apostolado Positivista para os índios, nem os tratou como nações soberanas. Via o índio como um ser digno de conviver na comunhão nacional, embora inferior culturalmente. Era dever do Estado dar-lhe condições de evoluir lentamente a um estágio superior, para daí se integrar à nação. Para tanto deveria demarcar suas terras, protegê-las de invasores e usurpadores em potencial, defender os índios da esperteza dos brasileiros, especialmente dos comerciantes e mascates que os exploravam, ensinar-lhes técnicas de cultivo e de administração de seus bens, e socorrê-los em suas doenças. (GOMES, 1988, p. 85)

Significativa esta discussão que gravitava entre a atuação de Rondon junto aos povos indígenas, uma possível influência do ideário positivista em sua formação e o quadro que se apresentava naquele tempo. Nesse período em que autoridades públicas propunham o puro e simples extermínio dos povos indígenas, “o Apostolado Positivista do Brasil adotou como uma das suas bandeiras de luta a defesa desses povos e dos territórios que habitavam.” (GAGLIARDI, 1989, p. 170)

A partir da visão positivista, o Estado teria o papel de respeitar o estágio evolutivo em que se encontravam os povos indígenas. Isto significava dizer que esta parcela da sociedade brasileira estava em um estágio inferior de desenvolvimento, não tendo a capacidade de serem agentes autônomos na sociedade, daí a necessidade de serem tutelados. Assim:

> O positivismo procura novas soluções para o problema do índio. Como ideologia, baseia-se em uma visão bastante rígida da humanidade, cujo processo histórico segue uma evolução linear. Os índios são vistos como exemplos de um dos estágios da evolução humana, o animista. Conseqüentemente, não eram capazes de pensamento racional e objetivo, podendo evoluir, entretanto, por meio da proteção e da educação. (ROCHA, 2003, p. 46)

Neste ínterim que se deslindava, ficava claro também que havia uma disputa ideológica quanto ao modelo da ação indigenista a ser empreendida: uma de natureza estatal, com forte componente integracionista a sociedade nacional; e a outra, de natureza eclesiástica, posição esta sedimentada por séculos de atuação da Igreja Católica junto aos povos indígenas. Assim:

> A fundação do SPI, em junho de 1910, foi uma vitória política dos setores republicanos. Foi também um golpe desfechado sobre a Igreja Católica que, durante o Império, havia desfrutado de privilégios especiais para catequizar índios. Na jovem nação, outra atividade da vida social, portanto, havia sido laicizada. (GAGLIARDI, 1989, p. 253)

Quanto à importância da Igreja Católica na mediação com os povos indígenas, é imperioso afirmar que os agentes em atuação como chefes de postos indígenas, sertanistas e demais representações tutelares atuavam mediante concessão do Estado. A primazia dada a cada representação eclesiástica, dependendo do contexto histórico, era fortemente influenciada pelos interesses estatais vigentes. (ALMEIDA, 1997, p. 36)

A relação do Estado com os poderes eclesiásticos constituídos foi também dúbia quanto à delegação de poder ligado aos povos indígenas. O esvaziamento do poder da Igreja Católica quando da Proclamação da República remonta também ao período do governante português, o Marquês de Pombal, quando baixou dois decretos que alterou profundamente naquele tempo a política indigenista no Brasil: a expulsão dos missionários jesuítas e a libertação dos indígenas da legislação escravagista. (TREECE, 2008, p. 35)

Há uma importante lacuna quando da Proclamação da República no Brasil até a criação do SPI em 1910 quanto à definição da política indigenista. Como consequência, os povos indígenas viveram um período de grande instabilidade, havendo inclusive propostas de autoridades para que seus remanescentes fossem exterminados, já que eram vistos como empecilhos para o desenvolvimento do país em virtude de suas especificidades culturais e pela ocupação de localidades de interesse capitalista. Deste modo:

> Os actuaes índios do Estado de S. Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brazil, não se póde esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Caingangs selvagens são um impecilio para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu **extermínio**. (IHERING, 1907, p. 215, grifo nosso)

A afirmação sobre o extermínio dos povos indígenas em solo brasileiro não foi de ninguém menos que do Diretor interino do Museu Paulista e reverberou em diversas instâncias, resultando três anos mais tarde na tutela estatal por meio do SPI. No mesmo período estava em atuação Cândido Mariano da Silva Rondon, com seu lema "morrer se necessário, matar jamais" e sua Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso, acabou servindo como o modelo da atuação indigenista do Estado brasileiro a partir da criação de sua agência indigenista. (OLIVEIRA, 1999, p. 200). A seguir:

> O debate contra Von Ihering possibilitou manifestações diferenciadas e, até mesmo, a retomada de um antigo projeto em favor dos índios. Em 1908, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, o positivista Luis Bueno Horta Barbosa trazia de volta um projeto, proposta para a Constituição de 1891, de reconhecer os povos indígenas como nações livres e independentes. Horta Barbosa viria mais tarde fazer parte efetiva do SPI. (MELO, 2009, p. 43, grifo do autor)

Evidentemente, houve importantes rupturas na política indigenista brasileira do início do século XX até o período da Ditadura Militar. Numa aliança entre interesses do grande capital e do Estado, os militares empreenderam uma série de ações com vistas em maximizar as relações de produção, seguindo um ideário desenvolvimentista do país que pouco se atinha aos interesses de parcelas da população que fossem afetados pelos projetos econômicos planejados. Destarte:

> Uma vez no poder, o bloco financeiro-industrial multinacional e associado, ao procurar uma redefinição dos critérios de inclusão/exclusão no sistema político, não limitou sua atenção somente às classes trabalhadoras. O bloco de poder multinacional e associado impôs uma nova relação entre o Estado, as classes dominantes e ele próprio, que implicava a rejeição do bloco oligárquico-industrial populista e de seus mecanismos de representação e controle de classe. O novo bloco de poder rejeitou a ordem política anterior e procurou estabelecer um regime tecno-empresarial, protegido e apoiado pelas Forças Armadas, um regime tal que os políticos se tornariam ancilares e, no processo, perderiam seu papel central. (DREIFUSS, 1987, p. 485)

Nesta conjuntura também há o surgimento do lema “Viva o ‘progresso’ das multinacionais” (MARTINS, 1981, p. 24). As parcelas excluídas da sociedade brasileira como os povos indígenas não eram interessantes do ponto de vista do mercado a ser explorado. Assim:

> Nesse contexto é que são construídas as bases ideológicas e legais da política indigenista que norteará a ação indigenista da Funai. Como dito antes, elas não são suficientes para dar um fim à violação dos direitos indígenas; pelo contrário, essas violências em alguns momentos são exacerbadas, especialmente nos estados amazônicos, em função dos programas de colonização criados pelo governo federal para aquela região. Nesses estados multiplicaram-se os problemas para as populações indígenas, especialmente com relação à garantia da posse de seus territórios, bem como do usufruto de seu patrimônio, conforme determinava a legislação. (BIGIO, 2007, p. 27)

Muitos dos problemas enfrentados eram, na verdade, um embate entre o projeto dominante do Estado brasileiro, que tinha por fim a integração do indígena com a sociedade envolvente, e as demandas dos povos indígenas. Tal princípio esgarçou uma série de relações sustentáveis que significaria uma melhoria para grupos excluídos da participação política do país. Um exemplo de relevância para uma melhor compreensão das particularidades da política indigenista é o chamado Relatório Figueiredo, como ficou conhecido o “relatório conclusivo da Comissão de Inquérito […] para apurar as irregularidades do Serviço de Proteção aos Índios [...]” no ano de 1967. (GUIMARÃES, 2015, p. 13)

A formação desta conjunção de fatores de interesse do chamado grande capital, ou seja, a projeção de um bloco financeiro industrial multinacional junto ao poder estatal dirigido pelos militares possibilitou uma série de ações para o desenvolvimento econômico do país. Como a questão indígena era uma pauta a ser enfrentada, vista a localização privilegiada para empreitadas econômicas de muitos povos indígenas, é dada importância à organização governamental que tratava sobre a questão indígena, no caso, a FUNAI.

Deste modo, houve uma série de tentativas governamentais com o fito de resolver o impasse da questão indígena. Dependendo da conjuntura histórica, política e econômica, o Estado adotava uma determinada postura para atender aos seus interesses mais imediatos. Assim:

> No caso do índio, o projeto político do Estado é o da integração/nacionalização. O Estado tutor aparece então como uma necessidade. Esse instrumento jurídico é que vai permitir-lhe construir a nação brasileira, preservando-a dos perigos da fragmentação. Unidade territorial e unidade racial é o objetivo buscado. Não existe espaço para manifestações de elementos heterogêneos, raciais ou políticos. A nação é compreendida como um bloco monolítico. Assim, variaram as soluções ao longo da história republicana (proteção fraternal, nacionalização, paternalismo, autoritarismo), mas os objetivos não. (ROCHA, 2003, p. 243)

Por fim, fica patente que a maior preocupação do Estado para com estratos sociais não dominantes da sociedade brasileira residia na integração de parcelas consideradas desviantes da tessitura social. Havia uma necessidade urgente em tutelar as sociedades indígenas que ainda não tivessem sob o seu domínio. E para tal intento, foram realizados procedimentos documentários como instrumentos de controle e poder, basilar a partir de uma perspectiva monolítica estatal.

2.2 A violência: conflitos entre povos indígenas e a sociedade envolvente

Os povos indígenas possuem uma longa história conflituosa e assimétrica com as pressões da sociedade envolvente. Em suma, quando abordamos a temática indígena, estamos realizando uma complexa discussão sobre garantia de direitos, o emergir de problemas relacionados à manutenção dos lugares tradicionalmente ocupados e as especificidades culturais dos povos indígenas.

A violência talvez seja a marca mais perene na relação entre a sociedade nacional e os povos indígenas. O quantitativo de indígenas em território americano se reduziu drasticamente desde a chegada dos europeus no final de século XV. Vejamos esta passagem de Berta Ribeiro:

> Dificuldades metodológicas e a precariedade de dados históricos impossibilitam uma uniformidade de opiniões, quanto ao montante de população *aborígine* na época da conquista da América. A avaliação mais baixa dos chamados estudos "clássicos" é de 8 milhões e 400 mil índios e, a mais alta, de 40 a 50 milhões, para toda a América. Se aceitarmos essa última estimativa, verificaremos que, em quatro séculos, a população nativa americana foi reduzida a um oitavo do montante original. Estudos recentes, porém, mostram que o descenso foi muito mais drástico, devido principalmente à incidência de doenças antes desconhecidas (varíola, gripe, sarampo, tuberculose, sífilis, etc.) e ao rigor da escravidão. (RIBEIRO, 1983, p. 28, grifo da autora)

Portanto, essa relação é caracterizada de forma acentuadamente assimétrica. A violência praticada quando da conquista do chamado Novo Mundo como também a baixa imunidade dos povos indígenas, produziu contundentes impactos na manutenção da vida indígena.

Esta chamada contundente relação entre grupos indígenas e sociedade envolvente também já foi plasmado como um paradigma exterminacionista (MUNDURUKU, 2012). O objetivo da política empreendida naqueles tempos era a destruição dos povos indígenas, que perdurou por um longo período. Conforme explicitado abaixo:

> Essa foi, portanto, uma época em que os indígenas eram violentamente assassinados por aqueles que chegaram por aqui. O propósito disso era, evidentemente, o completo domínio do território e sua expansão conforme desejo de Portugal. O que

> certamente o rei e seus súditos não previam era que as populações locais fossem se rebelar contra aquele modelo escravocrata que lhes tirava a alegria de viver, sua principal herança natural. (MUNDURUKU, 2012, p. 28)

Quanto à produção documentária acerca da temática indígena, verificamos uma mudança de paradigma no ano de 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), se tornando alguns anos depois somente SPI. A partir deste momento, se inicia uma relação laica entre o Estado Nacional e as sociedades indígenas e, como pano de fundo, uma intensa geração de documentos com dois objetivos claros: controlar e vigiar povos que poderiam ir de encontro aos interesses estatais.

Nas diversas Inspetorias Regionais (IRs), unidades administrativas distribuídas pelo território brasileiro do então SPI, são criados documentos de controle na distribuição de alimentos e remédios, controle de indígenas nas escolas, guias de saída e entrada nas aldeias, dentre tantos outros meios de cercear e vigiar cada passo dado pelos indígenas. Há uma farta documentação que nos faz complexificar e aprofundar o papel do Estado Nacional frente aos interesses dos povos indígenas e do próprio Estado em formar uma nova identidade nacional na República brasileira que estava sendo criada.

Um dos períodos mais turbulentos dos povos indígenas no Brasil foi quando da tomada de poder pelos militares no ano de 1964, a chamada Ditadura Militar brasileira que perdurou até o ano de 1985 com a transição para um governo civil. Durante este lapso de tempo, ocorreu um sufocamento das forças progressistas do país, atingindo diretamente os povos indígenas.

Ainda quanto ao período de exceção mencionado, há um passivo que está por ser superado quanto aos atentados aos direitos indígenas, como aos diversos massacres ocorridos, a remoção de populações inteiras para outros territórios de maneira autoritária, assim como os extermínios praticados de forma sistemática. A própria FUNAI, no processo de redemocratização brasileiro, fez *mea culpa* quanto às políticas adotadas pelo Estado para os povos indígenas:

> Uma política de extermínio ou de integração assimilacionista, onde os índios e as sociedades indígenas foram encarados ou como empecilhos à plena ocupação de um espaço economicamente cobiçado pela sociedade nacional – neste caso o extermínio foi praticado por recomendação régia e imperial – ou como entraves que deveriam ser reduzidos para posterior "educação", que visava transformá-los em cidadãos produtores, sem direitos especiais. [...] o fato é que o Estado (da colônia à República) sempre tentou manobrar o destino das populações indígenas nacionais no terreno limitado pelo extermínio puro e simples e pela proteção física para posterior assimilação. (OFÍCIO FUNAI, 1985 *apud* VALENTE, 2017, p. 382-383)

Apesar do revisionismo histórico oficial da FUNAI quando da abertura política nos anos 1980, pouco se fez de maneira efetiva para que minorasse as consequências das

desastradas políticas destinadas aos povos indígenas. Ações de natureza mais simbólica, como o pedido de desculpas público pelo Estado brasileiro deveriam ter sido adotadas, assim como ações reparadoras pecuniárias com o fito de melhorar as condições de povos afetados nos tempos da Ditadura Militar.

Independentemente de formalizações emitidas pelo Estado, como o reconhecimento do acometimento de flagrantes violações dos direitos humanos, movimentos ensejados por violências acabaram produzindo em parcelas da sociedade um sentimento coletivo de revolta e a disposição para o enfrentamento contra forças muitas vezes superiores e bem organizadas, como o aparato opressivo estatal.

Fotografia 2[6]: Guarda Rural Indígena (Grin) carregando outro indígena no chamado pau-de-arara durante formatura na cidade de Belo Horizonte



Fonte: Fotograma do filme intitulado Arara do acervo audiovisual do Museu do Índio.

Quando iniciado assimetricamente este processo de violência contra grupos não hegemônicos da sociedade, se tem a tomada de consciência não apenas individualmente, mas também socialmente. Os sujeitos do tempo presente estabelecem conexões de companheirismos e solidariedade numa luta unificada por dignidade e respeito a grupos

[6] O filme intitulado "Arara: um filme sobre um filme sobrevivente" de Lipe Canêdo narra a história da descoberta do filme "Arara" pelo autor desta tese no ano de 2012, seus desdobramentos e estreou no "23º Festival É Tudo Verdade" no ano de 2018. Realizando pesquisas no acervo do Museu do Índio, Rodrigo Piquet Saboia de Mello mostrou a Marcelo Zelic, do grupo Tortura Nunca Mais, o filme "Arara" que faz parte do acervo da instituição. O filme mostra o ensino de tortura durante a ditadura militar entre indígenas que faziam parte da formatura da Guarda Rural Indígena (Grin) em Belo Horizonte produzidas pelo pesquisador Jesco Von Puttkamer (1919-1994) em 1970 e que naquele momento trabalhava como servidor da FUNAI. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qZ3vyD3nv4Y&feature=youtu.be. Acesso em: 04 jan. 2019.

atingidos, havendo uma perspectiva de modificação nas lutas políticas a serem empreendidas. Assim:

> [...] o conceito proposto de luta social se contrapõe, por outro lado, o núcleo fixo de seu conteúdo explanatório. Diferentemente de todos os modelos explicativos utilitaristas, ele sugere a concepção segundo a qual os motivos da resistência social e da rebelião se formam no quadro de experiências morais que procedem da infração de expectativas de reconhecimento profundamente arraigadas. Tais expectativas estão ligadas na psique às condições da formação da identidade pessoal, de modo que elas retém os padrões sociais de reconhecimento sob os quais um sujeito pode se saber respeitado em seu entorno sociocultural como um ser ao mesmo tempo autônomo e individualizado; se essas expectativas normativas são desapontadas pela sociedade, isso desencadeia exatamente o tipo de experiência moral que se expressa no sentimento de desrespeito. Sentimentos de lesão dessa espécie só podem tornar-se a base motivacional de resistência coletiva quando o sujeito é capaz de articulá-los num quadro de interpretação intersubjetiva que os comprova como típicos de um grupo inteiro, nesse sentido, o surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também um círculo de muitos outros sujeitos. (HONNETH, 2003, p. 258)

2.3 As organizações indigenistas na luta pelos direitos indígenas

Dos graves problemas historicamente enfrentados pelos povos indígenas, há a partir dos anos de 1970 uma série de iniciativas de organização política que significou uma ação de enfrentamento ao autoritarismo governamental do Estado. Estas iniciativas fazem parte do bojo da redemocratização do país. Como ilustração do momento histórico:

> Nesse contexto, a eclosão do movimento deu surgimento a uma nova onda de reflexões e reivindicações sobre o poder constituído, que não passaram despercebidas pela sociedade civil organizada. Assim, a organização das primeiras lideranças e sua posterior participação nos fóruns de discussão foram decisivas, pois criaram situações novas dentro da sociedade brasileira e que ajudariam na sua caminhada histórica. (MUNDURUKU, 2012, p. 46)

Importante lembrar que a iniciativa de organização dos povos indígenas pela luta por seus direitos teve o apoio de diversas entidades não governamentais. Com a ajuda dessas entidades, com origem na Igreja Católica e da própria sociedade civil, as populações indígenas originaram um movimento nunca verificado em criar redes de cooperação e de ação política que pudessem barrar iniciativas contrárias aos seus interesses.

Quanto à própria natureza do movimento político dos povos indígenas, intitulado como movimento indígena, há uma crítica interessante à denominação da atuação política. Isto porque esta atuação política não é monolítica, visto que diversos povos indígenas realizavam lutas distintas em virtude das próprias especificidades culturais e dos conflitos agrários em um país com dimensão continental como o Brasil. Assim:

> O líder indígena Daniel Mundurucu costuma dizer que no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer *índios em movimento*. Ele tem certa razão, pois não existe no Brasil um movimento indígena. Existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo ou cada território estabelece e desenvolve o seu movimento. (LUCIANO, 2006, p. 59, grifo do autor)

Independente da intitulação de movimento indígena ou índios em movimento, o fato é que a partir de um determinado momento histórico, ou seja, os anos 70 do século XX, povos indígenas de diversas partes do país começaram a se organizar com o intuito de melhorar suas condições de vida e a lutar pela demarcação das terras indígenas que ainda careciam do marco legal, se arrastando em longos e morosos procedimentos administrativos a serem realizados pela FUNAI.

Ainda é relevante a conjunção de fatores em que a demarcação de terras indígenas ganhasse força nos anos da Ditadura Militar. Mesmo sendo um desejo dos povos indígenas em ter um território delimitado e protegido pelo Estado, as demarcações territoriais confluíram também no anseio do próprio Estado em estabelecer as regiões que estariam à disposição de empreendimentos econômicos. Destarte:

> Ainda no período da ditadura militar, o governo federal, através da FUNAI, demarcou várias áreas indígenas, entre os anos de 1975 e 1979, e inclusive em pleno processo de redemocratização do país, entre os anos de 1984 e 1985. Entretanto, o motivo pelo qual o governo federal empreendeu essas demarcações não estava plenamente alicerçado nos protestos indígenas ou na Lei 6.001, mas em interesses empresariais com relação à Amazônia: era necessário saber a quantidade de terras públicas existentes na Amazônia para os planos desenvolvimentistas do governo. (RODRIGUES, 2005, p. 241)

Este confluir é um caso inusitado em que os interesses da racionalidade econômica não entram em choque, em um primeiro momento, com os anseios dos povos indígenas por terras devidamente regulamentadas e protegidas pelo Estado. No entanto, ocorrem vicissitudes no processo fundiário brasileiro, em regiões de forte conflito da expansão agrícola, como no Mato Grosso do Sul e os permanentes choques entre fazendeiros e os Guarani Kaiwá.

Uma das instituições que tiveram grande influência na organização política dos povos indígenas foi o Conselho Indigenista Missionário, mais conhecido como CIMI. Esta organização eclesiástica teve a responsabilidade de assessorar os povos indígenas ainda durante o regime militar, período no qual a liberdade de expressão estava suprimida e os opositores do regime eram duramente perseguidos, com a ocorrência de prisões arbitrárias, banimentos do país e a aplicação de tortura sistemática nos chamados porões da ditadura. Ainda sobre a atuação do Cimi:

> A trajetória do Cimi – logo no início composto de um grupo de assessores e hoje um organismo de militância e coordenação pastoral – desmente o fatalismo histórico; mostra que é possível responder aos desafios históricos acumulados por muitos séculos. É possível corrigir os rumos da história, desde que as bases consigam impedir a burocratização das instituições que as representam e lhes prestam serviços. O Cimi teria conseguido mudar os rumos da história etnocida, da qual os índios são vítimas seculares? Ao rejeitar o papel de mediador entre os interesses da Casa Grande e as necessidades da aldeia conseguiu, em todo caso, um deslocamento no interior da Igreja. Ao optar pelos povos indígenas e os desafios da sua causa, ao colocar-se ao lado do índio, mudou a "constelação missionária" da Igreja. O missionário mediador e pai se tornou, sobretudo, companheiro e irmão. A fraternidade eclesial junto aos povos indígenas, apesar de muitos desacertos históricos e de algumas resistências de setores isolados, não é mais falácia incrível, mas uma realidade palpável, provado nas lutas pela demarcação da terra e nos confrontos com o tutor estatal, com os interesses do latifúndio e das mineradoras. (SUESS, 1989, p. 9)

A passagem exemplifica bem que o CIMI em um primeiro momento foi uma organização de assessoramento e posteriormente foi sendo apropriado como um instrumento de luta para e dos povos indígenas. Há também o destaque para a relevância das bases e pela não burocratização do movimento indígena, já que na realização de uma iniciativa democrática há a necessidade de se criar uma organização de baixo para cima, em que os anseios dos povos indígenas devam ser atendidos.

O CIMI foi criado como um Conselho ligado oficialmente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo esta a organização coordenadora das atividades missionárias que trabalham com os povos indígenas em território brasileiro. As finalidades do Conselho seriam: promover a pastoral missionária, dar assistência jurídica aos missionários, promover sua formação teológica e antropológica, criar o espírito missionário na população brasileira, cuidar de certos aspectos financeiros das Prelazias no campo indígena e promover, neste mesmo campo, seu relacionamento com a CNBB, com os órgãos governamentais, mormente com a Fundação Nacional do Índio e dos missionários entre si. (SUESS, 1989, p. 18-19)

A Igreja Católica apresentava uma nova forma de atuação no mundo, realizando importantes reconfigurações das posturas adotadas quanto a grupos excluídos. Isto significou também um novo modo da ação eclesiástica junto aos povos indígenas, tendo um papel ímpar na assessoria de grupos que estavam tendo direitos ameaçados e vilipendiados. Assim:

> A configuração do catolicismo, diverso da do período anterior, processava um novo modo de ser e de estar no mundo. Aqueles novos interlocutores contribuíram para que se fosse definindo um novo modo de ser Igreja. O deslocamento de alguns setores da hierarquia e do laicato assume uma visibilidade maior para as causas sociais e populares. Assim, a categoria sócio-histórica abre um novo ato, inaugurando uma ação promocional, articulada com os projetos sociais. Trata-se de uma construção nova, constituída por cadeias de gerações, num processo de longa duração. (DELGADO; PASSOS, 2007, p. 107)

É inescusável também apresentar o contexto histórico na esfera internacional de ação do CIMI. Naquele período dos anos de 1960/1970 há uma luta nos países chamados então de subdesenvolvidos que lutavam pela sua soberania e descolonização. Nesta conjuntura, também há o XXI Concílio Ecumênico (FIORAVANTI, 1990, p. 84) que sinaliza uma fenda de maneira respeitosa as culturas não hegemônicas. Ainda:

> Neste contexto histórico de diálogo, descolonização e libertação, surgiu uma série de questionamentos em torno da prática missionária junto aos povos indígenas. Não seriam também os povos autóctones deste Continente os parceiros privilegiados de um diálogo religioso? Não interessa também a eles a liberdade religiosa, a libertação de todas as formas de colonialismo, o respeito à sua cultura e, afinal, a sua autodeterminação no campo político e religiosa? (SUESS, 1989, p. 11-12)

Outra efeméride a ser ventilada foi a contribuição de antropólogos no "Simpósio sobre fricção interétnica na América do Sul", realizado no Caribe em Barbados entre os dias 25 e 30 de janeiro de 1971. Deste evento, foi elaborada a "Declaração de Barbados I". Assim:

> Um marco histórico neste processo foi o "Simpósio sobre a Fricção interétnica na América do Sul", no qual antropólogos e sociólogos realizaram uma revisão crítica do tratamento dispensado aos povos indígenas. Tais críticas foram condensadas na "Declaração de Barbados I", de 30 de janeiro de 1971, que denunciava como 'relação colonial de domínio' o tratamento que continuava a ser dispensado aos povos indígenas tanto pelos Estados quanto pelas ciências sociais e pelas missões religiosas. A Declaração colocava a necessidade de uma 'ruptura' radical' com as práticas colonialistas, através da 'criação de um estado verdadeiramente multi-étnico' no qual cada etnia tivesse 'direito à autogestão e à livre escolha de alternativas sociais e culturais'. (LACERDA, 2008, p. 27)

Tanto na esfera internacional quanto no âmbito doméstico, havia um panorama propício para o desenvolvimento de movimentos sociais de natureza contestatória da realidade social, como aqueles propulsionados pela Igreja Católica em relação à questão indígena. Desta maneira, a "ativação política dos diversos componentes da sociedade, especialmente no enfrentamento entre as classes sociais contrapostas pelo antagonismo de seus interesses fundamentais." (RIBEIRO, 1979a, p. 220)

O período de repressão na América Latina, em especial entre os anos de 1960 e 1980, foi um momento de amadurecimento político de grupos que viviam a margem das políticas do Estado. Dentre os grupos que foram incisivamente atingidos por políticas excludentes, quando não resultaram no puro e simples extermínio, estão os povos indígenas. Neste mesmo sentido:

> As décadas de 1970 e 1980 foram os momentos mais visíveis dessa modalidade de ação política, que se constituía de um duplo simétrico da política indigenista oficial, opondo Estado e sociedade civil, preconizando a ampliação da cidadania. Um levantamento sobre as organizações não governamentais que trabalhavam com a temática da proteção e difusão dos direitos indígenas indicava a presença dominante

> das entidades religiosas, principalmente vinculadas à Igreja Católica e às vertentes ligadas às doutrinas da chamada Teologia da Libertação. (OLIVEIRA, 2016, p. 276)

O CIMI enquanto instituição eclesiástica surge em um contexto de enfrentamento aos poderes constituídos, ou seja, a Ditadura Militar brasileira e o aparato militar existente para reprimir demandas e questionamentos da sociedade civil. É possível ainda afirmar que:

> Além disso, o Cimi colocou a questão indígena, com toda a sua força política explosiva, na pauta da nação, numa época em que a voz da sociedade civil era praticamente sufocada. Nas lutas pela terra e pelo testemunho qualificado dos seus agentes, o Cimi recuperou a credibilidade da Igreja junto aos povos indígenas, indigenistas e antropólogos. (SUESS, 1989, p. 30)

Ainda cabe elencar o contexto do endurecimento do regime militar, principalmente após a publicação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Dentre as consequências às liberdades democráticas estiveram: a censura prévia de música, cinema, teatro e televisão com alegação frágil como subversão da moral e dos bons costumes e a censura da imprensa e de outros meios de comunicação e a suspensão do *habeas corpus* por crimes de motivação política. Nesta circunstância opressora, a Igreja Católica passou a ser a porta-voz de uma sociedade "cada vez mais cerceada em suas liberdades e sem partidos que a representassem." (PREZIA, 2003, p. 57). Ainda referente à atuação dos católicos no contexto da Ditadura Militar a partir da década de 1970:

> Esse mesmo equilíbrio de forças será abalado durante os anos 1970 e 1980, quando um corpo de intelectuais orgânicos engajados no projeto de combate às "injustiças sociais" formulará um discurso anticapitalista e de empoderamento das camadas populares, alicerçado por uma ideologia bastante sólida, a Teologia da Libertação. Muitas de suas ideias foram disseminadas pelas fileiras católicas e um discurso mais contundente foi, por vezes, adotado pela própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a organização por excelência representativa do pensamento do bispado brasileiro. Nos anos 1960, esses setores já se encontravam mais ou menos desenvolvidos, porém o discurso oficial da instituição ainda se encontrava muito atrelado ao governo militar. (ESTEVEZ, 2015, p. 213)

Outra questão que deve ser compreendida tem relação com a autodeterminação dos povos indígenas assim como com a garantia dos seus territórios. E nesta relação de povos indígenas e território, há que se avançar na discussão quanto à mercantilização da terra enquanto inseridos no sistema capitalista de produção, assim como no processo de expansão econômica assimétrico do país.

Um dos principais aspectos relacionados ao processo de ameaças aos direitos sociais dos povos indígenas é a mineração em terras indígenas. Do ponto de vista legal, houve o Decreto nº 88.985 de 10 de novembro de 1983 que permitia a exploração de recursos minerais por empresas de grande porte. O primeiro impacto a se sentir quando da regulamentação da

mineração seria a invasão de empresas capitalistas para explorar riquezas minerais. Neste sentido:

> É necessário que a consciência brasileira reaja a essas investidas, que levarão à morte e à degradação física e moral muitos índios, além de trazer prejuízos e não benefícios ao povo brasileiro. Os minérios vão embora, os bolsos de um pequeno grupo de ambiciosos ou aventureiros ficarão mais cheios e o Brasil ficará mais pobre em riqueza mineral e em prestígios perante a história. (DALLARI, 1984, p. 81)

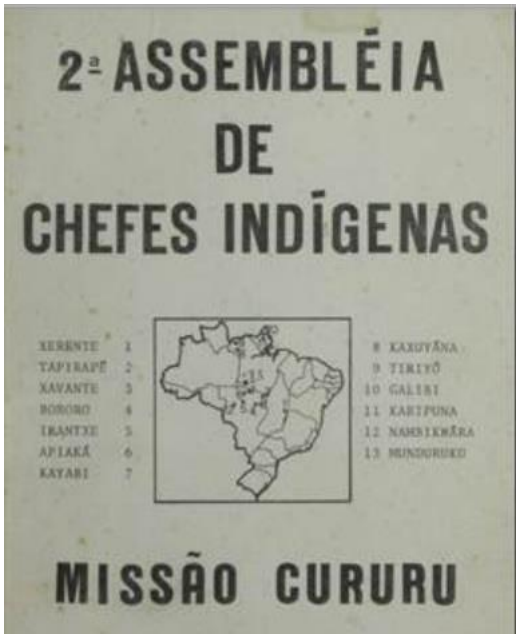
Um dos pontos nodais na luta pelos direitos indígenas é o usufruto dos seus territórios. Seja pela expansão agropecuária no Centro-Oeste, pelos minérios encontradas na região dos Cinta-Larga em Rondônia ou do potencial hidrelétrico da região Amazônica, como o emblemático caso de Belo Monte, haverá sempre agentes econômicos dispostos a ameaçar regiões de povoamento indígena para auferir lucros.

Neste processo de exploração econômica e das ações do poder indígena que se configura as organizações indigenistas, se faz também mister a apresentação da Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, mais conhecida como Convenção 169 da OIT. O Estado brasileiro no ano de 2004 ratifica a sua execução, o que representa o direito dos povos indígenas, dentre outros, em serem consultados na construção, por exemplo, de barragens ou outros empreendimentos econômicos nas terras indígenas.

Avançando um pouco na discussão, a realização das primeiras assembleias dos povos indígenas com o assessoramento do CIMI resultou numa organização importante que permitiu pautar para o próprio Estado a ratificação no ordenamento jurídico de convenções internacionais de garantia de consulta. As assembleias "representam um momento de fala dos índios jamais visto na história." (BICALHO, 2010a, p. 93) o que garantiu para o tempo futuro novos avanços nas lutas pelos direitos indígenas[7].

[7] Como exemplo dos processos de documentação pioneiros na década de 1970 da luta política dos povos indígenas com assessoria pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é importante mencionar o intitulado "Boletim do CIMI" que foi publicado do ano de 1972 até o ano de 1981, quando a publicação foi encerrada e o processo de redemocratização brasileiro já estava mais amadurecido.

Capa de periódico 1 – Boletim do CIMI



Fonte: Biblioteca Virtual Marechal Rondon.[8]

Quando da promulgação da Convenção 169 da OIT e de sua posterior ratificação pelo Estado brasileiro, há um ambiente propício a sua efetividade, visto o estado de mobilização encontrado para a garantia de direitos que outrora era vilipendiado sistematicamente. Neste sentido:

> [...] as pessoas de fato estão mobilizadas, moral ou eticamente, politicamente para ter um mecanismo que contribua para que determinados segmentos da sociedade, que são considerados como minorias, possam ser devidamente acolhidos em suas demandas, e acolher também porque fazem parte dos países, não é só uma coisa de ser acolhido generosamente, não, é um acolhimento mútuo. As pessoas compreendem as injustiças que acontecem em relação a essas comunidades e esperam contar com um instrumento que ajude a reparar essas injustiças e até mesmo processos dramáticos de eliminação de povos inteiros, como aconteceu em vários lugares do mundo e no Brasil não foi diferente. Então é uma mobilização proativa e positiva, porque acreditamos nesses valores e na construção de processos que possam viabilizar e assegurar direitos porque acreditamos e assim defendemos. (SILVA, 2009, p. 329-330)

Quando ocorre a luta pela sobrevivência dos povos indígenas na permanência nos territórios tradicionalmente ocupados é verificada a emergência de litígios envolvendo diversos agentes que, em muitos casos, tem por objetivo final a exploração desequilibrada dos recursos naturais em contraponto ao preservacionismo das terras indígenas. Assim:

[8] Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Bibliografico. Acesso em: 04 jan. 2019.

> Quando leio as transcrições dos depoimentos dos índios que tem comparecido, desde 1974, às assembléias de chefes indígenas, estou diante de uma tentativa de interpretação indígena da expansão capitalista e interpretação de um indígena cuja recriação é determinada por essa mesma expansão. Estou, portanto, diante de um processo em que a mesma mediação das relações sociais, como a mercadoria e o dinheiro, pode ter o mesmo nome, mas não tem a mesma significação, para o indígena e para o branco. A mercadoria e o dinheiro operam, pois, como entidades bifrontes situadas nos limites de dois mundos (e de duas lógicas) – o do índio e o do branco ou, talvez, mais precisamente, o do índio e o do capital. (MARTINS, 1986, p. 15)

A criação da Assembleia de Chefes Indígenas foi uma conquista na luta pelos povos indígenas diante da expansão assimétrica capitalista, significando novas configurações que pudessem fazer um enfrentamento eficaz ao período autoritário. Assim, pela primeira vez parece haver uma consciência do processo histórico que estava em curso. Enquanto o Estado sempre esteve à frente da ação indigenista a partir do período republicano, naquele momento, houve uma importante reconfiguração das relações então existentes. Assim:

> […] os índios vieram para o encontro sem saber muito claramente o objetivo do mesmo. Aliás, para não poucos "civilizados" o Encontro não poderá deixar de ter um objetivo que não fosse o próprio encontro em si mesmo. (...). O resultado foi surpreendente: os índios redescobriram que eles devem ser os sujeitos de seus destinos; não é a Funai, nem são as Missões os que resolverão os problemas deles. Mas "nós mesmos", como afirmaram insistentemente. (BC, 1974 [10]: 2 *apud* PREZIA, 2003, p. 64)

Os povos indígenas conseguiram organizar um movimento social com o objetivo de defender os seus interesses. A FUNAI, como o próprio regime militar, monitorava essas atividades, com receio de que a organização política dos povos indígenas colocasse em xeque políticas desenvolvimentistas, como a construção da Transamazônica.

Fotografia 3 – Abertura da Transamazônica durante a Ditadura Militar



Fonte: Site telaviva.[9]

[9] Disponível em: http://telaviva.com.br/10/11/2016/ainda-calcada-em-production-service-ocean-films-comeca-a-colher-frutos-da-diversificacao/. Acesso em: 04 jan. 2019.

Nesta primeira experiência politizada dos povos indígenas, existe a afirmação não apenas da natureza étnica de grupos antes emudecidos frente ao poder estatal e aos seus próprios anseios. Uma luta política originária dos anos 1970 decorrerá anos mais tarde numa certa autonomização informacional em que povos indígenas experimentam hoje. Aquelas experiências de assembleias realizadas em tempo outrora significaram uma qualificação e instrumentalização de segmentos da sociedade brasileira que não estavam acostumadas, ainda mais em um contexto de exceção, em exercerem uma cidadania ativa, demandando direitos e propondo ações qualificadas, como aquelas pertinentes às demarcações das terras indígenas. Portanto:

> A partir da primeira "assembléia", realizada em abril de 1974, e contando com a presença de 17 representantes indígenas, o número de assembléias e de participantes aumentou a cada ano. Além de possibilitar o encontro entre povos que, na maioria das vezes, sequer se conheciam, o grande feito das assembléias foi a tomada de consciência da situação de dominação e discriminação a que estavam sujeitas todas as etnias, o que levou as populações indígenas a buscar formas de organização política e de mobilização em suas disputas e embates com a sociedade brasileira. (NEVES, 2003, p. 116)

Ainda quanto aos direitos indígenas, é importante também pensar que os direitos aqui expostos são de responsabilidade de toda a sociedade, visto que em um dado momento a própria sociedade pautou regras por meio de instrumentos jurídicos, como a nossa própria Constituição Federal, fazendo com que possa emergir movimentos legítimos para assegurar esses direitos. Assim:

> A questão dos direitos indígenas não é uma questão apenas ética, voluntarista e humanista. Quando assim aparece, está disfarçado o fato de que se trata de uma forma de existência coletiva viva, que não só tem um extremo sentido para seus participantes como também para a totalidade da sociedade. Trata-se então, agora, de não decretar de antemão a falência de uma perspectiva política de luta, pensando-se nos mecanismos do exercício do poder e da forma como são vividos concretamente pelos povos indígenas. (PAOLI, 1983, p. 22-23)

Foi um movimento instigante para os povos indígenas a criação de um *ethos*[10] de reivindicação que pudesse satisfazer suas necessidades básicas. Assim, com a emergência dos chamados direitos políticos de participação, os direitos de bem-estar, com destaque para a demarcação das terras indígenas, surgem como uma dilatação forçada a partir da contenda das camadas mais baixas da sociedade, "do significado que se associa à ideia de 'igualdade de valor', própria da condição de membro de uma coletividade política." (HONNETH, 2003, p. 192)

[10] **Ethos** é um termo genérico, que designa o caráter cultural e social de um grupo ou sociedade. De uso bastante antigo, significando um grego hábito ou caráter - ética é um termo intimamente relacionado. Passou a designar uma espécie de síntese dos costumes de um povo. A natureza de tal síntese depende dos objetivos e das categorias do observador. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1986, p. 433, grifo do autor coletivo)

A constituição do movimento indígena numa conjuntura de turbulência para a política brasileira, em especial, de restrição à participação da sociedade civil na *res publica* pode ser decifrado, conforme Terena (2013, p. 50), como um caminho altaneiro de brava gente na luta brasileira. A formação da identidade étnica também ocorre na batalha empreendida por melhores condições de vida e na idealização de uma vida justa e equânime.

No caminhar das ações de autonomização política empreendida pelos povos indígenas em meados da década de 1970, por assessoramento do CIMI, lideranças indígenas idealizaram e criaram no ano de 1980 a União das Nações Indígenas (UNI):

> Guiados pelo embate em torno das necessidades vigentes das comunidades, as lideranças indígenas protagonizaram um importante momento da história motivados pela possibilidade concreta de organizar um movimento capaz de frear o enfrentamento, valorizando os interesses indígenas de forma autônoma e sintonizada com seus anseios. (DEPARIS, 2007, p. 81)

Daquele momento inicial mais duro de enfrentamento a Ditadura Militar até o momento de distensão ocorrido a partir de 1979 com a chamada Lei da Anistia, os povos indígenas utilizaram a *expertise* de angariar em tempos passados para tomarem o poder indígena de forma exclusiva, debatendo com a FUNAI, por exemplo, questões de interesse como a demarcação das suas terras e a tutela efetuada pelo Estado.

O CIMI contribuiu no sentido de criar uma rede de alianças representativas politicamente em um momento inicial na construção de novas perspectivas para os povos indígenas e no incentivo aos movimentos indígenas, assim como na formação de quadros de lideranças indígenas que pudessem pautar o Estado na condução de políticas públicas e na realização de demandas. Mesmo que o CIMI tenha desejado conduzir o processo político em curso, logo se viu a autonomização dos agentes que estavam emergindo:

> Mas se o CIMI alimentava um eventual projeto de manter algum controle sobre tais lideranças, ou ao menos influenciá-las de modo a submetê-las à hegemonia desse novo indigenismo missionário, logo deve ter se dado conta da crescente autonomia dessas lideranças, particularmente das que atuavam no plano nacional, responsável pelos primeiros passos de uma política (pan) indígena. (OLIVEIRA, 1988, p. 26)

De fato, o que a UNI teve como êxito foi pautar a política indigenista do Estado brasileiro. Se antes os povos indígenas eram meros expectadores dos ditames governamentais, com a formação de suas organizações representativas do movimento indígena, a sociedade civil veio questionar a condução de políticas de grupos excluídos do poder estatal.

Outra linha também de entendimento na luta pelos direitos indígenas está na concessão que o Estado ofertou aos povos indígenas, quando, por exemplo, da demarcação das terras indígenas. O resultado de ações benéficas aos povos indígenas nada mais foi do que a ação

abnegada de certos indigenistas que influenciados por um ideal rondoniano consagrou práticas de salvaguarda aos indígenas que estavam pressionados por agentes econômicos e demais atores que desafiavam a sua existência. Neste sentido:

> Ao mesmo tempo, essa nova geração de indigenistas não deixaria que os militares comandassem a Funai como pretendiam. Ao contrário, abriu-a ao conhecimento e à participação dos índios, que logo descobririam como ajudar os seus amigos indigenistas no processo de tornar o indigenismo uma missão de respeito e amizade. O processo de demarcação de terras indígenas em extensões maiores deve a nova geração de indigenistas tanto quanto aos próprios povos indígenas e suas lideranças que apareceram no panorama político-cultural brasileiro a partir da década de 1970; São tantos esses novos indigenistas, homens e mulheres, em vários postos da Funai, mas especialmente nos postos indígenas, que qualquer menção de nomes suscitaria novos nomes e talvez algum esquecimento indevido. (GOMES, 2009, p. 177)

Parece um tanto pueril acreditar que a iniciativa desprendida de alguns servidores alocados na estrutura burocrática do Estado brasileiro pudesse realizar grandes transformações no sentido de melhorar as condições de vida das populações indígenas, como na ampliação da demarcação de terras indígenas. Fica evidente que no panorama apresentado ficaria mais crível caso haja um confluir de forças pelos direitos indígenas, com a aglutinação de integrantes do movimento indígena, demais organizações da sociedade civil e até de servidores da FUNAI identificados com a causa indígena. Portanto:

> No mesmo momento, organizações não-governamentais, patrocinadas por igrejas e fundações européias, foram criadas por antropólogos formados nos programas de pós-graduação (alguns dos quais já tinham trabalhado na FUNAI). Seu objetivo era o de coordenar projetos de ação junto às populações indígenas, desafiando assim o monopólio relativo da FUNAI no campo da intervenção direta, monopólio garantido pelas leis do estado e pelo regime militar. Esses atores sociais também reivindicavam o caráter *indigenista* de seus trabalhos; reencontramos aqui a influência das propostas de uma antropologia de ação [...]. (LIMA, 2002, p. 178, grifo do autor)

Em tempo mais presente, ocorreram grandes reformulações da política indigenista executada pelo Estado brasileiro. Em função das reconfigurações jurídico-legais do Estado brasileiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e os próprios movimentos indígenas, a tutela foi mitigada. Assim:

> Adotou-se na última década uma política, nem sempre linear e com contradições, que vem procurando superar obstáculos para fortalecer a estrutura jurídica e institucional do país, com o objetivo de promover a defesa dos direitos indígenas e garantir o protagonismo desses povos. Em seus dois mandatos, o governo Lula contribui fortemente para romper preconceitos e superar a cultura tutelar assistencialista e clientelista, ainda remanescente na política indigenista nacional [...]. (MEIRA, 2013, p. 108)

Cabe aqui retificar a fala do ex-presidente da FUNAI no que é pertinente a garantia do protagonismo dos povos indígenas. A garantia de tal protagonismo e do poder indígena está

nas lutas realizadas historicamente e no cotidiano, na rua, nas construções coletivas pelos direitos indígenas. Não se pode imaginar, conforme a passagem induz, que o protagonismo passa por uma concessão de uma política de Estado. Como contraponto:

> Ademais, como um dos resultados do protagonismo indígena, foram criados, em várias regiões do país, os museus indígenas, que constituem espaços de interlocução e de valorização cultural dos povos envolvidos. (VELTHEM; BENCHIMOL, 2018, p. 479)

A iniciativa dos museus indígenas é um importante indício de que a formação de instituições de maneira autônoma, para além dos poderes do Estado, seja o marco de um processo crescente de autonomização informacional dos poderes indígenas. E cabe ainda destacar que a própria concepção de museu mudou, visto que:

> O Museu, enquanto lugar, um entre quatro paredes, da acumulação e exposição de documentos, conforme o sentido da história do homem e da nação não parece mais ser o museu de hoje. O museu perdeu suas fronteiras, não só suas paredes. Abrindo-se como espaço e no espaço, incluindo aqui o ciberespaço, não existem mais claras linhas divisórias entre o acervo nele contido e o acervo que ele não contém e está fora de seus muros [...]. (FERNANDES, 2004, p. 190)

No máximo, o que o Estado pode ofertar aos povos indígenas engajados e em luta permanente pela garantia de seus direitos é na institucionalização de canais de diálogo permanente com as instituições que tenham relação direta com as demandas indígenas, como a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da própria FUNAI.

Como será possível refletir em algumas passagens desta tese, há momentos em que o Estado exercerá o seu poder no sentido de fagocitar as ações emancipadoras da sociedade civil. Deste modo, o que parece uma ação de democratização do Estado para com a sociedade que lhe deve contas é, na verdade, uma virada política de encampamento de iniciativas libertadoras que a sociedade vem ganhando nas últimas décadas de pautar reivindicações e lutar pelos seus direitos. Estes movimentos de encampação também são processados no âmbito documentário, quando a ação emancipadora dos povos indígenas no que se refere ao fenômeno informacional é redirecionada por mecanismos de financiamento e de organização documentário com o objetivo de estabelecer aquilo que será digno de ser preservado ou esquecido.

3 REFLEXÕES SOBRE ARQUIVO E INFORMAÇÃO PARA A GARANTIA DOS DIREITOS INDÍGENAS

Neste capítulo será abordada a relação que há entre os arquivos[11] que tratam a temática indígena, mais especificamente, os de natureza estatal. Os arquivos indigenistas produzidos pelo Estado brasileiro produziram reflexos quanto à informação indígena, gerando consequências para os povos indígenas, como a garantia de direitos territoriais.

A relação entre catequese ou proteção eclesiástica estava na gênese do elo com os povos indígenas e as consequências resultantes desta ação. Vejamos por Ribeiro (1962, p. 13) esta distinção:

> Em meio a estes debates, o País toma consciência do problema indígena, definindo-se logo duas correntes opostas. Uma, religiosa, que defendia a catequese católica como a única solução compatível com a formação do povo brasileiro. Outra, leiga, argumentava que a assistência protetora ao índio competia privativamente ao Estado. Sendo este leigo, leiga devia ser a assistência mesmo porque mais de uma religião era professada pelo povo e cabia assegurar ao índio plena liberdade de consciência para, uma vez capacitado, escolher sua própria fé, e bem assim garantir a todas as confissões religiosas o direito de fazer prosélitos entre eles.

Ganhando a tese da proteção estatal, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios, foi iniciado o acúmulo documentário. Portanto, os documentos do Estado comprovam a sedimentação de indígenas em diversas localidades do território brasileiro. Por fim, o Estado brasileiro estabelece um poder permanente para com o seu território, sendo um dos aspectos de domínio. (MELLO, 2018d)

A documentação de natureza etnológica acumulada sobre os povos indígenas possui uma história de muitos contratempos e uma trajetória de quase perda. Isto porque a partir da própria concepção das ações de memória executadas em território brasileiro é observada a falta de acuidade com o patrimônio nacional. Em sequência:

> Em 16 de junho de 1967, um incêndio destruiu sete andares do edifício do Ministério da Agricultura, em Brasília, transformando em cinzas arquivos administrativos, filmes, mapas, gravações e artefatos depositados na sede do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Na época, o incêndio "suspeito" foi tido por algumas personalidades como criminoso, uma 'queima de arquivo', já que ocorrera após a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito do SPI pelo Ministro do Interior, General Albuquerque Lima (FREIRE, 2011, p. 11)

[11] Não comecemos pelo começo nem mesmo pelo arquivo. Mas pela palavra "arquivo" – e pelo arquivo de uma palavra tão familiar. *Arkhê*, lembremos, designa ao mesmo tempo o *começo* e o *comando*. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, *ali onde* as coisas *começam* – princípio físico, histórico ou ontológico -, mas também o princípio da lei *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social, *nesse lugar* a partir do qual a *ordem* é dada – princípio nomológico. (DERRIDA, 2001, p. 11, grifos do autor)

O incêndio, de natureza criminosa ou não, foi um marco negativo do acúmulo documentário posto em execução pelo SPI em boa parte do século XX. Isto porque "poderiam ajudar nas demandas dos povos indígenas pela demarcação de suas terras." (GOMES, 2008, p. 19)

Destarte, boa parte da documentação esteve praticamente perdida, tendo sido necessários esforços para recuperar os documentos dispersos em regiões do país, com ações de recolhimento nas então denominadas Delegacias Regionais (DRs) da Fundação Nacional do Índio por documentalistas do Museu do Índio. Em meados dos anos de 1970 é criado o Centro de Documentação Etnológica (CDE) que teria um papel fundamental na construção deste repositório[12] de documentos. Vejamos quais seriam as funções do Centro:

> 1) A criação de um sistema de arquivo que priorizasse a salvaguarda, o controle e a organização de toda e qualquer documentação, em particular a de interesse etnológico e indigenista, que contemplasse a totalidade da documentação sob a esfera da FUNAI e reunisse os arquivos de outras instituições relacionadas ao contato com os povos indígenas, tendo em vista a "reconstrução" do acervo perdido em 1967;
>
> 2) A organização de um arquivo para cada grupo indígena, com informações úteis para a pesquisa etnológica e documentos de natureza legal referentes às suas terras;
>
> 3) A formulação de um programa sistemático de pesquisas etno-históricas. (MOREIRA NETO, 1979, p. 13)

O intitulado CDE teve um importante papel na organização dos documentos produzidos pelo Estado na época do SPI. A partir deste trabalho, foi possível a reconstituição do trabalho indigenista, como no subsídio para a instrução de processos administrativos para a demarcação de terras indígenas e para a comprovação da presença de indígenas em diversas regiões do território brasileiro.

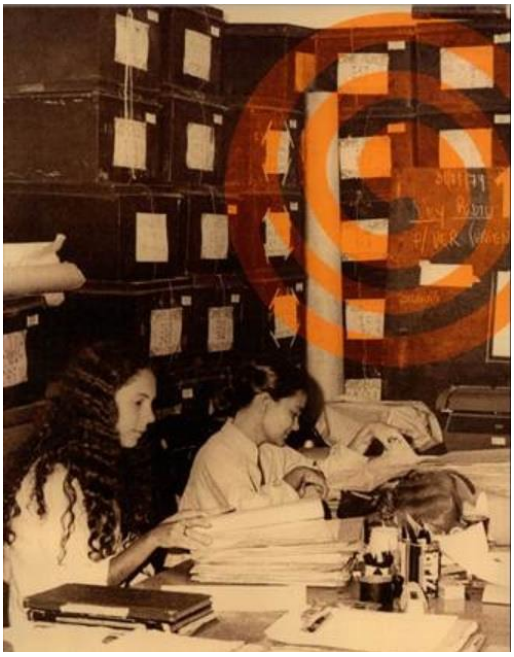
A seguir, há uma prova documental rara da ação de documentalistas no arquivo do Museu do Índio, mais especificamente, no Centro de Documentação Etnológica. É também importante lembrar os profissionais que fizeram parte do CDE como o antropólogo Carlos Araújo Moreira Neto, a documentalista Clara Galvão, que hoje nomina uma das bibliotecas do Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém do Pará, assim como a bibliotecária Maria de Pompéa de Araújo Lima.[13]

---

[12] **Repositório** - 1. Lugar físico ou digital onde objetos são armazenados por um período de tempo. Objetos individuais podem ser consultados caso sejam solicitados pelos usuários e quando atendam suas necessidades de informação. 2. Conjunto ou base de dados com informações importantes. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 321, grifo dos autores)

[13] Na realização desse trabalho, não podemos nos esquecer da atuação da bibliotecária Maria de Pompéa Araújo Lima, então Chefe da Biblioteca Marechal Rondon. Sua atuação na organização da biblioteca e no recebimento de material arquivístico foi importante para a disseminação de informações produzidas no tempo do SPI e

Fotografia 4 – Documentalistas trabalhando no Centro de Documentação Etnológica



Fonte: (FREIRE, 2011, [p. 10]).

Em um primeiro momento, a destruição do arquivo do SPI simbolizou uma tragédia para a garantia dos direitos indígenas. Isto porque: "todos os atos legais referentes à demarcação de terras indígenas desde o início da República, foram perdidos." (MOREIRA *apud* MOREIRA, 2008, p. 9). No entanto, as ações documentárias de salvaguarda possibilitaram a recuperação da documentação existente.

Ainda cabe destacar a importância que tem a ação de historiadores para o surgimento de novos nexos documentários acerca da história dos povos indígenas. A perda informacional foi dirimida, porém profissionais da memória podem ainda contribuir para a reconstituição de aspectos da história de contato dos povos indígenas com o Estado brasileiro. Ainda sobre o CDE:

> O Centro de Documentação foi criado com a finalidade de dotar as unidades descentralizadas da FUNAI, no Rio de Janeiro em Brasília, de uma infra-estrutura devidamente operacionalizada para atender às exigências do órgão. Os seus objetivos incluem recolhimento, classificação, reprodução e utilização dos documentos primários existentes nos diversos setores da FUNAI, proporcionando ao usuário informações normalizadas para estudos de política indigenista e pesquisas etnológicas, e a sistematização dos dados documentários e bibliográficos existentes em outras instituições, além da elaboração e divulgação de trabalho no âmbito das especialidades cultivadas no Centro. (GALVÃO; LIMA, 1983, p. 38)

O trabalho ainda teve uma maior relevância se levarmos em conta um grave fato ocorrido quando do final do SPI: o incêndio no arquivo central do SPI em Brasília, conforme

---

significou a perenidade dos registros realizados pela política indigenista em tempo outrora. (MELLO, 2017b, p. 33)

já mencionado. Boa parte da história do indigenismo oficial produzido pelo Estado brasileiro no século XX se transformou em cinzas. Assim, para a recuperação parcial da história do Estado para com os povos indígenas, foi necessária a busca nas unidades descentralizadas em que a FUNAI realizava a execução da política indigenista. Assim:

> Mais tarde, durante a ditadura militar, já com a Funai, o Museu do Índio, mediante o esforço de Carlos Moreira Neto, resgatou grande parte do material etnográfico, etno-histórico e administrativo, na forma de relatórios, fotografias, mapas e croquis que ainda restavam nas velhas inspetorias do SPI, espalhadas pelo Brasil (pois um incêndio criminoso havia destruído quase todo o arquivo do SPI em 1967). Esse é o material com o qual muitas terras indígenas foram posteriormente reconhecidas e legalizadas, sem o qual não haveria provas suficientes para comprová-las. (GOMES, 2009, p. 183)

Mesmo com o trabalho de reunir a documentação dispersa pelo território brasileiro, os arquivos se encontravam no que podemos chamar de caos documentário, conceito este elaborado pelo documentalista Bradford (1961), que sintetiza um acúmulo não programado de documentação gerada por uma entidade produtora. E como são definidos os arquivos aqui mencionados:

> Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente. (SCHELLENBERG, 2002, p. 41)

É possível afirmar que o recolhimento e a salvaguarda desta documentação permitiram a garantia das terras indígenas. Estas localidades devem estar embasadas numa documentação para que tenha a possibilidade de resgatar a memória da presença dos povos indígenas numa determinada localidade do país e sua possível transformação em terra indígena (TI) reconhecida pelo Estado brasileiro.

Estes documentos da ação indigenista, únicos do contato intermitente com os povos indígenas, podem representar uma incorporação de povos excluídos do processo gerado com o aprofundamento da democratização do Estado brasileiro. E o próprio processo de incorporação dessas parcelas da sociedade brasileira sinaliza para uma ampliação da democratização, assim como dos etnoconhecimentos existentes. Deste modo:

> É dentro desse quadro conceitual que vem sendo usualmente tratada a questão da incorporação dos povos indígenas às sociedades nacionais, focalizada por meio das diferentes esferas de contradições e impasses (econômicos, político-jurídicos, socioculturais e éticos) que suscita. Mas a realidade atual é de um mundo globalizado no qual as sociedades mantêm fronteiras porosas, são atravessadas por múltiplos processos de diásporas e operam uma revalorização de identidades e saberes locais. (OLIVEIRA, 2002, p. 105)

Esta incorporação à qual Oliveira (2002) se refere ocorre em diversos níveis, como na garantia às terras tradicionalmente ocupadas, o acesso aos serviços de saúde e ao acervo documental referente à história destes povos. Este conhecimento se tornou um fator de desenvolvimento das potencialidades dos povos indígenas, como também do acesso às informações que remontam, por exemplo, a constituição da cultura material que determina a que povo pertence um determinado indivíduo.

Quanto à contemporaneidade e a chamada sociedade da informação, uma das principais características é a importância dada à informação e ao modo como ela é produzida, registrada, disseminada, transmitida e recebida pelos agentes que interagem em sociedade, ou seja, o ciclo por ela realizado. Conforme explana Le Coadic (2004, p. 4):

> A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

A importância da informação foi sendo alterada e reestruturada ao longo do tempo, porém, nos dias de hoje, há um superdimensionamento deste conceito utilizado com frequência na contemporaneidade. Assim, como as sociedades entendem o fenômeno informacional dependem muito da forma como ela é apreendida do ponto de vista hermenêutico. Segundo Machado (2003, p. 15):

> Na linguagem comum, o conceito de informação está sempre ligado ao significado e é usado como sinônimo de mensagem, notícia, fatos e ideias que são adquiridos e passados adiante como conhecimento. O homem procura manter-se informado sobre a vida política do país e do mundo, sobre os progressos da ciência, pelo simples prazer de saber. Ao uso comum do conceito de informação exprime uma concepção antropomórfica do vocábulo.

Assim, os indivíduos em sociedade detêm informações para se sentirem atualizados do que os circundam na vida cotidiana e prosaica. Todavia, o significado e a necessidade deste uso da informação são relativos e dependem muitas vezes da realidade circunscrita dos atores sociais em interação. Dentre os indivíduos em sociedade mencionados, ficam evidentes que os povos indígenas também são atores importantes neste processo da emergência fenomênica informacional.

Como já há uma imersão sobre a problemática do que seja a informação, seria importante também delimitar em qual contexto a Ciência da Informação veio surgir. É oportuno desde o início explanar que no âmbito da CI, o seu objeto de estudo era exclusivamente atender aspectos informacionais no âmbito da ciência e tecnologia, a partir da

perspectiva anglo-saxônica, com vistas a atender demandas que não contemplasse o paradigma social da Ciência da Informação (FRANCELIN, 2017). Logo:

> Nascida formalmente em 1962, em uma reunião do Georgia Institute of Technology foi definida como "a ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para acessibilidade e usabilidade ótimas. Os processos incluem a geração, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. A área é derivada de ou relacionada à matemática, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia computacional, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, administração e algumas outras áreas. (SHERA *apud* BRAGA, 1995, p. 4)

Conforme explanação, a Ciência da Informação é depositária de uma gama de disciplinas para o entendimento do fenômeno informacional. Já em nosso sujeito-objeto de estudo, o fenômeno informacional indígena, há a contribuição de áreas correlatas aos estudos indigenistas, perfazendo deste modo uma aproximação do que seria essa tal emergência do fenômeno na era atual.

Ainda quanto ao surgimento da Ciência da Informação, é necessário também realçar para o problema que estava acontecendo em função do exponencial crescimento da produção de informações de natureza científica. O caráter interdisciplinar desta nova área do conhecimento em surgimento também aparece como um fator delineador do começo de uma nova fase para os estudos da produção científica no mundo moderno. Assim:

> É nesse estado de coisas, e em decorrência da situação quase caótica do crescimento da produção científica e tecnológica e da dificuldade de sua utilização e com a guerra já irrompida, que no início da década de 40 começa a se definir uma atividade interdisciplinar constituída pelo estudo sistemático e racional da documentação científica e da sua utilização para a obtenção de informes. O trabalho baseado em pesquisas operacionais, na terrível situação de premência da guerra, deu a base fundamental da metodologia do que hoje é denominada de Ciência da Informação. (DIAS, 1978, p. 28)

Um aspecto de relevância a ser abordado é no que tange às especificidades do paradigma social da Ciência da Informação, visto que o fenômeno informacional indígena abordado nesta tese caberia neste paradigma da área de conhecimento em estudo. Isto porque:

> O paradigma social recoloca o homem no centro, porém, diferentemente do paradigma dominante do século XVI, ele não está sozinho. Se, como defende Santos (2005, p. 20), as ciências sociais são o "pólo catalisador" para as outras ciências, ela será parte do núcleo do mundo. Porém, esse núcleo não parece ser um ambiente harmônico, pelo contrário, trata-se de um universo instável e efervescente. (FRANCELIN, 2017, p. 8)

A ideia de informação surge no contexto de uma maior necessidade da mesma pela sociedade em virtude da crescente complexidade nas grandes cidades e do avanço do

capitalismo. Esta emergência informacional se torna algo a ser inteligível pelos poderes constituintes assim como um lugar de destaque para os detentores de poder. Portanto:

> A invenção do informacional, entendida como uma atmosfera contemporânea na qual o termo informação passa a ter um lugar de destaque em diversos campos das atividades humanas, se dá no período entre Guerras, em parceria com metodologias de representação do conhecimento, no quadro de diferentes formas de estruturas, objetivando sua recuperação a partir do reconhecimento da necessidade social de informação. (SILVA, 2016, p. 110)

Cativante esta invenção do informacional. As sociedades no contexto do avançar socioeconômico moderno resolveram elaborar um conceito que tenha um lugar de prestígio e destaque. O "ter informação", seja nos arquivos do Estado ou de dados dentro da lógica da disputa de mercados capitalista se torna fundamental na vida em sociedade e para a sobrevivência de grupos econômicos, agentes públicos que detêm o dever de proteger a sociedade (leia-se o Estado) e sociedades indígenas.

Sendo uma invenção, cada agrupamento humano poderia criar a sua maneira o que seria o informacional, ou melhor, dizendo, a invenção do informacional. No âmbito da Ciência da Informação, o fenômeno informacional abordado é de natureza hegemônica, visto os interesses estatais e de mercado sobre o seu surgimento e posterior fomento. Povos indígenas estão fomentando outras invenções e criações, a fim de abarcar por meio de suas perspectivas, o que seria o informacional.

Por informacional também poderia se expor aquilo que seria relevante para grupos não hegemônicos. Assim, a perspectiva daquilo que seria relevante depende do seu interlocutor, pois no que concerne a relevância "foi provado que relevância não pode ser estudada como um fenômeno isolado; visto que depende de muitos fatores do processo de comunicação [...]." (FIGUEIREDO, 1977, p. 77)

A estrutura constituída pela Ciência da Informação em sua gênese deve avançar para além dos marcos hegemônicos conhecidos pelas disciplinas colaboradoras da área, como a Biblioteconomia e a Administração (MACIEL; MENDONÇA, 2000). Saberes indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais outros saberes também farão parte, ou já estão em curso, para a constituição da chamada CI.

Evidentemente que a afirmação acima faz parte de um contexto da luta epistêmica e política na qual saberes esmaecidos emergem a medida que os próprios atores do tempo presente se articulam e realizam esforços de visibilidade informacional (PIMENTA, 2016). Portanto:

> A reflexão é por uma produção de conhecimento que caminhe menos de acordo com o tempo e a força de um mercado castrador, e que seja capaz de se libertar da

> redoma da "Information Science" e de seus marcos representativos dominantes, na maioria das vezes pautados por discursos estrangeiros que, inclusive, desconhecem a realidade latinoamericana e, sobretudo, a brasileira. Abrir as janelas da Ciência da Informação significa proporcionarmos a nós mesmos, pesquisadores, a possibilidade de espiarmos o "mundo da vida", desenclausurando-nos de uma "interdisciplinaridade" altamente disciplinar, dos efeitos "tóxicos" de uma tecnologia dos "cifrões", das anestesias métricas que nos privam de tocar as imensas e dissonantes formas de gerar, sentir e ser informação. (AMORIM; SALDANHA, 2016, p. 14)

Ao tratar o fenômeno informacional indígena e suas consequências mais imediatas como a criação de centros de documentação, há a aproximação na tentativa de sentir o que seria a informação para os povos indígenas. Uma questão de poder, de apetecer, de existir, de quais seriam os meandros que os fluxos informacionais estão desaguando para eles. Nesta seara, como bem alertado (AMORIM; SALDANHA, 2016), há o mundo da vida real, que se faz de pessoas com sentimentos, conflitos e paixões para além dos enquadramentos de cunho meramente mercadológico com finalidades específicas de desenvolvimento econômico da capacidade produtiva de um país ou do poder de controle e vigilância do Estado.

Um questionamento relevante imperioso nesta aproximação entre informação e formas de pensar e sentir para além dos cânones de uma Ciência da Informação *strictu sensu* seria pensar até que ponto saberes sujeitados[14], por exemplo, não seriam fagocitados pelas características da redoma encontrada em estudos neste sentido. Ou seja, centros de documentação de natureza etnológica que objetivam em seus documentos o fenômeno informacional indígena acabam reproduzindo lógicas de organização e disseminação da informação não muito diferentes das *hard science* e outras logicidades tão conhecidas.

O desafio tanto para povos indígenas, sujeito-objeto do estudo aqui empreendido, como para pesquisadores da Ciência da Informação estaria na compreensão de outras lógicas organizacionais, como aquela preconizada pela epistemografia, que perfizesse estruturações paralógicas etnológicas, realizando assim um novo conhecimento.

Ainda no bojo quanto à emergência do paradigma social da Ciência da Informação, há de se realçar que tal modelo pretende abarcar não apenas um novo modo de pensar o fazer

[14] Por "saberes sujeitados", eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. E foi pelo reaparecimento desses saberes de baixo, desses saberes não qualificados, desses saberes desqualificados mesmo, foi pelo reaparecimento desses saberes: o do psiquiatrizado, o do doente, o do enfermeiro, o do médico, o saber do delinquente, etc. - esse saber que denominarei, se quiserem, o "saber das pessoas" (e que não é de modo algum um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam) -, foi pelo reaparecimento desses saberes locais das pessoas, desses saberes desqualificados, que foi feita a crítica. (FOUCAULT, 1996, p. 12)

científico, como também a possibilidade de uma inovadora construção identitária para uma vida justa socialmente e mais ética no trato societário. Deste modo:

> O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco considerávamos insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natureza/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objectivo, colectivo/individual, animal/pessoa. Este relativo colapso das distinções dicotómicas repercute-se nas disciplinas científicas que sobre elas se fundaram. (SANTOS, 1999, p. 39-40)

Do caminho aventado pelo Perspectivismo (CASTRO, 1996) existe uma reflexão no sentido de nos aproximarmos do fenômeno informacional indígena e dos desdobramentos informacionais em curso. Assim, haveria espaços para experiências que viessem a contribuir para a apreensão de novas realidades informacionais e documentárias, visando a reelaboração de paradigmas de instrumentos documentários e classificatórios, por exemplo.

A própria constituição do fenômeno em problematização nos remete para o questionamento de instituições que teriam por fim a defesa dos direitos indígenas. Conforme explanado anteriormente, a própria existência do CDE se bastaria em si se de fato contemplasse a participação efetiva dos povos indígenas, assim como também na defesa dos direitos indígenas, como dos seus territórios.

No entanto, há profundas mudanças no tratar da informação pelos povos indígenas, transbordando para novas configurações institucionais. Se o Estado ainda não está galvanizado em um movimento de democratização efetiva dos seus acervos e na própria lógica de organização do conhecimento posto em práticas documentárias, grupos obliterados do empoderamento informacional resolveram criar seus próprios repositórios e demais instrumentos que venham acolher demandas reprimidas e não atendidas pelos agentes estatais.

Deste modo, a informação etnológica é uma consequência do poderio do Estado estabelecido em arquivos constituídos em instituições. Nos documentos, não está representada a voz dos povos indígenas, mas sim o domínio do Estado sob seus territórios, meramente concedida numa dada realidade histórica mais progressista quanto aos direitos sociais e no patentear de memórias subterrâneas. Assim: “Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.” (POLLAK, 1989, p. 4). Dessarte, conjunturas históricas e políticas são transmutadas e acervos se tornam também opacos para as novas realidades que estão se rearranjando.

Um ponto que merece ser reiterado é quanto à lógica de organização de conhecimento dos povos indígenas. Já seria um avanço a documentação pelos mesmos de seus rituais, de seu

território e das suas condições de vida e existência. No entanto, o maior avanço estaria numa organização do conhecimento neófito, inovador, singular, calcada nas especificidades étnicas de cada povo indígena.

No pensar da estruturação de centros de documentação de povos indígenas também é possível remeter para a ruptura epistemológica em curso, muito em função da dilatação da mudança de eixo do que é conhecido hoje como senso comum. Se antes a exploração científica e a organização de acervos ocorriam no âmbito de um saber hermético, fechado, dito científico, na denominada pós-modernidade, o caminho ocorre de maneira invertida. Assim:

> Na ciência moderna a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico; na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum. O conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum. (SANTOS, 1999, p. 57)

Talvez com o ferramental proporcionado no tempo atual pela Ciência da Informação não seja possível uma efetividade na consecução de tal objetivo. Porém, a própria problematização de posturas hegemônicas, assim como o ventilar de novas possibilidades informacionais criam condições menos adversas na constituição de inovadores estudos informacionais e, principalmente, possibilidades de avanço pela autonomização de estratos que vivem na *hinterlândia* informacional.

A passagem, conforme explanada por Santos (1999) de converter o senso comum a partir do conhecimento científico é onde reside esta intitulada *hinterlândia* informacional. Isto porque os conhecimentos ou memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) deixam de estar na periferia de composições sociais heterogêneas para agora se apresentarem de maneira vigorosa, em um processo de fratura: “Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades.” (POLLAK, 1989, p. 5)

A dominação imposta àqueles que vivem na *hinterlândia* informacional tem sua gênese e desenvolvimento de modo orientado, com o objetivo de atender aos seus interesses e se proteger de ameaças da lógica criada para certo horizonte da compreensão de mundo a partir de outra logicidade que admitisse a contradição em seu âmago. Ainda neste sentido:

> Dispositivos forjados a partir da cultura dominante contribuem, assim, para a integração real da classe dominante, assegurando comunicação imediata entre seus membros. Para Bourdieu (2012), os dominantes estão envolvidos em uma luta simbólica para imporem a definição do mundo social e para continuamente

> garantirem seus interesses, reproduzindo, no campo das tomadas de decisões ideológicas, o campo das posições sociais. Isso quer dizer que conseguem afirmar instrumentos de conhecimento arbitrários, embora ignorados como tais, na realidade social, estabelecendo uma integração fictícia de muitas pessoas a um projeto particular. A ciência, enquanto evocada com naturalidade, longe de controvérsias, promove a construção de consensos em torno de determinadas visões de mundo, contribuindo para legitimar a dominação. (AMORIM; SALDANHA, 2016, p. 10)

Com o surgimento da Ciência da Informação e a diversidade de disciplinas que contribuem para o entendimento do fenômeno informacional na sociedade contemporânea, há também de se problematizar como a própria palavra informação[15], polissêmico por definição, carrega uma dificuldade para o acompanhamento da sua evolução terminológica e dos fenômenos advindos dele. Neste sentido:

> [...] a palavra informação tem uma história muito mais rica que os campos de investigação conhecidos como biblioteconomia, documentação e CI, que são, em grande medida, produtos do século XX. Acompanhar a influência deste termo, e da complexa rede de disciplinas ligadas a ele é, de fato, difícil. (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 176)

Para o aspecto fenomênico da informação ainda cabe também envidar a iniciativa de o compreender do ponto de vista etimológico, visto que a palavra pode ser também a tradução de um sentido para uma melhor apreciação do que seria a informação. Ainda importante abordar que a informação é uma entidade abstrata e, assim sendo, a realização do esforço de conceituação é de natureza polissemântica e complexa. Logo:

> Finalmente, a raiz etimológica de informação, que equivale a dar forma, pôr em forma, formar, configurar e, por extensão, representar, apresentar, ou criar uma idéia ou uma noção, é um ponto de partida válido. Informar é certamente dar forma ou suporte material a uma vivência pessoal ou à imagem mental do sujeito emissor, mas é também algo mais que isso. O suporte ou forma necessita de associar-se a uma série de signos ou símbolos convencionais que objetivem aquela forma para torná-la transmissível. O sujeito ativo transforma a imagem mental formalizada (mensagem) em uma série de signos (codificações) que se transmitem para ser decifrados e interpretados pelo sujeito receptor. Além disso, esse binômio forma-semântica, para ser uma verdadeira informação, deve reunir um terceiro elemento teleológico ou de sentido, que se resume no aperfeiçoamento da sociedade. A informação é a transmissão de mensagens que difundem o patrimônio de conhecimentos que a humanidade vai acumulando, e que "informam" o mundo com uma projeção de futuro. Concebe-se a informação como comunicação social difusora de cultura. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1986, p. 599)

Se as novas dinâmicas produzidas pela informação são complexas no tratar do advento informacional na contemporaneidade, no que tange ao fenômeno informacional indígena se

[15] **Informação**. 1. BIB 1.1 Registro de um conhecimento que pode ser necessário a uma decisão. A expressão "registro" inclui não só os documentos tipográficos, mas também os reprográficos, e quaisquer outros suscetíveis de serem armazenados visando sua utilização. 1.2 Informação, na sua definição mais ampla, é uma prova que sustenta ou apóia um fato. 1.3 Registro de um conhecimento para utilização posterior. 1.4 Dados numéricos alfabéticos ou alfanuméricos processados por computador. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 201, grifo dos autores)

torna de maior amplitude. Além dos desafios postos de natureza documentária e tecnológica, há também outras especificidades étnicas e culturais que devem ser levados em conta, abastecendo assim um maior entendimento para os desafios a serem enfrentados na (des) organização do conhecimento produzidos e disseminados. Ainda sobre a opressão da lógica reinante e sua imposição:

> Ao longo da história da lógica e da epistemologia, dogmas e repressões múltiplas e redundantes foram impostos em relação aos modos humanos de autocompreensão e de perceber o mundo do qual eles fazem parte. Uma dessas violações sistemáticas - reiteradas em cada tratado, em cada teoria, em cada afirmação inquestionável e cotidiana - diz respeito à esfera do conhecimento: seres de natureza contraditória - salvos pela astuta estratégia que o pragmatismo de cada situação proporciona -, Sendo seres pré-programados e desesperados diante de um mundo estranho que devemos reelaborar a cada dia, ou de aparência contraditória, somos forçados a aceitar o governo de uma lógica única e universal, que nega que a condição constitucional da diversidade seja sua contradição constitutiva. **A unidade lógica é, por excelência, inimiga do diverso**.[16] (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2007, p. 10, grifo nosso)

Este uso de informações também necessita de certos suportes para que possam transmitir às futuras gerações os conhecimentos adquiridos na perpetuação da espécie. Diferente dos animais, os seres humanos nascem dentro de estruturas de aprendizagem e comportamento que existiam antes de nós e as utilizam para delas extrair informações sobre a realidade social e o lugar que nele ocupam. Conforme exposto abaixo:

> O documento é uma inerência da condição humana. Nada fazemos, realmente, sem ele. Nada somos quando ele também não é. Atos ou intenções ganham sua dimensão real se documentados. Não é possível concebermos nenhuma de nossas ações ou relações, de qualquer natureza, quer administrativas, jurídicas, econômicas, políticas ou científicas, nas quais não intervenha ou decorra o documento, como instrumental indispensável para propagação da cultura e realização dos negócios. [...]. E a criação de documento escrito, ao tempo que o constitui como material por excelência dos arquivos, fica, também, o ingresso da humanidade na época chamada histórica. (ESPOSEL, 1994, p. 60)

Para o armazenamento deste estoque de informação, sentimos a necessidade desde a Antiguidade da construção de arquivos para o fim de salvaguardar a cultura acumulada ao longo do tempo. A permanência e a conservação informacional são essenciais para a continuidade de uma cultura. Logo, os seres humanos poderão se beneficiar dos

[16] A lo largo de la historia de la lógica y de la epistemología se han impuesto dogmas y represiones múltiples y redundantes em relación a los modos humanos de autocomprensión y de percibir el mundo del que forma parte. Una de estas violaciones sistemáticas – reiterada en cada tratado, en cada teoría, en cada afirmación incuestionable y cotidiana - atañe a la esfera del conocimiento: siendo seres de una natureza contradictoria - salvada por la sagaz estrategia que proporciona el pragmatismo de cada situación - , siendo seres pre-programadamente desesperados ante un mundo extraño que debemos re-elaborar cada día, o de apariencia contradictoria, nos vemos forzados a aceptar el gobierno de una lógica única y universal, que niega esa condición constitucional de la diversidad es su contradicción constituyente. La unidad lógica es, por excelencia, enemiga de lo diverso.

conhecimentos produzidos por outros e deverão ter um tipo singular de armazenagem para transmitir esses benefícios através dos tempos.

Há uma imperiosa necessidade que extrapola a alçada dos indivíduos em realizar uma acumulação documentária com o fito de documentar a existência dos seres humanos de forma perene ou enquanto existirem os centros de documentação para que venham garantir a salvaguarda deste material acumulado ao longo do tempo. Devido à própria peculiaridade do fato social a partir da conceituação de Durkheim (1978), a informação detém características que independem da existência dos indivíduos, já que a sua formação é precedida pela própria vida em sociedade.

Os profissionais da informação ou da memória como bibliotecários, arquivistas, museólogos, os documentalistas em geral, têm a necessidade de estudar a informação em um contexto bem definido, tanto em relação ao suporte que o sustenta, quanto em relação à instituição que o abriga (MELLO; PIMENTA, 2018). O suporte físico, como o papel e a película, é certamente tangível e passível de manipulação em seu conteúdo. Portanto:

> A Informação distingue-se, sem se separar, que do *conhecimento* que da *comunicação*, constituindo não uma substância indefinida e etérea, mas sim um fenômeno (humano e social) susceptível de ser conhecido cientificamente. Mais ainda: ela não se reduz, portanto, a um facto, a uma notícia ou a um qualquer dado de conhecimento, mas abarca impressões, emoções, sentimentos desde que, obviamente, (des) codificados humana e socialmente. E é nesta globalidade e amplitude que ela se dá a conhecer e se constitui como objecto de uma *Ciência*. Dá-se a conhecer ou pode vir a ser desvendada no seu âmago legitima a existência de uma (não de várias...) *Ciência da Informação* centrada nas propriedades do objecto/fenómeno e do processo em que o fenômeno se transforma quando ocorrem situações marcadas pela dinâmica sócio-comunicacional. (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 43, grifos do autor)

Conforme explicitado pela *Madame Documentation* (MAACK, p. 95), o documento possui por natureza um valor probatório para que possa ratificar certas manifestações culturais em determinado espaço temporal. Ainda partindo da definição clássica da documentalista Suzanne Briet (*apud* MACHADO, 2003, p. 25), “documento é toda base de conteúdo informacional, fixada materialmente e suscetível de estudo, prova ou confronto.”

No entanto, não é qualquer manifestação material que indicaria o que seria um documento. Há a necessidade de se passar por alguns processos legitimadores, como o processo de documentação, para aquele bem se tornar de fato um documento. São precisos alguns procedimentos para que seja validado um objeto criado na qualidade de um ente documental. Assim:

> Uma estrela é um documento? Um seixo rolado pela correnteza é um documento? Um animal vivo é um documento? Não, mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico. (BRIET[17], 2016, p. 1)

Assim, a documentação apenas existirá quando os registros linguísticos indígenas, por exemplo, fizerem parte de um sistema de informação ou forem feitos produtos, como gramáticas ou dicionários, para que possam materializar e disponibilizar aquela inscrição adquirida em pesquisas feitas em campo.

Ainda segundo Briet (2016), a documentação terá a responsabilidade de gerar frutos importantes, como a dinamização na cultura moderna. As atividades técnicas típicas da documentação, como a seleção e a análise documentária, produzirá uma massa documental que fomentará outras atividades humanas para uma possível melhoria da vida em sociedade.

Outro ponto chave para a compreensão da documentação para Briet (2016) é a relação entre o documento inicial e a documentação derivada. Aquele animal simplesmente foi empalhado em um museu porque já existiam *documents secundary or derived* que sustentavam a sua existência em um determinado acervo museológico ou em exposição em um museu.

Se o documento, na definição modelar de Briet (2016), possui em sua constituição uma natureza probatória, o mesmo vale para o papel da documentação na salvaguarda de línguas indígenas em perigo de extinção, além da conjuntura histórica que nos obriga como indivíduos conscientes do papel histórico-social a ser exercido, a reparar os danos causados a povos tão apenados que foram e, continuam sendo, os povos indígenas.

Os desafios a serem enfrentados que permeiam o fenômeno informacional indígena são de grande calibre. Enquanto a sociedade ocidental produz registros em suportes de longa duração, como o papiro há séculos, hoje populações indígenas com baixa tradição escrita têm realizado esforços para documentar a sua cultura. Tal fenômeno ocorre em virtude das novas configurações documentárias de natureza étnica, como no fomento de centros de documentação em áreas indígenas e gerenciados pelos próprios.

Outro fator de destaque aos estudos informacionais indígenas é a importância que os repositórios existentes e mantidos pelo Estado brasileiro, como os arquivos indigenistas que estão acolhidos pelo Museu do Índio, possuem na comprovação da memorialidade da ocupação de indígenas. A recuperação da informação (RI) representa mais do que o acesso à terra, mas a sobrevivência no seu lugar de origem.

---

[17] Suzanne Briet (1894-1989) foi uma importante documentalista francesa autora da obra "Qu`est-ce que la documentation?" editado em 1951 por *Édit Éditions Documentaires Industrielles et Techniques*. Somente no ano de 2016 foi publicada a edição brasileira traduzida para o português pela editora Briquet de Lemos Livros.

Fotografia 5 – Museu do Índio no Maracanã por João Domingos Lamônica



Fonte: Acervo fotográfico do Museu do Índio.

A possibilidade de intersecções entre as ações de documentação de natureza étnica, como a fomentada por povos indígenas, e a *expertise* do Estado no processo documentário, pode gerar dividendos que venham a reelaborar práticas documentárias consolidadas e ganhos para o aprofundamento das lutas indígenas.

Nas últimas décadas temos assistido a grandes transformações quanto à produção documentária e a forma como instituições e estratificações sociais têm se apropriado das informações produzidas e/ou salvaguardadas em repositórios institucionais. Novos tipos de suportes de informação têm surgido, o que nos faz pensar nos desafios para a sua manutenção, já que não são mais produzidos por uma autoridade documentária, mas sim por agentes autônomos que possuem a capacidade e a capilaridade de articular o manejo das novas tecnologias de informação e comunicação.

3.1 Uma ponderação sobre os arquivos do Estado brasileiro

Para a discussão que será desenvolvida neste momento, é importante destacar a compreensão da mudança no uso dos arquivos do momento inicial, ou seja, um instrumento de controle e poder estatal para com os povos indígenas por uma instrumentalização e apropriação dos mesmos nesses arquivos quando da demarcação e demais ações administrativo-judiciais probatórias da presença de indígenas em diversas localidades do território brasileiro.

Pensar na existência de arquivos é também elucubrar sobre as chamadas outras razões para a existência desses instrumentos poderosos em uso desde a Antiguidade. Pensar na potência dos arquivos, ainda mais no âmbito do indigenismo brasileiro, é avançar nas problematizações intelectuais sobre a constituição desses acervos. Assim:

> Se perguntássemos a um homem comum da rua por que razão os governos criam os arquivos, ele por certo nos interrogaria: - Que vem a ser arquivo? Se lhe explicássemos, então, os objetivos de uma instituição dessa natureza, provavelmente ele responderia, de pronto, tratar-se de mais um exemplo das extravagâncias dos governos. Quanto ao material do arquivo, faria esta pergunta final: - Por que não queimar essa papelada? Visto ser esse conceito popular em relação ao arquivo encontrado em todos os países é de se admirar que eles existam, instituídos com fundos públicos. Deve, portanto, ter havido outras razões que não a solicitação popular para a sua criação. (SCHELLENBERG, 2006, p. 25)

Partindo do senso comum para o pensamento científico, conforme explanado na passagem acima, é possível inferir que há uma série de razões presentes para a criação dos arquivos. Esses instrumentos da modernidade dão conta de uma série de iniciativas no âmbito do Estado para atender estratégias típicas, como o controle do território e de grupos não hegemônicos, como os povos indígenas. Assim, o invento de arquivos deve ser objeto de pesquisadores da área da Ciência da Informação, assim como também o intitulado ato de documentar:

> O ato de documentar precede a produção do documento, o que atesta a sua intencionalidade e, portanto, a premência de desconstruir a ideia de que a existência de arquivos equivale à memória. Além disso, alerta o pesquisador para a compreensão e análise do contexto que os produziu, das instituições produtoras e de seus acumuladores. Desnaturalizar os arquivos e os materiais da memória ali depositados é um princípio que, uma vez considerado, muda o olhar sobre a materialidade da informação contida nos documentos, a reconstrução da memória e a escrita da história. (THIESEN *et. al.*, 2017, p. 372-373)

A produção documental sobre os povos indígenas, ainda mais a produzida no âmbito estatal, nos remete a uma intencionalidade, seja dos objetivos próprios do Estado, seja dos agentes históricos envolvidos nas especificidades do seu tempo. Outra questão fundamental é aquela pertinente à prova que os arquivos estão caracterizados:

> Os arquivos servem para provar. A prova, a necessidade da prova frente à justiça foi, na sociedade ocidental, a primeira razão da conservação para longa duração de determinados documentos escritos: diplomas merovíngios e carolíngios, atos, títulos etc. Os documentos conservados eram documentos de arquivo porque probatórios, e não o contrário. Só muito mais tarde é que foram reconhecidos a todo documento de arquivo um caráter de autenticidade e um valor probatório a ser preservado. (DELMAS, 2010, p. 21)

As consequências produzidas do processo de documentação postas em curso pelo Estado estão para além do poder probatório. Assim, espargindo a ação informacional dirigida,

são elencadas outras possibilidades informacionais e poderosas, na instituição da memória de cunho hegemônico e unilateral, não possibilitando mais outras formas de expressão cultural que não sejam àquelas permitidas pelos agentes estatais. Deste modo:

> O regimento instaurado pela *memória colonial*, por exemplo, implicou um poderoso método de esquecimento organizado, e não só com atos como a exterminação de "idolatrias", mas também com mecanismos mais sutis, como a imposição da escrita e um vigoroso dispositivo da memória oficial: os mecanismos e arquivos administrativos e jurídicos do Estado. (PINTO, 2011, p. 274, grifo da autora)

O processo de eleição documentária ditada pela elite colonial impôs para o tempo vindouro uma memória maculada da realidade indígena. O que se torna importante nesta produção de documentos de cunho probatório é a dinâmica da relação entre a ação estatal e os povos indígenas de tempo outrora. Porém, a reconstituição política e cultural desses povos está enviesada pelos intermediários da memória oficial elaboradas pelos responsáveis do Estado e comprometidos com esta entidade.

As informações contidas nos arquivos que têm como objeto a temática indígena servem de grande valor para a compreensão das dinâmicas produzidas entre estes povos e o Estado brasileiro. Porém, contemporaneamente, a sua importância cresceu em larga escala, já que os documentos detêm um valor probatório junto a tribunais brasileiros, por exemplo, estabelecendo deste modo uma relação de veracidade de fatos produzidos em contextos históricos pretéritos. Conforme reiterado subsequente:

> O primeiro elemento essencial refere-se à razão pela qual os materiais fora, produzidos e acumulados. Para serem considerados arquivos, os documentos devem ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo. Numa repartição do governo, esse objetivo é o cumprimento de sua finalidade oficial. [...]. É, pois, importante a razão pela qual os documentos vieram a existir. Se foram produzidos no curso de uma atividade organizada, com uma determinada finalidade, se foram criados durante o processo de consecução de um certo fim administrativo, legal, de negócio ou qualquer outro fim social são então considerados como tendo qualidade de material de arquivo em potencial. (SCHELLENBERG, 2002, p. 37-38)

Quanto à demarcação das terras indígenas, o valor probatório contido nos documentos é ímpar, pois é a partir dos elementos de veracidade dos arquivos indigenistas que será conseguida a comprovação da permanência de povos em localidades muitas vezes pleiteadas ora por fazendeiros, ora por mineradoras ou por outros interessados na expansão econômica dessimétrica do país.

Importante também lembrar que o Estado é por definição uma das principais invenções na qual está centralizado o poder de acumular e disseminar informação. Assim, os ditos arquivos indigenistas abrigados pelo Estado vestem seu papel concentrador de

informação, detém para si uma grande potencialidade de fomentar a diversidade cultural brasileira, como também impedir, ou, ao menos, limitar o avanço democrático de parcelas marginalizadas do processo histórico do país. Neste sentido:

> Todos os Estados foram 'sociedades da informação', pois a geração do poder de Estado pressupõe a reprodução reflexivamente monitorada do sistema, envolvendo a coleta, armazenamento e controle regulares da informação aplicada a fins administrativos. (GIDDENS *apud* BURKE, 2003, p. 111)

Para lançar luz à conjuntura hegemônica informacional prevista é fundamental a exposição da permeabilidade na gestão e no acesso às informações de natureza etnológica. Assim, será possível minorar tal potencialidade do Estado frente a povos antes opacos informacionalmente em virtude da baixa capacidade que detém em adentrar aos escaninhos ainda existentes nos repositórios públicos brasileiros. Destarte:

> [..] o Estado moderno configura-se como uma das maiores e mais importantes fontes de informação, além de requisitar uma grande quantidade destas para a sua atuação. Seu funcionamento relaciona-se diretamente com a sua própria ação produtora, receptora, ordenadora e disseminadora de informações. O objeto de tais ações seria, em última instância, o cidadão que, ao exercer o acesso à informação governamental, constitui-se como sujeito informativo. Isto é particularmente significativo ao se considerar as diferentes formas de intervenção do Estado na vida social. Do ponto de vista do *direito a informação*, deveria o Estado comunicar suas atividades e o impacto que estas produzem na sociedade à qual, por sua vez, teria assegurado, por princípio, o livre acesso a tais informação. (JARDIM, 2008, p. 81-82, grifo do autor)

Todas as decisões emanadas pelo Estado brasileiro sobre política indigenista foram registradas em documentos que possuem, em sua essência, uma natureza pública, visto que na atual configuração jurídica-política vigente estamos sob a égide de uma democracia representativa, em que o Estado deverá obrigatoriamente dar acesso aos documentos produzidos, compreendendo a tomada de decisão como uma prestação de contas ao cidadão que paga os seus impostos.

O aprofundamento do processo democrático brasileiro também pressupõe um maior controle das ações empreendidas pelo governo. Assim, por parte da sociedade interessada há uma maior fiscalização das medidas adotadas, por exemplo, no que se refere à ação de demarcação das terras indígenas em território brasileiro. Portanto:

> Os atos da administração pública, ao longo de todo o seu processo político-decisório, resultam e geram informações registradas em documentos orgânicos. Esses documentos são orgânicos porque intrinsecamente relacionados a outros, derivados das mesmas funções técnico-administrativas com os quais formam conjuntos arquivísticos. Os arquivos, constituídos por documentos orgânicos dos mais diversos suportes e formatos, expressam, na sua diversidade, as variadas faces da gestão do Estado e suas complexas relações com a sociedade. Como tal, nas

> democracias contemporâneas os arquivos governamentais, seja como estoques ou serviços informacionais, são recursos fundamentais à governança e instrumentos de controle social sobre o Estado. A equação que envolve a construção da transparência do Estado e o empoderamento da cidadania, demandas cada vez mais crescentes na contemporaneidade, não se resolve sem políticas e gestão dos arquivos governamentais. (JARDIM, 2013, p. 386)

Outro importante conceito que produz um efeito dialógico com o acesso à informação, ou melhor, com a sua falta de acesso é a opacidade informacional, que é "um hiato entre este e a sociedade, configurando-se como processo e produto das características de geração e uso da informação pelo cidadão." (JARDIM, 2008, p. 90). Entretanto, na contemporaneidade informacional brasileira, há uma mudança de paradigma quanto ao acesso à informação no Brasil. Por exemplo, com a promulgação da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como LAI, que garante ao cidadão o acesso aos documentos produzidos pelos poderes públicos.

É considerável também realçar aspectos encontrados quanto à formação do pensamento sobre os arquivos no Brasil. Mesmo em períodos de não normalidade democrática, havia indivíduos que expunham a necessidade de trazer transparência aos arquivos públicos, visto ser um direito do cidadão o acesso à produção documental realizada pelo Estado. Segue a passagem abaixo:

> Teoricamente os arquivos públicos, aqueles mantidos com as nossas verbas, com os nossos impostos, aqueles que resultam, portanto, de uma grande grita e choradeira, deviam ser franqueados ao público, porque eles são nossos; desde a Revolução Francesa esse princípio foi incrementado, foi instituído, estabelecido e aceito universalmente. Então, todos os arquivos públicos são nossos, podemos ter acesso à documentação. Mas há algumas limitações: se formos, por exemplo, ao arquivo do SNI, que é um arquivo oficial, o mínimo que acontecerá é nos tornarmos uma ficha lá, também. (ESPOSEL, 1975, p. 204)

Então, ao refletir sobre a discussão proposta por José Pedro Pinto Esposel, em meados dos anos 1970 durante a Ditadura Militar brasileira, o pensador expõe naquele momento durante a 1ª Reunião Brasileira de Ciência da Informação que os arquivos deveriam estar disponíveis para a sociedade, visto que os cidadãos pagam os seus impostos e o Estado deve prestar contas pelo o que faz. O pensador, em um ato de coragem e de jeito jocoso, acaba se imiscuindo com a documentação do então Serviço Nacional de Informações (SNI), famoso órgão de controle político de informações da Ditadura Militar, dizendo que o indivíduo que solicitasse informação ao órgão público seria fichado, ou seja, registrado como possivelmente uma *persona non grata*, aos detentores do poder/informação do Estado.

Apesar do recente arcabouço jurídico que permite uma maior transparência dos arquivos sob a salvaguarda do Estado, não basta tal instrumento para que se efetive o acesso

de maneira democrática para os povos indígenas. Para além do direito à informação, vejamos a passagem:

> No que tange ao direito à informação pelos próprios índios, cabe ressaltar que a existência de mecanismos de informações geradas pelo Estado não garante o acesso de informações a esses povos. Se faz necessária a implementação de políticas que possibilitem uma maior utilização destes novos dispositivos de informação do Estado, além de condicionantes tecnológicas básicas, como de acessibilidade virtual em aldeias para a realização de demandas via web. (MELLO; SOUZA, 2015, p. 50)

A presença de recursos tecnológicos básicos, como a possibilidade do uso de computadores com acesso à internet, também é importante frente aos novos institutos jurídicos. Assim sendo, será possível atender as demandas que povos indígenas têm em áreas de conflito, assim como no atendimento as suas especificidades culturais.

Um caso de importância da produção da documentação estatal de natureza indigenista é do grupo indígena Pataxó da Bahia. A organização do inventário dos documentos do Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu pelo Museu do Índio (1910-1967) reativou vozes esquecidas por gestores públicos estaduais baianos que emitiam títulos de propriedade dentro da localidade de ocupação tradicional do povo indígena em destaque.

A recuperação e organização desses arquivos originários do Serviço de Proteção aos Índios gerou uma renovação nas esperanças de obter a recuperação das suas terras de direito. O referido inventário subsidiou o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da memorialidade dos indígenas em seus territórios e que ainda hoje lutam pela desintrusão de suas terras por colonos e fazendeiros. Como afirma o professor José Ribamar Bessa Freire:

> Os índios que apareceram na documentação desse catálogo não só passaram a existir, como também adquiriram voz. Eles falam e, algumas vezes, escrevem. E quando escrevem, reclamam, protestam, argumentam, registram as alianças feitas, desfeitas e refeitas, na luta pela terra e pela identidade. É possível ouvir o que dizem, recuperando suas palavras, registradas na documentação oficial aqui inventariada. (FREIRE, 2002, p. 13)

Na imagem a seguir é observada a pesquisa documental de dois indígenas, Gérson de Sousa Melo e seu filho, na documentação microfilmada no Museu do Índio sobre o seu povo, os Pataxó. O ato deles representa o protagonismo dos povos indígenas não apenas em garantir melhores condições de vida e de assegurar os seus territórios, como também em pesquisar os documentos produzidos sobre grupos indígenas. Nesta trama documental afetiva, são redescobertos laços familiares, locais de ritual e demais outros elementos que reificam a cultura de um povo.

Fotografia 6 - Gérson de Sousa Melo e seu filho, em visita ao Museu do Índio, consultam documentos microfilmados do P.I. Caramuru-Paraguaçu por Paulo Múmia



Fonte: (COQUEIRO, 2002, p. 79).

A ação resultante da organização do acervo de um determinado povo indígena é fruto de uma ação política orientada, sendo que esta atuação foi realizada em conjunto com o Estado. Instituições como o Museu do Índio detêm em seu âmago a responsabilidade para com os povos indígenas. Nos dizeres de Darcy Ribeiro (1962, p. 169), o Museu do Índio foi criado "com a ambição de suscitar sentimentos de simpatias pelos índios, de solidariedade para com suas dramáticas dificuldades de acomodação [...]." Ainda sobre o papel do Estado brasileiro executado por meio do Museu do Índio:

> O Museu do Índio, por sua vez, realiza trabalho sistemático de devolução cultural em colaboração com outras instituições afins e organismos que atuam diretamente em áreas indígenas, fornecendo duplicatas de seus documentos. A fotografia, por sua função de memória histórica, tem sido amplamente utilizada. Seu efeito não é somente recuperar o que foi perdido pelo tempo e pela distância, mas também atestar que aquele tempo, espaço, ser ou coisa existiram de fato. (MENEZES, 1989, p. 36)

Quando se assegura que a fotografia, enquanto documento de arquivo e, logo, de prova, atesta a existência dos povos indígenas em uma região do país significa a importância que a documentação etnológica possui para esta parcela da sociedade brasileira. E a instituição científico-cultural da FUNAI cumpre o seu papel de disseminar as culturas indígenas.

A missão institucional conjugada com os esforços de servidores públicos orientados a prestação de serviço de relevância e qualificado resulta no atendimento qualificado de reivindicações para sua clientela fim. Os arquivos do Estado brasileiro nesta circunstância representam a sobrevida dos indivíduos vulneráveis frente à realidade social, assim como a

garantia de territórios indígenas, visto o poder memorial que a documentação possui em comprovar a ocupação de localidades.

A relação estabelecida entre o poder dos arquivos pertencentes ao Estado brasileiro no que tange a execução da política indigenista e o desenvolvimento científico deve ser também ressaltada. Isto porque no âmago da formação de pesquisadores do campo da Etnologia, há de se sobressaltar a constituição da Seção de Estudos do SPI e do próprio Museu do Índio:

> [...] o desenvolvimento da etnologia indígena no Brasil não pode ser adequadamente compreendido sem referência ao esfôrço de conhecimento sistemático da realidade indígena, desenvolvido pela antiga Secção de Estudos do SPI. Mesmo que se ignorem suas contribuições no estudo e planejamento da atividade indigenista, a Secção de Estudos permanece relevante através do Museu do Índio e das atividades mais estritamente etnológicas que nele se desenvolveram à época do SPI. Deve ser lembrado que, além disso, o órgão indigenista, através do Museu do Índio, criou e manteve entre 1955-57, o primeiro curso de estudos pós-graduados em antropologia do Brasil. (MOREIRA NETO, [197-?], p. 5)

Os acervos que constituem as características identitárias dentre os povos indígenas brasileiros também perfazem os acervos institucionais. Assim sendo, a documentação produzida subsidia as ações que estejam em curso quanto à demarcação territorial, assim como também ao reconhecimento étnico emergente.

Deste modo, a peculiaridade probatória do arquivo também é verificada também quando da elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas (MELLO, 2014). Faz-se necessário pesquisar na documentação acumulada no tempo do SPI, pois é nos arquivos indigenistas que haverá as provas de que existia numa região a presença de indígenas. As pesquisas documentais vão trazer a clareza das vinculações entre os dados recolhidos em campo e na pesquisa documental.

Ainda é importante destacar que um dos grandes desafios para a Arquivologia é no que tange a gestão de documentos. Isso porque em diversos arquivos públicos brasileiros há uma grande massa de documentos sem tratamento arquivísticos adequado, impossibilitando assim uma gestão racional dos documentos. Tal situação acaba gerando situações insólitas para pesquisadores sobre a temática indígena e a sociedade em geral.

Um exemplo era a situação da organização do acervo etnológico que havia no extinto Setor de Documentação (SEDOC) do Museu do Índio. Em virtude da não existência de instrumentos documentários de pesquisa, os interessados nos acervos da instituição se aventuravam para encontrar uma informação, se tornando uma espécie de sertanista da documentação:

> Se me for dado o direito de ser jocoso, diria que o espírito desbravador dos "sertanistas de escritório" se apossou do acervo, transformando-o, para o seu gáudio,

> em uma verdadeira selva: o pesquisador era forçado a conceber verdadeiras expedições de reconhecimento de terreno – isto é, passar filme a filme, fotograma a fotograma, até conseguir estabelecer um mapa mínimo dos documentos a serem abordados (copiados, reproduzidos ou fichados). (LIMA, 1995, p. 27)

Apesar da situação anedótica quando do relato da pesquisa no acervo, tal condição de investigação desvela a empreitada que pesquisadores necessitavam enfrentar para recuperar uma informação. Importante lembrar, todavia, o esforço que tiveram os documentalistas do Museu do Índio em recuperar e organizar o acervo, pois "[...] havia bastante documentação espalhada em cópias de carbono nas correspondências e documentos das antigas inspetorias regionais do SPI, as quais tinham se transformado nas delegacias regionais da Funai." (GOMES, 2008, p. 19). Ainda:

> Preocupava-se com a história do SPI pelo que ela continha de documentos que poderiam ajudar nas demandas dos povos indígenas pela demarcação de suas terras. Com efeito, sua aposta deu certo e, após quatro anos de coleta, Carlos [de Araujo Moreira Neto, ex-diretor do Museu do Índio] conseguiu juntar papéis velhos de todas as partes e com eles criou o Centro de Documentação do Museu do Índio. Logo os papéis foram microfilmados e abertos ao acesso dos antropólogos da Funai e das universidades. **Daí para cá muitas terras indígenas foram justificadas por causa dessa documentação**. (GOMES, 2008, p. 19, grifo nosso)

No deslindar das ações documentárias postas em atividades a partir da iniciativa do Centro de Documentação Etnológica, povos indígenas começaram a se apropriar deste acervo, realizando lutas políticas e documentárias de reconhecimento étnico e das suas terras indígenas. Assim:

> [...] a luta travada pelo grupo indígena Pataxó e registrada em arquivo do Estado brasileiro acabou se tornando um instrumento de luta para esse grupo pela reapropriação não apenas do seu espaço físico, mas também pela ocupação de seu espaço de fala e para a possibilidade de demandar ao Estado e suas autoridades. (MELLO; PIMENTA, 2018, p. 104)

Ainda neste sentido, Freire (2002, p. 14) sugere que "os índios do sul da Bahia escrevem em português, transformando a língua do colonizador em um instrumento de luta, num contexto em que suas terras abrigavam 'poucos índios selvagem.'" Portanto, a possibilidade de uso e escrita de instrumento de poder de agentes públicos em terras indígenas apropriado por povos indígenas reconfigurou o uso e fortaleceu a luta pela terra e sua sobrevivência.

Desta maneira, os registros documentários por definição têm poder e geram controle para um fim particular. O poder em questão pode beneficiar aquele que está na qualidade de possibilitar a acumulação documentária, ou aquele que foi objeto desta acumulação. Por exemplo, retomando o grupo indígena Pataxó, eles foram, inicialmente, objeto deste controle

e, mais tarde, ocorreu uma reconfiguração do uso da informação disponível com o objetivo de atender a interesses próprios do grupo indígena. Como apontado por Ketellar:

> Até agora, encontramos registros como instrumentos de poder. Mas esses instrumentos também têm um poder intrínseco. Agentes públicos e privados não observam e apenas descrevem a realidade; que compõem pessoas, eventos e o ambiente em entidades que se ajustam às suas categorizações e que são registráveis. Esta reificação social implica que virtualmente não existem outras ações contidas nos registros.[18] (2007, p. 379)

Assim, o registro é a fonte indubitável da existência de um determinado grupo indígena. Caso não existisse o registro e ele não tivesse sido conservado ao longo dos anos, não seria possível efetuar o pleito pela demarcação da terra indígena. Ou seja, para o início pela demanda de direitos de reparação, o poder documental é fundamental visto as conexões de autenticidade e reparação.

As informações que povos indígenas demandam nos dias atuais advêm em função da chamada sociedade da informação. Logo, existe um estratagema para permanecerem vivos e protagonistas, criando uma dinâmica própria para garantir e preservar direitos já conquistados que em muitos casos estão ameaçados por interesses escusos.

No contexto da sociedade da informação os povos indígenas começaram a se projetar em virtude do processo informacional, como na apropriação de tecnologias de informação e comunicação, com o objetivo de realizar ações de registro documentário apresentando as especificidades culturais destes povos. Esta nova produção documentária pode significar uma certa guinada informacional dos paradigmas informacionais do Estado, como nos tempos do SPI e da própria FUNAI. Ainda sobre o poder ideológico da informação engendrada por uma sociedade da informação:

> A informação é ideológica quando desenvolve o mito de que informação é poder. Segundo essa ideologia, tudo é possível tendo-se informação: qualquer inimigo pode ser vencido; qualquer um de nós pode ser o vencedor. O poder aparece como algo solto e vago à espera de apropriação. À espera de qualquer um que tenha um mínimo de informação. (MOSTAFA; MARANON, 1992, p. 204)

O próprio movimento de fortalecimento dos povos indígenas frente ao fenômeno informacional pode apontar para um esgotamento das forças do Estado em manter vigente a ação coercitiva de vigiar e controlar o território de grupos não hegemônicos, como os povos indígenas. Enquanto ao longo do século XX a produção documentária foi produzida pelo

[18] Hasta ahora hemos encontrado registros como instrumentos de poder. Pero estos instrumentos tienen también um poder intrínseco. Los agentes públicos y privados no observan y describen meramente la realidad; ellos conforman a las personas, los eventos y el entorno en entidades que se ajustarán a sua categorizaciones y que son registables. Esta reificación social implica que no existen virtualmente otros echos que aquellos que están contenidos em los registros

Estado, hoje povos não hegemônicos têm voz e conseguem produzir uma documentação que atenda às necessidades materiais e/ou simbólicas que venham a demandar.

Há de se realçar também as peculiaridades do caso brasileiro e as incongruências da concentração de poder em sua distribuição na sociedade e a liberdade encontrada em ambientes digitais, ambientes estes que extrapolam a democracia muitas vezes concedida na esfera do Estado e de seus dispositivos jurídicos restritivos tradicionalmente a sociedade em geral. Assim sendo:

> Como o regime democrático resguarda os aspectos relacionados aos direitos e à liberdade, a democracia digital constitui esta liberdade em ambientes desregulamentados propícios à comunicação e cooperação coletiva. As tecnologias da informação e comunicação representam novas possibilidades para o exercício da prática democrática sem, necessariamente, representar uma nova categoria deste regime político. A democracia digital (ou ciberdemocracia) inclui qualquer relação entre governo e cidadão através da tecnologia da informação, intentando maior participação dos indivíduos no processo decisório, transparência nas transações governamentais e *accountability*. (SANTOS, 2013, p. 199, grifo do autor)

Cabe salientar o protagonismo indígena e o gerenciamento de acervos institucionais que detenham informações que sejam de interesse para os povos indígenas. A concentração e os mecanismos de controle são características fundamentais desta relação injusta e desigual entre elite monopolizadora da informação, como o exclusivo informacional que detém o Estado, e os chamados subalternos/alternativos que viviam alijados pela opacidade de informação na concessão do ente estatal.

É possível citar ainda como limitação da participação de indígenas no processo brasileiro a baixa representatividade deste grupo específico da sociedade em outras esferas governamentais. Ou seja, somente com uma efetiva presença nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário brasileiro é que os povos indígenas poderão assegurar os seus direitos, não dependendo das vicissitudes do mundo político e dos interesses econômicos dominantes.

O empenho que cientistas da informação devem ter para com o fenômeno informacional indígena é compreender em qual contexto ele está sendo produzido e para qual finalidade ele existe. Uma importante indagação reside se esta busca e criação autônoma de informação pelos próprios povos indígenas atendem a um interesse dos mesmos ou se, na verdade, o Estado os utiliza para outros fins, como sendo um verniz de autonomia, numa era de incertezas quanto ao futuro e garantia das terras indígenas.

Ainda discutindo o papel da Ciência da Informação neste contexto, concordamos com Borko (1968, p. 1) quando afirma que:

> A Ciência da Informação é aquela disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação e os

> meios de processar informação para acessibilidade e usabilidade ótimas. […]. É uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada a áreas como matemática, lógica, linguística, psicologia, informática, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, gestão e outras áreas afins.[19]

Em suma, para a compreensão do fenômeno informacional indígena é necessário um esforço interdisciplinar que possa abarcar a construção deste novo paradigma social de povos até pouco tempo não contemplados frente às ações realizadas pelo Estado e as iniciativas informacionais que grupos indígenas estavam envolvidos, no entanto, em voz ativa.

São desafiadores a produção e disseminação de informações pelos povos indígenas no tempo presente. Isto porque, como afirma Le Coadic (2004, p. 107), passamos por uma quarta revolução no uso da informação, de origem tecnológica, já "que assiste, de modo inexorável, à substituição do suporte de papel pelo suporte eletrônico." Ora, os suportes eletrônicos ou digitais são de grande significância e não há ainda respostas plausíveis no que tange à utilização e salvaguarda perene destes novos suportes de informação. Talvez, possamos responder a questões tão desafiadoras com o conhecimento dos povos indígenas. Neste sentido, ainda é possível afirmar que:

> A ciência da informação surge por necessidades técnicas de recuperação das informações que haviam sido geradas em proporções geométricas principalmente durante a segunda guerra mundial, o que pressupõe organização, espaço para armazenagem, disseminação e uso para gerar novas informações. Não incorporar no seu nascedouro um arcabouço de conhecimentos teóricos que justifiquem um conhecimento novo é o que explica essa busca teórica basilar até hoje. Por outro lado, se ainda é dependente de teorias de outras ciências, justifica-se por ser relativamente jovem e, mais que isso, pela própria relação que mantém com algumas disciplinas que compõem as ciências sociais, por sua vez, também dependentes de teorias, mas nem por isso negada como ciências. (GARCIA, 2002, p. 64)

Uma área do conhecimento que tem o potencial para investigar o fenômeno informacional indígena é a Antropologia. Portanto, a Ciência da Informação deve ser ainda mais exortada a utilização de teorias externas a ela própria com a perspectiva de produzir uma aproximação mais qualificada da visão informacional etnológica. Portanto, haverá uma compreensão de maior amplitude da informação para além dos perímetros hegemônicos, como aqueles produzidos no âmbito da ciência e tecnologia, do Estado e do mercado.

[19] Information science is that discipline that investigates the properties and behavior of information, the forces governing the flow of information and the means of processing information for optimum accessibility and usability. […]. It is an interdisciplinary science derived from and related to such field as mathematics, logic, linguistics, psychology, computer technology, operations research, the graphic arts, communications, library science, management, and other similar fields.

3.2 Considerações entre Arquivologia e Indigenismo

Como já citado, a história do Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967) nos remete ao início do período republicano brasileiro. Pela primeira vez, o Estado brasileiro resolve se tornar o principal personagem na relação com os povos indígenas, relação esta que desde o período colonial foi de exclusividade da Igreja Católica. Assim:

> O SPI foi a primeira agência *leiga* do Estado brasileiro a gerenciar povos indígenas. Embora em muitos momentos os seus ideólogos enunciem os seus princípios de acordo com uma linguagem positivista (e mesmo com uma retórica anticlerical), o modelo indigenista adotado retoma – como herdeiro – formas de administração colonial empregadas desde os tempos dos missionários jesuítas. Os postos indígenas do séc. XX mantêm muitos pontos de semelhança com os aldeamentos missionários constituídos desde o séc. XVI. A explicação circunstanciada de algumas regulamentações e a descrição de algumas práticas dos indigenistas no séc. XX permitirão a compreensão dessa genealogia. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 112, grifo dos autores)

Os registros existentes nos arquivos produzem uma relação de poder que transcende o trâmite administrativo produzido inicialmente. Como indica Ketellar (2007, p. 381): "Esse poder do conhecimento é voltado para os registros e arquivos. O poder dos arquivos é tão antigo quanto os arquivos. Com efeito, a palavra deriva do grego arché, que significa poder ou governo.[20]„

Portanto, os exames a que eram submetidos às diversas etnias em território brasileiro, registradas intensamente por servidores do SPI, gerou uma acumulação documentária que hoje são de grande interesse para os estudiosos da temática indígena, como também para os próprios indígenas que fundamentam seus interesses por meio desses documentos.

Os documentos no âmbito do SPI acabaram inclusive possibilitando uma sistematização documentária, como a elaboração de catálogos que permitem "perceber, por exemplo, a organização de movimentos reivindicatórios por parte de arrendatários e de outros agentes da política local" (PEREZ *et. al.,* 2005, p. 192). Logo:

> Poucos anos mais tarde, a situação de conflito na área dos antigos postos indígenas gerou uma ação judicial iniciada pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI junto ao Supremo Tribunal Federal – STF para a nulidade de títulos de propriedade incidentes nessas terras ao sul da Bahia. A ação foi fundamentada, em grande medida, nos documentos que se encontravam recuperados no Museu do Índio, como contratos de arrendamento, censos, relatórios de atividades. Oriundos dos antigos postos e de outras unidades do SPI – sede da 4ª Inspetoria Regional – I.R.4, Diretoria do Serviço – esses documentos consubstanciaram informações fundamentais sobre os direitos das etnias que vivem reunidas naquelas terras que lhes foram reservadas. (PEREZ *et. al.*, 2005, p. 189-190)

[20] Esse conocimiento-poder está engranado em los registros y los archivos. El poder de los archivos es tan antiguo como los archivos. Em efecto, La palabra deriva del griego arché, que significa poder o gobierno.

A mudança do eixo informacional na utilização dos arquivos em tribunais brasileiros possibilitou a garantia do território para os indígenas. Assim, o Estado por meio dos seus documentos e os indígenas na sua luta política resultou no reconhecimento das especificidades culturais e de seus territórios. Podemos nos apoiar nesta discussão na função dos arquivos em um primeiro momento, ou como expõe Thomassem, numa primeira instância:

> Os arquivos servem, em uma primeira instância, para apoiar o gerenciamento operacional. Inserir a informação nos processos de trabalho assegura a continuidade necessária para a comunicação destes processos. Sem arquivos, nem as ações e transações que formam os processos e nem os processos de trabalho, eles mesmos, poderiam ser vinculadas uns aos outros. Sem arquivos, a tomada de decisões teria em breve um caráter casuístico. Sem arquivos nenhuma resposta satisfatória poderia ser dada a questões como: o que e como devemos produzir, quais os meios disponíveis para fazê-lo e como estes meios podem ser usados; que acordos foram celebrados, que compromissos foram assumidos e qual o processo que levou à definição de tais compromissos; que produtos e serviços podem ser oferecidos e como estes produtos e serviços atendem aos critérios pré estabelecidos. (THOMASSEM, 2006, p. 7)

Como exposto, os arquivos em geral têm como função inicial apoiar o gerenciamento administrativo diário das ações realizadas por uma organização racional como o Estado. No caso do SPI, os arquivos tinham como função a administração do Estado por meio dos servidores públicos em atuação junto aos povos indígenas. Os compromissos assumidos, como indicados por Thomassem (2006), tornam-se claros e imparciais quando registrados em arquivos para valor probatório posterior.

Importante também notarmos que o grau de vulnerabilidade do SPI produzia uma relação de fragilidade para os servidores do órgão como na própria produção e acúmulo documentário da agência indigenista, em função das especificidades da ação indigenista. Destarte:

> Por outro lado, o SPI fora um órgão extremamente vulnerável às ingerências políticas locais e regionais. Interessados na redução das terras dos índios, ou no mínimo em livrar suas propriedades de um indesejável reconhecimento como área indígena, potentados locais e regionais costumavam controlar boa parte das unidades descentralizadas do órgão através dos favores, do apadrinhamento ou simplesmente por meio da ameaça a integridade física daqueles que se mostravam contrários aos interesses deles. (POZZOBOM, 1999, p. 283)

Os arquivos criados pelo SPI em tempo pretérito também estão imbuídos nas circunstâncias políticas existentes do seu tempo. Não há uma estrita objetivação dos dados nos documentos, ou seja, toda a documentação da agência estatal que tratava da ação indigenista do Estado é passível de questionamento, reflexão e problematização. Como afirma Pozzobom (1999), existiam rigorosos interesses econômicos nas ações produzidas pelos

agentes estatais, não permitindo em um plano primeiro observar quais os interesses que estavam em jogo.

A partir da perspectiva anterior, estamos nos alinhando ao pensamento pós-moderno da Arquivologia, que atribui aos documentos a presença de muitos significados aos discursos registrados no suporte material e não apenas aqueles positivados pelos atores hegemônicos da produção documental. Assim sendo:

> Os documentos, tanto individual como coletivamente, são uma forma de narração, dizem os pós-modernistas, que vão além de uma simples prova de atos e ações. Os documentos destinam-se a reforçar a consistência narrativa, a harmonia conceitual para o autor, estimulando a posição, o ego e o poder, ao mesmo tempo em que aderem a normas organizacionais aceitas, modelos de discursos retóricos e expectativas sociais. Os pós-modernistas também acreditam que em uma série ou coleção de documentos não há uma única narrativa, mas muitas narrativas, muitas histórias que têm muitos propósitos e que são destinadas a muitos públicos ao longo do tempo e do espaço. Portanto, os documentos são dinâmicos, não estáticos.[21] (COOK, 2007, p. 92)

Desta maneira, quando da produção documentária do SPI, há de se pensar nos registros efetuados, pois existem narrativas que não são simples prova. O valor probatório, por exemplo, do registro de indígenas em localidades do território brasileiro é de fundamental importância na formação dos relatórios antropológicos que fundamentam as demarcações de terras indígenas. Porém, as informações contidas nestes mesmos documentos não estão descontextualizadas da época em que foram escritas, estando marcadas por múltiplas narrativas que estão em disputa pela hegemonia dos discursos produzidos pelo Estado. Neste mesmo sentido:

> O pós-moderno desconfia da idéia de verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científicos [*sic*]. O contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto, se não mais, que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado, por aquele que fala, fotografa, escreve, ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. (COOK, 1998, p. 139-140)

Partindo de uma perspectiva cookiana (1998), a ação documental indigenista do Estado, seja na produção de relatórios em terras indígenas, seja nas ações burocráticas na demarcação de localidades ocupadas pelos povos indígenas, também são interpretações da

[21] Los documentos tanto individual como colectivamente, son uma forma de narración, afirman los posmodernistas, que van más allá de uma simple prueba de actos y hechos. Los documentos están concebidos para reforzar la consistência narrativa, La armonía conceptual para el autor, fomentando de esta forma la posición, el ego y el poder y acatando al mismo tiempo las normas de organización aceptadas, los modelos de discursos retóricos y las expectativas sociales. Los posmodernistas creen también que en una serie o colección de documentos no existe una única narrativa, sino muchas narrativas, muchas historias que tienen muchos propósitos y que van dirigidas a muchos públicos a lo largo del tiempo y del espacio. Por lo tanto, los documentos son dinâmicos, no estáticos.

burocracia estatal. É razoável problematizar de que maneira o Estado e seus agentes públicos trazem suas perspectivas personalísticas quando da inscrição em documentos com fé pública que anos mais tarde serão encontrados nos arquivos depositários pelo Estado.

As informações dos arquivos devem ser relativizadas quanto ao período histórico, a conjuntura política e a localidade do país de onde estão sendo efetuados os discursos. Desta maneira, será extraído o melhor das informações para contextualizar e aproximar do fato as condições dos povos indígenas.

Até a criação do fundo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Museu do Índio no ano de 1976, quando da criação do Centro de Documentação Etnológica pelo etnólogo Carlos de Araújo Moreira Neto, a documentação estava dispersa pelo território brasileiro nas então Delegacias Regionais da FUNAI e nos postos indígenas. A ação de recolhimento dos documentos propiciou a constituição do fundo[22] SPI.

Todavia, esta documentação enviada ao Museu do Índio foi acolhida sem critérios científicos de seleção dos documentos, no tempo do recolhimento feito pelo etnólogo responsável pela formação do fundo SPI. A iniciativa incorpora os problemas costumeiramente encontrados nas instituições de memória do Estado brasileiro e, consequentemente, nas organizações que detém arquivos sob a sua responsabilidade. Assim:

> As instituições arquivísticas públicas brasileiras apresentam aspectos comuns no que se refere às suas características fundamentais. Trata-se de organizações voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico, ignorando a gestão de documentos correntes e intermediários na administração que os produziu. A lógica de constituição desses acervos de valor "permanente" resulta, em geral, menos de uma política de recolhimento por parte dos arquivos públicos do que de ações isoladas, associadas a determinadas situações, como a extinção de órgãos públicos, falta de espaço físico em determinadas repartições etc. A prática de avaliação é quase sempre desconhecida por parte das instituições arquivísticas, quando ocorrem estes recolhimentos. Após o recolhimento, atividade pouco freqüente nos arquivos públicos brasileiros, a salvaguarda dos documentos na instituição confunde-se com um processo de sacralização que implica sua transmutação em acervo "histórico". (JARDIM, 1995, p. 7)

Seria necessária uma efetiva gestão de documentos com o objetivo de reduzir de forma seletiva a massa documental, a fim de conservar as que tivessem valor cultural e probatório futuro. Deste modo, representaria o esforço de trazer a garantia das terras para os povos indígenas, além de disponibilizar os documentos com valor histórico que retrate aspectos culturais etnológicos. Ainda é importante citar a importância da gestão de documentos. Como afirma José Maria Jardim:

---

[22] Conjunto de **documentos** de uma mesma **proveniência**. O termo equivale a **arquivo**. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 97, grifos do autor coletivo)

> Segundo o historiador norte americano Lawrence Burnet, a gestão de documentos é uma operação arquivística "o processo de reduzir seletivamente a proporções manipuláveis a massa de documentos, que é característica da civilização moderna, de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro sem menosprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa". (JARDIM, 1987, p. 35)

A gestão de documentos do SPI é de fundamental importância, já que a disponibilização desse fundo histórico para os povos indígenas por meio de uma gestão racional garantirá uma melhor organização documental e proporcionará de forma criteriosa a porção de documentos que constituem o patrimônio cultural dos povos indígenas.

Conforme já abordado, um problema grave quando se trata de arquivos públicos brasileiros é a questão da gestão de documentos que depende de diretrizes que norteiam o trabalho documental. Segundo relato de pesquisadores que trabalharam com o acervo da FUNAI nos anos 1980, a realidade documental estava muito distante de uma organização racional de informações sobre os povos indígenas, incluindo a memória institucional do órgão indigenista do Estado brasileiro.

No caso específico a ser abordado, há um relato atinente à gestão de informações sobre a temática indígena quanto ao intitulado arquivo morto da instituição, que na utilização mais moderna para a Arquivologia seria o arquivo permanente das informações indigenistas:

> A reprodução disto [a inexistência de rigor no arquivamento] leva a que, cada vez mais, se vá engordando o chamado *arquivo morto*. Este, em verdade, pouco tem de "morto" ou de "inativo" já que no contexto em que as demandas escapam àqueles pedidos usuais, freqüentes e rotineiros resta ao *servidor* recorrer a ele. Assim, mais freqüentemente do que se pode supor o "arquivo morto" é instado a falar, a informar, a fornecer dados não encontráveis nos conjuntos de documentos zelosamente reunidos pela "prática utilitária" dos "servidores". (OLIVEIRA; ALMEIDA, 1998, p. 83, grifos do autor)

A consequência deste descalabro documental era uma baixa eficiência das ações a serem executadas pela FUNAI. Desta maneira, a ação indigenista promovida pela instituição ficava comprometida, assim como o acesso à informação acerca dos povos indígenas de interesse para pesquisadores, servidores e indígenas.

Nos dias atuais, o órgão indigenista criou diversas ferramentas calcadas no conhecimento científico da Arquivologia com o objetivo de efetuar a gestão documental[23]. No

[23] Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, **tramitação**, uso, **avaliação** e **arquivamento** de **documentos** em fase corrente e intermediária, visando sua **eliminação** ou **recolhimento**. Também chamado administração de documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 100, grifos do autor coletivo)

entanto, toda massa documental que ficou acumulada nas últimas décadas permanece não tratada, o que significa a sua dispersão informacional.

O advento de tecnologias de informação e comunicação possibilitou uma série de avanços no tratar documental, como na gestão da informação. Muito possivelmente a aplicação de tecnologias informacionais avançadas possibilitará novas construções documentárias que darão acesso às importantes informações indigenistas.

No entanto, como qualquer aplicação tecnológica, ela requer depósito monetário de importância em um ambiente de recursos escassos e contexto de instabilidade política e econômica no país. Não bastam apenas recursos materiais, mas também servidores qualificados no campo da informação para a fiscalização de contratos de prestação de serviços com empresas de gestão de informação para que venham acondicionar, classificar, digitalizar e colocar disponível em bases de dados a documentação tratada.

Ao término do século XX, observou-se uma transformação no uso da informação e dos seus repositórios. Antes sem relevância estratégica nas organizações, arquivos se destacam, ganhando iniciativas de salvaguarda. As informações começam a ficar disponíveis para um público mais amplo, por meio de ações documentárias e nas políticas públicas de informação. Vejamos:

> As novas dinâmicas de produção e de uso da informação que emergiram após os anos 90, especialmente nos países de capitalismo central, provocaram reconfigurações em diversos cenários informacionais: nas relações entre Estado e sociedade, nas agendas governamentais, nos parâmetros econômicos-produtivos, nos métodos e conceitos de gestão no universo corporativo, em comportamentos sociais diversos, etc. (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 3)

Esta relação entre gestão racional de arquivos e interesses dos povos indígenas emerge de forma benéfica para o indigenismo como um todo. Por exemplo, quando da disponibilização de documentos para a execução de inventários temáticos e o atendimento em disputas judiciais de contestação da presença indígena em territórios. Neste passadouro, ainda cabe uma breve reflexão do surgimento de um indigenismo brasileiro “caleidoscópico”:

> Dentro desse imenso campo prático-simbólico, existem muitas maneiras de o Indigenismo se manifestar. Ele pode tomar a cara de preconceito regional, de comiseração urbana, de controle estatal, de curiosidade antropológica, de empenho religioso, de publicidade mediática, ou de discursos verbais, gestuais ou **escritos dos próprios índios**. Cada uma dessas manifestações é como um tijolo que se assenta na construção de um edifício de ideias e ações que abriga alguns dos aspectos mais reveladores das nacionalidades americanas. **O Indigenismo é a janela indiscreta que expõe o ethos, quase sempre oculto, de uma determinada identidade nacional no continente**. (RAMOS, 2012, p. 29, grifos nossos)

No mesmo sentido que Alcida Ramos (2012) afirma que um novo indigenismo está despontando no início do século XXI, com a escrita levada a efeito pelos próprios indígenas.

Assim, temos uma mudança paradigmática quando, a título de exemplo, da produção documentária etnológica, antes de natureza exclusivamente estatal, hoje atomizada entre os diversos agentes que concorrem pela criação de centros de documentação, realizando a sua própria escrita e sua forma de organização do conhecimento.

Independente se o indigenismo e a ação informacional resultante foram realizados pelo indigenismo tradicionalmente executado pelo Estado ou por novos atores, como os povos indígenas que se emanciparam e participam atualmente ativamente da vida pública, é ainda importante considerar que a informação de natureza arquivística é estratégica na consecução de objetivos, como na garantia dos direitos indígenas. Neste sentido:

> A informação arquivística constitui-se é importante a vida das organizações/instituições, como fonte de sua história e autenticidade e transparência de suas ações. É utilizada quer pelo seu valor primário (para decidir, para agir e controlar as decisões e ações empreendidas), quer pelo seu valor secundário (para efetuar pesquisas retrospectivas que põem em evidência decisões ou ações passadas). (MORENO, 2007, p. 16)

É possível presumir a importância dos arquivos para a construção identitária de povos indígenas, como também para outras demandas outrora já citadas, como as disputas judiciais. Portanto:

> A identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, *i.e*., à base da qual esta se define. Implica a afirmação de nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem com o meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. No caso da identidade étnica ela se afirma "negando" a outra identidade, "etnocentricamente" por ela visualizada (OLIVEIRA, 1976, p. 5-6)

Conforme elaborado por Oliveira (1976), esse contraste é alicerçado nas relações cotidianas estabelecidas pela alteridade índio ou não índio, pelas marcas de identidade étnica visivelmente diferenciada que estão estabelecidas no decurso da produção documentária e dos relatos contidos nos arquivos do SPI. O relato produzido por um chefe de posto indígena sobre o povo indígena Terena da década de 1950 do então Estado de Mato Grosso diverge muito de outro chefe de posto indígena quando relatada a situação dos índios Maxakali no interior de Minas Gerais do mesmo período.

Nesse sentido, a importância dos arquivos é indispensável, visto que existem fenômenos de importância desde os anos 1980 de ressurgimento de povos indígenas, principalmente na região do Nordeste brasileiro. Estas vozes preteridas serão reemergentes quando admitidas por iniciativas de documentação para a recuperação dos registros étnicos de um povo indígena.

Enfatiza-se também que as ações documentárias necessitam de um uso mais racional, para não se cair numa má utilização, em alguns casos deliberadamente para privar os indígenas do acesso aos seus territórios. Um caso que exemplifica este tipo de conduta foi a relacionada ao povo indígena Potiguara da Paraíba. A pesquisadora Therezinha Baumann fez uma pesquisa sobre esse povo e seus direitos a Direção da FUNAI, o que foi malversado conforme relato a seguir:

> Toda a documentação utilizada pelo Sr. Marinho Falcão foi pesquisada, ordenada e anotada por Therezinha Baumann. Mas o uso que o Sr. Falcão fez daquela documentação é deliberadamente truncado e fora de contexto. A pesquisadora ordenou e transcreveu exaustivamente a documentação sobre os Potiguara ao longo de um continuum temporal, do mais recuado passado colonial aos dias de hoje. Embora o Sr. Falcão recorra seguida e detalhadamente a alguns textos até a segunda metade do século passado, omite os de maior importância, conforme observação da pesquisadora Therezinha Baumann. Além disso toda a documentação posterior, inclusive a que trata da implantação e continuidade da ação assistencial de postos indígenas do SPI e da FUNAI, de 1930 aos dias de hoje, é descartada como meramente "enfadonha". (MOREIRA NETO, 1982c, p. 3, grifo do autor)

Ainda abordando os povos indígenas nordestinos, há um fato de relevância quanto à condição de ser indígena, visto a não existência de uma "constratividade cultural" (OLIVEIRA, 1999, p. 17) desses povos. Assim, a ação documental de recuperação da cultura desses povos indígenas é urgente. Portanto:

> A acumulação de massas documentais para além dos interesses administrativos e com foco no interesse cultural, sobretudo pelos historiadores, leva à efetivação do acesso público aos documentos, que, por sua vez, propicia a promulgação de regulamentos para os arquivos e a preparação sistemática de instrumentos de pesquisa. (MARQUES, 2011, p. 94-95)

Nesse contexto de produção documentária sobre os indígenas brasileiros, não caberia somente aos historiadores à efetivação do acesso público aos documentos. Seria necessária uma ação conjunta de profissionais da informação, além de indigenistas e demais profissionais ligados à temática indígena, para que possam realizar ações no sentido de atender as demandas por informação dos povos indígenas.

Importante salientar que a produção documentária sobre os povos indígenas que estão sob a responsabilidade da FUNAI tem forte relevância cultural. Cabe também mencionar que os arquivos presentes também perfazem a memória institucional, demonstrando as práticas indigenistas realizadas no passado que serve como uma balança dos erros, acertos realizados e indicadores de novas práticas institucionais e indigenistas.

Assim como os indigenistas, que tem por fito zelar pelas terras indígenas do Brasil, dentre outras atribuições junto aos povos indígenas, profissionais da informação que

trabalham com documentação de temática indígena têm uma responsabilidade específica. Muitas vezes, é um documento de título de posse, por exemplo, que vai permitir uma ação eficaz da Procuradoria Federal Especializada (PFE) junto à Fundação Nacional do Índio que determinará o usufruto daquele território por parte dos indígenas. Portanto:

> Não se pode falar em democracia sem o profundo respeito pelo direito à informação e participação dos cidadãos nas decisões políticas, principalmente aquelas que os afetem. Os índios merecem, por sua cultura e diferenciado entendimento do mundo, ser informados e participar das decisões e ações do Estado que atingem sua vida. Esse direito lhes é conferido pela Constituição, no § 3º do art. 231, no art. 6º da Convenção 169 da OIT, e no art. 2º da Lei n. 6001/1973. São normas voltadas aos povos indígenas que garantem procedimentos apropriados de consulta através de suas instituições representativas sobre políticas e ações governamentais. A participação e o consentimento dos povos indígenas implicam decisões com maior consenso e, portanto, com mais legitimidade. (YAMADA; VILLARES, 2010, p. 152)

O *ethos* indigenista se configura na relação perene com os indígenas. Entretanto, para realização de ações indigenistas eficazes, faz-se necessária à consolidação de uma prática documentária de natureza étnica. Deste modo, será possível para o profissional que lida diretamente com a temática indígena estabelecer um meio mais eficaz, eficiente e com efetividade para que possa oferecer aos povos indígenas melhores condições de sobrevivência e uma ação informacional que venha a subsidiar iniciativas de natureza jurídica que consolide direitos que estejam sendo invectivados.

Como expõe Thomassem (2006, p. 7), “os arquivos funcionam como a memória produtora de documentos e da sociedade de forma geral”. Assim, os arquivos que abordam a temática indígena se tornam a mediação da memória de povos. Isto porque muitos possuem fragilidade linguística e/ou cultural devido à pressão da sociedade envolvente ou demais outros fatores que comprometam um desenvolvimento social equilibrado.

Para povos indígenas que necessitam de ações da FUNAI mais atuante, os arquivos possuem uma relevância maior. Principalmente para povos que já possuem um alto grau de integração com a sociedade nacional. A partir da perspectiva neopositivista de Darcy Ribeiro (1962, p. 123):

> Nos grupos mais aculturados, que perderam seu sistema de adaptação ecológica, em virtude de novas técnicas e de diferentes hábitos alimentares, têm-se manifestado moléstias e carências que não parecem ocorrer nas tribos que ainda mantêm seu modo de vida tradicional.

O fazer indigenista é esculpido na área indígena em contato direto com os indígenas. Porém, para uma melhor execução das ações indigenistas, faz-se necessário à consolidação de uma prática documentária. Desta maneira, o profissional da informação estabelecerá uma ação

favorável ao atuar em conjunto com os povos indígenas. Ainda sobre a prática do profissional da informação:

> A esfera governamental, em sua dimensão institucional, sempre contou com a figura do profissional da informação na composição de sua estrutura de trabalho. Seu papel nesse contexto não foge à generalidade das atribuições que lhe cabem, entretanto há diversos aspectos sociais e políticos que influenciam seu perfil profissional. Como exemplo, o conceito de *accountability* exerce atualmente significativa influência nas práticas do profissional da informação da esfera pública. (GUEDES, 2014, p. 64, grifo do autor)

Um aspecto relevante quando da ação dos profissionais da informação é na transparência das suas ações enquanto agente público e da prestação de contas à sociedade. Na contemporaneidade brasileira, de cunho pluralístico democrático, a coisa pública deve estar em primazia ao interesse privado, tendo por objeto um melhor manejar de recursos públicos e da oferta de informações das decisões realizadas pelos agentes públicos. Por conseguinte:

> Um fenômeno que vem se estabelecendo é o da governança ou *accontability* na qual o cidadão pode e deve solicitar a prestação de contas ao Estado [...] no sentido do cidadão adquirir a competência para solicitar dos órgãos públicos informações sobre ele próprio que constem em documentos, sites ou portais do Estado, ou sobre a cobrança de onde estão sendo aplicados os recursos públicos. (MELLO; SOUZA, 2015, p. 38, grifo dos autores)

A Arquivologia contribui para a proteção dos direitos indígenas no contexto atual em que estamos passando (MELLO, 2014). Existe um *lobby* de grandes empreendimentos econômicos que pressionam povos indígenas muitas vezes sem possibilidade de defesa, ainda mais quando a ação do Estado brasileiro se mostra inoperante. A garantia documental será de grande valia futura para proteção de territórios e o modo de vida indígena.

Todavia, a atuação de arquivistas, com a efetivação da gestão de documentos, possibilitará a garantia das terras indígenas, visto que revelará à relação probatória que existe entre as ações indigenistas da FUNAI em conjunto aos povos indígenas que habitam o território brasileiro.

3.3 Da ação indigenista a atuação informacional

A última seção deste capítulo abordará de que maneira os movimentos dos povos indígenas, por uma ação autônoma e da própria ação indigenista, resultaram em inovadoras configurações políticas e sociais que encontrou o seu ápice na atuação informacional, com o fomento de centros de informação que documentam a ação realizada assim como na (re) construção de novos paradigmas de identidade.

Neste primeiro momento, é imperioso uma reflexão entre a atuação informacional no contexto da ação indigenista e a importância desse acontecimento no âmbito de uma reafirmação da cidadania. Isto porque os dados obtidos a partir de uma ação de registro pode transformar a realidade na qual estão inscritos socialmente. Assim:

> A cidadania dos povos indígenas não é apenas um elemento de acesso ao processo de narrar a sua história e os seus costumes; é uma postura, um agir concretamente para transformar a realidade em que vivem, seja ela profissional, artística, cultural, religiosa. É uma atitude capaz de assegurar a visibilidade dos sujeitos e de seus argumentos. Trata-se, portanto, de uma experiência de tecnologia distinta das lógicas ou enquadramentos usuais que valoriza mais o ponto de vista da estética formal, a partir de enquadramentos que não evidenciam sobretudo os desafios, os enfrentamentos e as resistências das culturas indígenas secularmente marginalizadas. (ALMEIDA; BRITO, 2017, p. 25)

A avocada "ação informacional" se impõe no momento em que os povos indígenas devem ser vistos como agentes ativos e com atuação política engajada, com o propósito de pautarem suas demandas e explorarem suas especificidades. Ante ao caráter imposto pelo Estado em opacizar aqueles que não detêm poder, em um movimento de hegemonização estatal, há uma ação de resistência para além da lógica dominante, criando uma distintividade única.

A sociedade brasileira, ciente das novas possibilidades informacionais e numa conjuntura de aprofundamento democrático, começa a demandar novas configurações de direitos sociais, como o direito à informação. Quando emerge a ação informacional dos e para os povos indígenas, fica franqueada a necessidade que grupos não hegemônicos possuem em adentrar a seara informacional, produzido não apenas pelos próprios, numa ação empoderada do indigenismo como um todo, mas como da própria tessitura social do país. Assim:

> A regulamentação realizada pelo Estado brasileiro em fornecer informações da gestão aos indivíduos resulta numa igualdade de acesso de magnitude para a realidade do país. Independentemente de qualquer tipo de distinção, os cidadãos brasileiros têm por direito ter acesso à informação, e é dever do Estado informá-los dos trâmites legais que ocorrem nos atos da administração pública, e ainda patrocinar a competência dos cidadãos na forma de se obter o acesso às informações por intermédio dos meios de comunicações oficiais. (MELLO; SOUZA, 2015, p. 49)

Na produção de uma ação indigenista qualificada, principalmente para aqueles que têm a incumbência de labutar com a informação de natureza etnológica, se torna obrigatório um adentramento no significado das informações para os povos indígenas. A obtenção de informação solicitada por tal parcela da sociedade brasileira não é somente o atendimento de um rito legal específico, mais a efetividade de direitos consolidados no ordenamento jurídico brasileiro, numa equalização da cidadania brasileira, na qual o indígena é visto como

indivíduo inserido em nossa sociedade, com demandas a serem cumpridas e deveres por serem respeitados.

Este afluir da ação indigenista para atuação informacional nos remete as lutas que o campo indigenista empreendeu no período autoritário da Ditadura Militar. E o mérito que o ato político da ação indigenista emergiu foi a legitimidade e a disposição que os povos indígenas brasileiros tiveram para serem sujeitos da sua própria história. Assim:

> Hoje, entretanto, o campo indigenista evidencia o seu caráter propriamente político: não só multiplicaram-se as agências indigenistas, mas principalmente emergiram os legítimos sujeitos históricos, ou seja, os índios e suas organizações tornaram-se os interlocutores efetivos para as questões que os afetam. Ainda que nos meios indigenistas isto não seja uma novidade, propriamente falando, é a revelação mais instigante dos novos tempos. (OPERAÇÃO ANCHIETA, 1987, p. 12)

Ou seja, há uma preocupação das agências indigenistas de assessoria aos povos indígenas em qualificar ações que venham representar a luta pelos direitos indígenas, assim como a construção de uma relação menos assimétrica com o Estado. A ação foi uma importante mudança paradigmática quanto à própria consciência de classe, enquanto parcela da sociedade mais afetada por desigualdades sociais e sem voz, e suas demandas urgentes a serem atendidas, como a efetivação dos seus territórios.

Quanto à ação indigenista e a presente atuação dos povos indígenas pelos seus interesses, enquanto demandantes de direitos e melhorias das condições de vida em que estavam submetidos, o conceito de consciência de classe emerge como uma possibilidade de melhor entendimento do momento histórico em que estavam vivendo:

> Essa consciência não é, portanto, nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem etc. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência. (LUKÁCS, 2003, p. 142)

Esta tomada de consciência dos povos indígenas reconfigurou uma série de relações historicamente dadas, permitindo novas formas de luta e embates em virtude das agressões impostas, pois para que "os interesses de uma classe possam se afirmar são muito frequentemente criados por intermédio da violência mais brutal." (LUKÁCS, 2003, p. 145). O incremento da violência estatal imposta aos povos indígenas em um momento de exceção revelou uma força propulsora de novas formas no campo indigenista, com o surgimento de organizações da sociedade civil de luta pelos direitos indígenas.

A ação política mais qualificada dos povos indígenas parte também de uma camada letrada que tem sido preparada por organizações da sociedade civil ou dos meios acadêmicos

para que se configure como uma vanguarda na luta pelos direitos indígenas e outras lutas que estão por vir. No mesmo entendimento:

> Uma camada ou setor que vai adquirindo paulatinamente maior peso é o da intelectualidade indígena. [...]. São professores preparados em escolas missionárias ou treinados e doutrinados pelo Instituto Lingüístico de Verão, ou em outras instituições análogas, ou nas várias organizações indigenistas; são os técnicos agropecuários, os advogados, os poucos afortunados que chegam a ter uma carreira universitária completa. Deste setor saíram historicamente alguns dos dirigentes das rebeliões indígenas mais importantes do continente e está saindo na atualidade a liderança de muitos movimentos políticos. (VARESE, 1981, p. 124)

Como exposto pela autora, a intelectualidade indígena é que terá o papel de liderar os movimentos políticos indígenas formados muitas vezes por organizações indigenistas. O caso do CIMI no Brasil é emblemático na importância de instituições criadas com o objetivo de assessorar os povos indígenas nas lutas a serem empreendidas. Quando do empoderamento realizado, os próprios povos indígenas possuem capacidade e iniciativa de liderarem ações políticas de defesa dos direitos indígenas.

Ainda é interessante a atuação e a fala de determinadas lideranças indígenas que já naquele momento de organização do movimento indígena tinham a consciência da importância do registro sonoro e documental daquilo que era discutido. Uma das personalidades a ser ressaltada é a de Mário Juruna, o primeiro indígena na história a ser eleito como deputado federal no ano de 1982 pelo Partido Democrático Trabalhista, o PDT, que tinha como seu principal prócer Leonel Brizola. Vejamos a passagem:

> Há cerca de dois anos, Mário Juruna, com sua capacidade de sofrer e de entender os desacertos do mundo dos brancos, dizia que os fazendeiros não são os únicos nem, talvez, os mais insidiosos inimigos dos índios. E explicava seu ponto: ´**é preciso perguntar onde nasce a papelada**`, isto é, onde se originam e quem produz os títulos que legitimam a expansão do latifúndio e o esbulho das terras indígenas. Este é um tipo de conhecimento sofrido na própria pele ou entranhas. Como tal, é um componente necessário da luta pela sobrevivência de uma minoria ameaçada permanentemente e de modo muito concreto. (MOREIRA NETO, 1982b, p. 9, grifo nosso)

E qual a origem de Mario Juruna? É um indígena pertencente ao povo indígena Xaványte nascido na aldeia de São Marcos no Mato Grosso. Em sua formação há dois fortes componentes que explicam a trajetória de embate frente à violência vivenciada por seu povo: o contato com os padres salesianos quando Juruna era adolescente e a efetiva participação dos sobreviventes da Fazenda Suyá-Missu para as reservas indígenas dirigidas pelos mesmos salesianos.

Para a formação de um quadro político de luta pelos direitos indígenas como foi Mário Juruna, há a efetiva participação de missionários da Igreja Católica. Ainda é importante

ilustrar como ocorreu a projeção de lideranças indígenas na construção de pautas que venham pintar suas importantes demandas para os povos envolvidos.

Um dos pontos chaves para a compreensão do surgimento de lideranças indígenas está no contato estabelecido com a sociedade nacional. Atualmente, é verificada a ida de indígenas para as universidades em grandes centros urbanos, como do próprio processo de formação escolar em áreas indígenas. Este processo de socialização ratifica uma irreversibilidade com o mundo dos brancos (GHANEM; ABBONIZIO, 2012, p. 158), fazendo com que os povos indígenas repensem a sua condição enquanto atores políticos do meio social e, tendo como consequência, o surgimento de representantes indígenas. Ainda neste sentido:

> Torna-se evidente que existem diferentes maneiras de selecionar um representante indígena, principalmente porque há contrastes enormes entre os possíveis postulantes. Há entre eles pessoas que nunca saíram das áreas indígenas e, por conseguinte, desconhecem símbolos e fatos relacionados aos Estados-Nações a que pertencem, assim como há dirigentes que falam em seu nome e que, com frequência, conhecem países dos cinco continentes. Não são mais as tradicionais "autoridades étnicas" a ocupar o âmbito local das lutas que reivindicam os espaços de direção nas novas organizações. Esse novo contexto requer dos atores sociais que tenham mais contato com a sociedade nacional, que se desloquem com familiaridade dentro dela, que sejam capazes de expor com clareza as novas posturas do movimento e que suas práticas sociais e discursivas estejam mais sintonizadas com o equivalente no sistema institucional e estatal. (ROCHA; BITTENCOURT, 2007, p. 31)

Avançando na análise, a liderança indígena consegue compreender de forma perspicaz que as ameaças aos direitos indígenas e a própria existência do seu povo passava pelo entendimento da produção documentária e os seus efeitos jurídicos. Assim, os ataques perpetrados por aqueles que são contra os povos indígenas poderiam ser entendidos de modo mais qualificado.

Quando Mário Juruna tinha a preocupação em saber de onde vem à papelada, o questionamento estava no âmago do poder que os documentos possuem como fonte de prova. Assim, a liderança indígena tinha a sapiência de compreender de onde vem o poder que emana os documentos e a quem se devem combater para o prosseguimento das lutas indígenas. Pensar em documentação é pensar em conquistas indígenas e demais condicionantes da relação assimétrica que sedimenta a sociedade brasileira.

Outro ponto de destaque é o meio de luta contra os chamados poderosos de Brasília. É possível asseverar que se deslindava uma **luta documentária**, com a utilização de um gravador a tira colo com o objetivo de confrontar as promessas de autoridades públicas aos indígenas e ao não cumprimento das palavras proferidas:

> Em janeiro de 1977, Juruna ressurgiu de repente no Planalto com a finalidade de ser recebido por Geisel. Com "um gravador, um facão na cintura e fumando cigarros",

> fez um plantão das oito às dezessete horas, mas não conseguiu falar com o general. Após ser recebido por um "assessor de relações públicas", disse que a "Funai não atende o índio" e que se sentia "um cidadão brasileiro que está sendo jogado no lixo". (VALENTE, 2017, p. 345)

A gravação de reuniões por Mário Juruna foi a marca de uma mudança de postura da episteme indígena naquele circunscrito momento histórico, visto que as gravações realizadas mudaram o eixo de explicação quanto as demandas indígenas. Anos antes de novos paradigmas informacionais, como a Lei de Acesso à Informação (LAI) no Brasil, Juruna criava uma metodologia singular de embate e reivindicação, na qual sua principal e única arma era o registro documentário. (MELLO, 2018a)

Fotografia 7 – Destaque para o gravador de Mário Juruna por Getúlio Gurgel da Folhapress



Fonte: Revista Veja.[24]

Na imagem apresentada está em destaque não apenas o insigne gravador de Juruna, inclusive popularizado em programas humorísticos e colunas sociais nos anos de 1980 (SANTOS, 2016, p. 314). Porém, Mário Juruna ao portar o instrumento tecnológico de registro documentário revolucionava a forma de se fazer política. Ou seja, as cobranças das promessas quase nunca cumpridas pelo Governo Federal começaram a ter visibilidade nas mídias, visto que havia uma prova do que foi dito pelas autoridades, frente a luta documentária travada pela liderança indígena.

Retornando a discussão sobre a formação da Ciência da Informação, a contribuição que uma liderança indígena do quilate de Mário Juruna também significa que a necessidade

[24] Disponível em: https://veja.abril.com.br/blog/pronto-falei/o-gravador-do-indio-na-sexta-feira-gorda/. Acesso em: 04 jan. 2019.

de informações perenizadas em um dado suporte é de importância para as mais distintas camadas da sociedade, inclusive de povos indígenas que estão na luta por seus direitos e melhores condições de sobrevivência.

Para além dos cânones da ciência e tecnologia e demais estratos hegemônicos da sociedade ocidental, o registro efetuado pelos povos indígenas são a garantia do cumprimento acordado e uma necessidade informacional de natureza etnológica. Neste sentido:

> A existência e necessidade da informação para quase todas as profissões, ciências e culturas, bem como o desenvolvimento de pesquisas sobre a mesma como fenômeno ou processo, é ressaltado por Yuexiao, para quem a informação não é ainda um conceito singular. Ao contrário, caracteriza-se como um conceito controverso e enganoso de variadas definições que se forma por uma série de conceitos heterogêneos com complexos relacionamentos. Consequentemente, para Yuexiao, a ciência da informação não se constituiria em metaciência ou interdisciplina, porém nome coletivo para todas as ciências lidando com a informação e com seu conceito básico ou maior em seu sistema conceitual. (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 5)

A informação a partir da perspectiva apresentada acima seria uma entidade abstrata em todas as sociedades, culturas e espaços com ocupação humana. A Ciência da Informação teria então, em virtude da ocorrência informacional entre os povos indígenas, que mergulhar nos problemas encontrados com o objetivo de se aproximar do fenômeno informacional indígena e das novas veredas a serem abertas a partir dos etnoconhecimentos gerados e disseminados do ponto de vista informacional.

À guisa de conclusão, visto os recentes acontecimentos políticos ocorridos no país nos últimos tempos, há uma nova indígena eleita deputada federal: Joênia Wapichana. Há trinta e um anos, desde quando Mário Juruna deixou o Congresso Nacional, um indígena não era eleito deputado federal. A também deputada Joênia possui uma atuação relevante e, dentre as ações políticas já realizadas, destaca-se a defesa em plenário do STF dos limites contínuos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, onde pela primeira vez na história uma indígena esteve como parte interessada.

Fotografia 8 – Joênia Wapichana



Fonte: El País.[25]

[25] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/08/politica/1539035477_870212.html. Acesso em: 04 jan. 2019.

4 **A NOVA DOCUMENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS**

Um dos aspectos inovadores da documentação na contemporaneidade é a desempenhada pelos próprios povos indígenas. Antes alijados do processo informacional fagocitados pelo poderio estatal, no tempo presente esses grupos se tornaram autônomos, sejam pelos processos políticos que experimentaram iniciado pelas assembleias indígenas, sejam pelas novas diretrizes político-jurídicas e informacional que se moldou no âmbito do Estado brasileiro.

No entanto, para uma melhor compreensão da produção documental sobre os povos indígenas, é mister olhar para o tempo pretérito, onde foram elaboradas as primeiras propostas e iniciativas que viessem a contemplar as ações informacionais do tempo presente. Importante ainda lembrar que essas primeiras iniciativas têm conexões com os processos iniciados no âmbito da documentação na atualidade.

O primeiro programa específico sobre línguas indígenas que tivesse por escopo a documentação foi o Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB) nos anos 1980. O seu objetivo geral era promover o desenvolvimento de pesquisa científica das línguas indígenas brasileiras e o primeiro objetivo específico era promover a **documentação** e a análise descritiva das línguas indígenas. (RODRIGUES, 1987, p. 167, grifo nosso). Ou seja, pela primeira vez na história foi estabelecida uma empreitada com o objetivo não apenas de pesquisar as línguas indígenas, como também em documentá-las. Ainda neste sentido:

> Participei do PPCLIB - Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras, por volta de 1987, quando um grupo de linguistas, sob a coordenação do Prof. Aryon Rodrigues, então, na UnB, propôs ao CNPq esse projeto. A **técnica do CNPq, Marisa Cassim representava o CNPq** no processo. Eu havia organizado o Setor de Linguística do Museu do Índio e participei junto com Nelmo Roque Scher, linguista da FUNAI-BSB, representando o Museu do Índio e a Funai. Houve reuniões no Rio e em Brasília e hoje se reconhece que aquele projeto foi estratégico para alavancar o estudo das línguas indígenas. Uma vez, vários anos depois, ouvi de um representante do CNPq que essa iniciativa pioneira podia ser dado como exemplo de uma área das ciências humanas e da Linguística que soube se organizar. Eram cerca de 30 linguistas naquele momento que pesquisavam línguas indígenas e hoje há talvez duas centenas. (MAIA, 2018, grifo nosso)

Na passagem acima, elaborada pelo professor Marcus Maia, se tem o entendimento de que o PPCLIB teria sido um propulsor para o estudo das línguas indígenas do país. E não apenas do seu estudo, mas sim também por meio das ações de documentação, que hoje avançam em um processo crescente quantitativamente e de complexidade visto a seara social na qual estamos imersos na contemporaneidade e, em primazia, os povos indígenas.

Outro item igualmente de destaque é o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na figura da servidora Maria Cassim. Em suma, o estudo e a documentação de línguas e culturas indígenas foram aportados a partir de uma política de Estado, com financiamento ao programa de documentação, assim como na formação de pesquisadores nos programas de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior.

A importância do estudo linguístico e da documentação dos povos indígenas brasileiros promovidos a partir do PPCLIB foi pioneiro inclusive no que tange a esfera internacional. Uma abordagem mais problematizante acerca do perigo da extinção das línguas pelo mundo no século XXI veio à tona com a publicação de um artigo do linguista Michael Krauss, no ano de 1992. (MOORE; GALUCIO; GABAS JÚNIOR, 2008, p. 42)

Ao abordar a documentação das línguas e culturas indígenas realizadas no país nos últimos anos, é necessário explanar o porquê da importância desses estudos. Além da relevância social, há também a insurgência de novos parâmetros do campo linguístico que não apareceram em outras partes do mundo. Desta maneira:

> Embora se trate, ainda, de relativamente poucos casos, cuja correta interpretação exigirá pesquisas mais extensas e mais profundas, já deixam perceber que o conhecimento científico das línguas indígenas brasileiras, além de revelar toda uma grande série de sistemas linguísticos que, como quaisquer outras línguas, se particularizam por arranjos originais de elementos fundamentais comuns segundo parâmetros universais, muito provavelmente revelará também novos elementos e/ou parâmetros, cuja relevância ainda não se tornou visível através da análise das línguas de outras partes do mundo. (RODRIGUES, 1987, p. 165)

Quanto às ações de documentação nos tempos mais atuais feitas pelos povos indígenas em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Museu do Índio há algumas iniciativas a serem abordadas. Uma primeira experiência é o Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (PROGDOC) que tem como objetivo principal promover o registro das manifestações culturais dos povos indígenas no Brasil (MELLO; COUTO, 2018). Sua principal característica é instrumentalizá-los na execução de trabalhos de cunho documentário e gerenciamento em centros de documentação em terras indígenas.

Esse Programa é marcado pelo registro em meio digital pelos próprios indígenas, depois de treinados em oficinas promovidas pelo Museu do Índio. Os documentos produzidos pelo Programa são posteriormente inseridos nos repositórios do Museu e nos centros de documentação indígena espraiados pelo país.

Outro projeto de documentação iniciado no ano de 2017 é a Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato

na Região Amazônica (MELLO; COUTO, 2017). Esta iniciativa proposta e em execução tem por fito efetuar ações de documentação com povos que possuem pouco contato com a sociedade envolvente, ou seja, grupos chamados de isolados ou autônomos. Desta maneira:

> A pesquisa e documentação linguística e cultural modernas, voltadas para a salvaguarda de patrimônio linguístico e cultural das populações indígenas, visam beneficiar, em primeiro lugar, as comunidades indígenas, fortalecendo suas línguas e suas culturas, precondições indispensáveis para um bilinguismo ou multilinguísmo estável, a única forma sustentável de manter a diversidade. Não é por acaso que a demanda por documentação proveniente de grupos indígenas já ultrapassa de longe a capacidade dos poucos pesquisadores e centros preparados para este tipo de trabalho, especialmente na Região Amazônica. (UNESCO, 2015, p. 34-35)

Interessante notar que o documento do Projeto de Cooperação Internacional confeccionado pela UNESCO aludiu para a escassa presença de pesquisadores que tenham como objeto a temática indígena e, mais objetivamente, no que tange a documentação de povos indígenas. Os estudos sobre o processo de documentação no âmbito da Ciência da Informação significam esforços para o aumento de pesquisas científicas sobre a temática informacional indígena.

No âmago destas novas iniciativas de documentação dos povos indígenas localizados em território brasileiro, se vislumbra o que havia sido arquitetado ainda nos anos 1980 por meio do PPCLIB. A título de exemplo, havia subprogramas semelhantes aos executados atualmente, como a proposta da organização de um Núcleo de Informação e Documentação sobre as línguas indígenas, o fomento a cursos de treinamento para formação de técnicos em documentação e análise, como também a implementação do Centro Nacional de Línguas Indígenas. (RODRIGUES, 1987, p. 169-170)

Os projetos de documentação sobre os povos indígenas efetivados em parceria com a UNESCO tiveram sua primeira experiência na penúltima década do século XX. Cabe também a reflexão que a própria condição da política indigenista e dos próprios povos indígenas mudou substancialmente, fruto das transformações jurídicas, institucionais e sociais advindas nas últimas décadas.

Quanto ao desenrolar do novo projeto de documentação dos povos transfronteiriços e de recente contato, não é possível aferir os resultados produzidos, visto que as atividades ainda estão em desenvolvimento, começaram no ano de 2017 e sua previsão inicial é de trinta e seis meses (MELLO; COUTO, 2017, p. 100). Por fim, cabe reiterar que o trabalho é arrojado, visto, por exemplo, a estratégia para a formação dos pesquisadores indígenas:

> Feito o levantamento dos grupos étnicos de recente contato nas fronteiras amazônicas que poderão se beneficiar do Projeto, o passo seguinte é a realização de

> chamada pública para seleção de propostas de subprojetos na área de salvaguarda linguística e cultural que contemplem esses povos indígenas transfronteiriços [...]. Os subprojetos de língua e cultura deverão constituir equipe de trabalho de modo a sempre incorporar pesquisadores indígenas provenientes dos próprios grupos étnicos. A iniciação de pesquisadores indígenas, visando despertar o interesse de membros das próprias comunidades para a atividade de pesquisa voltada para sua própria língua e cultura, tem sido um dos principais propósitos dos projetos do PROGDOC. O que se almeja para o futuro próximo é o protagonismo na construção de conhecimento etnográfico, linguístico e cultural. (UNESCO, 2015, p. 39)

O ponto nodal no processo de documentação iniciado é o fomento das atividades de documentação realizado pelos próprios povos indígenas. Há uma boa preocupação em executar as ações de cunho informacional com a criação de etnosaberes, respeitando as especificidades culturais, produzindo novas configurações identitárias, documentárias e com implicações vindouras para a organização do conhecimento dos acervos etnológicos.

Igualmente, há uma transformação paradigmática quanto à maneira de se descrever e estudar línguas indígenas de modo tradicional para as do tempo presente. Na atualidade, em função das grandes transformações ocorridas nas tecnologias de informação e comunicação e na própria ação documentária, foram criadas técnicas, fazendo com que as ações de salvaguarda de línguas indígenas ganhassem maior dinamicidade frente ao perigo de extinção linguística. Assim:

> A maneira tradicional de se descrever uma língua é elaborar uma gramática da mesma (fonética, fonologia, morfologia e sintaxe), um dicionário e uma coletânea de textos. Nos anos recentes, com a ênfase nas línguas em perigo de extinção, **novos métodos de documentação foram desenvolvidos**, focalizados na gravação de amostras da língua, na digitalização e anotação das gravações e no seu uso para revitalização lingüística. Essas gravações e as anotações têm de ser armazenadas em forma digital nos arquivos linguísticos profissionais, em caráter permanente. (MOORE; GALUCIO; GABAS JÚNIOR, 2008, p. 42, grifo nosso)

Os saberes ditos subalternos ou alternativos adquirem um novo *status*, visto que organizações com lastro no processo de documentação, como a UNESCO, assim como o conhecimento na organização de acervos pelo Museu do Índio sinalizam para outras possibilidades de reconfigurações institucionais e informacionais. Desta maneira:

> Os programas de documentação, além de produzirem conhecimentos sobre os povos indígenas, os instrumentalizam para documentar a sua própria língua e cultura, permitindo assim uma autonomização dos agentes nas localidades indígenas. Deste modo, permite o acesso ao conhecimento produzido no âmbito acadêmico em sintonia com os saberes tradicionais formulados pelos povos indígenas. O produto do conhecimento gerado nas localidades habitadas pelos índios estará disponível para os mesmos, por meio dos centros de documentação nas terras indígenas. (MELLO; COUTO, 2017, p. 101)

Neste momento, serão elaboradas algumas breves discussões sobre a ação de documentação. Essa problematização é importante a fim de qualificar a compreensão do

fenômeno informacional indígena à luz dos princípios da Documentação. Quanto ao processo de documentação em sentido amplo, não é possível uma definição exata, visto que o seu significado difere de país para país (COBLANS, 1957, p. 11). Neste mesmo sentido:

> Que vem a ser documentação? Como surgiu êsse têrmo e qual a sua origem? É difícil determinar o período exato em que surge um têrmo e é incorporado a terminologia técnica. Sòmente o seu aparecimento nos dicionários, vocabulários, etc., demonstra o seu ingresso no vernáculo. No entanto, antes mesmo de ser definida oficialmente com o conceito atual, já era utilizada com significado diferente. A Federação Internacional de Documentação, órgão máximo da documentação no mundo, conceituou a palavra documentação como o processo de "reunir, classificar e distribuir documentos em todos os domínios da atividade humana", por ocasião da X Conferência Internacional de Bibliografia em Haia, em 1931, e tal definição é adotada até hoje. (ZAHER, 1968, p. 9)

Outros autores no que se refere à Documentação já elaboraram uma definição que abarcou também aspectos de importância para a vida em sociedade, visto que para o desenvolvimento social é necessário o controle da documentação produzida e o próprio processo de documentação significa a realização de uma arte. Assim:

> Documentação é uma arte prática, posta em execução por uma irmandade de entusiastas dedicados, cujo diligente e altruístico trabalho contribui, na obscuridade modesta, para o progresso da sociedade, pois êste depende do acesso à informação registrada. E a arte da documentação é a arte de coletar, classificar e tornar fàcilmente acessíveis os registros de tôdas as formas de atividade intelectual. É o processo pelo qual o documentalista pode colocar ante o especialista criador a literatura existente sôbre o campo de sua investigação, a fim de que êle possa tomar pleno contacto com as realizações anteriores em seu terreno, e dessa forma evitar a dispersão de esfôrço na realização de uma tarefa já executada. (BRADFORD, 1961, p. 68)

Ou ainda, a "documentação tem como objetivo criar uma fusão entre bibliografias, resumos, sistemas de classificação, catálogos, índices etc." (LITTON, 1976, p. 31). Quanto à Coblans (1957), a documentação contempla alguns aspectos da biblioteconomia, da bibliografia e da técnica de arquivo. Ou seja, a documentação teria uma primazia acerca dos registros humanos por meio de técnicas já consolidadas. Assim, os indivíduos terão o acesso perene às atividades intelectuais com o objetivo de melhorar as sociedades humanas, o que pode significar o avanço do conhecimento científico.

Faz-se também necessária a reflexão sobre como o termo Documentação se transformou ao longo do tempo. A documentação tem como marco inicial o movimento bibliográfico, trazendo importantes contribuições para o registro e difusão da informação. Neste sentido:

> A documentação derivou disciplinarmente dos estudos realizados no bojo do *movimento bibliográfico*, sistematizados primeiramente em uma disciplina denominada Bibliografia. O referido movimento foi importante para o

> desenvolvimento inicial das atividades de análise de conteúdo dos documentos para organização e "memorização" do conhecimento registrado. Além disso, com a Bibliografia passaram a ser empregadas as noções de "difusão" e de "acesso" à informação, noções relevantes para a posterior proposição da Documentação. (RABELLO, 2011, p. 139, grifo do autor)

Ao abordar a ação documentária sobre os povos indígenas, um movimento necessário para a apreensão do fenômeno em jogo é compreender o que é a documentação, o porquê da sua existência e do seu surgimento. Deste modo, uma importante abordagem é a visão de Paul Otlet (1964, p. 285-286):

> A Documentação é constituída por uma série de operações distribuídas, hoje, entre pessoas e organismos diferentes. O autor, o copista, o impressor, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o documentador, o bibliógrafo, o crítico, o analista, o compilador, o leitor, o pesquisador, o trabalhador intelectual. A Documentação acompanha o documento desde o instante em que êle surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro de leitor.

A citação nos faz refletir sobre a importância que representou Paul Otlet e Henri La Fontaine para a Documentação no século XX e para as origens históricas da Ciência da Informação com a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) (FONSECA, 2005, p. 14). Essas iniciativas representaram esforços para o desenvolvimento de uma ciência nova e que teria muito a contribuir para a ciência moderna e, claro, para os processos de documentação dos povos indígenas em curso. Ainda sobre os baluartes da Documentação:

> Paul Otlet e Henri La Fontaine, dois grandes pioneiros belgas, fizeram nova tentativa. Não eram nem bibliotecários nem cientistas; Otlet era advogado e La Fontaine político interessado em sociologia e professor de direito internacional na Universidade de Bruxelas. Seus trabalhos de compilação de bibliografias de direito e de sociologia os reuniu, convencendo-os logo de que o problema necessitava ser encarado de ângulo mais vasto. Em 1893, na casa de Otlet, em Bruxelas, fundaram o Office International de Bibliographie, com a finalidade de organizar um catálogo universal por assunto. Compreenderam logo que as bibliografias impressas, especialmente sob a forma de bibliografias nacionais por autor, não eram as mais adequadas para controlar a documentação. Viram a necessidade de manejar o conhecimento como um todo através da cooperação internacional. São os fundadores da documentação moderna como atividades independente da biblioteconomia tradicional. Assim como Melvil Dewey foi o pai das técnicas biblioteconômicas modernas, Paul Otlet é o pai da documentação. (COBLANS, 1957, p. 21-22)

Outra ênfase é a importância do caminho que o processo de documentação faz, do documento ao intitulado cérebro do leitor. Tal percurso realça uma característica do processo de documentação que é a cadeia documental percorrida. (CHAUMIER, 1971, p. 13). Esta vereda sempre acontece numa ordem determinada e de forma parecida, independente do sistema documental vigente. A cadeia documental também pode ser conhecida como ciclo documentário, que se "completa com o preenchimento dessas etapas [reunir, classificar e

distribuir], que determinam a existência de um serviço ou centro de documentação [...].” (ZAHER, 1968, p. 9)

Ainda cabe ressaltar que desta documentação resulta em um movimento da informação que produz consequências para as intituladas operações complementares: o acesso às informações pelo usuário final. Deste modo:

> O relatório Weinberg define assim esta noção de cadeia: O Processo da informação compreende graus separados ou <operações elementares>: produção, registro e formação, catalogação, conservação e difusão, despistagem e exploração pelo utilizador. Visto que os graus estão ligados, no sentido de que os últimos dependem dos que os precedem, todo o processo da informação é comparável a uma cadeia: designá-lo-emos por <cadeia de transmissão da informação.> (CHAUMIER, 1971, p. 13)

Por fim, as atividades de documentação são múltiplas e respondem as necessidades que diversas sociedades possuem para com a informação. Quantos forem às sociedades, mais existirão formas de perenizar registros e gerenciar a informação. Conforme explanado por Briet (2016, p. 35): “As formas que as atividades documentárias podem assumir são tão numerosas quanto às necessidades que as fazem nascer.” Ainda sobre o conceito de documentação pela autora francesa:

> A documentação aparece enfim como o *corretivo da especialização* sempre crescente. Fechado nos limites mais ou menos amplos de sua especialidade, o pesquisador precisa ser guiado através dos territórios que circundam seu domínio particular. Orientação sobre as fronteiras de um assunto, prospecção das fontes de pesquisa, definição de atribuições são algumas das necessidades que requerem a coordenação de diversas atividades. (BRIET, 2016, p. 12, grifo da autora)

Um conceito que agora será esmiuçado é o de “transmutação da memória indígena” (MELLO; COUTO, 2018) que porta, em seu âmago, o caráter transitório, transformador e metamorfósico da memória indígena marcada pela transmissão tendo por base a oralidade. Oposto do que acontece nas sociedades de tradição escrita, que selecionam o que vai ser preservado nos lugares de memória, como bibliotecas e arquivos, as sociedades tradicionais, neste aspecto, são instigantes, visto que não contavam com as instituições de memória (CANDAU, 2012). Deste modo: “O primeiro domínio no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem.” (LE GOFF, 2003, p. 424)

Em um segundo momento, a transmissão da memória indígena passou a transcorrer pelo suporte físico, ou seja, de natureza documental. Esta transformação da memória tem sua base na experiência vivida pelos povos indígenas em seu contato sistemático com o registro utilizado pela sociedade ocidental, em que o documento tem poder probatório (MELLO;

COUTO, 2018). Inicialmente promovido pelo contato com as missões religiosas e, mais tarde, pelo Estado, a produção da memória de natureza estatal passa pela ação de agentes de Estado, ou seja, do SPI e posteriormente da FUNAI, que agiam em conformidade com as diretrizes norteados pela política indigenista. Cabe ressaltar que:

> A memória, em sua forma mais elaborada, é capaz de articular historicamente o passado, não "como ele efetivamente foi"; mas como uma faísca de esperança que fulgura num momento de perigo, para usar a expressão poética de Walter Benjamin. (FREIRE, 1992, p. 139)

Assim, o fomento da memória, como naquela registrada em suportes de informação produzidos pelo Estado, não era necessariamente o registro da memória indígena, mas sim, o registro suscitado pelo Estado para o seu interesse sobre as manifestações dos povos indígenas. A captura do legado de modos de vida, experiências e saberes acumulados por aqueles indivíduos é o resultado de suas interações com a natureza e sua história. Esses documentos nada mais eram que uma interpretação das ocorrências nas terras habitadas pelos povos indígenas e seu modo de vida.

Ainda é notável a compreensão que os indígenas, enquanto expressão desviante do modelo organizado pelo Estado desde o período colonial era um objeto de controle, controle este exercido por meio da produção de documentos. Sendo assim, o Estado tinha por finalidade a integração desses grupos, incorporando-os e homogeneizando-os aos colonizadores. Ainda quanto ao controle do Estado:

> Uma clara e contínua intenção de incorporar nativos à colonização pode ser vista como a política que, desde o início, definiu a relação dos portugueses com os índios no Brasil. Analisando-se os principais textos legais, desde aqueles promulgados nos primeiros anos de colonização até os mais recentes, pode-se afirmar que as questões suscitadas pelo índio foram sempre consideradas assunto de Estado. (ALMEIDA, 1997, p. 36)

O controle dos corpos era feito por meio do registro escrito, tendo como objetivo criar indivíduos mais disciplinados no contexto de uma estrutura racional e da formação de certa identidade nacional, ainda mais quando da necessidade de se tutelar as sociedades indígenas. Assim:

> O exame faz também a individualidade entrar num campo documentário: seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. **Um "poder de escrita" é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. Em muitos pontos, modela-se pelos métodos tradicionais da documentação administrativa**. (FOUCAULT, 1999, p. 213, grifo nosso)

O poder da escrita, como assuntado por Foucault, traz o poder que a positivação da informação faz emergir nos documentos do Estado. E esse poder foi constituinte de uma forma de controle, naquele momento, para os grupos que não estavam alinhados aos ditames modernizantes propostos. Deste modo, este poder do Estado é traduzido nos registros em documentos de controle e intervenção sobre os povos indígenas. Ainda:

> Mais do que tonalidades, estas diferentes representações tutelares indicam a configuração de distintos modelos de intervenção na vida indígena, gerados no bojo de exigências e de necessidades ditadas por realidades históricas específicas e, naturalmente, pelo amadurecimento da questão, o conhecimento cada vez maior da natureza do índio e de suas expectativas frente à sociedade que o tutora. (ALMEIDA, 1997, p. 36)

O terceiro momento está inserido nas iniciativas de documentação dos povos indígenas no contexto dos programas de documentação da UNESCO, cuja característica mais presente se encontra na produção documental pelos próprios indígenas e na criação de centros de documentação em suas áreas (MELLO; COUTO, 2018). A importância da gênese deste repositório documental está em projetar o indígena no processo de memorialização de suas ações culturais e das demais atividades inerentes para a formação de sua etnicidade. Conforme a seguir:

> Os projetos de documentação realizados no Brasil, assim como em outros países da América Latina, têm sido caracterizados por uma concepção fortemente colaborativa, com formação de pesquisadores indígenas que queiram dominar as novas tecnologias de documentação e, assim, realizar ´autonomamente` seus projetos. Amadureceu, também, uma demanda qualificada vinda dos próprios índios: ter de volta materiais de pesquisa, compartilhar resultados, mobilizar uma assessoria que compense as falhas da formação oficial de professores e de outros agentes e mediadores. (FRANCHETTO, 2017. p. 60)

A problematização reside nas apropriações que grupos indígenas estão fazendo do registro da memória acessível em sociedade e concentradas em instituições de memória, como no Museu do Índio, para criar seus próprios registros, utilizando, para isso, novas tecnologias de informação e comunicação. Essa memória indígena de viés inovador, que pode ser classificada como auto-referente (MELLO; COUTO, 2018), é também resultado de uma mudança da postura do Estado com relação à heterogeneidade étnica.

Para a problematização das intituladas novas configurações documentárias são necessárias reflexões sobre a necessidade da preservação dos estoques informacionais depositados em repositórios públicos ou geridos por entidades independentes, como os administrados pelos próprios povos indígenas em seus centros de documentação. Assim:

> Para preservar, precisamos, antes, classificar e colecionar. Por isso temos agentes que detêm o poder legítimo de definir o que faz parte do patrimônio. Esses

> "guardiães do patrimônio" definem o que é digno de ser preservado. Esses bens, pelo seu caráter único e pelo fato de serem vistos como depositários de uma memória que aponta para a identidade nacional, precisam ser defendidos. (OLIVEN, 2003, p. 77)

Em virtude da natureza jurídica do Estado, ocorreu a formação de agentes públicos visando se tornarem guardiães da memória. Esses agentes formados em áreas afins da memória como Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia, exercem atividades pertinentes à área da Documentação e ao desenvolvimento de coleções que são recolhidas e salvaguardadas em instituições de Estado.

Essas coleções são organizadas com o objetivo de atender aos interesses exclusivos do Estado, não levando em conta as necessidades da preservação da memória por grupos que não tinham a permeabilidade necessária para o acesso e definição das políticas públicas de fomento aos novos repositórios que atendessem aos próprios povos indígenas, por exemplo. A preservação da memória realizada de forma não intencional é um fator secundário que se sobrepôs ao interesse primário estatal de controle e poder sobre o seu território. O que povos não hegemônicos realizaram é se apropriarem do espaço de memória construído a partir da lógica do Estado.

A necessidade de fomento dos arquivos sobre os povos indígenas foi à possibilidade de controle e prova: sejam os relatórios de atividades executadas pelos indigenistas do SPI junto aos indígenas, passando pela realização do levantamento do patrimônio público existente nos postos indígenas, o desempenho dos indígenas em práticas econômicas, e, por fim, ao controle da entrada e saída em aldeias para prestação de serviço a indústria agrícola local, por exemplo.

As últimas experiências obtidas no campo informacional pelo Estado brasileiro significarão uma apropriação pelos povos indígenas dos documentos disponibilizados eletronicamente, como também no fomento de práticas documentárias realizadas pelos próprios indígenas, com o intuito de repertoriar suas manifestações culturais. (MELLO; COUTO, 2017)

Os procedimentos documentários contemporâneos em que são utilizadas novas formas de armazenamento e tratamento da informação não significam a descomplexificação dos mecanismos técnicos a serem adotados, em função das peculiaridades do fazer documentário. Assim:

> Como sabemos, o aumento exponencial da literatura por um lado e a diversidade de demandas de informação por outro, incentivou e, até mesmo, provocou ao longo do tempo o desenvolvimento de estudos e pesquisas no campo da organização do conhecimento e da representação da informação. Instrumentos, métodos e técnicas de tratamento da informação se proliferaram. Atualmente, com a introdução das

> novas tecnologias de comunicação e informação, o problema do tratamento da informação, em sua essência continua o mesmo. O que passa a ser diferente são as novas dimensões das atividades de coleta, arquivamento, busca e acesso à informação/conhecimento. Continuam a ter especial interesse o desenvolvimento de instrumentos, métodos e técnicas direcionadas a solucionar os aspectos cognitivos, operacionais e práticos de tratamento da informação. (SOUZA, 2000, [p. 3])

Na constituição dos novos arranjos documentários resultado do avanço das TICs na contemporaneidade, outros esforços são inevitáveis para a qualificação dos atores informacionais envolvidos nos procedimentos no campo da documentação. Desta maneira, os povos indígenas devem aprofundar os conhecimentos dos modelos informacionais vigentes para manejar com destreza as ferramentas disponíveis, possibilitando assim a elaboração de linguagens documentárias inovadoras com o intuito de atender as demandas por informação etnológica.

4.1 A formação das experiências inovadoras da memória documentária

A partir de agora, será problematizado a constituição da memória e sua relação com os povos indígenas. A formação da memória coletiva é um dos maiores constituidores da formação da etnicidade indígena. Há uma constante vivificação do que é ser indígena em contextos nos quais a oralidade é a única forma de transmissão do saber. Sobre a memorização:

> A ideia da memória como um armazém é muito antiga, e igualmente tão antiga é a ideia de uma arte que ajude o armazenamento com acuidade, fazendo as opções necessárias mediante rápida percepção das mercadorias acumuladas. O armazém, em todos os textos da *ars memorativa*, é apresentado como bastante ampliável. Em lugar das poucas coisas que ali conservamos, é possível conseguir, mediante a Arte, nele acumular uma quantidade imensa de noções. (ROSSI, 2010, p. 89-90, grifo do autor)

Quanto à memória indígena, essas formações pluriculturais e multiétnicas seriam as exclusivamente com legitimidade para informar sobre o que deve se tornar artefato de memória, o que deve ser guardado e preservado ou esquecido. Assim, em decorrência do poder do Estado, ocorreu um monopólio de uma importante fase da formação e desenvolvimento de coleções, a seleção:

> A função seleção é da maior importância, pois implementa o que está formalizado na carta ou política de seleção. É, em resumo, uma das funções responsáveis pela formação e desenvolvimento das coleções que irão compor o acervo, tanto quanto à forma - periódicos, livros, audiovisuais, patentes, *cdrooms*, microformas etc. -, como quanto ao conteúdo - assuntos de interesse, nível de cobertura desejado etc. -, tanto reais quanto virtuais. (MACIEL; MENDONÇA, 2000, p. 19, grifo dos autores)

Ao longo do século XX, o Estado brasileiro conduziu a produção documentária sobre os povos indígenas com a finalidade de exercer o controle. Porém, hoje a concepção é

distinta, já que na própria arquitetura jurídica atual do Estado brasileiro, instituída pela Carta Magna promulgada em 1988, os povos indígenas têm reconhecida sua organização social, suas manifestações culturais e religiosas. Reforça o reconhecimento de autonomia destas populações e auxiliam suas iniciativas da preservação de suas memórias os programas de inclusão social, principalmente os voltados para reconhecimento de seu patrimônio cultural de natureza material e imaterial. Quanto ao importante marco jurídico da promulgação da Constituição em vigor:

> O momento constituinte que se instaurou no Brasil abriu perspectivas avançadas para a reorganização de forças sociais nunca inteiramente contidas nos esquemas espoliativos e opressores de suas elites. Com efeito, a experiência da luta pela construção da cidadania que nele se materializou, atualizou o seu sentido libertário e demarcou no espaço constituinte o lugar do povo como sujeito histórico emergente no contexto das lutas sociais. (SOUSA JÚNIOR, 1996, p. 73)

O marco jurídico não representou um fato isolado, mas sim o culminar de uma luta que teve início na década de 1970, conforme já mencionado, quando povos indígenas e organizações sociais começaram a se organizar com o objetivo de defender os interesses mais imediatos e prementes, como a demarcação das terras indígenas. A promulgação da chamada Constituição Cidadã consolidou o envidamento de grupos alijados do poder político em um momento de grande discussão no seio da sociedade que é o momento de uma assembleia constituinte.

A proximidade sistemática de povos indígenas com a nossa sociedade iniciou o desejo do registro escrito e visual. Soma-se a este fato a importância que o registro tem na sociedade moderna como valor de prova. Desta maneira, indígenas se utilizaram da oralidade assim como de outros meios da memória documental visando auxiliar a recuperação da informação. Originados neste contexto estão os centros de memória e documentação, organizados nas aldeias indígenas, em que as memórias registradas ficam armazenadas e acessadas não apenas por seu povo, mas pelos demais interessados acerca do modo de vida dos povos indígenas.

Como qualquer iniciativa inovadora e recente, as primeiras experiências documentárias da memória documentária foram realizadas em parcerias que renderam frutos anos mais tarde e resultaram na constituição de organizações independentes pelos próprios povos indígenas. Assim, o processo crescente de autonomização dimanou para outras organizações políticas e documentárias.

O Museu do Índio, nos fins dos anos 1980, já realizava iniciativas documentais junto aos povos indígenas. Mais que uma ação orientada para controle e vigilância do Estado, como na época do SPI, as iniciativas no bojo da redemocratização brasileira tinham um viés mais

politizado da intitulada questão indígena assim como na recuperação de aspectos culturais. Neste sentido:

> O uso pelos indígenas de meios audiovisuais como recurso tanto para a reabilitação cultural quanto para o enfrentamento político, é um fenômeno recente mas que já revela frutos. Assistimos no Brasil ao nascimento de uma nova linguagem visual, condicionada pelo modo particular dos realizadores índios de verem a si mesmos e ao meio que os cerca – reapropriação tecnológica inédita por povos que têm sofrido duramente os efeitos da modernização do seu "modus vivendi". (MENEZES, 1989, p. 35)

A utilização de elementos audiovisuais, como a realização de filmes sobre as especificidades culturais dos e pelos próprios povos indígenas, são responsáveis por uma mudança epistêmica. A reapropriação dos saberes antes estranhos, como o ato de registrar por meio de tecnologias recentes, é incorporado como aspectos emancipatórios na construção política e de culturas com percepções e fazeres singulares.

Porém, antes das iniciativas governamentais com recursos audiovisuais, já havia algumas tentativas de se realizar o que se poderia chamar de uma produção audiovisual indígena. Neste tipo de produção, sem a participação do Estado, esperava-se que pudesse se fazer, a partir da sociedade civil, a produção sobre os povos indígenas em aliança. Assim:

> Ainda na década de 1970, o cineasta Andrea Tonacci procurou o CTI [Centro de Trabalho Indigenista], com a proposta do "Inter Povos", um projeto de comunicação intertribal através do vídeo. Mas o vídeo ainda estava nos seus primórdios e a ideia não vingou. Quando surgiu o VHS camcorder, já com uma bagagem de dezessete anos de convivência com povos indígenas e de militância indigenista, resolvi tomar a ideia, e assim começou o Vídeo nas Aldeias. (CARELLI, 2011, p. 46)

Concomitantemente a este processo de domínio de novos instrumentos documentários, os centros de cultura criados e gerenciados pelos povos indígenas são autônomos na organização de seus repositórios, o que leva aqueles que tratam repertórios desta natureza, formados e treinados pelo Estado, a abrir mão de sua *expertise* para assimilar e agregar a sua formação uma nova forma de ver e agir sobre a documentação, ou seja, respeitando a lógica e o interesse dos indivíduos abordados no conjunto documental de natureza etnológica.

O trabalho de colecionar pelos próprios indígenas significará, consequentemente, numa reapropriação lógica e cultural inovadoras dos artefatos em formação. Deste modo, um novo modelo institucional será inventado tendo a intermediação de alguma instituição representante dos povos indígenas. Assim:

> As coleções se inscrevem num espaço de intermediação, permitindo a perpetuação identitária e simbólica de indivíduos por meio do visível concebido no que acumulam. Quando vistos e experimentados magicamente, os objetos que compõem tais coleções, por representarem mais do que objetos significantes, alçam alguns

> indivíduos, ou mesmo grupos, ao espaço do divino, no caso, do invisível. (RIBEIRO, 2008, p. 66)

A formação do acervo de natureza étnica tem sua importância no processo de estabilização efetuado quando da composição de coleções em organizações. No passado, os povos indígenas contavam exclusivamente com a oralidade como estratégia de manutenção da memória, constituinte da etnicidade indígena. Quando da transferência da memória oral para a memória documentária, a oralidade não tem mais a força até então observada, vista a perenidade dos suportes materiais e da formação de coleções.

Fotografia 9 – Cineasta Takumã Kuikuro



Fonte: De olho nos ruralistas.[26]

A FUNAI, ao longo de sua existência, sofreu mudanças substanciais em variadas áreas de atuação, devido sua incapacidade de formular políticas de cunho sustentável frente às demandas dos povos indígenas (POZZOBON, 1999). Deste modo, o campo do desenvolvimento de coleções dos povos indígenas também foi fortemente afetado. É importante também atinar que o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro por muitos anos deteve o monopólio da política indigenista. Com a mudança que se originou no Governo Collor, há uma reconfiguração das forças que atuavam na organização informacional, o que fez brotar também numa reestruturação, ou, melhor dizendo, uma liberação de forças que desaguaram também no fortalecimento autônomo documentário. Assim:

[26] Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/blog/2016/11/17/video-nas-aldeias-pode-se-tornar-um-endereco-virtual/. Acesso em 05 jan. 2019.

> A hegemonia política, ideológica e administrativa da FUNAI sobre a gestão oficial da população e dos territórios e recursos naturais indígenas estende-se até 1991, quando algumas das suas funções passam a ser compartilhadas ou mesmo repassadas para outros órgãos da administração pública federal. Até o final dos anos 1980, a FUNAI era o espaço privilegiado da disputa sobre a administração dos "assuntos" e "problemas" indígenas; foi ali onde se julgou por um período que residiria a solução dos problemas dos índios. (VERDUM, 2006, p. 43)

A agência indigenista do Estado brasileiro ao se deparar com a desidratação imposta pelo contexto histórico que estava em curso de descentralização do poder tutelar, ainda sentindo os reflexos das inovações trazidas pela Constituição de 1988, ensaiou protestos. Por fim, em decorrência do processo crônico de problemas orçamentários e da força de trabalho, a FUNAI se voltou para a questão territorial, tendo o maior destaque para os chamados índios isolados, de pouco ou nenhum contato com a sociedade nacional. Em tempos mais próximos, há uma ação mais acentuada no que tange a ação informacional junto aos povos indígenas, representado pelos projetos de documentação de línguas indígenas.

A realização de ações de documentação sobre os povos indígenas orientadas pelo Estado em parceria com organizações internacionais sinaliza que a instituição está tentando encontrar um rumo quanto a sua atribuição institucional. Porém, é também possível de se aventar que há certa ressurgência da vocação tutelar da organização junto à clientela fim, mesmo após o esvaziamento de atribuições da FUNAI e do novo marco jurídico com a Constituição de 1988.

Tal vocação mencionada é observada no discurso de autoridades que ocuparam cargos estratégicos na instituição nos últimos anos, visto que "Um dos últimos dirigentes da Funai, que permaneceu no cargo de 2003 a 2007, declarava-se ainda um defensor convicto do indigenismo rondoniano e considerava perigosas as discussões sobre a flexibilização da tutela." (OLIVEIRA, 2016, p. 205)

A reflexão que se impõe quando da produção das memórias indígenas na contemporaneidade e certo romantismo do ideário rondoniano e da tutela imposta pelo Estado brasileiro em boa porção do século XX acaba se traduzindo quando da emergência dos novos projetos de documentação em curso. Os projetos de documentação em um primeiro momento podem representar ações afirmativas dos povos indígenas por autonomia informacional para além do Estado brasileiro.

Mesmo na esfera do Estado, há uma forte negociação do que seria selecionado para ser preservado. Não há, mesmo no contexto estatal, um bloco monolítico que norteasse as ações documentárias em curso. Até mesmo, quando do registro efetuado, as ações de natureza técnica, há nuances e outras idiossincrasias dos agentes do processo em elaboração Assim:

> Ou seja, é preciso atentar para as operações e mediações que transformaram cadernetas de campo, notas esparsas, fotografias e outros registros necessários ao desempenho das funções da Comissão em "acervos" que "registram" e "contam" uma história e preservam uma dada memória dos indigenismo. Cabe indagar o lugar de oficiais, do próprio Rondon e posteriormente de antropólogos, bibliotecários e museólogos, nesse processo. (MACIEL, 2017, p. 272)

A memória do indigenismo contada pelas lentes do Estado também foi mediada por diversos atores que disputavam a hegemonia do que seria preservado. E anos depois, surgem os profissionais do tempo presente que lutam ou disputam espaços do que será preservado, ganhará visibilidade ou será maculado no percurso da história. A luta documentária empreendida pelos povos indígenas não aponta somente em sua autonomização informacional, mas também na própria conservação de sua história que está depositada em instituições públicas e retratam as iniciativas tomadas no início do século, por exemplo, pelo Marechal Rondon. (MELLO, 2017b)

Uma recomendação para uma atuação do Estado na execução da política informacional e de memória dos povos indígenas seria a realização de editais de fomento a pontos de informação, como os já realizados pelo Ministério da Cultura (MinC) e seus pontos de cultura, significando uma capilarização e o poderio da penetração em territórios indígenas, trazendo autonomia e convertendo povos indígenas em agentes de transformação social ao desenvolver unidades de informações em regiões nunca imaginadas, como a criação de centros de documentação etnológicos autônomos. Ainda sobre a ideia do Ponto de Cultura:

> Com um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Pontos de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social. (TURINO, 2010, p. 24)

O processo de documentação que tivesse em seu âmago a descentralização de recursos financeiros e um processo seletivo público, composto por especialistas das áreas e da sociedade civil organizada, o Estado estaria de fato exercendo um papel de assessoramento aos povos indígenas em documentar a sua cultura. Deste modo, as organizações indígenas seriam as responsáveis em transformar a realidade social das terras indígenas, criando aparatos informacionais únicos que se traduziriam em inovadoras ações de documentação, na qualificação dos acervos produzidos e no treinamento da força de trabalho para a atuação em outras unidades de informação.

Tal idealização estaria calcada já na experiência de anos que o Estado brasileiro detém quanto ao fomento a organizações de cultura que, numa relação de reconhecimento

institucional e respeito às novas constituições de individualidade e organizacionais, o Estado estabelece um pacto, uma parceria de confiança com essas instituições.

No caso dos povos indígenas, essa iniciativa sequer seria neófita. Conforme já explicitado, houve uma importante ação de assessoria do CIMI quanto à organização dos povos indígenas, assim como no desenvolvimento de estratégias ímpares do enfrentamento autoritário naquele período da História do Brasil. Se os povos indígenas obtiveram sucesso na sua organização política no período da Ditadura Militar, no que tem relação com a constituição e organização dos seus acervos, haveria também espaço em obter sucesso.

Hoje, apesar da relativa estabilidade do período democrático na qual vive o Brasil, os povos indígenas necessitam estarem vigilantes no manejar de políticas públicas de seu interesse. Importante sempre lembrar que informação é um recurso estratégico e que seu domínio não pode estar imaginado somente na figura do Estado e, sem idealizações a parte, foi utilizado na maioria das vezes para atender ao próprio ente estatal e a fração de classe que se apodera dos aparelhos de Estado para a manutenção do poder.

O que ocorre no início dos anos de 1990 é que há um esgotamento do modelo clientelista adotado. Nesta conjunta histórica, foi repassada uma série de ações até então de exclusividade da FUNAI, como a saúde e a educação indígena. Assim:

> Nos anos 1990, ocorreram significativas mudanças no campo das relações interétnicas no Brasil. Favorecido pela Constituição Nacional, ocorre um fracionamento da política federal em relação ao índio. A FUNAI passa a coexistir com outras entidades que lutam pelo reconhecimento dos direitos indígenas: surgem diversos órgãos que tratam dessas questões, tanto em nível federal quanto estadual e municipal. Além disso, os espaços também vão sendo tomados pelas ONGs e movimentos sociais particulares. Dado o novo contexto, surgem também novos espaços de discussão e amplas redes de apoio às populações indígenas. (RODRIGUES, 2005, p. 243)

O problema da precariedade da ação da instituição indigenista oficial não deixa de afetar a política documentária da instituição. As práticas negligentes de cunho documentário foram alertadas desde os anos de 1970, quando da formulação do CDE no Museu do Índio. Vejamos:

> O desinteresse pela sorte da documentação histórica e atual no âmbito da FUNAI é parte de uma visão imediatista e pouco esclarecida sobre os índios e seus problemas que, na organização interna da FUNAI, conduziu ao afastamento e marginalização de um número ponderável de funcionários especializados. (MOREIRA NETO, 1979, p. 15)

Na atualidade ocorre um processo de mudança positiva. A instituição científico-cultural da FUNAI, o Museu do Índio, ainda ao término da década de 1990 empreendeu esforços com o intuito de fomentar a memória indígena. O principal mecanismo político-

econômico alcançado foi a aprovação do Plano Plurianual (PPA) da FUNAI no que se refere às ações de salvaguarda do patrimônio material dos povos indígenas. Portanto, a inclusão do Museu do Índio no PPA da FUNAI possibilitou soberania financeira frente as turbulências políticas e de grupos contrários ao empoderamento dos povos indígenas. Desta maneira:

> Em 1998 a Funai encontrava-se envolvida na elaboração do seu Plano Plurianual (PPA), exigência do Estado para alocação de recursos. Por decisão de sua presidência, a Funai no lugar de apresentar uma proposta de orçamento única, encaminhou várias propostas, organizadas pelos seus departamentos. Na ocasião, a direção do Museu apresentou quatro propostas de planos de ação. A primeira, específica para o Museu do Índio, voltadas para a conservação dos seus acervos, e as demais para revitalizar, registrar e difundir o patrimônio cultural indígena. O valor aprovado era inexpressivo, mas o efeito era enorme porque significava que a União passaria alocar, por um período de 4 anos, recursos para a proteção do patrimônio indígena. A aprovação das propostas pelo Museu do Índio no PPA, além de terem possibilitado à direção do Museu ampliar sua atuação e manter seus projetos, auxiliou a Funai na redefinição de seu papel, já que introduzia no seu foco de atuação, em conjunto com a questão fundiária, a questão cultural. (COUTO, 2012, p. 91)

A incorporação do Museu do Índio no PPA da FUNAI foi uma mudança significativa no desenvolvimento das políticas culturais para os povos indígenas. O clientelismo endêmico relatado por Pozzobon (1999) não atingiria a instituição científico-cultural da FUNAI. A instituição obteve uma grande estabilidade institucional e orçamentária possibilitando assim ações documentárias continuadas.

Ocorreram outras consequências documentárias positivas para uma efetivação autônoma de práticas documentárias pelos próprios povos indígenas, gerando outros modos de pensar e fazer a documentação. Há um panorama e relação positivo da construção de novos caminhos para os povos indígenas em que diversos atores sociais estão em diálogo e com o objetivo em comum de trazer novos elementos a grupos obliterados historicamente.

Uma das principais características das novas propostas documentárias efetuadas pelo Museu do Índio é a parceria constante no processo de documentação com os povos indígenas. Por exemplo, quando acontece a indexação da documentação museológica da instituição, indígenas realizam a chamada qualificação do acervo, descrevendo e aprofundando a dimensão simbólica e cultural dos artefatos indígenas, conforme visto a seguir:

Fotografia 10 - Pesquisadores Kalapalo, Tauana e Teue olhando máscara kuambü no acervo do Museu do Índio



Fonte: Blog do Projeto Kalapalo.[27]

Essa conjuntura também teve a contribuição de novos modelos de desenvolvimento documentário junto aos povos indígenas, como o Decreto nº 7.056 publicado pela Presidência da República em 29 de dezembro de 2009 que aprovava o então novo estatuto da FUNAI. Das mudanças mais importantes está a criação de Comitês Regionais para cada Coordenação Regional (CR), composto por servidores e representantes indígenas locais. O objetivo da criação dos Comitês é permitir uma gestão compartilhada, onde os próprios indígenas podem demandar ações de seus interesses. Portanto, tanto podem sugerir a criação de centros de documentação em suas terras quanto cobrar que projetos voltados para a promoção de sua cultura sejam efetivados. Logo:

> Nessa nova estrutura, os Comitês Regionais, de composição paritária entre servidores da Funai e representantes indígenas indicados pelas diferentes etnias da região de atuação da unidade regional do órgão, garantem um processo democrático na gestão compartilhada da instituição, bem como o monitoramento e o exercício do controle social junto aos diferentes órgãos que atuam junto às comunidades indígenas, como afirmação do reconhecimento do direito a organização desses povos. Essa reformulação também teve como objetivo conferir maior capacidade de atuação do órgão indigenista, frente aos crescentes e complexos desafios decorrentes da aceleração do crescimento econômico do país que afetam direta e indiretamente povos e terras indígenas. (MEIRA, 2013, p. 110)

Um dos avanços possíveis de serem destacado quanto à reestruturação da FUNAI é a possibilidade de uma maior participação da sociedade civil nas estruturas do Estado. O monitoramento de políticas públicas voltadas para os povos indígenas é uma conquista no processo democrático em curso no Brasil. Alguns princípios norteadores da remodelação

[27] Disponível em: http://doc-kalapalo.blogspot.com/. Acesso em: 05 jan. 2019.

efetuados estão “baseados nos conceitos de proteção, promoção de direitos, gestão compartilhada e territorialidade.” (MEIRA, 2013, p. 110)

Todavia, as ações de documentação que são de importância para os povos indígenas ainda carecem de instrumentos que venham a garantir a efetiva participação dos povos indígenas na eleição dos grupos a serem documentados, assim como na possibilidade da gestão da informação por eles mesmos. Um caminho a ser sugerido seria o lançamento de editais públicos para a escolha dos povos indígenas que seriam contemplados pelos projetos de documentação.

Como de praxe frente às políticas adotadas pelo Estado, a publicação do Decreto trouxe polêmicas. Entretanto, ofereceu dentro de seu conjunto, uma maior autonomia aos povos indígenas, facilitando, deste modo, por meio de políticas públicas, que os agentes de transformação e emancipação sejam os próprios indígenas.

As políticas públicas voltadas para os povos indígenas sempre apresentaram como característica modelos de ações, inclusive as relacionadas às práticas documentárias, que não contavam com a participação deles. As mudanças já citadas possibilitaram que o Museu do Índio, responsável pelo planejamento e implantação de políticas de viés documentário e cultural da FUNAI, criasse um ambiente favorável para o desenvolvimento de práticas documentárias com a efetiva participação dos povos indígenas. Talvez um movimento no sentido de empoderamento documentário resultasse na revogação, pelo menos no campo informacional, das más práticas de gestão que a FUNAI imprimiu ao longo da sua história. Neste sentido:

> Certamente, em raríssimos momentos da história desse órgão houve de fato uma tentativa de diálogo respeitoso e equilibrado entre o mesmo e os povos que ele representa. O maior objetivo, aquele que fundamenta a sua própria existência – que é cuidar e proteger os interesses indígenas – não foi, em geral, praticado de maneira satisfatória, o que fez dela, para os indígenas, setores da sociedade civil e do próprio Estado, uma instituição fadada ao fracasso. (BICALHO, 2010b, p. 78)

Muito provavelmente, a FUNAI vivenciou um desses momentos raríssimos de sua história, sendo o resultado desta atmosfera positiva a formulação e assessoria de novas práticas documentárias voltadas para os povos indígenas que culminou em 2009 com o início do PROGDOC.

O regime de formação de pesquisadores indígenas e da criação de centros de documentação nas localidades onde os índios habitam foram dos mais importantes. Na verdade, é um marco temporal *sui generis*, visto que os protagonistas da captura de informação em campo e o tratamento técnico para manutenção destes repositórios

informacionais estão sendo feitos pelos próprios indígenas. Vejamos um desdobramento dessas iniciativas:

> O filme “Inhu”, produzido pelo grupo indígena Kalapalo (MT) e pelo Museu do Índio no âmbito do PROGDOC – Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas, foi premiado em 1º lugar – na categoria Video – no Concurso de Fotografias e Vídeos sobre o Patrimônio Imaterial da América Latina. O evento, realizado em Lima nos dias 13 e 14, nas instalações do Ministério da Cultura do Peru, foi promovido pelo Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina – CRESPIAL e contou com a presença de especialistas em fotografia, vídeo e patrimônio cultural imaterial do Equador, Chile, México e Uruguai. O documentário “Inhu” ganhou o prêmio de 2.500 dolares. (MUSEU DO ÍNDIO, 2012, p. 1)

É estimulante o processo de consolidação das práticas documentárias dos povos indígenas, práticas estas que representam o desejo destes povos para a conservação e manutenção de suas memórias. Desta maneira, o Programa favorece aos povos indígenas e a comunidade científica, uma vez que o seu projeto introduz e difunde novas práticas no campo da Linguística e da Documentação. A empreitada se configura de modo experimental visto a inovação frente a técnica de documentação, em razão da efetiva participação dos povos indígenas na ação informacional:

> Como retorno imediato para as comunidades indígenas, o Projeto prevê treinamento de no mínimo um pesquisador indígena especialista em documentação linguística para cada língua documentada, disponibilização dos materiais digitalizados, elaboração de materiais didáticos e para-didáticos, dentre outros. (UNESCO, 2008, p. 10)

Além de produzir conhecimentos sobre os povos indígenas, os capacita para documentar a sua própria cultura, possibilitando a autonomização dos agentes nas terras indígenas. Também possibilita o acesso ao conhecimento produzido no âmbito acadêmico em sincronismo com os saberes tradicionais dos povos indígenas. O resultado do conhecimento gerado nas localidades habitadas pelos indígenas estará disponível por meio dos centros de documentação indígena em TIs.

Outro ponto que merece atenção está numa espécie de encampamento que o Estado em parceria com a UNESCO realiza quando orienta a política documentária. Como já vimos, os próprios povos indígenas criam e realizam a gestão de seus centros de informação. Não seria mais adequado um investimento público com recursos para o empoderamento dos espaços já criados visando à documentação das línguas e culturas indígenas?

Por fim, é importante ressaltar que independente das tecnologias de informação utilizados, os registros sobre e executado pelos povos indígenas não significam uma pronta recuperação dos resultados do trabalho. Deste modo, ações documentárias são fundamentais para que os registros não se percam, fazendo com que todo o trabalho de documentação não

seja aproveitado. Neste mesmo sentido: “As novas tecnologias de informação são inúteis sem os meios de localizar, filtrar, organizar e resumir os seus produtos.” (LUCAS, 1996, p. 60)

4.2 Profissionais da informação no fomento as novas práticas documentárias

Ao abordar o fomento de centros de documentação criado pelos povos indígenas, não é possível se esquecer da importância que os profissionais da informação, como bibliotecários, possuem em virtude da especialização profissional que detêm, assim como da importância da biblioteca enquanto instituição de salvaguarda. Assim, é possível compreender a biblioteca em seu múltiplo significado e que o seu uso ultrapassa a coleção impressa em papel no formato livro. Segundo Butler (1971, p. ix):

> A biblioteca foi criada para atender a necessidades reais da civilização moderna. Hoje é uma peça necessária ao mecanismo social. A cultura tem que transcender o indivíduo, pois constitui-se essencialmente de um acúmulo social da experiência através do qual os membros de cada geração possuem, pelo menos potencialmente, tudo que seus predecessores já aprenderam. Os livros são um dos mecanismos sociais para a preservação da memória racial e a biblioteca é um aparelho social para transferir isso ao consciente dos indivíduos.

Deste modo, é constatada a importância que a biblioteca e centros de documentação possuem para atender as demandas dos consulentes. E os próprios livros, objetos básicos na constituição de bibliotecas, são artefatos construídos coletivamente de relevância para a preservação da memória documental da sociedade, como dos povos indígenas. Com este objetivo, um dos principais personagens deste universo é o bibliotecário. Ainda segundo Milanesi (1983, p. 78), o bibliotecário é o “que secularmente organizou os livros, passou a ser exigido para outra tarefa: organizar a informação, ou seja, analisar cada impresso e descobrir nele o perfil de um conteúdo que o tornará registrável e recuperável.”

Com a expansão dos diversos suportes da informação, principalmente com o avanço e popularização das novas tecnologias de informação e comunicação, os profissionais da informação observaram uma dilatação do seu papel frente ao seu objeto de trabalho. Se antes, este profissional tinha como único papel salvaguardar os livros para o futuro, hoje ele tem a responsabilidade de disseminar a informação e oferecer respostas às diversas demandas criadas pela sociedade contemporânea.

A atuação biblioteconômica por parte dos bibliotecários resultará na importância que essa categoria detém para a atuação junto aos povos indígenas. Assim, numa ação de cooperação técnica e de responsabilidade social da Ciência da Informação é que esses

profissionais poderão cumprir o papel a desempenhar na sociedade contemporânea. Ainda neste sentido:

> Nesse cenário real de desigualdade, cresce a *responsabilidade social* dos profissionais da informação, tanto como produtores de conhecimento no campo científico quanto como *facilitadores* na transferência do conhecimento científico para usuários que dele necessitem, independentemente dos espaços sociais onde vivem e dos papéis que desempenham no sistema produtivo. Embora a informação sempre tenha sido uma poderosa força de transformação, o capital, a tecnologia, a multiplicação dos meios de comunicação de massa e sua influência na socialização dos indivíduos deram uma nova dimensão a esse potencial. Com isso, crescem as possibilidades de serem criados instrumentos para transferência efetiva da informação e do conhecimento, de modo a apoiar as atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade. (FREIRE; FREIRE, 2015, p. 112, grifos dos autores)

O destaque dado ao profissional da informação com domínio no campo dos saberes biblioteconômico e da Documentação se deve a formação específica que este tipo de profissional detém em relação às *expertises* de outros ramos do conhecimento. Fica evidente que uma prática exercida com a especificidade de domínio, como a Biblioteconomia, acaba resultando em consequências no tratar da informação produzida no âmbito científico, tecnológico, pela sociedade em geral e, em especial, pelos povos indígenas. Quando são abordadas as especificidades das culturas indígenas, essas qualidades intrínsecas profissionais são marcas indeléveis que devem ser ressaltadas e socializadas para todos os interessados no fenômeno da informação de natureza etnológica. Ainda sobre a responsabilidade social do profissional da informação:

> Pois cada profissional tem um dever ético com a sua própria sociedade, superando as visões teóricas afastadas da sua realidade local, dando prioridade aos problemas reais, evitando modelos importados que não se ajustam às necessidades e características do usuário final, e finalmente tendo em conta a nossa escassa formação universitária em aspectos populares e sociais. (PINTO, 2009, p. 1896)

Outra discussão plausível quanto a responsabilidade do profissional da informação frente não somente ao fenômeno informacional como também à realidade circunscrita dos povos indígena: aprofundar a questão da informação e pensar em aspectos éticos informacionais que impactam o trabalho de documentar culturas indígenas. Essas questões, frente ao mundo digital, permearão cada vez mais, profissionais, consulentes de centros de documentação e a sociedade visto a disseminação não controlada de informação por redes sociais e em outros aparatos sociotécnicos. Sobre uma definição mais precisa de ética informacional, segue abaixo:

> Denomino Ética Informacional o espaço de reflexão cujos objetos são as regras e valores vigentes implícita ou explicitamente nesse meio de interação digital, podendo se entender também que tal termo inclui meios de comunicação não

> digitais, como tem sido, e segue sendo a comunicação oral e escrita, e particularmente a comunicação impressa. Tanto a definição do referido ao bem comum ou a propriedade privada no que se refere à livre expressão das pessoas e respeito por aquilo que eles não querem que seja comunicado além de um núcleo de pessoas, incluindo a possibilidade de intimidade pessoal, ou seja, todo campo do que diz respeito à diferença entre o público e o privado deve ser objeto de uma reflexão crítica em que você joga, nem mais, nem menos, do que a concepção de liberdade individual e coletiva. Recordemos, nesse sentido, o âmbito da cultura ocidental, a crítica platônica à comunicação escrita ou a luta contra a censura na época da ilustração, assim como as diversas teorias e opções políticas fundamentando ou questionando o sentido e os limites do bem comum ou da propriedade privada. (CAPURRO, 2014, p. 9)

É de se destacar que a realização documentária de origem étnica apresenta qualidades ímpares que formam desafios para aqueles que trabalham com informação. Assim, as práticas profissionais estabelecidas deverão ser reelaboradas, necessitando de esforços também éticos para uma requalificação dos saberes técnicos aplicados em acervos tradicionalmente tratados a partir de uma lógica contumaz. Neste sentido:

> Numa análise comparativa, os povos indígenas também enfrentam o desafio de documentar a sua própria cultura. No entanto, os problemas costumeiros enfrentados por cientistas da informação ao se deparar com o modelo societário ocidental ganham outros contornos ao analisar os desafios do fenômeno informacional de natureza étnica. Ainda mais quando os povos indígenas vivem um processo crescente [de] autonomia na utilização das ferramentas documentais, assim como também no processo de salvaguarda e disseminação de informação em repositórios indígenas, frente ao próprio protagonismo por eles dirigido. (MELLO, 2017a, p. 103)

Para um tratamento adequado da informação produzida na atualidade, é obrigatória a presença de profissionais que saibam lidar com os diversos suportes e gêneros documentais em que estão inscritas as informações. Na verdade, o denominado *homo documentator* (BRIET, 2016) tem a incumbência de lidar com as novas configurações da pesquisa e da técnica.

Porém, não somente o tratar de natureza técnica poderá sinalizar para uma disseminação e gerenciamento da informação de natureza etnológica. A perspectiva ocidental, eurocêntrica, muitas vezes é determinante e problematizante quanto ao exercício de profissionais da informação e suas práticas documentárias etnológicas. Assim:

> Neste contexto questionasse o papel do profissional da informação, principalmente aquele encarregado de unidades de informação ou dedicado ao ensino/pesquisa no campo, quem muitas vezes desenvolveu atividades com uma forte tendência eurocêntrica, isto é, oferecendo e criando serviços/produtos de informação com uma lógica ocidental, sem observar a simultaneidade dos diferentes lugares na conformação de nosso mundo, sem considerar as *epistemes* próprias daqui [...]. (PINTO, 2009, p. 1882, grifo da autora)

O questionamento da função técnica e, consequentemente, política do profissional da informação também se desdobra para a utilização dos instrumentos documentários disponíveis. A lógica ocidental esquadrinha instrumentos de indexação da emergência informacional indígena. Este enquadramento não possibilita a insurgência de novos conhecimentos, partindo assim de uma pluralidade distinta que poderia acontecer quando da formação de identidade em curso.

No caso biblioteconômico, os exemplos mais marcantes são a utilização da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU). Os instrumentos aqui elencados exprimem o poderio classificatório na organização do conhecimento, inclusive de trejeito soberbo arrogar um posicionamento classificatório, a CDU, como universal. A universalidade está no surgimento de quantos forem necessárias as epistemes surgidas pelo mundo.

O profissional da informação deverá estar atento para que os conhecimentos, diga-se de passagem, múltiplos e diversos que aparecem pelo mundo sejam abarcados pelas ferramentas disponíveis. A não existência desse ferramental apontará para o surgimento de nova luta política, de caráter documentário, que venha abarcar instrumentos classificatórios, por exemplo, não incluídos.

A classificação de natureza aristotélica, ainda preconizada pelos profissionais da informação, é restritiva quanto à inclusão do não classificado. Ou seja, povos indígenas não abarcados por tais instrumentos são automaticamente alijados na contemplação em bases de dados e demais sistemas de informação de bibliotecas e centros de documentação.

A Biblioteconomia é uma das áreas do conhecimento aptas a colaborar na preservação das línguas e culturas indígenas. Suas técnicas como a catalogação, a indexação e a utilização de vocabulários controlados podem oferecer subsídios para a posterior recuperação desta coleta de registros materiais dos povos indígenas e, inclusive, para a reelaboração desses instrumentos documentários, se aproximando das necessidades desses povos.

Porém, as técnicas biblioteconômicas disponíveis oferecem suporte à recuperação da informação quando estão em diálogo com a sociedade, ainda mais as de natureza não hegemônica, como a dos povos indígenas. A criação e elaboração desses instrumentos devem estar numa senda dialógica, permanente, pois assim as ferramentas se tornam vivas, capazes de oferecer respostas atuais e rápidas aos desafios enfrentados.

Além de oferecer conhecimentos técnicos para dispor a informação, a Biblioteconomia também pode regalar em romper a barreira existente na transferência da informação do produto do conhecimento para o seu usuário final. Destarte:

> Qualquer que seja o tipo de canal utilizado para a transferência da informação, barreiras irão existir para dificultar o trânsito da informação, do produto para o usuário. Mesmo ao nível de comunicação oral, de pessoa para pessoa, podem existir barreiras, como dificuldades da língua, relutâncias pessoais para divulgar dados, incapacidades pessoais de expressão etc... E estas barreiras, deve ser lembrado, aumentam progressivamente, à medida que se tornam menos diretas. Assim, existem barreiras relacionadas com a distância geográfica, com a disciplina envolvida, interesses de políticas, mídia de disseminação mal escolhida, linguagem ambígua, problemas muito complexos ou sofisticados para serem expostos de maneira clara e precisa, falta de interesse e/ou de imaginação para entender o conteúdo da mensagem da informação, e a impossibilidade final do cientista ler todos os artigos relacionados com a sua pesquisa, na sua própria área e disciplinas conexas. (FIGUEIREDO, 1994, p. 21)

Tanto a coleta de registros das culturas indígenas feitas de forma indiscriminada quanto a não observação de princípios básicos da Biblioteconomia e da Documentação, como a seleção e o descarte, promoverá um tamanho grau de dispersão deste acervo a ser constituído que poderá não se aproveitar as importantes propostas acordadas pelo PROGDOC ou por quaisquer outros projetos de documentação. A utilização de uma linguagem artificial também é outro exemplo em que os documentalistas podem promover no que diz respeito ao objetivo de atender aos possíveis usuários desta coleta de registros culturais indígenas.

Já quando observarmos os objetivos do PROGDOC em fomentar centros de documentação, uma dificuldade se apresenta: a imperiosa necessidade de formar não apenas indígenas instrumentalizados para documentar a sua cultura, mas também documentalistas com o objetivo de organizar o conhecimento registrado das culturas indígenas.

A Documentação surge com o objetivo de organizar a informação coletada de forma dispersa no universo do conhecimento (BRADFORD, 1961). Ao refletir sobre as culturas indígenas, talvez esta tarefa seja mais complexa ainda, já que há uma diversidade linguística e de culturas destes povos, cada um com uma própria especificidade de pensar e sentir o que é a informação.

A contribuição da Biblioteconomia e da Documentação para a preservação das línguas e culturas indígenas é de magnitude para manutenção da sua documentação no tempo futuro. Sua *expertise* é necessária para a realização dos objetivos de não apenas salvaguardar, mas também oferecer a informação demandada por pesquisadores indígenas, pelos programas de pós-graduação do Brasil ou até mesmo por cidadãos interessados sobre a situação dos povos indígenas. Assim, explana Smit (1986, p. 80) que:

> Qualquer que seja a escolha, e o nome do profissional encarregado das atividades de documentação, esta continuará sendo cada vez mais necessária, na medida em que a informação, em sua diversidade e justamente por causa dela, significará a ampliação do conhecimento […].

Um dos principais objetivos dos projetos de documentação da UNESCO que tem por objetivo documentar as línguas indígenas é trazer à presença de um conteúdo produzido e memorizado por determinados indivíduos. Assim como a deusa *Mnemosyne*, há um processo dialético entre o lembrar e o esquecer na relação dos povos indígenas com a sua língua e cultura.

É possível compreender que o estudo da memória social nos dias de hoje possui um papel de relevância no entendimento do modo de construção das sociedades. Segundo o estudo de Gondar e Barrenechea (2003, p. 7):

> A memória social tornou-se uma das grandes preocupações culturais e políticas das sociedades contemporâneas. Não há muito tempo, ela era concebida como guardiã do permanente e do invariável, garantindo a coesão e a identidade dos sujeitos e coletivos. Hoje, contudo, quando os mecanismos de poder mudam sua forma de demarcar o espaço, quando o processo de globalização dilui as fronteiras que até então definiam as identidades do eu, dos grupos e das nações, a própria concepção de memória precisa ser repensada.

A memória, por um longo período, era constituída na própria dinâmica da sociedade. Não existia uma necessidade de reafirmação das identidades coletivamente construídas. Agora, é observada uma diluição destas identidades constituídas, representando um real risco de fragmentação destas formações individuais.

Se não existisse um iminente risco de desaparecimento das línguas e culturas indígenas, não haveria a necessidade da realização de projetos de documentação. Esta é uma questão que se põe na contemporaneidade e a flexibilização das estritas demarcações da cultura do outro. Interessante refletir que esta mudança de paradigma também se refere às novas influências tecnológicas que estes povos começam a sentir, como a utilização da *internet* para se comunicar nas redes sociais.

A própria sucessão de gerações fez com que muitas construções simbólicas e culturais de um espaço circunscrito acabassem se modificando pela própria dinâmica social. Quanto às limitações dos suportes de informação, há uma paralisia daquilo que era considerado a formação da cultura de um determinado povo. Isto porque os suportes não permitem a dinamização da cultura em tempo real, enquanto ela está se processando no cotidiano. Além do complexo processo de documentar, tem de se ter a cautela de pensarmos o que representa esta garantia documentária para daqui a alguns anos, do ponto de vista das culturas indígenas, em função da sua mutabilidade, presente em qualquer cultura.

Notável também entender o que é o paradigma do que conservar ou restaurar a partir da ótica ocidental. Ou seja, indivíduos que percebem a necessidade da permanência de determinados aspectos culturais não necessariamente seja uma realidade para outras culturas

mundo afora. Povos indígenas vivem dilemas desta natureza visto que estão engendrados em questão típicas do Estado, como o valor de prova dos documentos e a garantia da sobrevivência nas terras indígenas. No entanto, como bem sabemos, a realidade nem sempre apresentou esta urgência. De modo análogo:

> O tempo da deusa Amaterasu, ancestral mítica da casa imperial, é reconstruída de forma idêntica em madeira cipreste do Japão a cada 20 anos. Instaurada no século VII, o rito continuou até hoje (sem dúvida, com períodos de interrupção). A próxima reconstrução está prevista para 2013. Conta sobre tudo a permanência da forma. O dilema ocidental "conservar ou restaurar" não existe. (HARTOG, 2006, p. 267)

Povos indígenas que viveram exclusivamente a memória oral, na qual a oralidade era a base do vivenciar a cultura dos antepassados e do tempo presente, se ritualizava diariamente, fruto de um processo construtivo. Hoje, a porosidade cultural enfrentada frente às relações travadas e o fagocitar de uma lógica ocidental dominante no âmbito do Estado perfazem novas construções da memória, como as construídas em arquivos e bibliotecas.

Segundo Ricoeur (1997, p. 188) "[...] com efeito, a substituição das gerações subjaz, de uma ou de outra maneira, à continuidade histórica, com o ritmo da tradição e da inovação". Assim, o germe da reestruturação cultural e as novas possibilidades da vida em sociedade estão nas novas gerações que se formam a cada momento. Quem ditará o ritmo da tradicionalização ou da inovação dos novos paradigmas culturais é a própria comunidade, que é o real agente das transformações da cultura presente. Ainda na discussão sobre os efeitos das gerações na formação das culturas, Ricouer (1997, p. 190) observa que:

> Karl Mannheim, por sua vez, viu o quanto a dinâmica social dependia das modalidades de encadeamento das gerações, tomadas no nível potencial da "localização" no espaço social. Alguns traços fundamentais desse encadeamento sucessivo chamaram a sua atenção: em primeiro lugar, a chegada, incessante, de novos portadores de cultura e a partida, contínua, de outros portadores de cultura – dois traços que, tomados conjuntamente, criam as condições de uma compensação entre rejuvenescimento e envelhecimento; e seguida, a estratificação das classes de idade num mesmo momento – uma vez que a compensação entre rejuvenescimento e envelhecimento se faz, em cada corte transversal efetuado sobre a duração, pela longevidade média dos vivos.

Portanto, é observada nas dinâmicas sociais uma chegada permanente de novas gerações que modificam ou reestruturam os padrões culturais daqueles que estão partindo da vida social. Há uma formação de pessoas da mesma idade que podem se configurar como portadores de tipos culturais próprios e específicos, mas à medida que as novas gerações vão sucedendo os mais velhos, é notada os ventos de mudança. Também vale ressaltar que este processo entre jovens e velhos na formação da cultura ocorre a partir de um processo dialético. Ainda em Ricouer (1997, p. 190):

> Daí o caráter que Mannheim chama de "dialético" dos fenômenos abrangidos pelo termo geração: não só o confronto entre herança e inovação na transmissão da bagagem cultural, mas também o ricochete dos questionamentos feitos pelas classes de idade mais jovens sobre as certezas adquiridas pelos velhos em seus anos de juventude. É nessa "compensação retroativa" - caso notável de ação recíproca – que se baseia, em última instância, a continuidade da mudança de gerações, com todos os graus de conflito provocados por esse intercâmbio.

Este questionamento é que faz a estrutura social se modificar, em um eterno movimento dialético entre as partes diferenciadas de modo geracional numa sociedade. Assim, continua a roda da história e os seres são modificados a cada instante de suas vidas. Essa contestação dos mais jovens aos paradigmas socioculturais dos mais velhos que transforma de alguma forma o lugar onde vivemos. Dessa maneira, não podemos modificar algo inerente às sociedades humanas.

Agora, na construção de uma memória documentária, a qual fim se estaria atendendo? Seria uma exigência dos mais velhos em manter sua posição privilegiada de detentores de um poder específico, como o saber de uma língua? Ou seria uma demanda realizada por jovens, no caso indígena, em continuar valorizando as suas origens culturais, a fim de delimitar um *ethos* cultural de um período de incertezas que constitui o nosso tempo?

Há uma insegurança encontrada nas culturas pelo mundo. Enquanto antes existiam fronteiras bem demarcadas e estratificadas das culturas existentes, hoje encontramos uma fluidez. Até mesmo quanto à disputa política, já não existe uma linha retilínea determinando dominantes e dominados. Assim, como afirmou Featherstone (1997), as coisas são postas em contato e justaposição.

Outro conceito que pode contribuir para a compreensão das grandes transformações que estão acontecendo no mundo contemporâneo é a chamada liquidez que modifica hábitos e rotinas de forma ininterrupta e constantemente. Neste sentido:

> A "vida líquida" e a "modernidade líquida" estão intimamente ligadas. A "vida líquida" é uma forma de vida que tende a ser levada adiante numa sociedade líquido-moderna. "Líquido-moderna" é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. A liquidez da vida e da sociedade se alimentam e revigoram mutuamente. A vida líquida, assim como a sociedade líquido-moderna, não pode manter a forma ou permanecer por muito tempo. (BAUMAN, 2009, p, 7)

Assim, as bases de formação das culturas pelo mundo estão em constante processo de fragmentação e ruptura. Bauman (2009) expõe que nas culturas hoje existe uma intensa mutabilidade das configurações culturais e sociais até então existentes. E este panorama produz um ambiente de insegurança e instabilidade que acaba atingindo inclusive as culturas indígenas.

Ao se realizar um paralelo com o lugar dos povos indígenas no mundo contemporâneo, é vislumbrado um espaço delimitado deste grupo dentro de seu universo e do próprio Estado. Enquanto antes tínhamos os povos indígenas com uma herança cultural determinada, hoje há uma insegurança do seu lugar. Como afirma Laraia (2006, p. 67): "A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação aos comportamentos daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade."

Antes havia uma herança cultural que nos condicionava a uma atitude etnocêntrica, ou seja, centrada nas nossas atitudes e valores. Hoje, há um medo do que seria esta herança pelas futuras gerações. Como prever o que deva ser salvaguardado, já que não há mais uma coerção maior que permita delimitar de forma clara quais são os princípios e ideologias que regem os princípios étnicos e culturais que delimitam a existência de um determinado povo indígena, visto as profundas e intensas transformações ocorridas nas últimas décadas.

O Estado brasileiro, por meio do Museu do Índio, ao apoiar a realização dos projetos de documentação de natureza etnológica busca salvaguardar esta memorização em suportes documentais que podem ficar para as gerações seguintes. A questão é se a produção destes documentos poderá formar uma coleção para os objetivos da instituição e se as próximas gerações indígenas de fato desejarão recuperar seus registros informacionais coletados naquele fragmento de tempo. Seguindo a reflexão:

> Que ela se manifeste como demanda, se afirme como dever ou se reivindique como direito, a memória vale, no mesmo movimento, como uma resposta ao presentismo e como um sintoma deste último. Assim é também para o patrimônio. Mas, com alguma coisa a mais do ponto de vista da experiência e, finalmente, da ordem do tempo. A patrimonialização do meio ambiente, que designa a extensão provavelmente a mais massiva e a mais nova da noção, abre indubitavelmente sobre o futuro ou sobre novas interações entre presente e futuro. Não saímos, então, do círculo do presente, pois a preocupação com o futuro se apresenta mesmo como a razão de ser deste fenômeno? Salvo que este futuro não é mais promessa ou "princípio de esperança", mas ameaça. Tal é a reviravolta. Uma ameaça da qual nós fomos os iniciadores e da qual nós devemos nos reconhecer, hoje, na falta já de ontem, como os responsáveis. (HARTOG, 2006, p. 273)

O processo de documentação que salvaguarda as línguas e culturas indígenas não deixa de ser um procedimento de controle e vigilância muito mais sofisticado que a iniciativa direta de proibição e censura a utilização de línguas distintas da preconizada pelo Estado brasileiro, conforme a relação historicamente estabelecida por boa parte do século XX. Observemos a reflexão de Frohmann (2008, p. 25):

> Foucault atribui maior significado ao papel da documentação do que meramente comunicação da informação. Ele aponta que a documentação tem um poder

> constitutivo bem diferente de sua função comunicativa. O processo que ele chama de "escrita disciplinar" coloca indivíduos num campo de vigilância através da inserção de registros sobre eles em pesados circuitos institucionais altamente rotinizados. O "poder da escrita" que "captura e fixa" indivíduos não é o poder de apenas transcrever características objetivas individuais pré-existentes na forma escrita, portanto permitindo que informações sobre os indivíduos fossem comunicadas. Ao contrário, o poder da escrita é "uma parte essencial dos mecanismos da disciplina" ou o aparelho disciplinar através do qual indivíduos são construídos como objetos de conhecimento. Assim, o interesse de Foucault não é na documentação como um meio de comunicação de informação, mas como transmissão de poder gerativo e formativo, através do qual indivíduos que podem ser reconhecidos são constituídos institucionalmente.

A documentação de línguas e culturas indígenas produzidas pelos projetos da UNESCO não tem apenas a incumbência de salvaguardar a oralidade de grupos indígenas do risco de extinção. O trabalho, por consequência, também produz o controle estatal ao disciplinar e compreender estas línguas. A inserção de registros em pesados circuitos institucionais altamente rotinizados estaria a cargo do documentalista que realizaria procedimentos específicos para que pudesse recuperar a informação quando atores da vida social estivessem interessados na produção linguística desses povos. Da mesma forma que a salvaguarda destas línguas representa o plausível interesse da humanidade, sua documentação também significa um controle do Estado sobre as línguas faladas que não a oficial.

Assim, após o grande subjugo que os povos indígenas foram submetidos ao longo dos séculos, seja por parte de imperialistas europeus, ou pelo próprio Estado brasileiro, são observados esforços de cooperação internacional com o objetivo de salvaguardar um importante bem da humanidade: a língua. Porém, este esforço não foi uma dádiva concedida a essas parcelas da sociedade brasileira, mas sim uma luta política e documentária empreendida com o fito de melhorar a condição de vida dos povos indígenas no Brasil, assim como pela demarcação de suas terras.

4.3 As sendas da informação etnológica

Os povos indígenas passam por um período de grandes transformações no seio das suas comunidades, quanto na relação com o Estado por meio da instituição oficial que trata sobre a questão indígena: a FUNAI. Os desafios são grandes, porém se faz necessária uma profunda reflexão do papel que o órgão indigenista terá nos anos que estão por vir. É possível visualizar que está em curso uma "transmutação da memória indígena" (MELLO; COUTO, 2018) em virtude de tais vicissitudes.

As relações de clientelismo e assistencialismo que se configuravam junto aos povos indígenas estão se encerrando. Os indígenas estão se tornando protagonistas na documentação

da sua cultura, assim como no manejo das novas tecnologias de informação e comunicação. Há um crescente processo de autonomização e de incorporação de elementos tecnológicos pelos povos indígenas, resultando em um aprofundamento de sua independência frente ao poderio do Estado e seu desejo de controlar corpos e territórios.

O desejo de controle de corpos, territórios, dentre outros campos, tentava resultar numa docilização dos indivíduos, a partir de uma logicidade própria de dominação, de subalternidade constituidora das relações dominantes e dominadas:

> [...] sua episteme, suas lógicas de classificação, seus cânones. Assim, o desenvolvimento de uma taxonomia colonial e epistêmica foi fundamental na tentativa de **docilização dos corpos**, dos sujeitos e dos imaginários, alimentados e se alimentando na linguagem que se institui em normas eurocêntricas. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 110, grifo nosso)

As intituladas normas eurocêntricas seriam a aplicação, quando da colonialidade, de paradigmas de dominação, como as feitas para os povos indígenas e o poderio dessimétrico entre Estado e essa parcela da sociedade. Portanto, a ação de controle informacional está embebida no contexto de infiltração das potencialidades realizadoras que estivessem distantes dos imaginados pelos agentes estatais, assim como pelas elites que dominavam canais informacionais, de poder e mando da sociedade estamental existente.

Outro conceito importante para a compreensão deste novo contexto de protagonismo dos povos indígenas é a manifestação do capital social, que traz em seu âmago a superação dos diversos casos de pobreza e fraca capacidade organizacional encontrado. Assim, quanto à superação dos casos de pobreza e de debilidade e político encontrado, temos:

> Dentre os inúmeros obstáculos a serem enfrentados nesta superação estariam o "clientelismo", relação social-política amplamente disseminada na América Latina, e as situações de heterogeneidade, desigualdade e imposição de projetos pessoais existente nas relações informais que permeiam as instituições comunitárias – que em muitos casos estão articuladas e são potencializadas pelo estabelecimento de relações assimétricas de dependência com atores e agências externas. (VERDUM, 2006, p. 107-108)

Os centros de documentação em áreas indígenas necessitam de investimento a longo prazo. E as iniciativas devem contar com a participação da FUNAI com base na força de trabalho treinada nas oficinas promovidas pelos projetos de documentação da UNESCO para que o processo de documentação tenha continuidade qualificada.

Fotografia 11 - Oficina de Flautas: ouvindo os mestres Baniwa



Fonte: Site ProDocult.[28]

O desafio que surge do contexto histórico de novas práticas documentárias é quanto à manutenção dos quadros formados no terreno dos projetos. Especialistas em documentação, os indígenas devem ser incentivados a permanecerem em suas aldeias e fomentarem novas práticas de documentação com o intuito de melhorar as condições dos grupos indígenas e do acesso à informação. Mais uma vez, emerge o conceito de responsabilidade social na Ciência da Informação, visto que um documentalista ou qualquer outro profissional da informação pode "ajudar a facilitar, em nossa sociedade, a comunicação do conhecimento para aqueles que dele necessitam." (FREIRE; ARAUJO, 1999, p. 14)

As inovações estabelecidas nos últimos tempos com uma maior propagação de informações sobre os povos indígenas permitirão a revisão de contendas judiciais como também poderá melhor escudar ações judiciais pelo Ministério Público Federal (MPF) e de outras instituições públicas que tenham por fim assegurar e aprofundar os direitos dos povos originários.

Entretanto, no tempo presente, ocorrem investidas contra os povos indígenas. Por exemplo, a Proposta de Emenda à Constituição 215/00 (PEC 215/00) que submete a aprovação da demarcação de terras indígenas ao Congresso Nacional. Cabe salientar que essa proposta é um retrocesso dos direitos obtidos pelas populações indígenas. A mudança legal beneficiará grupos econômicos de influência em Brasília que desejam acessar áreas com alto valor agregado.

[28] Disponível em: http://prodocult.museudoindio.gov.br/eventos/oficinas-prodocult. Acesso em: 05 jan. 2019.

No contexto apresentado é necessária uma união de esforços para que povos indígenas ganhem maior visibilidade da sociedade e dos problemas encarados. Desta maneira, ações de documentação, como a praticada pelo Museu do Índio, é de magnitude em função do papel institucional desempenhado. Ainda sobre a ação de documentação realizada pelo Museu do Índio:

> Atualmente, o Museu do Índio é o guardião do maior acervo digital de línguas indígenas do Brasil, contribuindo assim, para a preservação, valorização e fortalecimento do patrimônio cultural e linguístico desses povos. Projetos de documentação são muito importantes, mas uma iniciativa de documentação linguística somente apresentará bons resultados se for pensada e gerida com a comunidade falante. Assim, se para obtermos resultados mais imediatos e concretos as metodologias utilizadas nos projetos de documentação linguística devem acompanhar as inovações tecnológicas e hoje dispõem de uma série de ferramentas que possibilitam abreviar várias etapas de trabalho, faz-se necessário dar acesso e domínio de tais ferramentas para os próprios indígenas, o que pressupõe um processo contínuo de formação de pesquisadores locais. (CAMPETELA *et. al.*, 2017, p. 157)

Nas chamadas novas sendas da informação/documentação etnológica, há desafios de natureza tecnológica a serem superadas como as constantes atualizações de *software* e a permanente necessidade de investimento em formação de pesquisadores indígenas para que possam manejar as ferramentas disponíveis. Ainda também cabe ressaltar que a força de trabalho formada para a realização de ações de documentação carece de uma política de sedimentação dos pesquisadores/profissionais. Isto porque com a qualificação atingida estes mesmos pesquisadores acabam se inserindo em universos distantes das próprias aldeias.

Uma das possibilidades enquanto política pública de fomento a ações documentárias e educacionais em terras indígenas seria a construção de universidades, institutos de pesquisas e demais centros culturais de interesses dos povos indígenas que venham a cumprir finalidades artísticas, culturais e educacionais em localidades do Estado brasileiro que estejam alijadas de ações mais eficazes de inclusão das camadas sociais desprovidas de serviços como o acesso ao ensino universitário superior.

Uma das experiências neste sentido é a constituição do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá, na região fronteiriça franco-brasileira, entre a cidade do Oiapoque no Estado do Amapá e a cidade de Saint-Georges-de-l'Oyapock na Guiana Francesa, departamento ultramarino da França. A iniciativa possibilitou atender os povos indígenas Karipuna, Galibi-Kalinã, Galibi-Marworno, Palikur-Arukwayene e Wajãpi, no Estado de Amapá, e Apalai, Wayana, Tiriyó e Kaxuyana, no norte do Estado do Pará. (CAMPETELA *et. al.*, 2017)

Experiências como as aqui relatadas reforçam a possibilidade que povos indígenas têm para trazer à baila novas formas de conhecimento e da própria execução da política pública para grupos antes excluídos de ações mais efetivas do Estado. Essas ações nos remetem também a uma possibilidade de reconstrução de centros de documentação a partir da lógica dos próprios povos indígenas, e não mais aqueles elaborados e consolidados por lógicas formais e entendidas como a mais adequada, por exemplo, por gestores públicos. Assim:

> Perdeu-se já quase definitivamente a possibilidade de reconstruir a memória social humana sob pontos de vista incômodos para os poderes do passado (daí a necessidade de se reorientar a memória atual), uma vez que mesmo os vestígios e sinais mais abundantes são aqueles deixados pelas classes dominantes ou pelos poucos privilegiados treinados na arte da escrita, da custódia dos arquivos e do monopólio das categorias de inteligibilidade, ou seja, os senhores e os monges. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2008, p. 52)

Os poderes do passado de natureza hegemônicos e dominantes criaram a memória documentária ao seu gosto e desejo. Isto fez com que se tenha a necessidade de uma readequação da intitulada memória social humana, visto o poderio de classes dominantes em perenizar rastros, sinais e quaisquer outras inscrições que venham a legitimar interesses de parcelas da sociedade que não se coadunam com o processo de aprofundamento democrático que está em curso.

A reorientação da memória documentária percorre iniciativas próprias de grupos com saberes sujeitados, que façam emergir novas possibilidades de conhecimento e de organização desses conhecimentos. A pauta a ser estabelecida na luta que grupos não hegemônicos se impõem diz o quanto há de ser percorrido com o objetivo de duelar com saberes hegemônicos.

A título de exemplo, é possível paragonar a ação de memória das línguas indígenas brasileiras do Museu do Índio e a iniciativa da criação do acervo digital dos povos indígenas do Oiapoque. Enquanto o primeiro tem o poder informacional de instrução da utilização dos recursos documentário que é depositário, o segundo pode fazer emergir saberes indígenas e novas possibilidades de reenquadramento da organização do conhecimento, por exemplo.

Entendido poder como a “capacidade de agir, de produzir efeitos” (BOBBIO; MATTEUCCI, 1998, p. 933), há um impasse quanto à legitimidade das ações documentárias em tela. Por ser o Museu do Índio uma instituição de Estado, seus efeitos são imediatos quando das ações documentárias de natureza etnológica junto aos povos indígenas. Sua legitimidade é fundamentada no próprio exercício do poder do Estado, produzindo efeitos permanentes para o mesmo e os povos indígenas. Ainda cabe também realçar a própria condição de existência do Estado:

> [a] condição necessária e suficiente para que exista um Estado é que sobre um determinado território se tenha formado um poder em condições de tomar decisões e emanar os comandos correspondentes, vinculatórios para todos aqueles que vivem naquele território e efetivamente cumpridos pela grande maioria dos destinatários na maior parte dos casos em que a obediência é requisitada. (BOBBIO, 2007, p. 95)

As ações documentárias emanadas pelo Estado possuem um status *sui generis*, visto que sua ação informacional possui por definição um poder vinculado que atinge a todos os cidadãos. Quando da decorrência de ações documentárias de natureza autônoma, como aquelas de cunho etnológico, há de se criar estratégias que configurem em poder rivalizador frente à obediência quase automática ao Estado.

A criação de operadores documentários não hegemônicos visa à ideia utópica de se abarcar todos os conhecimentos produzidos, independente do estrato social que esteja vinculado um indivíduo ou qualquer tipo de parâmetro limitador das representações sociais que deveriam configurar em repositórios informacionais geridos pelo Estado.

Este poder informacional pode ser encontrado quando da realização de operações de buscas de recuperação da informação, que reproduzem a lógica e os objetivos do poder hegemônico. Quando da criação de novos paradigmas informacionais, há de emergir também novos operadores lógicos que abarquem conhecimentos preteridos em sistemas informacionais vigentes, como as bases de dados. Assim:

> Os operadores que aqui propomos visam a uma otimização de tais recursos formais injetando democracia, ética e autogestão do registro e da rede. De um lado, apresentaremos um **operador antiabsolutista**, ou seja, baseado no **imperativo da representatividade de todas as posições e mundos possíveis,** construído pluralmente para **garantir a presença de todas as posições** – ou melhor, oposições -, inclusive daquelas consideradas injustas. Como esta finalidade prioritária funciona o que eu gostaria de apresentar como **operador complexo**. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2008, p. 133, grifos do autor)

No decurso do aprofundamento democrático que as sociedades contemporâneas estão passando é necessário construir espaços de diálogos e plurais não apenas quanto à eleição de representantes por meio do escrutínio, mas também na criação de redes porosas em sistemas informacionais com vistas às novas sendas de informação que estão sendo geridas e pleiteadas por povos indígenas e outras camadas da sociedade que não estão devidamente inscritos na memória contidas em arquivos e outros locais de perenidade do conhecimento. A apresentação do chamado operador complexo estará em ação conjuntamente com outro operador:

> De outro, teremos um **operador anti-relativista e crítico**, isto é, que **toma partido nas injustiças e desigualdades que circulam na memória**, intervém nos conflitos de interesses entre as posições locais e os acordos transculturais e internacionais, pratica a ingerência e aplica princípios consensuais. Para o cumprimento desse

> objetivo, estabelecerei algumas conjecturas justificativas de um **operador transcultural V.** (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2008, p. 133, grifos do autor)

O operador transcultural seria a criação de um espaço permanente de diálogo entre opostos, fazendo com que o chamado jogo democrático fosse fagocitado também pelas políticas documentárias. Ele seria um "produto sintético de um diálogo democrático permanentemente aberto entre representantes de diversas posições (políticas, culturais, discursivas, etc.) que negociam a homologação e integração de determinadas questões que as afetam." (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2008, p. 133-134)

Quando se considera a ação documentária autônoma, aquela não gerida diretamente pelo Estado, é importante ponderar acerca da legitimidade das iniciativas propostas do ato de documentar, como a seleção do que deverá ser preservado. Enquanto o Estado possui um escopo bem definido da sua atuação e a composição de um corpo técnico qualificado para identificar os materiais que deverão ser salvaguardados, instituições de natureza étnica têm o estímulo a novos paradigmas de conhecimento.

A criação de novos caminhos documentários para os povos indígenas são consequências das ações orientadas politicamente que nos remetem a períodos de repressão do Estado. Em períodos de baixa participação da sociedade civil, é observada uma hegemonia na condução de políticas públicas pelo Estado, como as de natureza documentária. A construção de repositórios do período de exceção pode ser também intitulada de entulho do poder (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2008), visto que as vozes submersas em virtude do caráter hegemônico estatal ficam silenciadas, se tornando necessário no tempo presente e futuro uma recondução para que venham emergir saberes sujeitados esquecidos.

5 **PARA ALÉM DO LUMPEN-INDIGENISMO**[29]

Este capítulo abordará algumas importantes modificações que se apresentaram no meio informacional indígena em virtude das novas tecnologias de informação e comunicação. Os novos aparatos tecnológicos também estão coadunados com novas configurações administrativas e legais que fizeram com que a ação indigenista avançasse, representando assim uma melhoria significativa do acesso à informação pelos povos indígenas e até mesmo no tipo de ação efetuada junto a esses grupos pelo Estado brasileiro.

Um conceito elaborado que procurou contemplar as contradições e certa penúria das ações indigenistas do Estado brasileiro foi o intitulado lumpen-indigenismo, proposto pelo antropólogo Jorge Pozzobon, em seu artigo "O lumpen-indigenismo do estado brasileiro" (1999), escrito no final do século XX. Este trabalho procurou abarcar aspectos frágeis da política indigenista do Estado, práticas estas problemáticas para os povos indígenas, que iam de encontro à missão institucional da FUNAI.

Desde já, cabe explanar que o lumpen-indigenismo é um tipo de ação indigenista produzida pelo Estado brasileiro circunscrita historicamente que abarca aspectos clientelísticos e pouco gerenciais na relação com os povos indígenas. Ao invés de uma ação emancipadora, é criada uma dinâmica de dependência e subalternidade, na qual servidores e indígenas ficam dependentes de maneira daninha.

A criação da FUNAI enquanto Fundação tinha por finalidade gerar um maior dinamismo institucional, modernizando a estrutura burocrática no seio do Estado brasileiro (BICKEL, 1992). Tal iniciativa também significaria à alocação da força de trabalho com maior celeridade e menor rito burocrático, com o recrutamento de quadros mais qualificados e dedicados a questão indígena.

Porém, desde o início das atividades empreendidas pela Fundação, foi observada que a nova organização estatal herdou uma série de problemas do então SPI, recebendo uma massa falida. Por exemplo: os antigos servidores do SPI acabaram sendo nomeados também na FUNAI, com os mesmos vícios e desvios funcionais. E é importante lembrar que o novo órgão indigenista foi criado durante o regime militar, ou seja, o ideário e os postos chaves da instituição eram ocupados por militares comprometidos com o novo regime.

---

[29] Este capítulo foi baseado no meu artigo intitulado "Para além do lumpen-indigenismo: novos aspectos informacionais da política indigenista brasileira" publicado em RASI: Revista de Administração, Sociedade e Inovação, Volta Redonda, v. 3, n. 1, p. 34-47, jan./jun. 2017. Uma palestra sobre a reflexão foi apresentada no "1º Colóquio Indigenista - uma reflexão dos 50 anos da FUNAI" realizado no Centro de Formação em Política Indigenista da FUNAI em Sobradinho/DF no dia 04 de dezembro de 2017. A preleção na íntegra está em: https://www.youtube.com/watch?v=Gj7PGSAN5wQ. Acesso em: 06 jan. 2019.

Ainda é importante fazer emergir a reflexão de que as autarquias e fundações do Estado são parte presente do mesmo ente estatal, não significando um descolamento das determinações políticas executadas pelo Estado brasileiro e da ação dos servidores que ocupam postos na burocracia pública. Neste sentido:

> Informalmente, tanto o Serviço de Proteção aos Índios quanto a Fundação Nacional do Índio em distintos momentos da história do Brasil, representaram seus papéis no cenário da política indigenista, como coadjuvantes, haja vista que estiveram sempre subordinados às diretrizes políticas do Estado, estando relacionados a mesma apenas quando a questão indígena representava um obstáculo ao desenvolvimento da nação. (BICKEL, 1992, p. 2)

Sempre quando vem à tona a questão do desenvolvimento da nação, é entendido que a melhoria da economia do país não atende a todos, mas sim a algumas frações da sociedade brasileira. Em se tratando da questão indígena, o problema se torna maior, visto que grupos minoritários com pouca representatividade nos poderes constituídos da república e distantes dos grandes centros urbanos acabam alijados dos processos de discussão nas pautas políticas e demais ações de cunho governamental que venham incrementar as ações de exploração de recursos naturais, como na construção de hidrelétricas, que em muitos casos afetam permanentemente esses povos.

Da escrita do artigo aos dias de hoje, há um lapso temporal de quase vinte anos em que tivemos algumas mudanças substanciais, não apenas da ação do Estado brasileiro para com os povos indígenas, assim como na própria dinâmica dos grupos indígenas. Estes começaram a participar ativamente na construção de alternativas frente às chamadas lutas intestinas (POZZOBON, 1999, p. 285) e no avanço de práticas mais gerenciais do indigenismo brasileiro. Este processo mais modernizador está no bojo da própria transformação do Estado brasileiro neste período.

Outro aspecto é o fenômeno informacional, que temos vivenciado nos dias atuais, em função das vicissitudes do arcabouço jurídico-institucional, resultando numa transformação qualitativa da informação produzida sobre os povos indígenas, no entendimento da importância documental existente em repositórios informacionais. Por exemplo, pelo Supremo Tribunal Federal, quando da ação de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e quanto ao entendimento do intitulado marco temporal, que, já cabe explanar, representa uma ameaça às delimitações das terras indígenas no Brasil.

Hoje, não podemos nos furtar de atribuir importância ao fenômeno informacional para uma ação mais dirigida de cunho gerencial, promovida por uma tecnoburocracia estatal (BRESSER-PEREIRA, 1982) que venha gerar uma maior eficiência e eficácia da política

indigenista promovida pelo Estado brasileiro, assim como ao empoderamento dos próprios povos indígenas.

Quando citada a administração pública gerencial é importante mencionar outras duas tipologias deste fenômeno do Estado Moderno: a administração pública burocrática e a patrimonialista. Enquanto a última tinha como características nefastas para a sociedade o empreguismo e o nepotismo, a burocrática, calcada em princípios legais quando da atuação dos agentes públicos, é "lenta, cara, auto-referida, pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas dos cidadãos." (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 5)

Os esforços que os governos brasileiros impuseram, partindo de uma premissa positiva no sentido de racionalizar e democratizar a ação estatal, garantiram uma maior transparência e equidade no tratar com a coisa pública. As informações produzidas e disseminadas por instituições públicas é um processo dos mais importantes em que a sociedade brasileira tem a potência de acessar dados nunca conhecidos. Portanto:

> Fica claro, então, que entre os elementos que compõem a conquista desses direitos encontra-se o acesso às informações públicas. O cidadão "bem informado" passa a ter condições de conhecer, participar, e 'reivindicar', também, outros direitos essenciais, como saúde, educação e benefícios sociais. (INDOLFO, 2013, p. 6-7)

A partir do ensaio da experiência administrativa pública gerencial mais recente, a título de exemplo, há uma reconfiguração informacional promovida pela instituição indigenista do Estado brasileiro com a publicação do Manual de Gestão Documental da FUNAI, Portaria nº495/PRES do dia 27 de maio de 2016, que prevê a racionalização das práticas documentárias da Fundação e a descentralização na gestão de documentos pelas Coordenações Regionais.

É possível lançar luz sobre os saberes indígenas e a capacidade que esta parcela da sociedade brasileira tem em apoiar ações de natureza documentária. O para além do lumpen-indigenismo (MELLO, 2017c) também significa uma ruptura dos processos hegemônicos do Estado de natureza informacional, aproveitando saberes dispostos na vida social, como os saberes indígenas, para que seja possível enxergar também outra forma de organização, classificação e de acesso às informações de interesse dos povos indígenas, do Estado e da sociedade.

Assim como temos a possibilidade da construção do conhecimento por quilombolas ou ribeirinhos, cada um com suas especificidades, também os povos indígenas podem fazer emergir conhecimentos específicos com o objetivo de defender os seus interesses. Cabe ressaltar que os interesses destes povos estão em conjugação com o arcabouço jurídico

construído até os dias de hoje e que podem estar sob ameaça devido às transfigurações em curso.

Sobre os saberes informacionais indígenas, é vital apresentar o conceito criado por Michel Foucault (1996) e seus saberes sujeitados. Esses saberes em manifestação, tantas vezes relegados pelos poderes hegemônicos, capitaneados pelo próprio Estado, podem significar a tentativa de uma organização dos arquivos indigenistas com a participação efetiva dos povos indígenas, aproveitando as informações consubstanciadas em documentos, que foram realizadas pelos agentes do Estado na tentativa de falar pelo outro. Assim:

> […] Spivak desvela o lugar incômodo e a cumplicidade do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência. Agir dessa forma, Spivak argumenta, é reproduzir as estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido. (ALMEIDA, 2014, p. 14)

A ação informacional consolidada na documentação depositada nos repositórios estatais discursa pelo outro no contexto restringido da produção documental. Entretanto, este outro tem voz, vida ativa e não deve ser apenas um expectador deste acúmulo documentário.

O dito subalterno por Spivak (2014) não deve ser colocado numa posição de inferioridade quando da ação documentária, mas sim transformado no processo em curso de alteridade e empoderamento, melhorando assim a ação informacional do Estado e na sua missão institucional posta ainda nos dias de hoje: defender os povos indígenas.

Há uma reconfiguração do Estado frente às ações gerenciais, como também é efetuada a ação de poderosos grupos econômicos que estão em luta contra os povos indígenas na obtenção de recursos econômicos e territoriais ainda não acessados. Portanto, o embate que se deslinda no cenário brasileiro terá como fator fundamental de promoção e garantia de direitos à informação assegurada e disseminada em canais de disputa, como nas cortes judiciais superiores.

5.1 Do velho lumpen-indigenismo a dinamização informacional

Quanto ao conceito de lumpen-indigenismo, é importante discutir como este conceito despontou a fim de melhor compreender o fenômeno concebido. Ao abordar a criação de lumpen-indigenismo, o autor criador do conceito faz uma alusão ao conceito de lumpenproletariado de Karl Marx:

> O lumpenproletariado, esses indivíduos que vivem na miséria extrema e sem consciência política, essa podridão passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastada, por um momento de sobressalto, à

> participação de uma revolução proletária; entretanto, suas condições de vida o predispõe a aliar-se aos reacionários. (MARX; ENGELS, 1985, p. 40)

O principal significado da expressão lumpenproletariado não está tanto na referência a um grupo social específico, mas antes chamar a atenção para o fato de que, em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista, um grande número de pessoas pode separar-se de sua classe e vir a formar uma massa "desgovernada", particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários. (BOTTOMORE, 2001, p. 329)

Desde já, temos um posicionamento problematizante quanto à criação do conceito de lumpen-indigenismo. Por mais que tenhamos uma crítica ao estrato burocrático quando da ação indigenista do Estado junto aos povos indígenas, não é possível supor se tratar de um segmento em condições de penúria de sobrevivência, ainda mais alocado em cargos do Estado.

Jorge Pozzobon (1999, p. 286), ao criar o conceito, apesar de não defini-lo em seu artigo, parece reelaborar a ideia do pensador alemão Karl Marx baseado na baixa remuneração dos servidores públicos que estão no quadro efetivo do Estado: "Desmotivado pelos baixos salários, o servidor público passou a cumprir suas obrigações normais apenas quando detentor de um cargo de confiança.". Ora, essa negligência com a coisa pública teria mais proximidade com uma espécie de patrimonialismo de agentes do indigenismo, quando os interesses individuais estão imiscuídos com a ação pública, do que com uma profunda crise de segmentos de despossuídos da sociedade.

Mesmo havendo naquela conjuntura histórica uma desvalorização da remuneração dos servidores do Estado, é evidente que há uma posição diferenciada do agente público frente a outros atores que estão em dinâmica no mesmo espaço. Em se tratando da temática indígena, tal diferenciação funcional é mais perene, ao se comparar a presença, por exemplo, de missionários, prestadores de serviço do terceiro setor e até mesmo frente aos povos indígenas que, em sua maioria, não possui um *lócus* privilegiado no Estado. Assim:

> A posição social real do funcionário é, normalmente, mais elevada quando, como ocorre nos velhos países civilizados, predominam as condições seguintes: uma forte procura de administração por especialistas; uma diferenciação social forte e estável, vindo o funcionário, predominantemente das camadas social e economicamente privilegiada devido a distribuição social do poder; ou quando o custo do treinamento necessário e das convenções estamentais lhe impõe obrigações. A posse de diplomas educacionais, que discutiremos em outro contexto – está habitualmente ligada à qualificação para o cargo. Naturalmente, essas certidões ou diplomas oferecem o "elemento estamental" na posição social do funcionário. (WEBER, 2008, p. 233)

O autor do conceito inovador de lumpen-indigenismo procurou esmiuçar as entranhas da política indigenista da FUNAI dos anos 1990, revelando alguns aspectos desastrosos das práticas clientelistas e não modernizantes no seio da máquina pública. Assim sendo:

> Para dar um quadro completo deste estado de deterioração, é preciso trazer à tona o que circula nos bastidores da FUNAI. A presidência do órgão não é assediada apenas por índios em busca de favores clientelísticos, mas também pelos diversos grupos antagônicos de funcionários, que buscam arrebatar uns dos outros os cargos de confiança disponíveis mediante acusações mútuas de corrupção. Fazendo-se o mapa dessas acusações mútuas, tem-se a nítida impressão de que os grupos organizados lutam pelo poder também para escamotear, sabotar ou simplesmente desaparecer auditagens, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, para que não revelem as redes de corrupção que vão desde os postos indígenas até a sede do órgão em Brasília. (POZZOBON, 1999, p. 287)

Naquele tempo havia o predomínio de práticas clientelistas que tinham por fim atender aos interesses de parcelas de grupos indígenas e que também desfrutavam do acesso a Presidência da FUNAI, assim como as necessidades fisiológicas de servidores que visavam atender aos seus interesses pessoais (leia-se, acesso aos cargos de confiança) frente à genuína missão institucional: atender aos povos indígenas e suas especificidades culturais.

Do mesmo modo, o baixo profissionalismo e os meandros tortuosos do próprio Estado em executar a política indigenista afetavam diversos elementos que norteariam a prática indigenista, inclusive no que tange as informações de natureza administrativa. Assim sendo, não havia qualquer possibilidade de um acompanhamento mais sistemático das ações, que deveriam ser de cunho gerencial, do Estado brasileiro. Portanto:

> Existem mil buracos negros para digerir as demandas que batem na Funai. Não existem rotinas ou procedimentos. Se uma comunidade indígena manda um projeto para a Funai, isso não tem porta de entrada, não tem sistemática de tramitação e nem porta de saída. Todos os dias entra uma pilha de fax que ninguém lê. Viajou um diretor, tchau! Não se tem acesso a qualquer **informação** daquela diretoria. Não há interlocução interna para enfrentar emergências. **Não há informações nem sobre a população de uma área. Não há dados oficiais qualificados**. (SANTILLI, 1996, p. 43, grifos nossos)

Veja o que o ex-presidente da FUNAI, Márcio Santilli, nos remete sobre a importância de informações para a tomada de decisões no âmbito da FUNAI. Ou seja, as informações produzidas pela organização governamental são um insumo de grande importância para que não sejam desperdiçados recursos e para que se tenha um efetivo controle na gestão da máquina pública.

Sempre quando se tocar no assunto informação, há de se sobressair que são recursos estratégicos fundamentais para o atendimento dos povos indígenas e da própria administração pública. Sem um gerenciamento racional da informação, os dados ficarão dispersos e a

tomada de decisões é realizada de modo não eficaz. Assim, o servidor público conta com a sorte na hora de decidir sobre uma ação que pode afetar o futuro de um povo.

A falta da gestão de informações do órgão indigenista também era uma característica típica do lumpen-indigenismo. Isto porque havia uma (des) organização da documentação da FUNAI, estruturada de forma precária e artesanal. Neste mesmo sentido:

> O segundo fator que limita a possibilidade de atuação dos antropólogos da FUNAI é a inexistência de um sistema centralizado de arquivos e controle da documentação que permitisse ao servidor designado para um GT [Grupo de Trabalho] apropriar-se rapidamente dos conhecimentos acumulados pelo órgão sobre um grupo étnico e uma comunidade específica, bem como sobre o estado atual das ações administrativas a isso relacionada. (OLIVEIRA; ALMEIDA, 1998, p. 81-82)

Uma primeira provocação que deveria ser feita quanto ao acervo não organizado da FUNAI está na acumulação de conhecimentos sobre um povo indígena. Uma das missões institucionais do órgão indigenista é produzir saberes sobre estes povos, assim como atender as demandas que surgem dos próprios indígenas.

Na pintura realizada da desorganização informacional endêmica da FUNAI é de se deduzir que o caos instalado servia para atender aos interesses corporativos de servidores na prestação de serviço público aos indígenas. Ou seja, o quadro instalado fazia com que pessoas, e não processos de trabalho, estivessem no ápice da (des) organização administrativa, fazendo com aqueles que detinham o poder, logo a informação, manejassem ao seu bel prazer recursos públicos e interesses pessoais na negociação do atendimento a demandas dos povos indígenas.

Quanto ao estado das ações administrativas, há de se concordar que é de fundamental importância a informação, por exemplo, dos contratos em vigor numa então Administração Regional da FUNAI de fornecimento de passagens aéreas ou de parcerias com o Ministério da Educação (MEC) quanto à permanência de indígenas estudantes nas universidades e a oferta de bolsas de estudos.

Uma indagação que merece problematização é sobre a constituição dos arquivos indigenistas produzidos pela FUNAI e para qual finalidade esta documentação detém para com os povos indígenas. Mais uma vez, vamos recorrer a uma passagem sobre a situação dos arquivos da instituição:

> Dessa forma os arquivos constituem meros *depósitos de documentos considerados úteis*, com função meramente de conservação e atendimento burocrático, sem servir à finalidade de constituir o fundamento de uma memória da instituição, permitindo uma indispensável acumulação de conhecimentos sobre os grupos indígenas e as modalidades de ação indigenista. (OLIVEIRA; ALMEIDA, 1998, p. 81-82, grifo do autor)

Em questão está a falta de uma efetiva gestão de documentos que possibilite a massa documental cumprir o papel administrativo da ação indigenista para ser devidamente descartada quando necessário. Porém, a não existência de instrumentos de gestão naquele tempo não permitia uma adequada racionalização documentária e, portanto, um atendimento mais eficaz aos povos indígenas.

Quando se problematiza os arquivos indigenistas produzidos pelo Estado brasileiro, é frequente o relato do grau de desorganização existente, fazendo com que interessados pelos arquivos se tornassem desbravadores da selva de papeis que os acervos se constituíram (LIMA, 1995). Outro ponto nodal da discussão está na valorização que a documentação teria para revelar povos indígenas do Brasil ou as práticas indigenistas vigentes e mais adequadas.

Algumas especificidades da instituição poderiam ser mais bem exploradas quando da discussão sobre os seus arquivos. Uma seria o próprio entendimento do lumpen-indigenismo e as suas consequências. Outra seriam as atribuições específicas e singulares da FUNAI, como a realizada junto aos povos indígenas. Porém, a busca de informações estaria mais pautada nas práticas de proteção no campo do indigenismo de maneira empírica do que na produção de conhecimento de povos de recente contato, por exemplo.

Outra característica peculiar que o lumpen-indigenismo apresentou é a falta de planejamento e de certo emergencialismo que a prática indigenista tomou. Se já foi deslindada um pouco a situação das informações em poder do órgão indigenista, vejamos como se dava o *modus operandi*:

> O *catastrofismo*, associado a fortes apelos emocionais, serve para limitar as esferas decisórias, a consulta aos especialistas e aos próprios interessados, apresentando tais considerações como uma sofisticação utópica e uma delonga inútil e eticamente condenável. A necessidade imperiosa de atuação justifica a ausência de análise e a escolha de formas desgastadas de indigenismo. (OLIVEIRA; ALMEIDA, 1998, p. 71, grifo do autor)

Na lógica lumpen-indigenista não haveria espaço para a programação de atividades e a execução de tarefas que estivessem previamente elaboradas. Tudo é para ontem em virtude do não planejamento e da (des) organização da informação disposta sobre a atuação do órgão e de sua execução financeira. Fica patente que a falta de profissionalismo faz aparecer situações de vulnerabilidade institucional e até mesmo da falta de zelo com o erário público, quando, por exemplo, há a urgência na realização da contratação de certo serviço sem o rito licitatório em função da falta de planejamento tão necessário a uma ação orientada racionalmente e pelo bem do funcionamento da coisa pública.

As características encontradas na estrutura de Estado da FUNAI eram problemas pertencentes à máquina pública como um todo, não sendo a organização indigenista um caso

específico a ser realçado. Ou seja, no deslindar de uma reforma gerencial lenta, com interesses corporativismo e uma cultura institucional própria, a agência indigenista sofria com questões administrativas típicas do Estado brasileiro daquele tempo.

Desta maneira, as perspectivas da constituição de novos paradigmas modernizantes e gerenciais dependiam de iniciativas governamentais vultuosos, que pudessem transformar a administração pública federal. Na realidade, a situação difícil que a FUNAI enfrentava advinha do desenho institucional pouco adequado e da própria especificidade do trato com questões sensíveis, como a relação com os povos indígenas. Ainda neste sentido:

> O sucateamento institucional do órgão, que não difere substancialmente do que afeta à administração pública federal em geral, apesar dos seus contornos caricaturais específicos, até poderia ser combatido por uma reforma administrativa convencional. Há propostas formuladas nesse sentido, que se não são as melhores, permitiram ao menos algum movimento nas pedras da burocracia indigenista, o que é condição de mudança. (SANTILLI, 2000, p. 144)

Uma mudança institucional e corporativa não depende somente do ideal de gestores públicos que desejam reelaborar as instituições de Estado. Em um sistema democrático, no qual a sociedade brasileira está inserida, evidentemente é indispensável que o governo tenha legitimidade e vontade política para a constituição de uma prestação de serviço público de qualidade, assim como a sociedade em geral: servidores, agentes políticos, povos indígenas e demais estratos sociais, ou seja, todo o tecido social que constitui o mosaico da sociedade brasileira.

A modernização da administração pública afetaria inclusive, o que vimos ocorrer anos mais tarde, numa maior transparência de informações por parte do Estado. Assim, o serviço público se torna mais eficaz, com transparência, trazendo um aprofundamento para o contribuinte que paga os seus impostos e, principalmente, para aquelas estratificações sociais mais vulneráveis da sociedade brasileira: os povos indígenas. Quanto ao processo de transparência administrativa e informacional:

> Se, inicialmente, a noção de transparência administrativa - e, por conseqüencia, a de opacidade administrativa - mostrava-se eivada de uma carga metafórica, as políticas públicas implementadas nos últimos vinte anos imprimiram-lhe maior densidade teórica e efetividade político-administrativa. Por outro lado, o processo histórico consolidou a busca pela transparência administrativa como um dos aspectos fundamentais na democratização das relações entre Estado e sociedade civil. Para tal, erigiu-se um complexo edifício jurídico: o direito à informação. (JARDIM, 1998, p. 75)

Ainda sobre a falta de informações sistematizadas, a execução financeira comprometia até mesmo a liberação de recursos por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão (MPOG) visto que não havia informações fidedignas sobre o que foi gasto no órgão. Como explicitado a seguir:

> Agora, o problema é que o parâmetro que o governo tem para liberar recursos para a Funai é baixo, porque esse órgão tem duas dificuldades crônicas para executar o seu orçamento: das suas 48 unidades (ADRs) existentes, 22 estão fora do Sistema de Informação e Controle Financeiro (SIAFI[30]). Isso significa que os gastos feitos por essas unidades levam um tempo enorme para cair no sistema. Então, quando se consulta o sistema, consta que a Funai tem caixa, porque os recursos já gastos efetivamente não aparecem. Via de regra, a Funai já gastou muito mais do que aparece no sistema, mas boa parte das comprovações dos empenhos ainda não consta. (SANTILLI, 1996, p. 41)

A modernidade e dinamização informacional ainda era um sonho distante nos anos 1990 e não havia um sistema fidedigno de acompanhamento da execução orçamentária no órgão. O impacto das ações de planejamento, tanto por parte da Presidência da FUNAI quanto pelo MPOG eram enormes, causando prejuízos na administração das unidades descentralizadas.

Ou seja, nas regiões chamadas de ponta, em que há de fato o atendimento direto aos povos indígenas, é onde se tinha mais acentuada a chamada opacidade informacional do Estado brasileiro (JARDIM, 1998). Esta opacidade gerava uma distorção tamanha que fazia com que o orçamento ficasse enviesado para as regiões com maior modernidade informacional. Seguindo a mesma reflexão:

> A opacidade informacional do Estado permite, portanto, ser abordada como expressão e mecanismo de produção de hegemonia de classes dirigentes e instrumento de dominação e exclusão. Além de se manifestar no próprio aparelho de Estado, a opacidade encontra também suas possibilidades de produção e reprodução na sociedade civil. A opacidade informacional é, portanto, relacional. A não-informação governamental favorece, assim, a produção de consentimento ativo por parte de grupos socialmente excluídos (em todos os sentidos, inclusive do ponto de vista informacional. (JARDIM, 1998, p. 261)

O lumpen-indigenismo surfava exatamente nas regiões opacas onde não havia um controle efetivo das práticas governamentais e gerenciais para com os povos indígenas. Traduzindo, isto significava o não acompanhamento de políticas, assim como da ação de servidores no que diz à assiduidade, conduta proba e, principalmente, o favorecimento de práticas clientelistas que são perversas para as parcelas mais vulneráveis da sociedade brasileira e a gestão pública.

Porém, como toda ação estatal, há dinâmicas paradoxais quando da iniciativa informacional em curso. A opacidade informacional relatada, por exemplo, não teve espaço

[30] O acompanhamento da execução do Orçamento brasileiro tem sido facilitado a partir da implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do governo federal, que permite a unificação das contas públicas e o acompanhamento em tempo real da destinação das verbas orçamentárias. (VALENTE; DUMONT, 2003, p. 55)

quando do surgimento do outrora exposto Centro de Documentação Etnológica na década de 1970 pela própria FUNAI. Ações pontuais de servidores bem formados acabaram resultando em positivos empreendimentos para as gerações futuras de indigenistas e povos indígenas. Neste sentido:

> O empenho em reunir os documentos dispersos permitiu também a elaboração de pesquisas etnohistóricas, o fornecimento de informação adequada e formulação de um pensamento crítico sobre as questões da teoria e da prática do indigenismo brasileiro. Inúmeros processos de regularização fundiária contaram com o suporte desses documentos que constituem títulos afiançadores dos direitos dessas populações sobre as terras e outros bens. Outro aspecto a ser considerado é o acesso dos povos indígenas a esse acervo documental, cujas informações podem significar a sua reintegração na posse parte de sua memória histórica e cultural, constituindo-se num elemento revitalizador da vida comunal. (MONTEIRO, 2008, p. 35)

A lógica lumpen-indigenista, opaca informacionalmente por definição, não parecia se espraiar por toda a FUNAI. Pode-se afirmar que existiam FUNAIs pelo país e que o Museu do Índio constituía um núcleo de excelência de boas práticas de gestão administrativa e documental. Ainda na década de 1990, a título de ilustração, o Museu do Índio foi premiado no "2º Concurso de Experiências Inovadoras de Gestão na Administração Pública Federal". Dentre as ações realizadas, está aquela de "[...] criar uma rede informatizada para agilizar os trabalhos e recuperar informações." (UMBELINO; FERREIRA, 1998, p. 75)

Ou seja, quando ao abordar as questões em que vivia a FUNAI e os aspectos clientelísticos e pouco gerenciais, é importante discriminar de quais práticas estão em jogo e, principalmente, de qual unidade está sendo aludida. A dinamização informacional premiada no concurso da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e agraciada para o Museu do Índio promovia a instituição em função da prestação de serviço diferenciada, trazendo novidades para a gestão pública e, principalmente, a clientela fim para qual se destina a instituição Museu do Índio: a oferta de serviço público de qualidade aos povos indígenas.

Em função do trabalho desenvolvido na instituição, ocorreram outros frutos. Por exemplo, no ano de 2008, o intitulado Fundo SPI foi incluído primeiramente no Registro Nacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO e, posteriormente, no Registro Regional da América Latina e Caribe. Os esforços dos últimos tempos permitiram não apenas a salvaguarda do acervo, como também a disponibilização de informações de cunho etnológico para a sociedade que resultou na nominação por um organismo internacional. Assim, a FUNAI pode cumprir sua missão institucional de servir aos povos indígenas do Brasil e a humanidade em geral. Ainda neste sentido:

> Devido à sua importância para a história da atuação do Estado brasileiro junto aos grupos indígenas, o Fundo SPI foi incluído, em junho de 2008, no Registro Nacional

> do Programa Memória do Mundo da UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, junto com outros nove acervos documentais brasileiros. (CARVALHO; ZELESCO; MELLO, 2011, p. 445)

Somado aos aspectos problemáticos de gestão da instituição pública em discussão, se soma o despreparo dos servidores da FUNAI para o desempenho da função pública. Trabalhar com a temática indígena requer um preparo específico e uma formação que tenha por fito os povos indígenas do Brasil. Neste sentido:

> O pior para os índios é quando os próprios funcionários da FUNAI se servem deste modelo [em detrimento da função social do grupo], e não se dão conta disso. A grande maioria não possui preparo adequado no campo da antropologia para atuarem junto às populações indígenas. (CABIXI, 1984, p. 15)

A passagem que exemplifica o problema do despreparo dos servidores da FUNAI foi elaborada por uma liderança de importância para o povo indígena Paresi, Daniel Cabixi. A crítica elaborada acerca da atuação do Estado brasileiro por meio da FUNAI feita por um indígena, apontando um aspecto do lumpen-indigenismo, está no bojo do processo de qualificação e fortalecimento indígena. Se antes existiam mediadores das demandas indígenas, já em meados dos anos 1980, lideranças indígenas realizavam publicações problematizando e esmiuçando a questão indígena e a relação entre povos indígenas e o Estado.

Servidores da FUNAI neste contexto problemático de atuação junto aos povos indígenas também perfaziam práticas clientelísticas, ainda mais no centro decisório em Brasília. O burocrata alocado na máquina pública padecia de dois problemas centrais: a falta de qualificação, assim como a pouca ou nenhuma relação com as áreas indígenas. Assim, a ação indigenista ficava complicada, em vista do caráter refratário que detinham os servidores daquele tempo.

A necessidade de uma qualificação mais apurada dos servidores da Fundação, em especial daqueles alocados na sede da Presidência da instituição, reverberava inclusive em críticas de outros servidores quanto ao corporativismo presente. Destarte:

> A regra é o burocrata ou funcionário sem qualificações especiais que luta por uma função gratificada e que aceita qualquer mister, mesmo o menos familiar, para tê-la. O funcionário típico da Funai em Brasília é um ser estritamente urbano. Dessa categoria serão relativamente poucos os que estiveram alguma vez em uma aldeia indígena, e, menos ainda, os que realmente gostaram da experiência. Vista de Brasília, a Funai é um órgão burocrático que se dedica à tarefa de assistir e cuidar de seus funcionários. (MOREIRA NETO, 1982a, p. 11)

A face mais problemática ao se abordar as estruturas do Estado brasileiro e o atendimento para a sociedade e, em especial, as sociedades indígenas diz respeito ao

fisiologismo e corporativismo da burocracia profissional. Esta faceta escancara a relação assimétrica e quase despótica do Estado para com aqueles que sustentam a estrutura do Estado: os cidadãos.

A organização do movimento indígena, assim como as próprias insurgências da sociedade brasileira, apontava para uma recondução das políticas públicas existentes e a um repensar no recrutamento da mão-de-obra do Estado. Se antes era o reino das relações interpessoais e clientelísticas na nomeação de cargos públicos, a partir da Constituição de 1988, se tornou obrigatória à realização de concursos públicos para o seu preenchimento.

Cabe também explanar que um recrutamento mais racional de servidores do Estado não apontará instantaneamente para uma melhoria na prestação dos serviços públicos e na relação com a sociedade. Todavia, o recrutar de indivíduos com o *anima* de trabalhar em locais distantes dos grandes centros urbanos, assim como com profissionais com formação acadêmica e profissional condizentes com a temática indígena são nortes para uma melhoria da missão institucional da FUNAI.

A exposição de lideranças indígenas críticas a instituição indigenista do Estado brasileiro está no bojo do processo de redemocratização. Assim como a sociedade civil organizada clamava por Diretas Já, lideranças indígenas também clamavam por uma melhora nas relações entre a FUNAI e os povos indígenas.

Desta maneira, as lideranças indígenas Mário Juruna e Daniel Cabixi no final dos anos 1970 reverberavam a posição política inovadora dos povos indígenas. Questionavam o posicionamento da FUNAI atrelada ao autoritarismo da Ditadura Militar que não permitia aos indígenas terem livre possibilidade de organização política em associações ou até mesmo em realizar assembleias:

> A Funai nos compara a um caniço ao sabor dos ventos quando a realidade histórica mostra que nós, índios, estamos cada vez mais firmes e conscientes de nossa luta pela libertação dos nossos povos do jugo dessa civilização ocidental. Este órgão já alguns anos vem impedindo que os índios se reúnam em assembléia para discutir seus problemas. Estamos vivendo momentos críticos entre a nossa verdadeira emancipação e a emancipação do papel, imposta pelo governo e que nós repudiamos. De um lado, temos os índios lutando pela liberdade e de outro a Funai, como órgão oficial do governo, exercendo sobre nós uma ação policialesca, nos proibindo de debater nossos problemas, que só nós conhecemos com profundidade. (CABIXI, 1979, p. 18)

Importante ainda mencionar que as práticas clientelistas descritas fazem parte também de uma noção por parte do Estado brasileiro e do ordenamento jurídico de tempo passado que propunha uma relação assimétrica baseada na tutela dos povos indígenas. Deste modo, o Estado não apenas detinha um real controle sobre o movimento dos povos indígenas, como o

próprio indigenismo oficial tinha por fito uma vigilância das possíveis lideranças indígenas que por ventura viessem a surgir.

As rajadas democráticas que varreram o país a partir da década de 1980 não permitiriam uma rasa relação de dominação do Estado para com os povos indígenas, no atendimento de pequenas demandas baseadas em um fisiologismo de pouca eficácia para os povos indígenas. Deste modo, estava sedimentada a crise do indigenismo oficial idealizado desde Rondon. Assim:

> Se o indigenismo pretende superar sua crise, somente o conseguirá sabendo associar a ótica do Estado – de um Estado democrático – com a ótica do índio, admitindo como normal a via da negociação, através da qual as aspirações do índio e as determinações do Estado possam ser de algum modo balanceadas. (OLIVEIRA, 1988, p. 39)

Na gerência de uma política de complexidade como a política indigenista e suas naturais consequências, que passam inclusive pelas novas sendas da documentação de natureza etnológica, não há um paradigma único para a resolução dos conflitos e na condução da política indigenista. Todavia, o Estado deve estar para além do lumpen-indigenismo (MELLO, 2017c), estabelecendo parcerias, canais de diálogo e encaminhamentos para as demandas que venham surgir aos agentes do tempo presente que são os povos indígenas.

O que se faz presente na discussão empreendida está na dicotomia permanente entre autonomia e tutela. Qual seria o meio equilibrado para que os povos indígenas tenham de fato a garantia mínima de condições de inserção na sociedade brasileira com meios efetivos de sobrevivência e autonomia no que afeta a saúde, educação, informação e demais elementos para uma cidadania ativa? Neste mesmo sentido:

> Essa contradição, de todos conhecida, entre autonomia e tutela, é portanto fundamental para introduzir qualquer discussão a respeito da relação entre os povos indígenas e o desenvolvimento, no Brasil, especialmente no que toca aos condicionantes e à viabilidade de alternativas adequadas aos interesses desses povos, quando limitadas aos elementos definidos pela vertente comunemente [*sic*] chamada de "sustentável". (GALLOIS, 2001, p. 169)

Tal contexto clientelista mencionado anteriormente nos faz remeter a ideia da existência de certo patronato brasileiro estabelecido no seio do Estado. Como ratifica Raimundo Faoro (2001, p. 819) "Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi." Práticas dessa natureza foram forjadas no Brasil do início do século XX, em que "uma pequena elite de senhores de terra e de políticos patrimonialistas dominavam amplamente o país." (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 225)

As características patrimonialistas e personalistas do Estado brasileiro são mitigadas quando da progressão do modelo burocrático-racional no sentido weberiano. Assim, o lumpen-indigenismo vai se transformando numa página virada na história institucional da FUNAI. Neste sentido:

> Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar. (HOLANDA, 2008, p 180)

O processo de racionalização crescente da sociedade brasileira, intitulada por Holanda (2008) como um processo revolucionário detonado, acaba se deslindando junto a modelos arcaicos de desenvolvimento social, em que são privilegiadas classes hegemônicas que detêm o poder no Estado. Os dois modelos, arcaico e moderno, acabam se sobrepondo, porém, com o devir da história, o paradigma racional acaba se sobressaindo, visto a modernização do desenho institucional que se construiu no Estado brasileiro e as próprias demandas da sociedade por maior transparência e democratização nas relações de poder.

Na relação assimétrica estabelecida entre a distribuição do poder na sociedade, há a manutenção de classes dominantes que se locupletam no Estado. Deste modo, as parcelas alijadas do poder político e econômico necessitavam trabalhar com o objetivo de maximizar as chances de melhorias nas condições de vida, e, por consequência, iniciar um movimento de aprofundamento do processo democrático do Estado de Direito. Logo:

> De acordo com Chauí (2001), a gênese histórica da sociedade brasileira está alicerçada na “cultura senhorial”, segundo a qual o Estado brasileiro privilegia os grupos sociais que detém o poder, os quais, por sua vez, restringem os espaços da esfera pública aos grupos sociais que estão à margem da sociedade. Esses espaços poderiam ser palco de discussão, onde os grupos sociais que estão à margem da sociedade buscariam reconhecimento de seus direitos. Assim, percebe-se um abismo entre as raízes históricas da sociedade brasileira e a construção da cidadania e garantia de direitos. (RODRIGUES, 2005, p. 242)

O intitulado lumpen-indigenismo, apesar de seu traço empobrecido frente ao poderio de elites políticas e econômicas, também representa um aspecto da cultura senhorial, ainda mais quando do tratar clientelístico do Estado para com as populações indígenas. Assim, povos empobrecidos em rincões do território brasileiro ficam à mercê dos ditames de servidores públicos com poder, seja em virtude da renda auferida pelo Estado, seja pelos

poderes emanados do próprio Estado e da construção de outras relações comerciais e políticas de maneira escusa.

Ainda é importante também trazer à baila de forma breve que nem todos os autores que abordam o período mencionado afirmam que as práticas clientelistas e o pouco profissionalismo do Estado brasileiro perfaziam a realidade, tendo como foco a política indigenista estatal e certo ideal, por ora, romântico rondoniano. Por conseguinte:

> O estadismo de Rondon era especial no aspecto que mais consideramos: no reconhecimento intelectual e prático da participação dos povos indígenas na formação da nação brasileira, bem como no seu propósito de trabalhar para que os povos indígenas fossem respeitados por mérito próprio. Cabia a sua integridade positivista trabalhar para que a República reconhecesse essas virtudes políticas e englobasse os povos indígenas em seu manto protetor. (GOMES, 2009, p. 188-189)

Ainda sobre o Marechal Rondon, um dos responsáveis pela criação da política de Estado para os povos indígenas brasileiros, é fundamental destacar sua importância assim como os quatro princípios básicos que nortearam a sua atuação. O mais emblemático é "Morrer se preciso for, matar jamais", o respeito às etnias indígenas como povos independentes, a garantia aos índios a posse das terras que habitavam e, por último, a proteção direta do Estado aos povos indígenas. (MELLO, 2017b)

O trabalho hercúleo do Marechal Rondon foi feito no âmbito da missão que o Exército brasileiro possui de defender o território do Estado, como é importante destacar o papel de proa que povos indígenas exerceram junto aos militares na demarcação das regiões mais longínquas do território brasileiro. Se não fosse o trabalho valoroso dos povos indígenas em cooperar em regiões inóspitas de nosso território, a tarefa de delimitar seria mais difícil ainda.

Rondon, como hábil negociador e disciplinado militar, pode então executar trabalhos vultuosos, como a construção das linhas telegráficas e as expedições científicas no contexto da Comissão Rondon. E é importante ressaltar a tarefa primordial das Forças Armadas em tempo outrora, como nos dias atuais: "assegurar as instituições democráticas e a livre expansão econômica nacional." (SODRÉ, 1968, p. 406)

Fotografia 12 – Marechal Rondon com índios Paresi na cachoeira de Utiariti (MT) por Luiz Thomaz Reis



Fonte: Acervo fotográfico do Museu do Índio.

Sem querer adentrar na polêmica por não ser o objetivo desta tese de doutoramento, porém cabe ressaltar dois aspectos importantes sobre o personagem histórico: primeiro que é inegável a contribuição do ideário do Marechal Rondon para os povos indígenas, imbuídos da concepção positivista de mundo característica do mundo militar do início do século XX. Porém, não é possível iluminar o paternalismo que o intitulado manto protetor resultou para os povos indígenas na sua forma mais nefasta, que é o clientelismo. E mais contundente foram às relações perversas geradas pelo Estado brasileiro no tempo do SPI, com nímios relatos de violência, abusos e torturas contra os povos indígenas exatamente como consequência do excesso de poder do ente estatal. O fomento de um Poder Executivo fortalecido resultara em arbitrariedades já relatadas, por exemplo, no chamado Relatório Figueiredo[31]. Ainda sobre o período de encerramento do SPI:

> A degeneração do SPI foi tamanha que chegou a prática do extermínio. Figueiredo descreve alguns dos casos mais conhecidos. As chacinas do Maranhão onde uma nação inteira foi liquidada por fazendeiros. A extinção dos povos indígenas de Itabuna na Bahia que teriam sido inoculados com o vírus da varíola. O caso dos Cinta-Larga no Mato Grosso, exterminados com dinamite lançada de um avião, estricnina adicionada ao açúcar, e os sobreviventes foram mortos por mateiros que os caçavam com tiros de metralhadora, racharam seus corpos, enquanto estavam ainda vivos, facão, do púbis até a cabeça. (RESENDE, 2015, p. 502)

Apesar do relato do indigenismo oficial em vigor no Estado brasileiro do passado, se vislumbram nos últimos anos reconfigurações institucionais da FUNAI que permitem afirmar

[31] Este foi o nome atribuído ao relatório conclusivo das investigações da Comissão de Inquérito instaurada por determinação do então Ministro do Interior, General Afonso de Albuquerque Lima. O ministro nomeou o Procurador do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) Jáder de Figueiredo Correia, em julho de 1967, para presidir a Comissão formada para apurar as irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios [...] com base nas resoluções publicadas a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída em 1963 com o mesmo fim. (GUIMARÃES, 2015, p. 26)

a existência de novas práticas de natureza mais gerencial que transformaram as ações da política indigenista. O próprio Jorge Pozzobon (1999, p. 297) define alguns elementos que seriam norteadores para uma reorientação do órgão indigenista:

> Os programas teriam uma vantagem indiscutível em comparação com a assistência tradicional: as metas a serem atingidas seriam definidas com clareza; calendários físico-financeiro seriam elaborados para implementar sub-projetos; sistemas de avaliação periódicas (algo que nunca houve na FUNAI) poderiam ser implantados, a fim de corrigir o andamento dos trabalhos. Com isso, a assistência ao índio poderia finalmente superar o nível de emergencialismo e passar ao nível da prevenção e da proposta.

Anos depois, por meio das Portarias nº 7056 e nº 7778, respectivamente nos anos de 2009 e 2012, da Casa Civil da Presidência da República, ocorreram avanços no sentido de acolher uma maior capilaridade da ação indigenista do Estado brasileiro. Um dos pontos nevrálgicos das reformas institucionais em destaque foi o fim do paradigma assistencialista aos povos indígenas, como também dos postos indígenas. Este fato significou o término da presença efetiva do Estado brasileiro por meio da FUNAI nas terras indígenas e um esvaziamento aparente do poder estatal junto aos povos indígenas.

As iniciativas recentes de modificação da relação do Estado para com os povos indígenas propulsionaram possivelmente a entrada de outros agentes, como de entidades do terceiro setor, ações missionárias, dentre outros. Caberá aos povos indígenas, como agentes autônomos e capazes, avaliarem o contexto atual dentro das terras indígenas e definirem uma maior presença ou não do Estado brasileiro por meio da FUNAI ou de outras instituições governamentais.

Apesar das vertentes críticas ao esvaziamento do Estado em territórios sob seu domínio, tal fato significou como condição *sine quo non*, em um maior fortalecimento dos povos indígenas no tratar dos seus interesses, possibilitando maiores ações não hegemônicas, de natureza exclusivamente étnica. Se antes a ação informacional era orientada exclusivamente pelo Estado por meio dos postos indígenas da FUNAI, em tempos hodiernos, os próprios povos indígenas têm, ou devem criar condições, para que possam emergir saberes sujeitados e demandas antes silenciadas pelos interesses exclusivos e hegemônicos do Estado. Problematizando este novo contexto informacional:

> Desta maneira, sugiro que a cultura informacional e comunicacional constituem, por meio da tecnologia e suas formas de interação homem/computador, espaços sociais que ora se tangenciam, ora se transversalizam; ora sobrepõem-se, ora convergem à construção e reconstrução de dimensões espaço-temporais por onde capitais, códigos, classificações, símbolos e, por fim, *habitus* continuarão a se reproduzir. Talvez, aí sim, de maneira mais porosa ou mesmo "líquida" em suas estruturas. (PIMENTA, 2017a, p. 248, grifo do autor)

Mesmo saberes sujeitados que antes estavam esmaecidos frente aos fluxos informacionais hegemônicos hoje se apresentam como relevantes. Esta porosidade da informação, que não possui um eixo central que coordene os fluxos, permite que surja uma cultura informacional, por exemplo, de natureza etnológica que transversalize espaços nunca outrora imaginados, como espaços da grande mídia e até mesmo os repositórios do Estado que também estão permeados em um processo do avançar democratizador.

5.2 Do novo contexto jurídico-institucional e das ações gerenciais de cunho informacional

Uma mudança de natureza jurídica frente à emergência da ação informacional indígena é o entendimento do STF quando da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no Estado de Roraima. Ao término do julgamento, foi publicada a súmula 650 que vem a "estabelecer como marco temporal de ocupação de terra pelos índios, para efeito de reconhecimento como terra indígena, a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.". (BRASIL, Supremo Tribunal Federal, Súmula nº 650). Veja:

> Ainda assim, essa marca temporal é bastante criticada por ser portadora do vício intrínseco da anti-historicidade das relações humanas. Ao se fixar a data da promulgação da Constituição de 1988 de forma arbitrária, embora com certo simbolismo, concede-se um caráter quase divino à Constituição. Desconsidera-se o valor do Estatuto do Índio, sua historicidade e sua carga de tradicionalidade positiva, e soberbamente diminui-se o valor do passado indigenista brasileiro. Se interpretada de modo cabal a Constituição vira a algoz dos direitos dos povos indígenas, pois, impermeável a qualquer possibilidade de remissão das falhas históricas do indigenismo brasileiro e das injustiças perpetradas contra os índios. Deixa de ser possível analisar situações como aquelas em comunidades indígenas foram removidas por convencimento das autoridades governamentais ou que fugiram da simples aproximação do homem branco ou de outros grupos indígenas, como acontece ainda hoje com muitos grupos autônomos. (YAMADA; VILLARES, 2010, p. 151)

A Presidência da República publicou no Diário Oficial da União (DOU) o Parecer N.001/2017/GAB/CGU/AGU em 20 de julho de 2017 que obriga a administração pública federal a aplicar, em todas as terras indígenas do país, as condicionantes que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu quando da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Uma das consequências imediatas da aplicação do parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) está na autorização imediata da instalação de infraestrutura para a defesa nacional, como abertura de estradas, instalação de hidrelétricas, linhas de transmissão de energia ou quaisquer outros empreendimentos que poderão impactar imediatamente as terras indígenas. Ou seja, o Estado brasileiro de forma autoritária está autorizado a realizar as obras

arroladas sem a necessidade de consulta aos povos indígenas que residam nas áreas de interesse, inclusive atentando contra a Resolução 169 da OIT.

Ainda cabe ilustrar que o parecer aprovado pela Presidência da República foi anunciado pouco antes da autorização para que o Supremo Tribunal Federal julgasse o então Presidente da República Michel Temer por corrupção passiva. Ou seja: o parecer foi publicado no panorama de negociação das forças conservadores do país, como a chamada bancada ruralista, com o único objetivo de defender a não defenestração do Presidente da República. Muito possivelmente, o parecer é mais um ponto negociado como moeda de troca em detrimento dos povos indígenas.

O processo de ataques aos povos indígenas e esvaziamento do órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, a FUNAI, não vem de agora, mas sim em razão das forças dessimétricas que tem poder político no país e interesses em regiões vantajosas quanto à prospecção de minerais e do agronegócio. Assim:

> Na década de 2010, os desafios dos indígenas são imensos e seus opositores, poderosos, como a bancada ligada ao agronegócio no Congresso Nacional, que fez andar uma proposta de emenda à Constituição que incluía, com outras palavras, o mesmo princípio da "emancipação" do período militar. A gestão Dilma Rousseff (2011-6) esvaziou a importância da Funai, deixando que interinos a governassem por quase três anos, bateu recorde negativo de demarcações e tirou do papel obras que atingiram os direitos indígenas, como a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, conforme denúncias feitas a organismos nacionais e internacionais por dezenas de entidades ligadas aos indígenas e ações judiciais pelo Ministério Público Federal. (VALENTE, 2017, p. 393)

Ou seja, é possível identificar que a conjuntura política atual é muito desfavorável aos interesses indígenas, visto que mesmo um governo de cunho mais social e popular no discurso produzido, como foi o governo da Presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), também tomou medidas que impactaram negativamente aos povos indígenas. Essas ações sinalizaram que grupos políticos que detêm o poder do Estado brasileiro não estão preocupados com as demandas dos povos indígenas ou de grupos afastados do poder central.

Tal intento se justifica quando há uma conveniência de poderosos grupos econômicos em influenciar o Estado a não executar, por exemplo, a política indigenista de forma satisfatória e que venha atender a sua clientela principal: os povos indígenas. Assim, o que resta a esses grupos minoritários da sociedade brasileira é a organização política para a defesa dos seus interesses e pelo respeito ao ordenamento jurídico brasileiro que garante uma série de direitos sociais.

Mais uma vez se tem a necessidade de ilustrar o porquê do interesse de grupos políticos ligados aos capitalistas do campo brasileiro. As terras indígenas, assim como os

próprios povos indígenas, são ameaças à expansão das fronteiras agrícolas pelo interior do Brasil. Ao contrário do postulado em nossa Constituição que tem por princípio a valorização da diversidade e pluralidade cultural, grupos econômicos agrários querem realizar um processo homogeneização do campo, visto que há poderosos interesses mercantis que se chocam com grupos excluídos dos centros de decisão do mercado e do Estado brasileiro. Para ilustrar o conflito entre grandes conglomerados econômicos agrários e os povos indígenas, recorreremos a uma passagem clássica da teoria marxista:

> Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam **em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau das forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para a sua expansão**. (LUXEMBURGO, 1976, p. 392, grifo nosso)

E qual seria a primeira mudança significativa numa perspectiva informacional quando da aplicação da súmula? Surge de natureza premente, a importância das informações registradas nos documentos do Estado positivados nos acervos institucionais. Significa dizer que os povos indígenas que hoje se encontram em disputa com posseiros e demais invasores de seus territórios necessitam preservar, identificar e disseminar informações que estejam alocados em repositórios informacionais do Estado brasileiro, mais especificamente, nos arquivos da FUNAI, para que possam subsidiar as contendas judiciais das ações em curso.

Há neste processo de disseminação de informações de interesse dos povos indígenas a importância das instâncias arquivísticas que fazem parte da estrutura de Estado, como da FUNAI, como função de oferta de serviço público. Neste caso específico, a oferta está engendrada numa situação de vulnerabilidade social única, visto o disparate dos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira quanto à oferta de serviços públicos de qualidade e garantias mínimas dignas de sobrevivência.

A disseminação de conteúdos atinentes à temática indígena indica a possibilidade de visibilidade para grupos de baixo impacto quanto as suas demandas. Assim, as instituições que detêm arquivos têm uma função social específica e relevante a ser cumprida, gerando melhorias para essa parcela da sociedade. Assim:

> As instituições arquivísticas têm a função social de garantir acesso aos documentos de sua custódia por meio de instrumentos que representam o conteúdo desses registros, comprovantes de direitos, além de subsidiar a pesquisa retrospectiva. Assim, compreende-se a transferência de informações nos arquivos como um processo que vai do armazenamento do documento até a divulgação de conteúdos, considerando os instrumentos de descrição como mediadores dessa finalidade. (SILVA, 2016, p. 115)

A racionalização por meio das novas tecnologias de informação e comunicação é uma garantia da divulgação de conteúdos que sejam do interesse para àqueles que querem se aproximar da questão indígena. Dentre os atores sociais de interesse, é possível citar desde pesquisadores universitários até indígenas que desejam recuperar aspectos culturais.

Esta mudança paradigmática do entendimento sobre o rito demarcatório das terras indígenas fez com que os povos indígenas tenham a necessidade de se emanciparem na defesa por seus direitos. Se antes, no conjunto de regras para a demarcação, a comprovação documental não era o elemento principal, hoje é fundamental, visto o entendimento vigente do egrégio tribunal superior brasileiro.

Ainda cabe sinalizar que na presente conjuntura política brasileira, em que o Brasil vive uma grande crise econômica e política, está em curso no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) a reconfiguração do processo de demarcação vigente das terras indígenas. Uma das mudanças mais substanciais é aquela que propõe que os indígenas sejam indenizados nas terras ocupadas tradicionalmente e que não tenham a possibilidade de retorno à localidade de origem.

A seguir, será apresentada à redação da minuta do MJSP publicada pelo jornal O Estado de São Paulo que estabelece a exposição de motivos da Proposta de Regulamentação da Demarcação de Terras Indígenas quanto às possíveis indenizações a serem feitas aos povos indígenas em seus territórios tradicionalmente ocupados:

> Art. 27. III. O direito à reparação, por meio que podem incluir a restituição ou, quando isso não for possível, uma indenização justa, imparcial e equitativa, pelas terras, territórios e recursos que possuíam tradicionalmente ou de outra forma ocupavam ou utilizavam, e que tenham sido confiscados, tomados, ocupados, utilizados ou danificados sem seu consentimento livre, prévio e informado. (BORGES, 2016)

A iniciativa de legalizar o esbulho das terras indígenas a partir de uma iniciativa do próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública representa não apenas um retrocesso do marco regulatório brasileiro para com a questão indígena, porém uma afronta a nossa própria Carta Magna. Assim:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, [Constituição (1988)], [2018])

Está expressa na Constituição brasileira vigente que é dever do Estado à defesa das especificidades dos indígenas em nosso território, assim como está assegurado às terras por eles ocupadas. No entanto, nesta nova reconfiguração político-institucional em curso, há uma

crise dos direitos sociais consolidados na Carta Magna. Neste momento turbulento, é mais do que necessária à garantia de ações documentárias que venham trazer proteções para o usufruto dos territórios com presença indígena. Ainda sobre as terras indígenas, cabe enfatizar que:

> [...] quase todas as sociedades indígenas da América do Sul se vêem cercadas pelas sociedades nacionais em expansão, sofrendo reduções muitas vezes dramáticas em seus territórios tradicionais e tendo que desempenhar um novo encargo, que é a defesa de fronteiras, mesmo assim a terra que lhes resta continua sendo objeto de propriedade ou posse comunal de cada grupo e não propriedade de indivíduos. Em outras palavras, o modelo ocidental de propriedade individual não foi adotado pelas sociedades indígenas. Ao contrário, as reivindicações que partem das populações indígenas ante as autoridades nacionais enfatizam o grupo como um todo e não indivíduos isolados; isso não só com relação à delimitação justa de territórios, mas também em questões de assistência médica, educação e outros benefícios a que têm direitos. (RAMOS, 1986, p. 14)

Importante enfatizar que os arquivos fundamentam a garantia e consolidação dos direitos indígenas. É por meio dos documentos conservados em repositórios, sejam estando sob a tutela do Estado ou gerenciados pelos próprios indígenas, que esses grupos poderão enfrentar às lutas jurídico-políticas que estão por vir. Sendo assim:

> [...] podemos clarear a importância dos arquivos para a construção identitária de povos indígenas, como também para outras demandas outrora já citadas, como as contendas judiciais. Esta relação estabelece um patamar eloquente nas disputas cotidianas por espaço e demais elementos que provam a etnicidade de povos indígenas. (MELLO, 2014, p. 9)

Não querendo adentrar a seara jurídica propriamente dita, no entanto, neste contexto como o que é apresentado, em que direitos consagrados por nossa Constituição estão sendo vilipendiados, é também necessário alertar que o direito positivado numa norma estabelecida pela sociedade, ou seja, por uma assembleia constituinte, pode ser relativizado, o que serve como alerta para a necessária mobilização e conscientização da prerrogativa desses direitos. Destarte:

> A legislação, como ato de vontade humana, expressará os interesses dominantes - ou, se preferir, o interesse público, tal como compreendido pela maioria, em um dado momento e lugar. E a jurisdição, que é a interpretação final do direito aplicável, expressará, em maior ou menor intensidade, a compreensão particular do juiz ou do tribunal acerca do sentido das normas. Diante de tais premissas, é possível extrair uma conclusão parcial bastante óbvia, ainda que frequentemente encoberta: o mantra repetido pela comunidade jurídica mais tradicional de que o direito é diverso da política exige um complemento. É distinto, sim, e por certo; mas não é isolado dela. Suas órbitas se cruzam e, **nos momentos mais dramáticos, se chocam, produzindo vítimas de um ou dos dois lados: a justiça e a segurança jurídica, que movem o direito; ou a soberania popular e a legitimidade democrática, que devem conduzir a política**. (BARROSO, 2011, p. 380, grifo nosso)

A Constituição promulgada no ano de 1988 representou um avanço único dos direitos sociais no Brasil. Por meio do dispositivo legal, ficou consolidada uma série de garantias para

as parcelas menos favorecidas do país, como idosos, deficientes físicos e os próprios povos indígenas:

> A constituição de 1988 ampliou também, mais do que qualquer de seus antecedentes, os direitos sociais. Fixou em um salário mínimo o limite inferior para as aposentadorias e pensões e ordenou o pagamento de pensão de um salário mínimo a todos os deficientes físicos e a todos os maiores de 65 anos, independentemente de terem contribuído para a previdência. Introduziu ainda a licença-paternidade, que dá aos pais cinco dias de licença do trabalho por ocasião do nascimento dos filhos. (CARVALHO, 2004, p. 206)

Portanto, imperiosa é uma mobilização das estratificações mais progressistas da sociedade para que venham, por meio de uma luta política calcada no princípio da participação cívica e respeitando o Estado Democrático de Direito, enfrentar o desmonte dos direitos sociais e as diretrizes que o Estado brasileiro tem apontado com o objetivo de esbulhar direitos assegurados historicamente, como àqueles referentes às terras indígenas ocupadas pelos povos originários do território brasileiro.

Com o fito de sintetizar como se deu no sistema normativo jurídico ao longo do tempo as definições de áreas indígenas, será exposto um quadro abaixo com as diferentes abordagens, o que implicou na possibilidade dos povos indígenas a terem os seus territórios originários, assim como aponta as conjunturas políticas mais propícias ou não as garantias territoriais.

Quadro 1 - Decretos do processo administrativo de demarcação de terras indígenas

Marco legal	Definição da área
Decreto nº 76.999, de 8 de janeiro de 1976	Terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, atendidos a situação atual e o consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação dos índios
Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983	Consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação
Decreto nº 94.945, de 23 de setembro de 1987	Antiguidade da ocupação indígena
Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios; Grupo indígena envolvido participará do processo em todas as suas fases
Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios; O grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas as suas fases
Minuta do decreto do ano de 2016	Critério do “marco temporal”; Indígenas indenizados pela ocupação das áreas

Fonte: elaborado pelo autor.

A maior mudança do marco legal demarcatório estabelecido pela Presidência da República é o Decreto nº 22, de fevereiro de 1991 que pela primeira vez inclui o grupo indígena em todas as fases do rito de demarcação. Os processos administrativos de

demarcação são democratizados, visto que os maiores interessados, os povos indígenas, se tornaram agentes ativos do rito burocrático promovido pelo Estado.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que o ordenamento jurídico reconhece aos povos indígenas suas tradições e às suas terras originárias, obrigando ao Estado brasileiro promover a demarcação, a proteger e fazer respeitar suas especificidades culturais e bens presentes nas áreas indígenas.

Outro ponto ainda, atinente ao rito demarcatório decretado pela Presidência da República, está no fato da importância documental vista a relevância dada a antiguidade da ocupação indígena. Apesar das grandes mudanças políticas que vem atravessando o país, em função das mais recentes discussões acerca do modelo de delimitação territorial, muito possivelmente venha a ganhar novamente importância a ocupação pretérita, diminuindo assim o protagonismo indígena.

São sabidos os interesses econômicos que jazem nas terras indígenas. Ao se retirar o componente indígena do rito demarcatório, os processos administrativos conduzidos pela FUNAI em defesa dos povos indígenas poderão se tornar mais vulneráveis, visto as transformações em curso no que tange aos direitos sociais da sociedade brasileira como um todo. Portanto, a participação indígena não é apenas importante, todavia fundamental, para uma maior inserção social desta parcela que apresenta tamanha vulnerabilidade no tecido social brasileiro.

Faz-se necessário também trazer a luz atores institucionais de importância para os direitos indígenas. Assim como indivíduos que realizam trabalhos de valor para o progresso da questão indígena, instituições também produzem iniciativas louváveis, como a feita pelo Museu do Índio. Neste sentido:

> Se a partir da promulgação da Constituição de 1988 os povos indígenas do Brasil passaram, pelo menos em uma perspectiva jurídico-formal, a gozar de sua autodeterminação, os atores envolvidos, sendo parte do Estado ou da sociedade civil, "mediadores" autorizados juntamente a esses povos, terão, em alguma medida, que se repensar as razões de suas atividades ligadas a eles, sendo o Museu do Índio, com toda certeza, um desses mediadores. (SILVA, 2018, p. 83)

Com a mudança de eixo norteador da política indigenista a partir de 1988, o Museu do Índio redesenha seu papel de prestador de serviço aos povos indígenas. Antes, fruto das ações realizadas pelo Marechal Rondon e herdeiro, dentre outros acervos, do Serviço de Proteção aos Índios, o Museu coloca em prática uma ação modernizadora e sempre em parceria com os povos indígenas, mobilizando forças sociais outrora opacas no contexto social brasileiro.

As transformações em curso quanto aos saberes indígenas e seus canais de informação também permitem uma reflexão das mudanças impressas quando do ordenamento jurídico que geram uma ressignificação do que é ser índio. Isto porque com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é assegurado aos povos indígenas novos meios de expressão e representação, que em tempo outrora eram monopolizados pela agência indigenista do Estado brasileiro. Neste mesmo sentido:

> Há também mudanças significativas no contexto jurídico-legal. A Constituição de 1988 dedica um capítulo inteiro aos índios, reconhecendo seus direitos às terras de ocupação tradicional, bem como à preservação de sua cultura e de canais próprios de expressão e representação (antes monopolizadas pela FUNAI em decorrência de um entendimento restritivo da tutela). A lei complementar que substituiu o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) tem como inovação doutrinária fundamental o reconhecimento das "sociedades indígenas" como coletividades situadas entre os índios (enquanto indivíduos e cidadãos brasileiros) e o Estado. Trata-se de um passo importantíssimo no sentido de rever os pressupostos homogeneizadores que nortearam a implantação dos Estados modernos, transplantados para as instituições políticas brasileiras e que embasaram integradoras e assimilacionistas inclusive num passado recente. (OLIVEIRA, 1999, p. 205)

As profundas reconfigurações de natureza legal fazem parte de um grande movimento político que vinha se forjando nos idos dos anos de 1970 que tinha por fim tratar a chamada questão indígena com novos fundamentos, para além daqueles entendidos pelo Estado de caráter assimilacionista e integracionistas. Do processo resultante da luta política veio à intitulada Constituição Cidadã com maior autonomia aos povos indígenas, existindo novos fenômenos informacionais de caráter etnológico que retratem as especificidades das culturas indígenas e da luta empreendida em prol de uma organização mais autônoma e atuante pelos mesmos.

5.3 O protagonismo pela promoção da informação indigenista

Também é necessário problematizar o mais recente marco regulatório no que tange a gestão documental da FUNAI frente ao fenômeno informacional indígena. Primeiro instrumento consolidado do Poder Executivo Federal em relação à produção documental indigenista, o Manual de Gestão Documental consolida uma série de diretrizes que nortearão a ação informacional indigenista positivada na documentação oficial produzida pelo Estado brasileiro. Vejamos a exposição inicial do supracitado documento:

> A FUNAI mantém sob a sua guarda uma vasta e importante documentação sobre a atuação indigenista do Estado brasileiro, os povos indígenas, suas terras, e seu patrimônio cultural. A referida documentação tem valor inestimável como instrumento jurídico de prova, tanto para ações coletivas dos povos indígenas como para a reivindicação de direitos por parte dos servidores, e ainda como fonte para a história. (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2016, p. 5)

Como reconhecida pela própria instituição indigenista oficial, a documentação tem um valor de monta em contendas judiciais em que os indígenas estejam participando. Esses conflitos que, em sua maioria, se iniciam em disputas violentas em áreas distantes dos grandes centros urbanos e se arrastam pela seara jurídica, devem ser solucionados também por meio da documentação probatória do Estado brasileiro. Por fim, é de importância a existência de instrumentos documentários para o controle do fluxo e da organização da documentação produzida.

É possível também aventar as seguintes questões: se a informação positivada na documentação do Estado possui tamanha importância vide a ação probatória em tribunais superiores, como tal domínio pode ser exercido pelo aparato estatal, sem qualquer controle ou participação dos povos indígenas? O Estado brasileiro como característico de qualquer Estado, contraditório em sua própria natureza, pode ter uma iniciativa hegemônica na gestão documental? Ainda é importante ressaltar essa contradição da condição estatal visto que "A contradição se situa, aqui, dentro do sistema do Estado político efetivo, sob a pressuposição histórica da separação completa entre o Estado e a sociedade civil burguesa impolítica." (NAKAMURA, 2014, p. 92)

Para responder a esses questionamentos, é basilar compreender a própria lógica do poder do Estado e qual a orientação adotada com o objetivo de atender aos seus objetivos. Por natureza, o Estado é dirigido por uma fração da sociedade que possui interesses específicos e, em muitas conjunturas históricas, alienados dos anseios da sociedade civil. Deste modo, é necessária à participação efetiva de camadas excluídas do processo informacional gerido pelo Estado, dando transparência as ações executadas. Devemos também lembrar que essa exclusividade informacional nos remete ao poder da burocracia pertencente ao Estado:

> Toda burocracia busca aumentar a superioridade dos que são profissionalmente informados, mantendo secretos seu conhecimento e intenções. A administração burocrática tende sempre a ser uma administração de "sessões secretas": na medida em que pode, oculta seu conhecimento e ação da crítica. (WEBER, 2008, p. 269)

Na construção do Estado moderno as diretrizes que norteiam o trabalho dos servidores públicos são formuladas por parâmetros regulamentares de natureza legal e administrativa. A burocracia, por definição, não pode ser entendida como um adjetivo negativo, mas sim como uma construção do processo de racionalização da modernidade com ações menos patrimoniais, mais racionais, orientadas a processos e, logo, benéficas para a sociedade. Assim o "processo de burocratização pode ser interpretado como a [*sic*] multifacetada,

cumulativa e mais ou menos bem-sucedida imposição dessas condições de emprego desde o século XIX." (BENDIX, 1996, p. 143)

O caso brasileiro é emblemático em função da idiossincrasia das características do processo de modernização do Estado e da burocracia pública. O processo de racionalização e construção da cidadania ainda é um processo em construção. A herança da colonização portuguesa impera no encampamento do público pelo privado, dos casos de corrupção endêmicas e das ações de transparência informacional ofertadas a sociedade que sustenta a máquina pública.

Devido à própria natureza paradoxal do Estado brasileiro, tal iniciativa encampada pelo Estado naquele momento pode se tornar um instrumento de esquecimento ou de não garantia dos direitos indígenas. Assim, será importante a descrição, como exemplo, sobre a atuação política do povo indígena do sul da Bahia, os Pataxó, que fizeram uma reconfiguração da documentação estatal e hoje lutam pela retomada dos seus territórios. Em suma:

> Menos de trinta anos depois, na década de 80, os indivíduos pataxó hãhãhãe, que se imaginavam integrados e felizes na vida de cidadãos brasileiros, trabalhadores livres, foram se reagrupando aos poucos e timidamente. Em ousada ação simbólica, retomaram uma das fazendas criadas em suas terras e nela se instalaram, iniciando uma luta que já dura 20 anos e causou muitas mortes. Ao primeiro grupo foram se juntando outros, novas famílias que se reconheciam e eram reconhecidas como pataxó hãhãhãe e, em júbilo, lembravam os antepassados comuns e reafirmavam sua condição de índios, de povo, de coletivo. O Estado e elite local negavam, e negam até hoje, essa condição, o que os obrigou a ingressar na Justiça pelo reconhecimento dos direitos. (SOUZA FILHO, 2003, p. 85)

Em sequência: a Instrução Normativa nº 01/Pres, de 25 de fevereiro de 2015 prevê para as Coordenações Regionais da FUNAI, ou seja, para as suas unidades descentralizadas, dentre outras competências: "propor e desenvolver projetos e atividades voltados para a gestão dos acervos documentais nas unidades sob a sua jurisdição, a serem incorporados ao Plano de Gestão dos Acervos da CR." (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2016, p. 15). Subentende-se uma ação hegemônica do Estado para com a documentação que pode ser de vital importância para a sobrevivência de um povo indígena.

Assim, a Instrução Normativa supracitada é um importante passo no gerenciamento das informações de natureza indigenista. Se antes não havia qualquer procedimento burocrático-legal demarcando as esferas da atuação documental, inclusive dos servidores públicos, a partir desse ano há uma descentralização de natureza informacional para as unidades regionais na gestão de sua própria documentação.

Ao contrário do senso comum, os saberes sujeitados significam uma dilatação da hegemonia informacional do Estado para com seu objetivo de defender os interesses

indígenas. A partir desta perspectiva, os indivíduos (leia-se povos indígenas) antes sujeitados pelo Estado, poderão se tornar agentes ativos na ação de manter os repositórios que possibilitam a segurança dos seus territórios e das suas especificidades culturais. O Estado, por meio de ações orientadas, poderá contemplar esses saberes com a democratização de acesso dos acervos sob o seu domínio.

Não querendo adentrar neste outro rico conceito na discussão da emergência de saberes não hegemônicos, vale à pena citar a possibilidade de se ter uma atitude decolonial[32]. Tal disposição acarretará a reconfiguração de novos paradigmas de conhecimento, possibilitando assim tomadas de decisão e rearranjos documentários que venham a conjugar melhor os esforços por parte do Estado junto aos povos indígenas na preservação das culturas e grupos indígenas.

A conjugação de esforços pelo bem comum e da proposta decolonial esbarram em práticas ainda clientelistas e patrimonialistas frente a um processo de modernização do Estado, da própria sociedade e da construção de uma identidade para além dos interesses dos grupos econômicos e corporativos. Faz-se interessante a passagem explanada como uma espécie de louvor por uma descentralização das ações governamentais:

> O que mais admiro na América não são os efeitos **administrativos** da descentralização; são os seus efeitos **políticos**. Nos Estados Unidos, a pátria faz-se sentir por toda parte. É objeto de cada um dos interesses de seu país como aos seus próprios. Glorifica-se na glória da nação; no triunfo que ela obtém, julga reconhecer a sua própria obra e nela se eleva; rejubila-se com a prosperidade geral da qual tira proveito. Tem por sua pátria um sentimento análogo àquele que experimentamos pela família, e é ainda por uma espécie de egoísmo que se interessa pelo Estado. (TOCQUEVILLE, 1987, p. 79, grifos do autor)

A descentralização americana relatada por Tocqueville é uma reflexão análoga do caminhar da sociedade brasileira para um Estado politicamente democrático e administrativamente gerencial que contenha a descentralização em seu âmago. A FUNAI, ao descentralizar a execução da política documentária, poderia sinalizar, para um aprofundamento democratizador, a possibilidade de uma efetiva participação de indígenas na organização, identificação e recuperação da documentação que representa, em muitos casos, a vida dos povos indígenas nas mais diversas áreas do território brasileiro.

Uma reflexão que também merece ser realizada é quanto à possibilidade de um efetivo rearranjo administrativo do poder central, com a recriação das chamadas Superintendências

[32] O que chamo aqui de atitude decolonial encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder (Maldonado-Torres, 2007a, 2007b). Durante a chamada época da ilustração europeia, esta atitude era parte de uma guinada mais ampla, quando a ideia e a tarefa da decolonialidade do ser, do poder e do saber adquiriu um estatuto de projeto político internacional. (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 88)

Regionais, como as que existiam nos anos de 1980, no âmbito da FUNAI. Essas unidades administrativas teriam maior capilaridade, autonomia administrativo-financeira e celeridade para a realização dos objetivos principais da instituição: o atendimento qualificado dos povos indígenas.

Os críticos de um modelo mais descentralizado diriam que tal desenho institucional acabaria gerando maiores práticas clientelistas e uma maior porosidade a corrupção, visto a descentralização orçamentária, administrativa, financeira e até mesmo da força de trabalho. No entanto, este cenário negativo em tempo presente não existiria mais visto os avanços tecnológicos e a própria organização mais gerencial do Estado brasileiro.

Para exemplificar essa modernização informacional, será mencionado o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da FUNAI, assim como a já citada execução financeira no SIAFI. Os órgãos de controle hoje detêm domínio das ações feitas por gestores públicos, ou seja, dos ordenadores de despesa, em qualquer localidade do território brasileiro. E a própria produção documental, que no passado estava no suporte papel, hoje está sendo gerada em meio eletrônico, permitindo deste modo o acompanhamento remoto do fundamento das decisões dos Coordenadores Regionais da FUNAI nas diversas localidades do país.

Cabe discutir também que o uso de modernas tecnologias de informação e comunicação, coadunado com a ideia de governo eletrônico, não gera uma abertura automática dos arquivos em poder do Estado. Assim sendo, o poder político estatal detém uma maximização da concentração de informação e poder acerca de seus servidores e prestadores de serviço. Porém a sociedade, principal interessada na maior transparência da sociedade, continua com pontos opacos da sua ação administrativa.

O resultado dessa transferência da informação da burocracia pública para as elites políticas que manejam o Estado será um menor poder de negociação no ambiente em que os servidores estão inseridos. Os profissionais técnicos, ou seja, a burocracia alocada na estrutura do Estado poderá ficar mais vulnerável, ou dependente, dos ditames impostos por sistemas informatizados de informação ditados pelas elites políticas do país. Neste sentido:

> Observaremos um exemplo prático de como um governo, utilizando as modernas tecnologias, pode conseguir um forte controle sobre o aparelho burocrático, ao dominar melhor a informação, e como este processo pode produzir impactos positivos na sociedade, entre eles, o de diminuir os níveis de ineficiência, de corrupção e aumento da transparência. Porém, que esse processo não leva a uma automática abertura dessa informação antes oculta à sociedade. A tecnologia é um instrumento poderoso mas que deve ser acompanhada por uma capacitação da sociedade, especialmente da sociedade civil, para entende-la e utiliza-la em função de valores democráticos. Caso contrário, existirá apenas uma transferência vertical de poder – da burocracia para o governo – através de um melhor controle da informação. (SANCHEZ, 2003, p. 91)

Assim como é sinalizada a minoração do poder da burocracia pública, em sua maioria de natureza técnica e não pactuada com as elites políticas, em um primeiro momento, necessário é o fortalecimento democrático da sociedade, capitaneado pelo processo da capacitação informacional e educacional. Esta intitulada capacitação melhoraria a forma pela qual a sociedade civil se relaciona com os meandros da administração pública, como a busca por informações que venham a serem demandadas as estruturas governamentais e por maiores fiscalizações do poder público.

Em se tratando de aprofundamento democrático e uma melhor instrumentalização dos sistemas informacionais do Estado, os povos indígenas também estão presentes nesta ação de importância. A opacidade que os arquivos indigenistas de posse do Estado por ventura ainda estejam, devem ser acessadas com o objetivo de atender aos anseios de grupos distantes dos poderes políticos vigentes. Com essa democratização informacional, é criada uma maior capilaridade das informações disponíveis, ocasionando uma relação menos assimétrica daqueles que detém o poder político em relação àqueles que estão vivendo em um estrato mais baixo da pirâmide social brasileira.

No âmbito administrativo-legal do Estado brasileiro foram criados mecanismos que permitem um melhor acesso às informações produzidas. Assim, a centralidade existente outrora não perfaz a realidade como anteriormente. O protagonismo indígena e a gestão de informações são modificadas, criando estruturas de poder em sintonia com a democratização que a sociedade brasileira vem passando nas últimas décadas.

Importante lembrar que no atual ordenamento jurídico brasileiro há uma descentralidade na execução da política indigenista que, todavia, a FUNAI é instada a se manifestar sobre diversos assuntos. Talvez haja uma cultura política arraigada em que a centralização administrativa é vista como mais eficaz quando se trata da ação junto aos povos indígenas brasileiros. Conforme proclama a própria FUNAI:

> Não obstante à existência dessa legislação que distribui a diversos órgãos e entes políticos a atribuição de executar parcelas da política indigenista brasileira, o fato é que essa descentralização e desconcentração não foi incorporado de forma ampla pelos órgãos públicos, pela opinião pública e pelos próprios executores da política, sendo bastante comum que a Funai seja instada a se manifestar acerca de determinada parcela da política indigenista cuja execução não compete à autarquia mas, sim, tão somente, a coordenação. (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2017, seção 7)

No tempo presente, não existe mais espaço para uma centralização verticalizada da ação do Estado, pois o Leviatã Moderno que conjugue democracia e ação gerencial, calcada fundamentalmente na ação racional, não permitiria mais que a iniciativa estatal acumulasse

tamanha força que prejudique a sociedade. Quanto ao poderio da centralização informacional do Estado:

> O Estado concentra a informação, que analisa e redistribui. Realiza, sobretudo, uma *unificação teórica*. Situando-se do ponto de vista do Todo, da sociedade em seu conjunto, ele é o responsável por todas as operações de *totalização*, especialmente pelo recenseamento e pela estatística ou pela contabilidade nacional, pela *objetivação*, por meio da cartografia, representação unitária, do alto, do espaço, ou simplesmente por meio da escrita, instrumento de acumulação do conhecimento (por exemplo, com os arquivos) e de *codificação* como unificação cognitiva que implica a centralização e a monopolização em proveito dos amanuenses ou dos letrados. (BOURDIEU, 2005, p. 105, grifos do autor)

No passado, as necessidades informacionais do Estado tinham como principal escopo o censo e a ação contábil, uma sendo intrínseca a outra. Devido à própria sofisticação e peculiaridades das sociedades modernas, o próprio Estado aumentou a ação informacional com o objetivo de controlar melhor o seu território. Hoje, dentre as informações registradas e controladas, há aquelas pertinentes à temática indígena.

Como vimos, há uma complexidade quando adentramos a seara do fenômeno informacional indígena. Pensar em informação significa pensar em recursos estratégicos para pessoas, instituições, para o próprio Estado e, evidentemente, para os povos indígenas. Deste modo, os povos indígenas, antes baseados na memória oral, foram capturados pela modernidade e sua memória documentária, tendo que se adaptar e ganhar poder com o objetivo de resistir às lutas políticas presentes e as que estão por vir.

O artigo de Jorge Pozzobon (1999), também conhecido como “o trotskista” (SANTILLI, 2017) trouxe importantes reflexões quanto ao indigenismo brasileiro. De natureza clientelística e burocrática, nos dias atuais, é observado o desenvolvimento de novos desenhos institucionais e de ferramentas administrativas que avancem no sentido de fomentar práticas mais republicanas para com a coisa pública, assim como para os povos indígenas, sendo a FUNAI um órgão articulador das políticas públicas voltadas para esta parcela da sociedade.

Se no passado o Estado detinha uma incumbência alargada quanto à ação indigenista, hoje encontra-se um novo rearranjo dos agentes que trabalham com a temática indígena. O terceiro setor e, principalmente, os próprios povos indígenas têm realizado importantes esforços no sentido de obter poder para gerir seus territórios, seu modo peculiar de vida e, como não poderia deixar de ser, os seus repositórios informacionais.

Dentre as novidades que fizeram emergir a importância dos repositórios informacionais do Estado que estão sob a blindagem da FUNAI, está à publicação da tese do marco temporal pelo STF que estabelece como marco histórico caracterizado pela ocupação

dos territórios pelos povos indígenas até o dia da promulgação da Constituição de 1988. Vejamos a importância, por exemplo, da documentação produzida pela FUNAI dos chamados índios isolados e de recente contato. Ou seja, no panorama da tese jurídica vigente, qualquer povo indígena que venha a ser descoberto ou ressurgido em nosso tempo não poderá reivindicar um território, pois não haveria documentação probatória de sua existência até 1988.

O fomento da emergência dos saberes sujeitados e de uma atitude decolonial representa esforços em dar voz a parcelas não hegemônicas que participam da sociedade brasileira. No entanto, importante também compreender o poderio que o Estado possui, por exemplo, quando concentra exclusivamente sob a sua responsabilidade a documentação que garante a fruição dos povos indígenas aos seus territórios. Assim sendo, se fazem necessários empenhos de, com a licença do neologismo, granularizar a informação hegemônica que o Estado detém sobre os povos indígenas, trazendo para a gestão de seus repositórios uma efetiva participação dos mesmos.

Esta participação efetiva dos povos indígenas nos repositórios institucionais significará uma inserção qualificada desta parcela da sociedade brasileira assim como a possibilidade da realização de outros modos de classificar e ordenar os documentos. Neste novo paradigma organizacional, poderão surgir novas possibilidades de atendimento informacional do Estado inclusive dos seus próprios agentes, criando usos de acervos e coleções. Ainda cabe ressaltar que estas novas possibilidades também podem redefinir um espaço diferenciado do lugar dos povos indígenas na sociedade brasileira. Assim:

> No Brasil, a questão com que nos deparamos é de definir um lugar para o índio na sociedade nacional. O problema certamente não é novo. Nasceu com a formação da colônia e vem sendo recolocado até hoje, de modo sempre um pouco diferente, mas sem encontrar uma solução. Inspirou, desde o passado remoto, inúmeros debates candentes que permitiram, ao nível puramente ideológico, enfrentamentos radicais. A imagem do índio foi exaltada ou denegrida, servindo, simultaneamente, como metáfora da liberdade natural e como protótipo do atraso a ser superado no processo civilizatório de construção na nação. Os defensores dos índios têm vencido brilhantemente a batalha ideológica; seus inimigos têm vencido a guerra real que se trava na sociedade brasileira contra os grupos indígenas, destruindo sua cultura, despojando-os de seus territórios e mesmo exterminando-os fisicamente. É tempo de transferir a luta do campo puramente ideológico para tentar alcançar alguma eficácia política. Precisamos, portanto, definir o campo político na qual inserir a questão indígena. (DURHAM, 1983, p. 12)

Uma das possibilidades de inserção qualificada dos povos indígenas, como expõe Durham, é definir em qual campo político estará à questão indígena. Na contemporaneidade, a informação dos povos indígenas e a criação de repositórios, bases de dados e centros de documentação será um lugar de disputa e consolidação do espaço indígena, caso a luta seja

vencida. Assim, grupos poderão se lançar em meios nunca imaginados, criando possibilidades não apenas de visibilidade no meio virtual, assim como ao fomento da memória do seu povo para reativar tradições e reelaborações culturais e sociais.

Importante também salientar que o próprio Estado brasileiro, por intermédio da FUNAI, não pode exclusivamente tratar a questão indígena. Cabem aos próprios povos indígenas serem protagonistas do processo histórico em curso de autonomização e empoderamento de agentes com vistas à melhoria das condições de vida de parcelas antes excluídas da sociedade brasileira.

Também é evidente a importância da presença de uma instituição de Estado com o fito de assessorar na luta dos povos indígenas por uma inserção mais qualificada na contemporaneidade, o que se traduz também em ações informacionais que possam dar maior visibilidade aos povos indígenas. A ação do Estado é um espaço em disputa e conflito, como bem expressou Darcy Ribeiro quando da importância da FUNAI ainda nos anos 1970:

> A FUNAI, ainda que um mal, é um mal necessário. Os índios não sobreviveriam sem ela. O que é preciso é lhe dar uma diretoria competente. E cobrar as demarcações das terras indígenas, que deveriam ter ficado prontos em 1978; cobrar que se cumpra a lei. Cobrar uma tutela fiel da FUNAI. Toda a atitude da FUNAI nos últimos meses é impedir que líderes como Juruna criem uma união dos índios. Mas, reconhecida ou não pela FUNAI, ela vai existir. (RIBEIRO *apud* JURUNA, 1982, p. 61)

Fotografia 13 - Darcy Ribeiro com Mário Juruna em Brasília por Orlando Brito



Fonte: Correio Braziliense.[33]

[33] Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/02/17/interna_cidadesdf,574553/pesquisador-lembra-relacao-de-darcy-ribeiro-com-os-indios.shtml. Disponível em: 06 jan. 2019.

Fotografia 14 – Mário Juruna discursando na Câmara dos Deputados em Brasília



Fonte: Observatório de olho nos ruralistas.[34]

Na empreitada pela organização dos povos indígenas, em muitos momentos, o próprio órgão indigenista do Estado brasileiro realizava esforços para que não se efetivasse a sua organização. Assim, as futuras conquistas que estavam por vir, como as garantias constitucionais em vigor no Brasil hoje, seriam prorrogadas por mais algumas gerações.

Por fim, o país vive profundas mudanças nas garantias sociais promulgadas pela Constituição brasileira de 1988, chamada muito apropriadamente como Constituição Cidadã. Muito sabemos dos desafios políticos e financeiros do país, ainda mais em um período de incerteza política e estagnação econômica. Entretanto, a promulgação e permanência de certos direitos sociais, como a garantia das terras indígenas pelos povos indígenas, significa a sobrevivência de uma nação chamada Brasil.

[34] Disponível em https://deolhonosruralistas.com.br/blog/2017/05/16/porfirio-de-carvalho-eu-vi-planilha-mensalao-para-mario-juruna/. Disponível em: 06 jan. 2019.

6 **TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DE SABERES INDÍGENAS**[35]

Esta seção considera alguns aspectos do pensamento do filósofo francês Gilbert Simondon, o compreendendo como teórico fundamental para o desenvolvimento do conceito de individuação, a ser trabalhado na experiência dos indígenas na relação com os objetos técnicos, apropriados por estes e suas práticas documentárias enquanto ação de diferença, resultado do processo de individuação que continuamente eclode de suas transformações no contexto aqui estudado.

Busca-se estabelecer uma ponte da interdisciplinaridade e dos saberes indígenas, ao passo que será apresentada uma faceta do aporte teórico conceitual em utilização nesta pesquisa. Essa aproximação se deve a construção da ideia de indivíduo e individuação e como essas associações podem ser estabelecidas a partir do sujeito-objeto de pesquisa aqui explicitado e de seus alicerces teórico-conceituais.

Antes de adentrar propriamente no universo do processo de individuação na relação dos povos indígenas com os objetos técnicos a partir da perspectiva de Gilbert Simondon, seria interessante a realização de uma breve digressão sobre o conceito de tecnologia:

> Tecnologia, portanto, não é a máquina ou o processo de produção com suas plantas, manuais, instruções e especificações, mas, sim, os conhecimentos que geraram a máquina, o processo, a planta industrial e que permitem sua absorção, adaptação, transferência e difusão. (BARRETO, 1992, p. 13)

O processo tecnológico nada mais é do que a aplicação de conhecimentos que gerem produtos tecnológicos, como a fabricação de máquinas. Assim, a abordagem epistêmica está relacionada como os indivíduos com saberes que se relacionam com a aplicação tecnológica e com as potencialidades frente às idiossincrasias da modernidade.

Outro fator também de importância para a discussão do processo tecnológico em curso é a maneira pela qual a mudança tecnológica tem afetado aos seres humanos. Povos de todas as partes do mundo sentem os impactos constantes das transformações da técnica e de suas potencialidades em recriar novas formas de saber, fazer e da própria sociabilidade até então existente. Assim:

> Todavia, afirmar que a mudança tecnológica seja o fator central que define a existência humana não é dizer que a tecnologia seja a única variável independente na civilização humana. As tecnologias são criadas e utilizadas pelo homem. Os que afirmam que nos estamos tornando uma sociedade tecnológica, definida pelo fato de

[35] Parte das reflexões contidas neste capítulo da tese foi abordada no artigo “Olhares e práticas convergentes da informação: algumas reflexões sobre Gilbert Simondon, interdisciplinaridade e saberes indígenas” de Ricardo Medeiros Pimenta e Rodrigo Piquet Saboia de Mello publicada na Revista ECO-Pós, v. 20, p. 176-183, 2017.

> que a tecnologia passou a ser um objetivo em si mesma sem controles externos estão completamente equivocados. (FERKISS, 1972, p. 24)

Esta abordagem citada sobre as mudanças tecnológicas ocorridas na modernidade não leva em conta, em função do contexto histórico da produção intelectual do autor, que as tecnologias de informação e comunicação ganharam uma força nunca imaginada. Máquinas interligadas, com informações disponíveis em linha, a constituição de redes sociais e demais elementos apresentados na tela de um dispositivo eletrônico na mão de bilhões de seres humanos ressignificaram profundamente o uso e as potencialidades da tecnologia.

Falar em tecnologia ou numa era tecnológica também é contemplar o fenômeno histórico, social e tecnológico como ideologia. Isto porque os artefatos informacionais na contemporaneidade são apresentados como processos inexoráveis do desenvolvimento humano. Ou seja, quanto maior o aprofundamento dos dispositivos em sociedade, maior será o ganho de grupos humanos no planeta. No entanto, não é possível afirmar que a melhoria dos processos de comunicação à distância, por exemplo, venha redefinir outros aspectos mais importantes na qualidade de vida dos seres humanos, como a distribuição de renda e a outros componentes básicos para uma vida digna no mundo como o acesso à saúde e educação. Desta maneira:

> O conceito de "era tecnológica" constitui importantíssima arma do arsenal dos poderes supremos, empenhados em obter estes dois inapreciáveis resultados: (a) revesti-lo de valor ético positivo; (b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações de consciência política das massas, e muito particularmente das nações subdesenvolvidas. (PINTO, 2005, p. 43)

Enunciar tecnologias como melhoria quase automática dos povos, propagada aos quatro ventos no tempo presente, é encobrir uma série de mazelas sociais reinantes em países que ainda necessitam de melhores níveis da população em geral, como no Brasil. Visto deste modo, é importante um olhar mais cuidadoso para as melhorias que possam advir dos processos tecnológicos que venham abarcar, por exemplo, os povos indígenas.

Nesse deslindar tecnológico é aferido na contemporaneidade a maior potência das forças produtivas. Ou seja, a constituição de artefatos informacionais dinâmicos e acessados a qualquer momento sinalizam para uma dinamização do fluxo de capitais e daqueles que detém as ferramentas de domínio e controle. Portanto:

> Neste universo, a tecnologia proporciona igualmente a grande racionalização da falta de liberdade do homem e demonstra a impossibilidade 'técnica' de ser autónomo, de determinar pessoalmente a sua vida. Com efeito, esta falta de liberdade não surge nem irracional nem como política, mas antes como sujeição ao aparelho técnico que amplia a comodidade da vida e intensifica a produtividade no trabalho. A racionalidade tecnológica protege assim antes a legalidade da dominação em vez de

> a eliminar e o horizonte instrumentalista da razão abre-se a uma sociedade totalitária de base racional. (HABERMAS, 2011, p. 49)

A relação entre homem e tecnologia, como extensão da criação humana (MCLUHAN, 1971), acaba se tornando um entrave à plena realização dos seres humanos. Desta maneira, o aparelho técnico sustenta um arcabouço de dominação que age sob interesse para além das competências e possibilidades humanas, os engendrando numa trama, na contemporaneidade, de grandes corporações, sua afluência de capitais financeiros e do aumento da produtividade de trabalho sem contrapartida psíquica-social para os indivíduos que integram a sociedade.

Assim sendo, as tecnologias devem ser desafiadas a serem questionadas, com o objetivo de ressignificar a existência humana. Desta mesma maneira, povos indígenas com seu pensar único e com a potência criadora de outros pensamentos não recortados pela lógica produtivista, mecanicista, básica do sistema capitalista de produção, poderão alçar voos não apenas questionadores da realidade social, mas trazendo respostas aos desafios urgentes que surgem diante de nossos olhos.

Os povos indígenas vivem esses dilemas e aflições assim como a sociedade contemporânea. Os impasses do processo em curso ainda estão sendo estudados e analisados. Porém, passível de ser entendido, é que a ação informacional que adveio desta mudança da matriz tecnológica tem impactos firmes e duradouros, sendo um processo inexorável na qual todos os seres humanos terão que enfrentar.

Quando se relaciona as criações dos homens brancos e o acesso que povos indígenas acabaram usufruindo, existe um fenômeno de apropriação assimétrica e até mesmo agressiva. Um dos elementos que carrega este imaginário tecnológico destrutivo foram, à título de exemplo, as armas empregadas quando da colonização europeia. A passagem abaixo ilustra a percepção desta apropriação, a partir da lógica de um povo indígena xinguano, os Kuikuru:

> Os “brancos” são usualmente designados *kagaiha*, corruptela do termo tupi *karaíba*. Porém, no passado (e por vezes ainda hoje), empregava-se o termo *itseke*, que poderíamos traduzir por “espíritos”. Os não indígenas foram equacionados aos seres poderosos, elusivos e agressivos que povoam o universo Kuikuro, pois surgiam de surpresa, causando grandes estragos com suas espadas e espingardas ruidosas. Até hoje, a tecnologia é um índice importante dessa *itseke*-idade dos brancos. Diante de um aparato cujo princípio de produção é inapreensível, os Kuikuro costumam afirmar *itseke engü higei*, ‘isso é coisa de *itseké*’ – e nada se encaixa tão claramente nesta categoria como as câmeras e os computadores que captam imagens em sequência e as transformam continuamente. (FAUSTO, 2011, p. 163-164, grifos do autor)

É observada, por parte dos povos indígenas, a construção de centros de documentação/informação em diversas regiões do território brasileiro, demonstrando a peculiaridade e as especificidades das culturas indígenas. Estas instituições documentárias de

natureza étnica têm por objetivo registrar e documentar diversas manifestações culturais que outrora eram realizadas exclusivamente pelo Estado e em tempos mais longínquos pela Igreja Católica.

Ao se abordar as tecnologias e os saberes indígenas também devemos relacionar que na era eletrônica há uma reconfiguração das instituições de memória. Portanto, uma reconstituição na configuração indígena, uma nova forma de fazer o documentar e a aplicação de tecnologias de informação. Neste sentido:

> Homulus (1990, p. 11) afirma que museus, arquivos e bibliotecas têm muitas características em comum: coletam e protegem parte de nossa cultura, administram e possibilitam o acesso a suas coleções, comunicam novos conhecimentos e gerenciam informações. Fazem parte de um espectro ou *continuum* de instituições que possuem necessidades específicas, mas problemas em comum. Diferenciam-se umas das outras pela natureza de suas coleções, pelos objetivos de suas instituições e pelo público atendido. No entanto, para o referido autor, as diferenças entre essas instituições tendem a desaparecer com a era eletrônica. (PINTO, 2011, p. 276)

Antes assimétricas, hoje democráticas. Assim, é a perspectiva pela apropriação que os componentes tecnológicos adquiriram na relação com os grupos indígenas. Não apenas os iniciados, mas povos indígenas podem administrar as instituições de memória e realizando as etapas tradicionalmente dispostas, como coletar e proteger a nossa cultura. Porém, o que descortina deste novo aspecto técnico é o desenvolvimento de saberes, ferramentas, capacidades únicas e exclusivas dos povos indígenas.

Respostas, mesmo do ponto de vista documentário, estão a olhos vistos. Deste feitio, a tecnologia está trançada com os saberes indígenas e, no processo dialético de criação, são formalizadas inovadoras tessituras e possibilidades de usos informacionais e tecnológicos. Assim, o apontar dessas possibilidades concluem, ou abrem janelas, para inovadoras constituições informacionais e para o avanço científico da Ciência da Informação.

6.1 Perspectivismo, saberes sujeitados e tecnicidade

Saberes que tradicionalmente não possuíam valor ou que eram vistos como saberes menores ou sem importância, como os saberes indígenas, hoje podem ser vistos como saberes que são frutos não apenas de um dado contexto histórico-social, mas também como saberes que estão sendo construídos em repositórios idealizados e geridos pelos próprios povos indígenas.

Aqui será investigada uma nova conceituação do que será intitulado nesta tese por perspectivismo ameríndio documentário, adotando uma postura sentida como uma “teoria de que o universo é povoado de intencionalidades extrahumanas dotadas de perspectivas

próprias" (CASTRO, 1996, p. 119). Mas o que significaria esta perspectiva própria para além dos humanos?

Em tempos atuais são registradas grandes transmutações dos fluxos informacionais que podem se mover com a velocidade do sinal eletrônico (BAUMAN, 2001). Isto significa que a ação do registro informacional não se restringe a ações documentárias orientadas, como agências de notícias ou grandes produtoras de filmes. Em virtude do processo de autonomização documentário e informacional, por consequência do desenvolvimento das TICs, indivíduos podem hoje, a título de ilustração, ir a uma passeata e realizar o registro do evento político, a edição daquele fenômeno político-social, a realização de *upload* numa dada rede social e o produto feito granjear uma dimensão nunca imaginada. Numa abordagem mais conservadora sobre a organização informacional, poderíamos afirmar que:

> A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável. A razão disso recai em nossa qualidade de seres humanos, isto é, nas limitações do nosso aparelho sensorial. Somos incapazes de transcender o limite de nossos sentidos – com todo respeito aos místicos e adeptos da percepção extra-sensorial. (MCGARRY, 1999, p. 11)

Neste momento, vamos exercer a imaginação de como acontece este processo de autonomização da informação. Antes, somente instituições com legitimidade social poderiam disseminar informações de uma dada passeata. Na contemporaneidade, não há mais um controle deste fazer documentário, transmutando a informação inicialmente produzida para veredas antes nunca imaginadas. No pensar perspectivista, seria afirmar que a informação ganha uma vida extrahumana (CASTRO, 1996), existindo para além dos seres humanos enquanto estiverem inscritos em processos maquínicos de divulgação informacional. Vejamos uma passagem que incensa tal fenômeno:

> Tipicamente, os humanos, em condições normais, vêem os humanos como humanos, os animais como animais e os espíritos (se os vêem) como espíritos; já os animais (predadores) e os espíritos vêem os humanos como animais (de presa), ao passo que os animais (de presa) vêem os humanos como espíritos ou como animais (predadores). Em troca, os animais e espíritos se vêem como humanos: apreender-se como (ou se tornam) antropomorfos quando estão em suas próprias casas ou aldeias, e experimentam seus próprios hábitos e características sob a espécie da cultura – vêem seu alimento como alimento humano (os jaguares vêem o sangue como cauim, os mortos vêem os grilos como peixes, os urubus vêem os vermes da carne podre como peixe assado etc), seus atributos corporais (pelagem, plumas, garras, bicos etc.) como adornos ou instrumentos culturais, seu sistema social como organizado do mesmo modo que as instituições humanas (com chefes, xamãs, festas, ritos, etc.). (CASTRO, 1996, p. 117)

Após esta alongada passagem e com licença de uma colonização da hipótese, deduzo que o fenômeno informacional de natureza etnológica também não carece de certo

perspectivismo que permite conduzir para um processo em que assim como o documentalista vê a informação como um processo em rito específico, também a própria informação ganha uma natureza própria, em que veem os usuários de unidades de informação como seres passivos, e não ativos, no recuperar informacional.

A informação na contemporaneidade ganharia uma vida para além dos seus repositórios e gestores, ou seja, documentalistas que trabalham em instituições de memória que tem por objetivo documentar produtos culturais como livros, arquivos, filmes e objetos tridimensionais. Assim, é como se a informação ganhasse uma substância de sobrevivência para os seres humanos, os dominando e criando redes de apoio e replicação.

Esta replicação advém das tecnologias de comunicação e informação que estão no mundo cibernético, nas redes sociais, com usuários conectados em todo o mundo. E a informação produzida, o "resto informacional" (FERNANDES, 2012), também representa uma possiblidade de uso da informação, de significado e de relevância.

A relação sujeitada que está em curso entre seres humanos e informação, partindo de um novo eixo de pensamento perspectivista, pode gerar também um processo de servidão, em que produtores do conhecimento, seja de natureza científica ou etnológica, ficam subordinados em relação à criatura, quase reportando a um tipo de ficção científica, agora do plano real.

> Neste sentido, práticas de memória nacional e locais contestam os mitos do cibercapitalismo e da globalização em sua negação de tempo, espaço e lugar. Sem dúvida, desta negociação emergirá finalmente alguma nova configuração de tempo e espaço. As novas tecnologias de transporte e comunicação sempre transformaram a percepção humana na modernidade. Foi assim com a ferrovia e o telefone, com o rádio e o avião, e o mesmo será verdade também quanto ao ciberespaço e o cibertempo. As novas tecnologias e as novas mídias também sempre vêm acompanhadas de ansiedades e medo, os quais, mais tarde, se mostrarão injustificados ou até mesmo ridículos. A nossa época não será exceção. (HUYSSEN, 2000, p. 36)

Partindo de uma imaginação sociológica (MILLS, 1975) em que a ação de informação partiria de uma distopia quando percebida em sociedade, e, evidente, o fenômeno informacional como um vetor uniformizante reducionista, por exemplo, quando é afirmado que a informação é um desdobramento de saber/poder (FOUCAULT, 1999), assim, produzindo um discurso de emancipação gerado por meio de biopolíticas que resultam no controle dos corpos. Para além da relação de saber/poder existente quando da ação informacional, a própria informação ganhou na época presente uma existência própria, perspectivisticamente rica quando não temos mais como ter a garantia para qual intento ela será (re) utilizada.

A informação é um elemento fundamental na conexão saber/poder, ou seja, uma consequência da construção intelectual societária que desemboca numa relação de subordinação e dominação. Assim, é importante refletir sobre a distribuição do poder na sociedade. Numa visão perspectivista, a informação seria um substrato para além da existência, vista a autonomização nas grandes redes de informação e comunicação. No entanto, mesmo neste processo de autonomização, há relações de poder que nos permite refletir sobre a maneira que esse poder é distribuído. Assim:

> O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre "parceiros" individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o "poder" ou "do poder" que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por "uns" sobre os "outros"; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidades esparso que se apóia sobre estruturas permanentes. (FOUCAULT, 1995, p. 242)

O poder em ato mencionado por Foucault nos permite também refletir sobre as consequências que a ação informacional teria para a sociedade contemporânea, assim como para os povos indígenas. Isto porque a informação como um elemento do poder contemporâneo tem como uma das principais finalidades o exercício de controle e saber para grupos alijados do ordenamento imposto por esferas difusas de influência e poder. A partir de uma leitura marxista, o poder é aquele exercido pelas classes dominantes. A situação vivida poderá ser caracterizada como de biopoder[36], conceito que emerge nos escritos também de Foucault.

Grupos subalternos/alternativos, nos quais se incluem os povos indígenas, têm por perspectiva dentro de um contexto de ato decolonial, a desconstrução das lógicas ocidentais de organização da informação que, em última instância, seria a lógica do biopoder imposto de maneira difusa por setores interessados pela manutenção do poder hegemônico em redes informacionais. Porém, neste travar de lógicas organizacionais e de informação, o que fica em evidência são as estratégias como "procedimentos utilizados em um confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta; trata-se, então, dos meios destinados a obter a vitória." (FOUCAULT, 1995, p. 247). Ainda neste sentido:

> Há, contudo, um certo "desejo" ou "fetiche" de conseguirmos dominar tal capacidade [informacional] até mesmo quando se trata da nossa vida particular. Por

[36] Ele [Foucault] isola e identifica a difusa organização de nossa sociedade como "poder biotécnico". Biopoder é o crescente ordenamento em todas as esferas sob o pretexto de desenvolver o bem-estar dos indivíduos e das populações. Para o genealogista esta ordem se revela como sendo uma estratégia, sem ninguém a dirigi-la, e todos cada vez mais emaranhados nela, que tem como única finalidade o aumento da ordem e do próprio poder. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. XXII)

> isso proponho que a corrida pela preservação digital e pelas diversas formas de se salvaguardar dados e informações, mesmo quando uma espécie de bricolagem pessoal, é expressão de uma cultura contemporânea que luta contra Tânatos. E que aprendeu, ou acreditou, ser possível vencê-lo quando não o é. (PIMENTA, 2017b, p. 38)

Interessante notar que a produção documentária confeccionada acaba também se realizando de forma autônoma, quando da utilização de ferramentas informacionais que potencializam as possibilidades dos povos indígenas. Para tal conceituação, será abordado o entendimento do processo de autonomização dos objetos técnicos proposta por Gilbert Simondon:

> Simondon começa por sublinhar a autonomia do objecto técnico de um modo original. Em vez de partir das suas características internas, ligadas, por exemplo, ao seu funcionamento (energia manual, vapor ou eletricidade), pensa os processos de autonomização dos objectos técnicos na sua passagem do abstracto para o modo concreto, a sua cada vez maior concretização dos objectos técnicos. (NEVES, 2007, p. 71)

Os povos indígenas têm avançado para o empoderamento na utilização de novas tecnologias de informação e comunicação com o objetivo de se tornarem autônomos na construção dos saberes indígenas, relegando a necessidade da participação de agentes alienígenas da sua cultura, como as ações documentárias produzidas pelo próprio Estado.

Sobretudo, compreender como os seres humanos instrumentalizam os objetos que o circundam e que também atuam na construção, ou reconstrução, do seu ser no mundo, no tempo e no espaço é necessário. Com efeito, toda tecnologia, aqui representada pelo que Simondon chama de objetos técnicos, é ela própria expressão da conexão da criatura com a natureza. E assim são os objetos técnicos, formas de extensão da vida em sociedade. Nesse sentido, o que presenciamos cotidianamente no tocante aos usos e mediações da informação e da comunicação dos indivíduos por meio dos aparelhos e toda sorte de meios tecnológicos ao qual este tem acesso, é de ordem transindividual:

> De fato, as técnicas de *du mode d'existence des objets* criticam o que ele chama de "um humanismo fácil", que não é humanismo em geral, mas apenas o que se poderia chamar "um humanismo muito fácil". Em oposição a isso, é para ele uma questão de estabelecer o que eu gostaria de chamar de um "humanismo difícil", ou seja, um humanismo compatível com a crítica dos dois aspectos da "antropologia" como definida por Simondon. Por um lado, esse humanismo difícil integra a realidade humana à *physis* e, por outro, a tecnologia à cultura. Essas duas integrações são na verdade para Simondon apenas uma, já que a tecnologia, ele diz, é o que "expressa" a "natureza" em sua conexão com o "sujeito": o objeto técnico é a extensão da vida pela qual a vida pode ir além. Então, diz Simondon, o objeto técnico é a natureza ter se tornado um "suporte" para o que estende e supera a vida simples[37]. (BARTHÉLÉMY, 2015, p. 49, grifo do autor)

[37] Indeed, Du mode d'existence des objets techniques criticizes what it calls "an easy humanism," which is not humanism in general, but only what one might call "a far too easy humanism." In opposition to this, it is for him

O aspecto transindividual da comunicação e da informação é o ponto, senão o objeto, sobre o qual há de se entender a intenção urgente de constituir para si meios de responder às indagações e aos problemas que já se colocam no horizonte dos estudos da informação e da comunicação, principalmente quando são expostos questionamentos em face das experiências e realidades tão singulares para os povos indígenas. Assim, o processo documentário decolonial é um processo que possibilita a transindividuação e de um fato em um processo de transdução informacional documental e comunicacional.

Pensar a reflexão proposta por Simondon é, antes de tudo, considerar que os agenciamentos maquínicos existentes no processo espaço temporal de construção, significação, uso e desuso da informação na sociedade contemporânea são imanentes à natureza do homem que se individua; seja este homem quem for. Para os povos indígenas, emerge o importante componente da não pré-condição da lógica aristotélica estar presente no manejar informacional, criando outras possibilidades para compreender o fenômeno maquínico e informacional.

Desde o acesso às páginas de um caderno em branco cuja pena tangencia a folha na intenção de criar um registro, uma impressão, uma memória, uma informação; gravadores e câmeras filmadoras ou fotográficas; às pastas em nuvem acessadas por *smartphones*, *tablets* e computadores pessoais que compartilhamos e renomeamos a todo o momento e de qualquer lugar, detemos em nosso cotidiano uma relação com a informação que interfere diretamente na forma como pensamos, comunicamos e lembramos. Mas, sobretudo, como somos no mundo e como estamos sendo neste processo que se apresenta à luz de Simondon como o processo da individuação.

Neste ínterim, caberia também uma aproximação entre a produção dos saberes indígenas, seu processo de autonomização e que a não necessidade da presença de intelectuais, ou demais instâncias ditas superiores para sugerir, delimitar a área de atuação ou até mesmo determinar, qual seria o melhor saber para a construção de repositórios informacionais e quaisquer outras iniciativas propostas pelos povos indígenas:

---

a matter of establishing what I would like to call a “difficult humanism,” which is to say, a humanism compatible with the critique of the two aspects of “anthropology” as defined by Simondon. On the one hand, this difficult humanism integrates human reality into physis, and on the other technology into culture. These two integrations are in fact for Simondon just one, since technology, he says, is itself what “expresses” “nature” in its connection with the “subject”: the technical object is the extension of life through which that life can go beyond itself in a relationship referred to as “transindividual.” So, Simondon says, the technical object is nature having become a “support” for what extends and overcomes simple life.

> Ora, o que os intelectuais foram impelidos a descobrir recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, interdita, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superior da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, e a ideia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele, como intelectual, é ao mesmo tempo o objeto e o instrumento: na ordem do "saber", da "verdade", da "consciência", do discurso. (DELEUZE, 2006, p. 266-267)

Em tempo outrora, eram imputados aos povos indígenas à existência de intelectuais que pudessem propor qual seria o melhor a fazer para eles. Assim, pensadores das áreas das Ciências Humanas, como historiadores e antropólogos, se colocavam como defensores dos indígenas, havendo a necessidade de uma ação sempre mediada, assim como levada a efeito pelo Estado. Há no tempo presente um deslocamento já findado, em virtude dos movimentos políticos relatados de autonomização pelas assembleias indígenas, de iniciativa dos próprios povos indígenas para uma reapropriação de saberes e fazeres, inclusive quanto ao fenômeno informacional.

Abaixo é relatado o modelo supressivo das classes sociais brasileiras, dado um contexto de superior e inferior, classes dominantes e classes dominadas:

> Nessas condições, exacerba-se o distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas, e entre estas e as oprimidas, agravando as oposições para acumular, debaixo da uniformidade étnico-cultural e da unidade nacional, tensões dissociativas de caráter traumático. Em consequência, as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras, e afinal, brasileiras, viveram e sempre vivem ainda sob o pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente. (RIBEIRO, 1995, p. 23-24)

É possível entrever nos últimos tempos o fomento de práticas informacionais de natureza etnológica não mais apenas por atores tradicionais como centros de documentação mantidos pelo Estado. Hoje, é observada a ação de atores autônomos que venham a (re) elaborar a dinâmica nesses novos campos de trabalho, conhecimento e informação. Este processo é um avanço para os povos indígenas, que eram vistos como subalternos, conforme o entendimento de uma etnologia mais conservadora, de cunho neoevolucionista.

Há o entendimento de que as ações de natureza documentária são dinâmicas como parte da política de memória da sociedade contemporânea que perfazem muitas vezes configurações que venham emergir relações de poder entre sujeitos do universo social, assim como estão sendo colonizados por novas (re) configurações de ação documentária. Logo:

> Documentar, registrar, classificar, endossar a materialidade dos restos e tornar visíveis esses sinais para o presente, são processos articulados ao desenvolvimento de uma política de memória imersa na dinâmica do poder das sociedades contemporâneas.[38] (BEDOYA; WAPPENSTEIN, 2011, p. 12)

As formações de centros de informação de natureza etnológica desenvolvidas pelos próprios indígenas significam o fomento de novas práticas documentárias que se inserem nas dinâmicas de poder da sociedade contemporânea, formações que permitem novas reflexões sobre o papel do arquivo, do documentar e da informação para estratos antes excluídos dessas práticas. E para se efetuar essas práticas documentárias são necessárias organizações ou organismos: "Para efetuar as operações de documentação, para conservar o documento, foram criados organismos. Há as bibliotecas, os Arquivos, os Centros de Documentação, os Museus. São os grandes depósitos de tesouros intelectuais da Humanidade." (OTLET, 1964, p. 303)

Quando da formulação de novas experiências institucionais de forma autônoma pelos povos indígenas, ficam expostas às consequências políticas do processo emancipatório que esta parcela da sociedade vem passando nas últimas décadas. A construção de museus etnográficos e demais instituições de memória representa o desenvolvimento de uma ação política e social iniciado nos anos 70 do século XX. Assim:

> A emergente participação indígena nos museus etnográficos e o advento de museus indígenas, bem como de centros de documentação e casas de cultura, indicam a preocupação desses povos para a construção de uma autonarrativa sobre seus patrimônios, memórias e histórias sociais. Esse envolvimento das comunidades indígenas em projetos de construção de espaços específicos que representem as suas culturas, vem acompanhado de uma consciência sobre a importância de se preservar seus ritos, saberes, fazeres e ecossistemas presentes em seus territórios. O modo pelo qual essas experiências traduzem seus repertórios culturais, ou melhor, como *comunicam* as suas especificidades, nos parece algo que merece atenção, porque, à primeira vista, são reveladoras de modos próprios, em certa medida, ecológicos e relacionais de interação com os humanos e extra-humanos (animais, plantas, espíritos, objetos etc.) (VIEIRA NETO; PEREIRA, 2017, p. 51, grifo dos autores)

Neste momento, cabe a definição quanto ao significado de centro de documentação: "Os centros de documentação definem-se pelo objectivo em vista, a sua vocação nacional ou internacional, a sua especialização, o âmbito da sua acção." (CHAUMIER, 1971, p. 22). De outra maneira: "[...] os centros de documentação ocupam-se fundamentalmente do tratamento de documentos e, por extensão, de dados científicos e tecnológicos [...]." (ANDERLA, 1979, p. 6)

Extrapolando as definições explanadas acima, poder-se-ia afirmar que os centros de documentação etnológica não necessariamente tenham uma vocação, ou uma ocupação, mas

[38] Documentar, registrar, clasificar, avalar la materialidad de los restos y visibilizar estos signos para el presente, son procesos que se articulan al desarollo de una política de la memoria inmersa em las dinámicas del poder de las sociedades contemporâneas.

um direcionamento no sentido de atender demandas que os povos indígenas tinham quando, por exemplo, se reportavam aos repositórios constituídos sobre a temática indígena gerenciados pelo Estado.

A emergência dos ambientes informacionais etnológicos são construções da reafirmação étnica dos diversos povos indígenas que vivem no território brasileiro. Mas também significa o vislumbrar de novos caminhos documentários, uma nova compreensão do papel da informação para esses povos e, consequentemente, um questionamento do poderio do Estado frente à formação e organização dos acervos por ele administrados.

Cada uma das instituições informacionais de natureza etnológica criada pelos povos indígenas representa a consolidação de esforços nas mais diversas regiões do Brasil em realizar ações informacionais autônomas com o objetivo de valorizar a sua cultura e produzir desdobramentos documentários para além daqueles conhecidos outrora quando da ação por instituições de memória do Estado brasileiro.

Outro destaque a ser efetuado é quanto ao tipo de identidade que se quer criar quando da emergência das potencialidades que advirão do processo de documentação etnológica. Uma identidade excessiva, por exemplo, não seria uma boa adequação frente à realidade social que circunda os povos indígenas. Assim: "[...] a identidade não parece ser aquele universo harmônico que seus oráculos proclamam e os fiéis assumem.[39]" (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2009, p. 7)

Acredito que a passagem em sequência poderá indicar melhor de que maneira saberes indígenas e ações documentárias de natureza etnológica poderão se cruzar por meio de instrumentos técnicos e por certa reconfiguração institucional quando da fundação de instituições de memória:

> Saberes que se constituem em conhecimento técnico. Reapropriado e convergido para fins de coletividade comunitária, somente possíveis pelo reconhecimento e emprego da técnica em meio às necessidades de registro, salvaguarda e reprodução de elementos informacionais e documentais presentes no processo de individuação dos povos indígenas. Com efeito, o desenvolvimento de instituições de natureza documentária pelos povos indígenas possui implicações maiores do que aquelas estabelecidas na relação típica de saber/poder, já que essas construções intelectuais realizadas pelos ameríndios representam a possibilidade de novas configurações institucionais e, até mesmo, de novas expressões de um dado povo. (PIMENTA; MELLO, 2017, p. 171-172)

Devido às próprias especificidades dos saberes indígenas e à possibilidade de novos conhecimentos a serem nutridos e consolidados, os povos indígenas quando do desenvolver de novas instituições, sejam organizações de natureza política/reivindicatória, sejam aquelas

[39] [...] la identidade no parece ser esse universo armónico que sus oráculos pregonan y los fieles asumimos.

de natureza documentária (por que não, também reivindicatória) estabelecerão novas possibilidades e reconfigurações frente às demandas por acesso à informação, a terra, à saúde, além de outras que venham escancarar a luta por condições dignas de existência, assim como também por um aprofundamento do processo democrático em um contexto de cidadania ativa.

Se antes as sociedades indígenas estavam plasmadas em processos sociais de baixa dinamização social em virtude do não encontro com a sociedade envolvente, também intitulada como civilizada, com o contato perene, há um deslocamento de padrões culturais estabelecidos preteritamente. O fomento de centros de documentação de natureza etnológica pode vir a ser uma luta que povos indígenas travam na manutenção de sua cultura, sua especificidade e seu modo de ser.

6.2 O processo de documentação pelos indígenas e sua condição individuante

No tempo presente é verificado um protagonismo indígena único, e de outros povos até então com relação assimétrica com os poderes constituídos, como ribeirinhos e quilombolas. Esses estratos da sociedade brasileira têm conseguido pautar políticas públicas para atender suas demandas e necessidades políticas e informacionais.

A possibilidade da inscrição de informações sobre a temática indígena permite uma melhor compreensão sobre a sua cultura assim como um poder maior reivindicatório. Assim, a ação documentária permitirá para os povos indígenas a realização de iniciativas de registros culturais, perenizados em suportes estáveis de conhecimento. Há também o surgimento de iniciativas que venha a contemplar as realizações culturais de origem étnica, como no caso apresentado do povo indígena Kayapó:

> Com a implementação e execução do Projeto Kukràdjà Nhipêjx (Projeto de documentação da cultura Kayapó), a potência imagética da cultura mebêngôkre foi se tornando o próprio tema central da documentação. Sobretudo porque os habitantes de Môjkarakô souberam, a seu modo, se apropriar do projeto, fazendo dele um processo coletivo, onde toda a comunidade estava envolvida na produção de imagens de uma grande quantidade de festas e das atividades e recursos necessários para fazê-las. Desde o início, ficou claro para os habitantes da aldeia e também para seus chefes, que a produção de imagens e registros documentais deveria girar em torno da diversificada produção ritual mebêngôkre. Tanto que o trabalho dos pesquisadores indígenas do projeto não pode ser outro, senão, o de filmar ininterruptamente rituais realizados em Môjkarakô e também em outras aldeias. São eles, os rituais, o tema da maior parte das mais de trezentas horas de gravação em vídeo e das mais de dez mil fotografias produzidas no âmbito do projeto, entre os anos de 2009 e 2013, e também dos vários filmes concluídos durante esse período. (METORO..., 2015, p. 25)

O fragmento relata o sentido de registrar a cultura do povo indígena Kayapó. Felizmente, os indígenas sabem que a ação de registro é importante para a manutenção das

manifestações culturais por eles realizadas. As atividades foram propostas pelo próprio povo indígena que habita o sul do Estado do Pará, fazendo com que as ações de registros da sua cultura garantam a continuidade de seu modo de vida e que o registro signifique a perenidade de suas especificidades e, em um tempo posterior, a possibilidade de recuperar características culturais do povo indígena em discussão.

A iniciativa de documentação, vista como uma espécie de balbúrdia a partir do seu caráter informacional, acaba resultando numa produção preliminarmente caótica. Porém, esta babel pode ser vista como uma possibilidade de novas organizações, novas visões para uma nova coleção em formação. Para aprofundar a reflexão, será problematizado o conceito de transdução:

> Do emprego de tal método - que considera o princípio de identidade e o princípio do terceiro excluído como excessivamente limitados - emerge uma noção que possui múltiplos aspectos e campos de aplicação: a noção de transdução. Entendemos por transdução uma operação física, biológica, mental, social, pela qual uma atividade se propaga pouco a pouco no interior de um campo, fundando essa propagação numa estruturação do campo operada passo a passo: cada região de estrutura constituída serve de princípio de constituição à região seguinte, de modo que uma modificação se estende progressivamente e simultaneamente a esta operação estruturante. Um cristal que, a partir de um germe muito pequeno, cresce e se estende em todas as direções na sua água-mãe fornece a imagem mais simples da operação transdutiva: cada camada molecular já constituída serve de base estruturante à camada que está se formando; disso resulta uma estrutura reticular amplificadora.[40] (SIMONDON, 1958, p. 9)

Como o cristal, a inscrição em documento produzirá um dinamizar e propagar, conforme explicitado no conceito de transdução. Assim sendo, o documento será a resultante do encadeamento de metaestabilidade (SIMONDON, 1989), por meio da qual a individuação será possível.

Um dos quesitos a serem pensados neste processo documentário singular são as potencialidades à organização do conhecimento. Certa sinergia emerge neste contexto único para a Documentação que pode confluir em inovadoras ações:

> Portanto, esta lenta propagação modificará toda uma cadeia de ações documentárias realizadas de modo habitual, gerando um encadeamento até então não pensados, como ações de desclassificação de repositórios constituídos em instituição que

[40] De l'utilisation d'une telle méthode - qui considère le principe d'identité et le principe du tiers exclu comme excessivement limité - émerge une notion aux multiples aspects et champs d'application: la notion de transduction. On entend par transduction une opération physique, biologique, mentale, sociale par laquelle une activité se propage peu à peu à l'intérieur d'un champ, fondant cette propagation dans une structuration du champ opérée pas à pas: chaque région de structure constituée sert de principe de constitution vers la région suivante, de sorte qu'une modification s'étend progressivement et simultanément à cette opération de structuration. Un cristal qui, à partir d'un très petit germe, se développe et s'étend dans toutes les directions dans sa liqueur mère fournit l'image la plus simple d'une opération de transduction: chaque couche moléculaire déjà constituée sert de base de structuration à la couche en cours de formation; Il en résulte une structure réticulaire amplificatrice.

> possuem a *expertise* da ação documentária calcadas na logicidade apreendida no âmbito da modernidade. (PIMENTA; MELLO, 2017, p. 178, grifo dos autores)

A instigação primeira é quanto à garantia pela perenidade dos registros, visto os problemas dos suportes em meio digital no que tange a preservação dos mesmos. Logo, esses agrupamentos necessitam ter o conhecimento do fenômeno informacional, do ponto de vista técnico, do campo da Documentação e da própria Ciência da Informação, com o objetivo de registrar e disseminar as culturas indígenas. No entanto, frente às especificidades étnicas, esses grupos devem reparametrizar os conhecimentos até hoje produzidos. Assim:

> A expansão do digital e da tecnocultura obriga, sem dúvida, a um exercício de pluralismo ético, que consiste em criar ferramentas que não apenas auxiliem na organização dos "conhecimentos dominantes", mas, especialmente, que promovam a resistência dos conhecimentos considerados subalternos. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 105)

Há na contemporaneidade um dilatar da inscrição das culturas indígenas e da sua importância. As ações em curso são o resultado também de uma expansão da cultura do digital, que facilita o acesso e o uso de instrumentos de documentação tecnológico, proporcionando deste modo ações de resistência cultural, de cunho político, em virtude da produção de documentos pelos povos indígenas que durante um largo tempo estavam à margem do processo de documentação ocidental.

Neste âmbito reside o fomento de centros de documentação e cultura dos povos indígenas. Os modelos de classificação e organização documentária poderão se apresentar de forma distinta, do que hoje são realizados se criando maneiras de executar. Porém, esse novo fazer deve afastar a sujeição conhecida no sistema capitalista pelos detentores hegemônicos do poder político e econômico, baseado em grandes conglomerados econômicos ou do Estado:

> Na servidão maquínica, o indivíduo não é mais instituído como sujeito (capital humano ou empresário de si). Ao contrário, ele é considerado como uma peça, como uma engrenagem, como um componente do agenciamento "empresa", do agenciamento "sistema financeiro" do agenciamento mídia, do agenciamento "Estado Providência" e seus "equipamentos coletivos de subjetivação" (escola, hospital, museu, teatro, televisão, internet, etc). O indivíduo "funciona" e é submetido ao agenciamento do mesmo modo que as peças técnicas, que os procedimentos organizacionais, que os sistemas de signos, etc. (LAZZARATO, 2010, p. 168)

A insurgência de uma arrojada documentação de origem indígena poderá garantir novas formações na organização do trabalho informacional para além da servidão maquínica. Assim sendo, ao se pensar nos documentos a serem produzidos, não se faz mais esquadrinhar essas ações a partir da lógica ocidental contumaz, mas sim com produções neófitas, criadoras,

exploradoras, que apontem inclusive para as sociedades ditas modernas outras maneiras de se organizar o conhecimento.

O intitulado agenciamento documentário também nos remete a um domínio da técnica, na qual indivíduos são apequenados frente às bruscas mudanças tecnológicas da era contemporânea. Os povos indígenas imersos neste processo inexorável acabam sendo fagocitados pela servidão que o desenrolar técnico nos impõe. Assim:

> Agora, a técnica invadiu todo o planeta e estende-se a todos os domínios da vida, atinge tanto o infinitamente grande como o infinitamente pequeno, não produz apenas máquinas; apodera-se do ser vivo que é capaz de modificar bem como da **informação que ela trata e difunde na instantaneidade das redes eletrônicas**. É nesse sentido que há um verdadeiro universalismo técnico. Uma técnica que se encontra em toda parte, que requer os mesmos símbolos e o mesmo sistema de valores (a eficácia máxima, a racionalidade operacional, a calculabilidade de toda coisa). E é a ela, ainda, que nos dirigimos para melhorar a vida e remediar os desastres produzidos pelo tecnomundo: não é mais a política que deve "mudar a vida", é a *high tech* e sua demiurgia infinita. (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 42-43, grifo nosso)

Esta chamada demiurgia infinita impacta nos seres humanos quando vem à tona a maquinação dos processos presentes do capitalismo contemporâneo. Indivíduos não têm mais controle da individuação do ser e são tramados para produzir e serem consumidos de forma permanente. Tal condição reforça o domínio da técnica e dos próprios objetos técnicos na construção social e na formação de grupos sociais compulsoriamente inseridos em dinâmicas alienantes da realidade social. (PIMENTA; MELLO, 2017)

Cabe também afirmar que o movimento em curso de automatização da produção no seio da sociedade capitalista engloba a todos gerando paradoxalmente uma possibilidade de contraposição à hegemonia do capital e das técnicas informacionais e tecnológicas que surgem a cada instante. Assim, quanto ao desenvolvimento capitalista:

> As propostas que advogam a superação do paradigma do desenvolvimento são hoje uma das mais dinâmicas e promissoras fontes de alternativas de produção não capitalistas. Nelas participa um caleidoscópio de organizações e movimentos de todo o mundo, envolvidos em lutas muito diversas. Estas lutas incluem a resistência de grupos indígenas de todo o mundo aos projetos de desenvolvimento econômico que põem em perigo a sua cultura e, com ela, a sua sobrevivência física [...]. (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 56)

Os repositórios inscritos em ambientes virtualmente construídos representam novas práticas documentárias e de perceptibilidade dos povos indígenas, visto que estamos imersos em um universo tecnológico em que as sociedades contemporâneas vivem de forma hipertecnológica (LIPOVETSKY; SERROY, 2011). Assim, segmentos humanos acabam se

inserindo numa dinâmica peculiar em que o uso das TICs se torna não apenas um meio de sociabilidade, como também uma forma de luta por direitos sociais. Assim:

> Com isto creio ser possível afirmar que os canais info-comunicacionais estabelecidos no espaço digital, assim como sua arquitetura, podem compor um lugar "novo" de práticas não tão novas que se reconfiguram em função das demandas de seus atores junto às próprias especificidades sociotécnicas características das plataformas digitais – estas sim, novas – capazes de interferir enquanto canal, ferramenta e até mesmo instrumento de luta no amplo escopo das dinâmicas sociais. (PIMENTA, 2017a, p. 243-244)

Os povos indígenas têm realizado esforços no sentido de registrarem, como nos casos já mencionado do povo indígena Kayapó ou dos Povos Indígenas do Oiapoque (ANEXO), a sua cultura por meio da introdução de dispositivos tecnológicos, que vão desde o uso de câmeras de filmar, até a construção de repositórios digitais e de bases de dados *online*. O processo de documentação amplamente utilizado pelo Estado Moderno ao longo do século XX parece ter se tornado um elixir para grupos não hegemônicos.

Nessas ações, os povos indígenas imprimem um caráter disciplinar a partir de certa discursividade. Há uma tentativa de se aproximar culturas díspares, porém complementares, resultando numa integração dos saberes (POMBO, 2005, p. 5), gerando veredas próprias quanto à própria interdisciplinaridade.

Ainda cabe expor que a iniciativa aventada por meio da construção de repositórios informacionais geridos pelos próprios povos indígenas é a realização de forma mimética de práticas documentárias adotadas pelo Estado em um estágio inicial. Ora, se o Estado pode fazer isso por tantos anos, e ainda fazê-lo com tanta eficácia, porque agora não há de se ter um protagonismo indígena em que os próprios indígenas estejam emancipados frente a lutas políticas cada vez mais vivenciadas pelas parcelas excluídas da sociedade brasileira? E além de criarem um ambiente político propício, também possam elaborar novas formas de fazer as ações documentárias.

6.3 Novas tecnologias informacionais e os saberes indígenas

Para se adequar e apropriar de forma mais tênue culturas distintas da lógica cultural dos povos indígenas, esta mesma parcela da sociedade se utiliza de artefatos informacionais baseados numa discussão culturalista, de cunho interacionista, na qual não há uma assimetria dos saberes produzidos e na própria apropriação desses conhecimentos. Por mais que haja uma ação racional no sentido da incorporação de práticas documentárias, há um discurso

lógico pela integração dos saberes, mais palatável do que uma exposição radical da dinâmica produzida pelo Estado como instância de saber/poder, controle e vigilância.

Seguindo o pensamento de Olga Pombo, há um fragmento em que a autora afirma que a ciência segue o caminho da especialização e que esse caminho foi importante para os avanços da sociedade. Vejamos:

> […] a ciência continua esse movimento em direcção a uma cada vez mais profunda especialização. Especialização que tem produzido resultados notáveis, magníficos. Não podemos recusar, nem menosprezar, nem esquecer, que foi este procedimento analítico da ciência moderna que deu origem a todos os conhecimentos e a todo o bem-estar que lhe devemos. (POMBO, 2005, p. 6)

O discurso interdisciplinar resulta numa abordagem que remete a um avanço qualitativo no fazer do cientista contemporâneo. Entretanto, mais do que o domínio de um novo modo de se fazer ciência, é também uma possibilidade de mudança paradigmática que está inscrita nos seres humanos, pois tendemos sempre a trabalharmos em zonas de conforto para a nossa proteção e dos próprios pares.

O desafio que os povos indígenas enfrentarão para se tornarem protagonistas do processo de documentação em curso é de calibre. Fora a própria natureza do processo em tela, com todas as suas nuances e especificidades, é necessário um (re) elaborar das dinâmicas de trabalho do processo maquínico para sua realização de forma libertadora e libertária.

A ação política documentária deslindada será uma força transformadora para o fenômeno informacional existente ou se tornará em apenas grilhões na repetição de certas realizações notoriamente conhecidas pelo mundo ocidental, como as de ordem classificacionista.

A partir deste momento, serão feitas algumas considerações sobre iniciativas que estão sendo adotadas nos últimos tempos com vistas a conjugar os esforços tecnológicos a documentação dos povos indígenas, trazendo deste modo aspectos modernizantes no campo da Documentação.

A primeira que será abordada é o Centro de Referência Virtual Indígena (CRVI). Este repositório digital é fruto dos trabalhos ligados quando da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que apurou violências praticadas pelo Estado em períodos de exceção, em especial, durante a Ditadura Militar brasileira. Neste sentido:

> Dada a violência que ocorre sistematicamente contra os povos indígenas, este centro de referência é prioridade em nossas atividades, pois o acesso à memória histórica recente, é um elemento importante na defesa dos direitos das comunidades atingidas e fator de avanço na construção da democracia e do respeito aos direitos territoriais, culturais e de livre organização dos povos indígenas, que resistem num Brasil onde o

> Nunca Mais encontra-se cada dia mais distante. (CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL INDÍGENA, 2018)

O Centro de Referência Virtual Indígena faz parte de um contexto de articulação política e documentária maior, conhecida como Armazém da Memória, que estabelece a criação de bibliotecas públicas virtuais com o objetivo de ofertar acesso à sociedade brasileira a uma série de documentos que não estavam disponíveis ao público. É importante frisar que esta é uma iniciativa da sociedade civil, portanto para além, em um primeiro momento, do ideário do Estado de transparência e acesso à informação.

Print 1 – Centro de Referência Virtual Indígena



Fonte: Armazém da Memória.[41]

Fica patente que o processo de documentação posto em marcha é um fator determinante para que haja consolidação dos avanços democráticos na sociedade brasileira. E mais: a própria tecnologia embutida no processo de disseminação de informações fortalece uma disposição política, impulsionando novas formas de saber e criar.

A formação política consolidada e domínio ou acesso a esses dispositivos é um binômio criado para que forças sociais estejam sedimentadas na manutenção e progresso das conquistas sociais obtidas. Sobre esses novos engenhos:

> O homem criará sempre novos engenhos, admirando-se dos que possui em cada momento, mas desejoso de substituí-lo. Tal substituição representa uma condição de progresso do conhecimento do mundo onde vive, o que existencialmente quer dizer de solução de suas contradições. A máquina realiza simultaneamente dois objetivos: (a) dá-lhe o poder de penetrar mais fundo no conhecimento do universo, ao utilizar as energias do mundo físico para descobrir aspectos ainda ignorados da matéria; (b) amplia o sistema das relações sociais de produção, estabelecendo formas de convivência humana impossíveis em épocas de maior atraso tecnológico. (PINTO, 2005, p. 83)

A transformação dos aparatos tecnológicos, ou melhor, a revolução tecnológica por qual passa as sociedades capitalistas são significativos também para parcelas que venham se reapropriar do capital circulante no mundo. A captura desses elementos cria condições para

[41] Disponível em: http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/. Acesso em: 06 jan. 2019.

que povos indígenas, à guisa de exemplo, venham se constituir numa força propulsora de transformações sociais.

Além das iniciativas da sociedade civil, há diversas outras realizações que partem dos próprios povos indígenas, como exposta no anexo desta tese. As iniciativas elencadas, fruto da construção de grupos das mais diversas regiões do país, são iniciativas autônomas na construção de uma memória documentária dos seus povos. Assim sendo, partindo de uma lógica que a detenção do documento se configura numa relação de poder menos assimétrica para os grupos indígenas adquirirem outro patamar quando são agentes ativos do recolhimento, processamento, preservação e disseminação de informações sob sua posse.

Povos indígenas alcançaram relevância na contemporaneidade em função da época do império tecnológico informacional. Antes do advento e popularização das TICs como conhecemos hoje, o Estado detinha recursos e, principalmente, corpo profissional qualificado com objetivos bem determinados. No entanto, ações de documentação são ações de eras, culturas, que traduzem as necessidades e demandas criadas por esses contextos históricos bem definidos. Neste mesmo sentido: "As épocas, as culturas, as civilizações resultariam das ações dos produtos técnicos sobre a vida real dos homens." (PINTO, 2005, p. 157)

Fotografia 15 – Indígena Kayapó realizando processamento técnico no âmbito do PROGDOC



Fonte: Site do PROGDOC.[42]

A força imagética do indígena Kayapó realizando o processo técnico documental, por meio de um equipamento eletrônico e um gerador de energia, em uma aldeia a quilômetros de distância dos grandes centros urbanos é significativa quanto à influência do produto técnico sobre os homens. A facilidade hoje encontrada, como o barateamento dos dispositivos info-

[42] Disponível em: http://prodocult.museudoindio.gov.br/eventos/oficinas-prodocult. Acesso em: 06 jan. 2019.

comunicacionais, são elementos indispensáveis nas ações empreendidas pelos povos indígenas.

Fotografia 16 - Oficina de vídeo com o povo indígena Enawene Nawe na Biblioteca Marechal Rondon no Museu do Índio por Denise Saltarelli



Fonte: Blogspot do Museu do Índio.[43]

Fotografia 17 – Indígenas Wayana-Aparai em oficina de cartilhas



Fonte: Site do PROGDOC.[44]

[43] Disponível em: http://museudoindiorj.blogspot.com/2013/11/os-enawene-nawe-de-mato-grosso_25.html. Acesso em: 06 jan. 2019.
[44] Disponível em: http://prodocult.museudoindio.gov.br/etnias/wayana-aparai/projeto. Acesso em: 06 jan. 2019.

As imagens retratam como povos indígenas de regiões diversas do país têm adotado práticas documentárias, condições propícias de preservação das culturas produzidas por esses povos. A sedimentação dessas práticas seja no registro de rituais em aldeias ou em ações de processamento técnico em bases de dados extrapolam o caráter emergencial na (re) criação de novos paradigmas identitários e emerge um contexto de resistência da memória. Assim:

> Falando mais claramente: neste momento teórico, há para Foucault um jogo de forças, isto é, a luta entre uma força que quer dominar e outra que resiste à dominação. Mas não há qualquer parcela de autonomia para a subjetividade, porque não há possibilidade de criação fora do poder. A única forma de resistir ao assujeitamento seria a constituição de uma contra-memória, como ele nos sugere em *Nietzche, a genealogia e a história*. A contra-memória surgiria como um modo de desconstruir as artimanhas do poder que, visando naturalizar-se e eternizar-se, difundiria um modelo metafísico de memória, no qual a origem e a finalidade já estariam definidas *a priori*. (GONDAR, 2003, p. 33-34, grifos da autora)

Na disputa pelo espaço da memória indígena existe um ambiente em embate do que é exposto em sociedade. Portanto, a resistência cultural de povos indígenas ocorre no contexto do poder perpetrado pelo Estado. Como na esfera estatal o documento detém o poder de prova, de confirmar a existência, de demonstrar a sedimentação de povos, se cria um panorama de disputa do que será visualizado em um tempo posterior e quem ocupará os espaços documentários.

Expondo de outro modo, o processo de patrimonialização do que deve ser preservado e divulgado pelos povos indígenas produz nesta conjuntura frutos que impactarão para as gerações futuras o modo de observar e fazer os seus aspectos culturais. De todo modo, são inovações que serão postas à prova, frente à modernidade informacional e demais aspectos que são desafiadores para as sociedades contemporâneas.

A sociedade ocidental tem passado por dilemas e reflexões pela maneira como o universo digital tem reconfigurado uma série de relações no seio do tecido social. Essas reconfigurações transformam estruturas até então estabelecidas de comunicação e socialização. Em suma, definir como essa "transmutação da memória indígena" (MELLO; COUTO, 2018) ocorrerá no âmbito dos povos indígenas e quais as suas consequências são elementos que carecem não apenas de reflexão, como também do próprio *devir* histórico. Segundo Capurro (2014, p. 13):

> O jogo digital e existencial, ou seja, o jogo entre existir contingencialmente no mundo com outro e o coisificarmos digitalmente em diferentes formas, graus, com diferentes objetivos e embasado em regras e valores novos ou tradicionais, começou recentemente. O mais importante é que os nativos digitais aprendam a jogar na diferença entre o quem e o que sou, ou seja, entre a liberdade e a coisificação ou sujeição da liberdade frente e através dos programas digitais que parecem o

> programa de existência, mas que, na verdade, são programas que coisificam parcialmente a liberdade existencial. (2014, p. 13)

Como bem problematizado por Rafael Capurro, há uma trama em curso entre o digital e a existência dos seres humanos. Povos indígenas também vivem essa trama, ou melhor, dilema do que preservar, com qual objetivo, e como essa coisificação feita provará para gerações futuras um modo de ser indígena. Visto o caminho turbulento das identidades fluidas e as novas configurações da memória e do que poderá e deverá ser preservado, estão sendo adotadas estratégias, estratégias estas ainda extremamente neófitas e com desafios extraordinários no que tange aos aspectos fundamentais da Documentação, como, por exemplo, a ação de selecionar e, particularmente, do que esquecer. (WEINRICH, 2001)

As intituladas novas tecnologias informacionais e os saberes indígenas estão em permanente diálogo. Como foi possível apreender, existem diversas frentes de produção documentária sobre os saberes indígenas. Tradicionalmente, como já foi explanado nesta tese, o Estado foi o monopolizador da informação na gênese da sua própria criação e deteve o exclusivismo das ações documentárias. Portanto, há uma *expertise* inerente a própria produção documentária e uma dinâmica da opacização, fruto do ainda baixo desenvolvimento tecnológico, e devido a uma orientação política excludente, na qual saberes indígenas e ditos subalternos/alternativos não estavam engendrados nas configurações dispostas daquele tempo.

Com a promoção das novas tecnologias informacionais, instituições como o Museu do Índio, aparelho de Estado de patrimonialização dos saberes indígenas, adquiriu recursos com o objetivo de construir junto com os povos indígenas outras possibilidades de documentação.

A dominação tecnológica é sempre resultante de uma disputa que em última instância reside no determinismo econômico. Ou seja, a posse de instrumentos tecnológicos, como os de cunho informacional e documentário, é a força de autonomização de agentes outrora distantes de centros de poder que, por consequência, venham a assenhorear dividendos econômicos. Destarte:

> [...] a dominação é sempre determinada por um motivo econômico, e por isso toda manifestação dela, principalmente a política, exprime o afã de captura de recursos, com o fim de garantir o prolongamento do poderio do centro metropolitano. (PINTO, 2005, p. 260)

A efetividade de políticas públicas, a mudança da consciência e mesmo importância de estratificações alijadas dos centros decisórios criam uma esfera mais positiva no âmbito da possibilidade de inserção social, o que representa a possibilidade de aparecer configurações de ação documentária e criação de repositórios digitais.

Fora a mobilização do aparato de Estado com o objetivo de documentar culturas indígenas, o ambiente documentário ensejou também ações de entidades da sociedade civil, como o trabalho efetuado pelo Armazém da Memória e a criação do Centro de Referência Virtual Indígena. O CRVI é mais um esforço da denominada luta documentária em prol dos povos indígenas, conseguindo assim espaços virtuais que podem resultar em transformações de natureza política reivindicatória.

Ao pleitear a demarcação de uma terra indígena ou a cotas de vagas nas universidades públicas, os povos indígenas se articulam de diversas maneiras e a produção, principalmente, visibilização do seu modo de vida e condições de existência, atentam para que as políticas gerem uma positividade na formulação de novas sendas de transformação da realidade social brasileira.

Outra ação de destaque quanto às novas tecnologias informacionais sobre a temática indígena é criação da Biblioteca Virtual Marechal Rondon (BVMR). Como tradição do processo de documentação dos povos indígenas, o Estado brasileiro por meio do Museu do Índio criou um repositório de documentos de acesso *online* em que pesquisadores podem acessar remotamente o acervo da instituição.

Faz-se imperioso realçar que as ações de documentação etnológica em curso estão sendo fomentadas de forma concomitante. Isto significa um interesse proeminente sobre a temática indígena, conjuntamente as realizações que povos indígenas e parceiros vêm realizando nas últimas décadas. Ainda sobre a BVMR:

> Ainda dentre as estratégias realizadas em disseminar as informações de natureza etnológica, vale citar a criação da Biblioteca Virtual Marechal Rondon no ano de 2017, a partir de uma prestação de serviço de digitalização do acervo bibliográfico e da instalação de um software de visualização e pesquisas. Por meio deste novo instrumento de pesquisa, os usuários já podem consultar remotamente diversas coleções de grande importância para e sobre os povos indígenas. (MELLO, 2018b, p. 205)

Print 2 – *Layout* principal da Biblioteca Virtual Marechal Rondon



Fonte: Site da Biblioteca Virtual Marechal Rondon.[45]

Além dos projetos de documentação no âmbito da UNESCO, os povos indígenas também adquiriram a potência e realização dos seus centros de documentação (ANEXO). Essa transformação de objetos da ação documentária para sujeitos de sua própria documentação é a força maior da capacidade não só de organização, mas também de produzir garantias da existência, evidentemente, por meio de políticas de memória calcadas nos paradigmas construídos pela modernidade.

Estratégias de sobrevivência documentária. Esta seria uma boa chamada para a compreensão do processo em curso que vem culminando no fortalecimento desses grupos da sociedade brasileira. Assim, a visibilidade expõe uma pauta que estava na opacidade dos caminhos tortuosos evidenciados pela relação assimétrica travada ao longo do tempo. A passagem abaixo ilustra a importância da questão documentária pelos próprios povos indígenas:

> Após o contato com os não-índios, os conhecimentos dominantes enfraqueceram diretamente o modo vida dos Wajãpi. Por isso, os chefes de aldeia e sabedores que são chamados *jovijãkõ* ficaram muito preocupados, porque os conhecimentos Wajãpi estavam sendo deixados para trás, principalmente pelos mais jovens, devido ao modelo educacional oferecido pelos não-índios. Para enfrentar esse problema, os chefes e sabedores se mobilizaram para realizar um trabalho de valorização da cultura wajãpi, realizado nas aldeias e também na cidade. Esse trabalho é desenvolvido por uma turma de 19 pesquisadores Wajãpi, de diferentes aldeias, que se reunem regularmente no Centro. Neste espaço, são realizadas várias ações de formação. Os pesquisadores já fizeram muitos trabalhos, nas aldeias e também na cidade de Macapá, sempre planejadas no Centro, onde também são feitas assembléias e reuniões regulares com os chefes de todas as aldeias, para o fortalecimento político e cultural dos Wajãpi. (ANEXO, p. 278)

O povo Wajãpi passou por questões centrais de identidade quando do contato com os não índios. A manutenção de seu modo de viver e existir são fundamentais para a garantia de

[45] Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Bibliografico. Acesso em: 06 jan. 2019.

uma série de direitos originários, como a permanência em seu território tradicional. Visto o caráter inexorável da proximidade com outros agrupamentos humanos, povos indígenas também criaram estratégias de melhoria de vida e outros saberes/fazeres de sobrevida frente as transformações da contemporaneidade.

Outro exemplo interessante acerca da mobilização dos povos indígenas e o seu processo de documentação foi a constituição do Museu Kuahí. Na dinâmica apresentada acerca da preservação da documentação em curso, os povos indígenas elencaram uma série de instituição de memória, como centros de cultura e museus. No caso do museu em tela, os povos indígenas do Oiapoque se mobilizaram e criaram uma instituição específica para a preservação da cultura indígena coadunado com as pesquisas feitas nas áreas indígenas.

Ou seja, no decurso das pesquisas acadêmicas, os registros realizados que tenham como produto, por exemplo, teses e dissertações não ficam apenas depositados nas instituições de memória da produção acadêmica, mas também na própria comunidade indígena. Neste mesmo sentido: “A medida que o desenvolvimento de pesquisas nas áreas indígenas torna visíveis esses saberes, eles devem ser documentados, registrados e resguardados, de maneira adequada, legal e sobre a qual tenham sempre pleno conhecimento e controle.” (ANEXO, p. 285)

Muito interessante a iniciativa dos povos indígenas do Oiapoque. Se no passado, o retorno das pesquisas acadêmicas produzidas, em sua maioria, dependia da postura ética do pesquisador com o sujeito-objeto em estudo, em tempo atual, o povo indígena não apenas controla a produção intelectual, como possui um espaço privilegiado para salvaguardar o que foi realizado.

Fotografia 18 – Museu Kuahí



Fonte: Site Chico Terra[46]

Fotografia 19 - Sala de exposição do Museu Kuahí



Fonte: Site Apontador[47]

[46] Disponível em: https://chicoterra.com/tag/museu-kuahi-dos-povos-indigenas/. Acesso em: 06 jan. 2019.
[47] Disponível em: https://www.apontador.com.br/local/ap/oiapoque/arte_e_cultura/C417740041265U2650/museu_kuahi.html. Acesso em: 06 jan. 2019.

Fotografia 20 – Sala de exposição do Museu Kuahí



Fonte: Site Apontador[48]

[48] Disponível em: https://www.apontador.com.br/local/ap/oiapoque/arte_e_cultura/C417740041265U2650/museu_kuahi.html. Acesso em: 06 jan. 2019.

7 UMA CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA E DOS SABERES SUJEITADOS

Uma das importantes questões que o fenômeno informacional faz emergir é o que lembrar e esquecer entre a profusão de informações geradas no mundo contemporâneo. A existência de informações muitas vezes impossíveis de serem devidamente armazenadas e tendo a possibilidade, ou a necessidade, de serem acessadas e utilizadas. Tal fenômeno de natureza complexa envolve uma série de nuances e especificidades, não sendo possível esquecer aqueles grupos muitas vezes alienados do processo informacional.

A ação documentária tem muitas vezes contribuído para que haja um recolhimento não planejado do que é produzido em sociedade. Quando nos deparamos com este tipo de ação, vislumbramos a possibilidade de existir um tipo de iniciativa que não atenda às necessidades de grupos que tenham singularidades quanto ao processo de documentação, armazenamento e disponibilização de estoques informacionais.

É possível afirmar que dentre os grupos que perfazem certa distância do fenômeno informacional estão os povos indígenas. Esses povos, muitas vezes de tradição oral, não possuíam a prática de documentar a sua cultura, dependendo muitas vezes da oralidade para que os *ethos* culturais estivessem permanentemente vivos na memória dos mais jovens:

> Notemos sem insistir, mas sem esquecer a importância do fenômeno, que a atividade mnésica fora da escrita é uma atividade constante, não só nas sociedades sem escrita, como nas que a possuem. Goody lembrou-o recentemente, com pertinência: "Na maior parte das culturas sem escrita, e em numerosos setores da nossa, a acumulação de elementos na memória faz parte da vida cotidiana." (GOODY *apud* DODEBEI, 2016, p. 230)

Os grupos indígenas desenvolveram o processo de interação perene com a sociedade envolvente. Assim sendo, no anseio de também guardar traços de cultura por meio da ação documentária, temos um novo problema que se coloca: o que guardar e como realizar um eficaz procedimento de memória que permita estabelecer uma nova relação do conhecimento produzido com os suportes documentais existentes.

Para tal intento será utilizado o conceito de oblivionismo de Harald Weinrich (2001) para que se possa problematizar a superabundância de informação que bibliotecas e centros de informação detêm e a necessidade de colecionar, ou melhor, de perenizar o conhecimento produzido. Este capítulo ainda discutirá a constituição da memória na sociedade, a formação de algumas práticas informacionais no ciberespaço e a necessidade de uma iniciativa de decolonialidade que pode representar uma ação documentária orientada a fim de preservar o

conhecimento produzido por povos indígenas frente ao processo de opressão característico da pós-modernidade, sendo uma ação intitulada como emancipatória. Assim:

> A memória é, em suma, o que permite a um ser vivo remontar no tempo, relacionar-se, sempre mantendo-se no presente, com o passado: conforme os casos, exclusivamente com o seu passado, com o da espécie, com o dos outros indivíduos. (POMIAN, 2000, p. 508)

Portanto, podemos dilatar o entendimento de que a memória seria uma espécie de porto seguro nas quais seres humanos estabelecem uma ponte estável com o passado, sem perder a estrutura do tempo presente. Deste modo, ocorre também uma rede de significados para com o grupo social onde o ser concreto participa, completando assim uma rede de significado para si mesmo como para os seus semelhantes. Ou seja: "A função primordial da memória coletiva é, na verdade, dar coesão a um grupo social e manter sua identidade." (JEDLOWSKI, 2005, p. 88)

Neste capítulo também utilizaremos os importantes elementos assinalados por Yates (2007) quanto às fontes latinas da arte clássica da memória. Podemos observar que a intitulada arte da memória nos remete a Antiguidade Clássica, sendo uma preocupação permanente de pensadores que desejavam recorrer a uma boa memória, por meio de uma disposição ordenada, para que possamos contar os fatos narrados da vida em sociedade. Desta maneira, podemos inferir que:

> Esta história exemplar de como Simônides inventou a arte da memória é contado por Cícero em seu *De oratore*, quando discute a memória como uma das cinco partes da retórica: a história introduz uma breve descrição do sistema mnemônico de lugares e imagens (*loci* e *imagines*) utilizado pelos retores romanos. Ao lado da de Cícero, duas outras descrições da mnemônica clássica chegaram até nós, ambas em tratados de retórica em que a memória é discutida como uma parte desta. A primeira encontra-se no anônimo *Ad C. Herennium libri IV*, a outra está na obra *Intituto oratoria*, de Quintiliano. (YATES, 2007, p. 18, grifos do autor)

Conforme explicitado, os seres humanos já há muitos séculos tinham o desejo de obter uma técnica de memória que facilitasse uma melhor recuperação da informação frente às ações de esquecimento que ocorrem em sociedade. Na falta de uma técnica mecânica ou eletrônica de conservação da memória, pensadores em tempos pretéritos fomentaram técnicas que possibilitassem a reconstituição da memória. Uma técnica explanada é a que relaciona os lugares com as imagens, possibilitando uma nova formação da faculdade que os seres humanos possuem em conservar e lembrar o se ache associado aos mesmos. Ainda podemos expor que: "Esse é, portanto, um exemplo de uma imagem clássica de memória – composta de figuras humanas, ativas dramáticas, impressionantes, com acessórios para nos lembrar da "coisa" toda que está sendo guardada na memória." (YATES, 2007, p. 29)

A técnica mnemônica estabelecida por meio de imagens acaba por se desdobrar numa espécie de memória artificial. Ou seja, a partir do tempo presente, grupos que se interessam pela memória podem retroagir para um tempo específico, possibilitando novas apropriações e ressignificados do tempo presente, assim como para um reelaborar do passado.

Em função da desconstituição da memória dos povos indígenas acontecidas quando do contato com os povos europeus, colonizadores das novas porções de terra chamada de América, há reconfigurações da produção da memória. Assim, ocorre uma elevação de patamar positiva da memória, possibilitando novos usos. Ainda no que tange ao uso da memória:

> Nosso manual nos ensinou que, se fixarmos adequada e firmemente nossos lugares de memória, poderemos percorrê-lo em qualquer direção, para frente e para trás. A memória artificial pode explicar essa admirável habilidade de recitar de trás para frente que tinham o velho Sêneca e o amigo de Agostinho. Por mais inúteis que tais feitos nos pareçam, eles podem ilustrar o respeito da Antiguidade pelo de memória treinada. (YATES, 2007, p. 34)

No discutir da memória, ou mais especificamente, a política de memória, podemos afirmar que a política aqui indicada possui uma ação orientada com o fito de atender determinados anseios de indivíduos, possibilitando assim um reinventar para a construção identitária da sociedade:

> O termo política de memória implica em dois âmbitos articulados de ações no agora: um em vista de manter memória de acontecimentos presentes e os meios para uma dada interpretação destes acontecimentos no futuro; o outro de ações que lembram e evidenciam, ou excluem e encobrem, acontecimentos e interpretações do passado. Objetos, inscrições, lembranças e esquecimentos entram na tecedura do passado, numa trama urdida no presente. (FERNANDES, 2011, p. 221)

Ainda para finalizar a relação entre conhecimento, memória e perenidade, cabe explicitar que esta relação não é de fácil composição, sendo necessária uma luta para a produção e perenização do saber, que se transforma em poder de empoderamento para os indivíduos, ainda mais para aqueles que possuem os intitulados saberes sujeitados.

Podemos incluir dentre os saberes sujeitados, ou seja, aqueles que estavam atribuídos como desqualificados os saberes indígenas. Além de incluirmos esses saberes no rol daqueles que necessitam emergir frente ao poder hegemônico da cultura ocidental uniformizante, os saberes agora em destaque possibilitam uma forma de empoderamento para que demandas antes sujeitadas venham pautar políticas documentárias e reafirmar vozes outrora esquecidas.

7.1 Decolonialidade: especificidades de uma prática documentária

Antes de adentrarmos no tema dos centros de documentação de natureza etnológica, seria importante considerar o contexto político em que se insere o processo histórico-social em curso. No ano de 2007 temos o lançamento pelo então Presidente Lula, em São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas do Brasil, da intitulada Agenda Social Indígena, também conhecido como Programa de Aceleração do Crescimento Indígena (PAC Indígena).

As ações prioritárias da Agenda foram: a demarcação de cento e vinte e sete terras indígenas, o reassentamento de nove mil famílias de trabalhadores rurais ocupantes de terras indígenas até 2010, a recuperação de áreas degradadas em terras indígenas, a promoção da criação de territórios indígenas da cidadania, o fortalecimento de onze frentes de proteção a povos indígenas isolados, a oferta de benefícios do governo federal a todas as aldeias e população indígena urbana do país, o fortalecimento das organizações indígenas para o exercício do controle social das ações governamentais e, por fim, documentar e fortalecer a prática de 20 línguas indígenas ameaçadas de desaparecimento.

Quanto à última ação prioritária é possível afirmar que foi um fato pioneiro, visto que pela primeira vez o Estado brasileiro, por meio da Presidência da República, explicita a necessidade de um procedimento de documentação para o fortalecimento e o fomento de línguas indígenas que tinham o risco de desaparecer. Esse processo representou uma vitória do movimento indígena, que já vinha se mobilizando politicamente pelos seus direitos, como o direito ao território, e que se dilatou para outros direitos, como o direito a documentação de sua cultura e língua.

No entanto, o plano de desenvolvimento do Estado também previa uma série de impactos às terras indígenas. À vista disso, as ações que tivessem por objetivo um empoderamento dos povos indígenas também geraram consequências negativas para as populações indígenas residentes nestas localidades. Logo:

> [...] várias obras de infraestrutura contidas no PAC provocarão transformações nos modos de vida e nos territórios onde vivem grupos étnicos que se reconhecem e são reconhecidos pela população no seu entorno e pelo Estado brasileiro como Povos Indígenas. As medidas recentes de fortalecimento das estratégias estatais e privadas de “aceleração do crescimento” - o PAC e o Plano Nacional de Logística Integrada, particularmente - aceleram também os impactos e transformações nas dinâmicas territoriais. Ao menos 43 obras do Eixo Transporte programadas para a Amazônia brasileira afetam uma ou mais de uma Terra Indígena, direta ou indiretamente, seja ao território, seja à população que vive nela (s). (VERDUM, 2012, p. 23)

O modelo de desenvolvimento econômico proposto afetou a condição de vida dos povos indígenas, visto que linhas de transmissão e construção de rodovias, por exemplo,

geram desequilíbrios nas terras indígenas. Assim, as ações de documentação são um processo da política mitigatória, agora de natureza documental, com o fito de se criar possibilidades do poder indígena.

Faz-se necessário também compreender que as formações de novas práticas documentárias são o resultado da ação política empreendida pelos povos indígenas, quando, por exemplo, do acesso aos acervos institucionais patrimonializados pelo Estado, assim como do surgimento de instituições de memória, como museus indígenas, que venham abarcar a coleção dos acervos etnográficos de modo autônomo. Portanto:

> [...] para que as reservas técnicas dos museus se tornem importantes espaços de atuação dos povos indígenas é necessário efetivar movimentos institucionais afirmativos no sentido de garantir a acessibilidade plena a suas coleções e, paralelamente, o reconhecimento dos saberes desses povos na gestão das mesmas coleções. É preciso, contudo, estar atento, pois as dinâmicas dos movimentos indígenas podem reverter estas disposições ao considera-las insuficientes. (VELTHEM; BENCHIMOL, 2018, p. 473-474)

A atuação dos povos indígenas nessas instituições pode gerar espaços da organização de forças, em espaços de reafirmação étnica e força política. Porém, o resultado deste processo informacional e político faz transparecer as contradições e demais peculiaridades do movimento indígena.

As iniciativas políticas indígenas em atuação pelo país afora representam diversos anseios por direitos sociais, como o direito à saúde, educação e, como não poderia ser diferente, a informação. Desta maneira, os agentes públicos que elaboram as políticas públicas de cunho informacional devem criar canais de diálogos permanentes, criativos e alternativos. Assim, a formação de um fórum constante de diálogo junto ao mosaico de povos representaria novas ferramentas documentárias técnicas e políticas, melhorando assim a relação historicamente assimétrica existente.

Quando das instituições de Estado, há a necessidade de se criarem dispositivos administrativos na organização de museus, bibliotecas e outros centros de memória que resplandeça a atuação desses grupos não hegemônicos. Porém, a negociação deverá ser bem conduzida com o fito de não se criar conflitos e embates desnecessários para com os povos indígenas envolvidos no processo de democratização dos acervos constituídos em instituições públicas.

Foram identificadas as seguintes instituições que possuem por escopo informações de natureza etnológica não estatal: Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque, Centro de Formação e Documentação Wajãpi, Centro de Documentação e Pesquisa Indígena, Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hempejxá, Centro Indígena de Formação Raposa

Serra do Sol, Associação Indígena Kisedje, Centro de Cultura Kuikuro e Centro de Cultura Mawo.[49]

No mote de reflexão do esforço dos povos indígenas do Brasil setentrional em documentar sua cultura, será esmiuçada a realização de um inventário das manifestações culturais dos Wayampi localizado no Amapá para ilustrar como se constituiu o repositório. Conforme abaixo:

> Inaugurado em 01/09/2009 o Centro de Formação e Documentação Wajãpi (CFDW), que servirá para armazenar fotografias, imagens, filmes, CDs, DVDs, documentos escritos, pesquisas e livros. O centro está construído na TI Wajãpi para apoiar algumas atividades do Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial Wajãpi, especialmente a formação de pesquisadores, professores e documentaristas indígenas. Esse plano foi aprovado pela Unesco, quando proclamou a arte gráfica e a tradição oral dos Wajãpi como Patrimônio da Humanidade. O CFDW abrigará uma das unidades do Pontão de Cultura "Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará", mantido pelo Iepé e pelo Apina – Conselho das Aldeias Wajãpi, com apoio do Ministério da Cultura e do Iphan. O Centro possui salas de pesquisa e um espaço para a realização de oficinas, cursos e reuniões, além de alojamentos para os Wajãpi residentes em outras aldeias e consultores atuando no processo de formação de professores e pesquisadores indígenas. As salas de pesquisa vão abrigar a documentação produzida pelos pesquisadores e documentaristas Wajãpi envolvidos na produção de um inventário das manifestações culturais dos Wajãpi. Também abrigarão o acervo documental produzido e doado pela antropóloga Dominique Tilkin Gallois, do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, que vem realizando pesquisas junto aos Wajãpi desde o final da década de 1970. (SZMRECSÁNYI, 2011, p. 329)

A proclamação da arte gráfica Kusiwa dos Wayampi como patrimônio da humanidade foi de grande importância para os povos indígenas na região do Oiapoque. Pela primeira vez uma manifestação cultural indígena foi registrada no Livro dos Saberes do patrimônio imaterial. Deste modo:

> A criação do novo instrumento de preservação de bens de natureza processual e dinâmica significou um avanço concreto nas relações com as sociedades indígenas, ao definir um procedimento que permite reconhecer e valorizar conhecimentos e formas de expressão próprios a seus universos culturais. E também um avanço ao mudar o eixo dessas relações, resgatando do passado as culturas indígenas existentes no Brasil e inscrevendo-as no presente, em sua diversidade e especificidade, com partícipes igualitários do patrimônio cultural nacional. (LEVINHO, 2003, p. 15)

Uma discussão que merece emergir do processo de patrimonialização da arte Kusiwa e as consequências documentárias ocorridas quando da criação de um centro de documentação

[49] Em função da importância do Seminário "Gestão de acervos culturais em centros de formação, de documentação, de cultura e museus indígenas no Brasil" realizado na cidade de Saquarema no Estado do Rio de Janeiro entre os dias 17 a 20 de setembro de 2013, o documento base deste evento estará anexo nesta tese. O autor participou do seminário como integrante da equipe do Museu do Índio e realizou a palestra intitulada "A utilização da base de dados PHL na gestão documental no Museu do Índio". O seminário ocorrido em Saquarema representou um marco histórico no campo da Documentação, visto que pela primeira vez na história diversos povos indígenas do país se reuniram para discutir diagnósticos, processos de Documentação e a criação de uma rede de instituições para a preservação de documentos culturais indígenas. Ainda importante frisar que no documento base do seminário há uma descrição minuciosa de acervos dos povos indígenas que participaram do evento.

etnológico é que a valorização desse conhecimento acaba por chancelar pelo Estado as manifestações culturais dos povos indígenas. Ou seja, está presente mais uma vez a necessidade de uma autoridade documentária da estrutura do Estado para apontar o que é digno de ser preservado.

O caso dos povos indígenas ainda é mais emblemático frente às características da reprodutibilidade e da existência de um processo maquínico (LAZZARATO, 2010) que escapa a alçada dos indivíduos o controle sobre esferas nunca imaginadas, característica esta típica do capitalismo contemporâneo, também intitulado como hipermodernidade (LIPOVETSKY; SERROY, 2011). Há uma desregulamentação, visto a não existência de um eixo condutor de políticas nacionais e um centro construtivo da tessitura social.

A própria noção de patrimonialização de uma manifestação cultural indígena, como a arte Kusiwa do povo indígena Wayampi e tendo, como consequência, a criação de um centro de documentação, não significa que haja um controle do conhecimento gerado, perenizado em suportes estáveis em instituições de memória (GALLOIS, 2012). Além da questão da autoria não individualizada, desafio de importância quanto aos direitos autorais de uma criação artística por definição difusa, há também o próprio desafio do ambiente virtual que se depara a informação de natureza etnológica em bases de dados, por exemplo. Assim:

> Hoje, os atributos de reprodutibilidade e prova devidos ao relato escrito não convêm às novas linguagens. A primeira grande ruptura na estabilidade da escrita é, como no relato mítico, a possibilidade de autoria múltipla. Recortes e recomposição da informação são processos incentivados pelo livre acesso aos estoques de conhecimento do espaço virtual, a despeito das inúmeras tentativas de preservar direitos autorais. Como se configuram as memórias de grupos sociais ou a memória globalizada? (DODEBEI, 2008, p. 18)

Além da importante questão da autoria múltipla e aos desafios atinentes aos direitos autorais no que tange as comunidades indígenas, a questão mais premente é a que discorre sobre as memórias de grupos sociais. Em um momento da hodiernidade em que há uma fluidez das informações e da perenidade dos saberes em suportes estáveis, a sociedade da informação necessita de novos paradigmas identitários objetivadas nos processos de documentação com um objetivo bem claro: reificar o *ethos* cultural de uma dada sociedade produzindo assim uma maior estabilidade nas relações sociais e, como para os povos indígenas, para a garantia do seu povo.

Há um permanente diálogo entre a formação de uma intitulada atitude decolonial e do fomento de práticas documentárias que venham representar os interesses de natureza étnica, como a enfocada aqui, para os povos indígenas. Ou seja, a constituição de novas posturas

informacionais de parcelas que estão se constituindo para além daqueles já postos em construção por organizações de memória com lastro na organização do conhecimento.

A atitude decolonial é de importância para a construção de novos paradigmas de conhecimento, em conjugação com os chamados saberes sujeitados, a fim de provocar transformações na forma como povos não hegemônicos são colocados frente ao poderio de instâncias político-econômicas modernas, como conglomerados econômicos e do próprio Estado.

Dilatando o conceito de atitude decolonial levado a efeito por Maldonado-Torres (2016), é possível inferir, por exemplo, que povos indígenas que ainda vivem muitas vezes distantes do processo de tomada de decisão, ou, ao menos, de participação da ação decisória podem (ou devem) estabelecer uma atitude decolonial de natureza documentária, quando os próprios povos indígenas começaram a definir como essas práticas documentárias devem ser estabelecidas, de que forma, para quem, ou seja, com característica autônoma e independente.

Relevante ainda mencionar como se dão as práticas documentárias no mundo científico-moderno para decantar no processo de documentação étnica. Por exemplo, por meio do caminho que o documento faz para integrar uma unidade de informação, atravessando outros espaços até ser acolhido pelo espaço privilegiado do guardião da memória:

> Podemos pensar no circuito que um documento percorre antes que chegue a uma UI [unidade de informação]? O rastreamento do percurso deste móvel, nos termos de Latour, permitiria ver ao menos parte das diversas intervenções "[...] provenientes de algum outro **momento**, algum outro **lugar** e gerados por alguma outra **agência**" (LATOUR, 2008, p. 238, grifo do autor). O exame que se detivesse nessas intervenções possivelmente levaria a um conjunto de negociações com diversos interesses constituídos no passado que estabilizam normas, regras, e padrões, cujas justificativas aparecem no lugar destes interesses negociados. Tomemos um caso hipotético de percurso de um artigo científico, publicado em um periódico, para identificar as intervenções oriundas de "**outros momentos**", de "**outros lugares**" e de "**outras agências**". (FERNANDES, 2011, p. 212, grifos da autora)

Fazendo um paralelo com o ciclo do artigo científico, podemos exemplificar o caminho que um dado canto xamânico de um povo indígena faz, desde a prática espiritual propriamente dita, passando pela ação documentária, até se chegar ao centro de documentação indígena: primeiro o grupo realiza uma discussão sobre a necessidade de se perenizar um determinado canto para as gerações futuras. A partir desta discussão inicial, um grupo de pessoas definirá quem será o responsável por entoar o canto e quando ele se realizará. Depois disso, aqueles encarregados de fazerem o registro estabelecerão o procedimento a ser adotado para que a ação de registro se realize de forma eficaz. Ainda o material coletado será depositado em um centro de documentação indígena, perfazendo deste modo o ciclo

documentário necessário para que haja a perenidade do canto/prática para as gerações vindouras. Destarte, quando um dado povo ameríndio definiu que certo canto xamânico será preservado, o grupo já havia definido anteriormente o que deveria ser reconhecido como documento, de interesse social, cultural e político para o seu povo.

As produções documentárias de natureza étnica ainda enfrentam outros desafios quanto à própria lógica que opera em centros de documentação ocidentais. Enquanto as práticas documentárias existentes hodiernamente representam uma organização de cunho lógico aristotélico, para com povos não hegemônicos, há a possibilidade de se definirem novos conhecimentos e lógicas, intituladas como uma lógica paraconsistente. Consequentemente:

> Isso pode indicar a mudança do contexto epistemológico atual, onde caminha-se de um sistema fechado e binário, como é o caso da ciência aristotélica, para um novo paradigma científico, que trata da contradição como um elemento de ligação, promovendo um novo enlace que antes não eram aceitas. (SOARES; MARTIN; FRANCELIS, 2013, p. 61)

Quando é citado o fomento de uma lógica paraconsistente, também estamos estabelecendo não apenas uma nova forma de pensar, mas uma limitação do poderio e opressão que opera a lógica estabelecida de natureza aristotélica, também conhecida como racional. Deste modo:

> Ao longo da história da Lógica, e da Epistemologia, têm sido impostos dogmas e repressões múltiplas e redundantes em relação aos modos humanos de se autoconhecer e de perceber o mundo do qual faz parte. Uma das violações sistemáticas – reiteradas em cada tratado, em cada teoria, em cada afirmação inquestionável e cotidiana – corresponde à esfera do conhecimento: sendo seres de natureza contraditória – salvos pela sagaz estratégia proporcionada pelo pragmatismo de cada situação -, sendo seres pré-programadamente desesperados ante um mundo incompreensível, vemo-nos forçados a aceitar o governo de uma lógica única e universal que nega a condição natural da diversidade humana. **Uma das pré-condições da diversidade é a contradição. A unidade lógica é, por excelência, inimiga do diverso**. (GARCIA GUTÍERREZ, 2006, p. 106, grifo nosso)

Seguindo o raciocínio de desconstrução do paradigma lógico ocidental e da formação de uma discursividade única frente à diversidade étnica, cultural e social que o mundo *per excellence* experimenta, ou sempre experimentou, porém não tão ativamente vivenciada em virtude das restrições da circulação de informação e pessoas no mundo, esgravataremos o conceito de epistemografia:

> A epistemografia propõe operações de organização horizontal do saber e da memória registrada, formando-se como a corporificação algológica (de “algos”: dolor) de um conhecimento e memória gerados com toda dignidade pelos despercebidos do planeta. Em suma, constituiria a dimensão material desse espírito intransigente que caracteriza a Epistemologia, pois, como disse Santos (1989), ela dita, para as ciências, leis incapazes de serem aplicadas a elas próprias. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 106)

Ou seja, a formação de um novo pensar, pode representar para os povos indígenas o poder não apenas de gerir os centros de documentação étnicos, como também na introdução de novas ferramentas documentárias, como vocabulários controlados e classificações que venham a atender aos desejos e anseios da comunidade em tela.

O que está em xeque nesta discussão acerca das novas possibilidades de construção de instrumentos documentários reside numa possibilidade de um pensamento novo. Assim, práticas tradicionalmente executadas são permutadas por construtos intelectuais inovadores, para além da lógica booliana e de outros parâmetros conhecidos.

Ainda é possível levantar a ideia de que há outros modos de conhecer a realidade social, outras culturas com aspas, no sentido de "[...] significar elisão, distanciamento ou deslizamento de sentido." (CUNHA, 2009, p. 311). Existe uma disparidade do conceito, melhor dizendo, um deslocamento do sentido original com o fito de problematizar o conceito de cultura e os construtos intelectuais dominantes, inclusive ao que tange à organização do conhecimento. Neste sentido:

> E se este não for um caso de lógica booliana? E se houver mais do que a alternativa entre "sim ou não"? Tais caracterizações binárias não apenas impõem uma camisa de força aos povos indígenas quanto ao modo de formular suas reivindicações, mas também apagam as diferenças entre regimes. Há muito mais regimes de conhecimento e de cultura do que supõe nossa vã imaginação metropolitana. Na verdade, bastaria levar a etnografia a sério para reunir todo um catálogo de modos alternativos. Para atingir seus objetivos, porém, os povos indígenas precisam se conformar às expectativas dominantes em vez de contestá-las. Precisam operar com os conhecimentos e com a cultura tais como são entendidos por outros povos, e enfrentar as contradições que isso possa gerar. (CUNHA, 2009, p. 329-330)

Na passagem exposta, emerge o importante elemento da contradição, que deverá ser um importante indicador para as novas sendas do conhecimento das próximas investidas da ciência contemporânea. Entender o dialético, o contraditório, é uma possibilidade ímpar para um maior entendimento das particularidades dos povos indígenas e do fazer de etnosaberes e demais saberes que reelaborem o esquadrinhamento ocidental na qual estamos imersos.

As possibilidades múltiplas da biodiversidade e do conhecimento tradicionalmente constituído são formas de pensar novos arranjos sociais, econômicos e documentários, quando da institucionalização, por exemplo, de centros de documentação e outros arranjos no âmbito da informação. Os construtos em questão perfazem novos modos de fazer, possibilitando assim (re) arranjos exclusivos de grupos com diferentes imaginações, com novas formas de pensar, sentir e ordenar o mundo.

Ainda podemos afirmar que o fomento deste novo pensar será uma tentativa de revolução, uma revolução simbólica, que atenta contra a sanidade de indivíduos e a moral

vigente, como afirma Bourdieu: "**As verdadeiras revoluções simbólicas são, sem dúvida, aquelas que, mais do que o conformismo moral, ofendem ao conformismo lógico**, desencadeando a repressão impiedosa que suscita tal atentado contra a integridade mental." (BOURDIEU, 2008, p. 93, grifo nosso)

No contexto de desconstrução da lógica formal que representa os esforços pela documentação de natureza étnica de maneira autônoma, há um elemento importante a ser incorporado que é o aspecto simbólico do *devir* em tela. Posto a ocorrência, há de se ressaltar o simbolismo que o neófito pensar realizará quando do advento em processo do fenômeno informacional indígena, assim como das decorrências de iniciativas que estão em gestação, como o fomento de centro de documentação e cultura.

Neste mesmo contexto, será estabelecido certo recorte epistemológico entre a estrutura de classe concebida para os povos indígenas, o espaço na qual o estão imputados e a disposição para as lutas simbólicas presentes no conflito:

> A estrutura das relações de classe é o que se obtém ao fixar, por um corte sincrônico, um estado, mais ou menos estável, do terreno das lutas entre as classes: a força relativa investida pelos indivíduos nesta luta – ou, em outras palavras, a distribuição no momento considerado das diferentes espécies de capital – define a estrutura desse campo; mas, por outro lado, a força à disposição dos indivíduos depende do estado da luta pela definição em relação ao pretexto da luta. (BOURDIEU, 2008, p. 230)

Assim, a fala aqui impressa no que se refere ao procedimento de desconstrução lógica a ser eleita pelos povos indígenas nos remete também as consequências simbólicas a serem alcançadas, assim como as diferenciações de classe que emergem quando das lutas informacionais em jogo. Assim, povos indígenas inseridos em um contexto de subalternidade na contemporaneidade necessitam de estratégias inteligentes para que iniquidades sejam mitigadas frente à sociedade envolvente.

É inegável a importância que as ferramentas digitais possuem como potência para fazer emergir o fenômeno informacional dos povos ameríndios. Por meio de novas práticas documentárias será possível disseminar por todo o mundo culturas antes obliteradas. Conforme registrado:

> As ferramentas digitais e a conexão com a web tem demonstrado - nas áreas em que são acessíveis e alcançaveis - que é possível responder ao desafio apresentado pelos usuários indígenas e recuperar suas memórias, tradições e conhecimento, para espalhá-los por todo o planeta, com devido respeito aos seus padrões culturais. Embora o progresso neste campo seja lento, é ao mesmo tempo promissor. A mídia digital pode ajudar as populações indígenas da América do Sul a recuperar parte de sua cultura, tornar conhecidas suas situações sócio-políticas e informar amplamente sobre suas lutas e esperanças. Tais instrumentos também podem apoiar os primeiros passos dos povos tradicionais no sentido de sua inclusão na <aldeia [digital] global>,

> criando espaços de encontro e intercâmbio intercultural.[50] (CIVALLERO, 2008, p. 2)

Podemos deduzir uma série de desafios que os povos indígenas têm pela frente com o propósito de alcançar uma autonomia informacional, tendo por meta uma melhoria na qualidade de vida desses grupos, assim como também na possibilidade de empoderamento para a disseminação dos aspectos culturais vivificados. Pontuamos alguns desafios cruciais:

1) A luta pelo fomento da lógica paraconsistente: os povos indígenas deverão enfrentar o processo de hegemonia imposta pela lógica aristotélica, caracterizando um novo pensar posto que a contradição:

> [...] seria o mecanismo classificatório propulsor de ideias plurais, que resultaria em conhecimentos convergentes e que seriam explorados em diversas esferas, de forma lícita e democrática – alterando não só os sistemas classificatórios, mas também a percepção e a liberdade de novas ideias. (SOARES; MARTIN; FRANCELIN, 2013, p. 62)

2) Da atitude decolonial: esta atitude permitiria que os povos indígenas não sejam vistos como vítimas de uma ação hegemônica cultural, como é aventado frente a construção do mundo moderno. Portanto, as desigualdades e/ou hierarquizações impostas pelo Estado seriam desconstruídas por meio de ações políticas orientadas, como, por exemplo, ao adotar uma perspectiva epistemográfica. Desta maneira, necessário é o estabelecimento de novas ações de informação que possibilite efetivamente uma ação de documentação que represente as peculiaridades e especificidades dos povos indígenas.

3) O domínio das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs): como se não bastasse o desafio de monta que configura a ação orientada em produzir uma prática documental étnica, também se faz necessário o domínio do ciberespaço, pois com a utilização dessas novas ferramentas, será possível uma disseminação mais eficaz das informações de interesse para os povos indígenas, assim como também na adoção de práticas documentárias consoantes com àquelas realizadas na contemporaneidade.

Os desafios pontuados foram forjados de maneira mais incisiva nos últimos anos. Isto porque há um incremento do ciberespaço que nos oferece possibilidade de ganhos identitários,

[50] Las herramientas digitales y la conexión a la web han demostrado – en aquellas áreas em las cuáles son accesibles y asequibles – que es posible responder al desafío que representan los usuarios indígenas y recuperar sus memorias, tradiciones y conocimientos, para difundirlos por el planeta, con el debido respeto a sus patrones culturales. Si bien el progreso em este campo es lento, se presenta a la vez como promisorio. Los medio digitales pueden ayudar a las poblaciones indígenas sudamericanas a recuperar parte de su cultura, a hacer conocer sus situaciones sociopolíticas y a informar ampliamente sobre sus luchas y esperanzas. Tales instrumento pueden, asimismo, apoyar los primeros pasos de los pueblos tradicionales hacia su inclusión em la <aldea [digital] global>, creando espacios de encuentro e intercambio transcultural.

como a disseminação das culturas indígenas, assim como também de um movimento de dessimetria na incorporação dos novos elementos info-comunicacionais em voga. Dessarte:

> Com efeito, não é novidade que o mundo mudou de maneira vertiginosa nos últimos 25 anos quando colocamos em perspectiva o recrudescimento do ciberespaço acompanhado do subsequente incremento da cultura digital em escala global cujos autores não deixaram de protagonizar formas de exclusão e desigualdade, e produzir fronteiras e bloqueios – econômicos e culturais – capazes de manter o *status quo* das iniquidades políticas e sociais que marcam as estruturas sociais da maneira como são. (PIMENTA, 2017a, p. 242, grifo do autor)

A luta que os povos indígenas empreendem no ciberespaço se refere exatamente à resistência às iniquidades políticas e sociais tão marcantes na contemporaneidade. As formas de luta por autonomia informacional, alocação de recursos econômicos e proteção aos territórios indígenas atravessam faixas nunca imaginadas, como no campo virtual e a disseminação de informações que venham realocar valores e perspectivas sobre os povos indígenas. Não sendo assim, o dito mundo virtual pode reproduzir injustiças que venham a prejudicar os interesses indígenas. Portanto:

> Assim, temos que a informação no contexto das redes é uma ação de comunicação e compartilhamento de sentido, que pode mudar as estruturas (mental e social), pois cria novos *estados de conhecimento* ou de *identidade cultural*, isto é, contribui para sua atualização, mudança e re-criação nos indivíduos ou coletividade (comunidade indígena). (PINTO, 2012, p. 126, grifos da autora)

Por fim, é destaque que apesar dos grandes desafios apresentados aos povos indígenas com o fito de gerar uma autonomia informacional e documentária, sabemos que a consecução de tais objetivos depende de uma ação política bem orientada, que parta dos próprios povos interessados e de demais agentes parceiros da luta a serem empreendidas, como Organizações Não Governamentais (ONGs) e do próprio Estado, sempre contraditório e em disputa pela hegemonia do agenciamento das políticas a serem adotadas, por meio, até o presente momento, pela FUNAI.

7.2 Da luta pelo processo autônomo de informação ao oblivionismo étnico

Neste momento será abordado um conceito que poderá servir aos desafios que os povos indígenas vão enfrentar quando do desenvolvimento da sua própria prática documentária: o oblivionismo. Vejamos desde já sua definição:

> Como encontramos, nessa superabundância de informações que nossas bibliotecas e centros de documentação lançam à vontade sobre quase todos os temas, as poucas, talvez muito poucas que realmente fazem o pensamento avançar? É exatamente essa arte do esquecimento que todo cientista precisa dominar se não quiser que essa crônica superinformação o paralise na sua atividade de pesquisador. **Passaremos a**

> **chamar essa competência para rejeição sensata de informações de oblivionismo da ciência**. (WEINRICH, 2001, p. 292-293, grifo nosso)

Este conceito agora identificado como oblivionismo procura abarcar um fenômeno contemporâneo de natureza informacional que é o excesso de informações produzidas na sociedade. Devido à expansão das TICs e do produzir incessante de textos, fotografias, vídeos e demais tipos documentais, as sociedades vivem o reflexo e as agruras do que fazer com tanto registro efetuado.

Desde agora, cabe ressaltar que Weinrich (2001) aborda a necessidade de um oblivionismo para a ciência. No entanto, realizaremos uma pequena alteração no eixo de pensamento desta definição da necessidade de esquecimento, trazendo o conceito de oblivionismo como contribuição para os povos indígenas. Deste modo, propomos a alteração do oblivionismo da ciência para **oblivionismo étnico documentário**. Portanto, ficará estabelecido um marco temporal que possibilite uma ação documentária imperiosa que é a ação de seleção, para que não se crie uma galáxia de informações que pouco, ou nada, terá de representante para gerações atuais e futuras aos povos indígenas.

Outro importante conceito que podemos abordar no que tange ao acúmulo sem restrições da informação diz respeito ao fenômeno *big data.* Mesmo não existindo uma rigorosa definição para o fenômeno, podemos vislumbrá-lo a partir da impressionante quantidade de documentos gerados na *internet* nos tempos atuais:

> Empresas de Internet foram particularmente sobrecarregadas. O Google processa mais de 24 petabytes de dados por dia, um volume que é milhares de vezes a quantidade de todo o material impresso na Biblioteca do Congresso Americano. O Facebook, uma empresa que não existia há uma década, recebe mais de 10 milhões de novas fotos enviadas a cada hora. Os membros do Facebook clicam no botão "curtir" ou deixam um comentário cerca de três bilhões de vezes por dia, criando um trem digital que a empresa pode explorar para aprender sobre as preferências dos usuários. Enquanto isso, os 800 milhões de usuários mensais do serviço YouTube do Google carregam mais de uma hora de vídeo a cada segundo. O número de mensagens no Twitter cresce em torno de 200% ao ano e até 2012 ultrapassou 400 milhões de tweets por dia.[51] (MAYER-SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, p. 8)

Quando nos deparamos com os dados produzidos na rede mundial de computadores por usuários de todo o planeta, vemos o quanto é impressionante o momento em que estamos vivendo. A cada instante, milhões de pessoas produzem uma enorme quantidade de

[51] Internet companies have been particularly swamped. Google processes more than 24 petabytes of data per day, a volume that is thousands of times the quantity of all printed material in the U.S. Library of Congress. Facebook, a company that didn`t exist a decade ago, gets more than 10 million new photos uploaded every hour. Facebook members click a “like” button or leave a comment nearly three billion times per day, creating a digital train that the company can mine to learn abour usears`preferences. Meanwhile, the 800 million monthly users of Google`s Youtube service upload over an hour of video every second. The number of messages on Twitter grows at around 200 percent a year and by 2012 had exceeded 400 millions tweets a day.

informações e que esta informação produzida possui um custo, principalmente de processamento documentário, para que haja posteriormente uma recuperação eficaz da informação.

No âmbito da rede mundial de computadores, há uma quantidade quase incalculável de dados transmitidos a cada instante. O quantitativo de usuários e informações transmitidas se desdobra nos desafios postos no âmbito da Documentação para o controle e melhor disseminação informacional. Outros autores ainda relatam que a *internet* e sua explosão de informação estariam vivenciando seu próprio *Big Bang*:

> A rede de redes de Internet, em particular a web, está vivendo seu próprio Big Bang. Ano após ano, as inúmeras informações que cerca de mil 100 milhões [sic] de usuários enviam para redes sociais, sites e outros se multiplicam, marcando consideravelmente um crescimento nunca antes visto. Ou seja, que as informações da web crescem 60% ao ano, das quais os usuários contribuem com 75% das publicações.[52] (RAMÍREZ, 2017, p. 31)

Ou seja, a informação produzida e espraiada pela rede mundial de computadores vem ganhando números impressionantes. E toda essa gama informacional resulta numa perda do que é apropriado pelos indivíduos, visto dois fatores: a incapacidade racional de seres humanos em apreender tudo aquilo que está disponível em linha, assim como pela inexistência de ferramentas eficazes que permitam a recuperação de informação que atenda aos usuários do mundo digital. Ou seja, a explosão informacional aqui abordada é "consequência da explosão tecnológica, principalmente nas áreas ligadas às operações documentais: a informática, as telecomunicações e a microedição." (GUINCHAT; MENOU, 1994, p. 26)

Ainda há o custo não apenas com a aquisição de equipamentos que venham dar suporte à ação de registro, como câmeras filmadoras e computadores, como também uma gama de outros equipamentos como *storages* que venham a permitir o armazenamento da informação produzida, além, evidente, da força de trabalho especializada disponíveis para um devido tratamento informacional.

Neste ponto, acreditamos que seja necessário definir o que seria esta tão falada, mas não tão bem entendida, Documentação. Recorrendo a um autor clássico da Ciência da Informação, é possível elucidar melhor o que significa este processo e os desafios que estão por vir:

---

[52] La red de redes Internet, en particular la web está viviendo su próprio Big Bang. Año con año, la numerosa información que cerca de mil 100 millones de usuarios suben a las redes Sociales, sitios web y otros se multiplica considerablemente marcando un crecimiento nunca antes visto. Es decir, que la información de la web crece el 60% al año, del cual los usuarios aportan el 75% de lo publicado.

> Segundo Otlet, a documentação é um processo que permite reunir, classificar e difundir todos os documentos de toda espécie, relativos a todos os setores da atividade humana, definição que tem o mérito de fazer "finca-pé" no processo e no método. S. C. Bradford expôs uma opinião muito parecida, mas destacou que a Documentação não é uma ciência mas "a arte de reunir, classificar e tornar facilmente acessíveis os documentos relativos a todas as formas de atividade intelectual, o processo devido ao qual um especialista pode informar-se das diferentes publicações relativas à matéria que estuda, a fim de estar plenamente inteirado dos resultados já conseguidos e não tem, assim, que esbanjar suas faculdades criadoras num trabalho já realizado. Bradford insiste, pois, na aquisição e na organização dos documentos e considera que os documentalistas devem satisfazer unicamente as necessidades dos pesquisadores. (SHERA, 1980, p. 95)

Para além dos desafios do processo de documentação a partir de uma lógica racional, que preconiza formas padronizadas e procedimentos uniformes para obter a eficácia no trabalho a ser realizado, considerem no que diz respeito à abordagem documentária étnica, ainda mais no caso de indígenas que vivem em território brasileiro. Cada povo indígena possui uma particularidade, uma especificidade, dentre as mais de 200 etnias existentes somente no território brasileiro atualmente.

Para uma maior compreensão do fenômeno informacional e das ações documentárias que estão sendo empreendidas por estes povos, será também de grande importância para a construção de repositórios digitais de natureza étnica a formação de uma coleção que represente a coletividade, quando observamos, por exemplo, a galáxia informacional produzida pelo fenômeno intitulado *big data*.

A constituição desta galáxia informacional requer uma delicada mediação do que será registrado, salvaguardado e disseminado em meios digitais. E a coletividade que virá a superfície por meio das ações de documentação deverá ser representativa de todo um grupo indígena, elegendo assim os esforços de grupos de visibilidade frente àqueles menos dispostos as formações informacionais de importância.

Retomando a discussão da necessidade de uma atitude oblivionista e já avançando frente ao fenômeno da produção de informações na contemporaneidade, temos que compreender que há um processo paradoxal e complexo no qual os povos indígenas vivem: de povos ágrafos, focados na memória oral, a passagem para uma memória documentária que, por definição, tem dificuldade de esquecer, no momento de início da guarda de documentos. Portanto:

> […] tornou-se evidente que vivemos numa sociedade super-informada, na qual a verdadeira sabedoria não consiste em adquirir informações – qualquer criança pode fazer isso hoje na internet -, mas em rejeitá-la – e para isso ainda não há programa na Internet. Pois naturalmente também aqui se exigiria uma arte do esquecimento. (WEINRICH, 2001, p. 285)

Deste modo, temos uma relação delicada entre lembrar e esquecer, agora não apenas de natureza oral, mas de natureza documentária, estabelecendo também, conforme já aventado na seção anterior, de uma atitude decolonial de enfrentamento a modernidade homogeneizante, como também no estabelecimento de práticas de intrepidez daquilo que deverá ser esquecido, quando não reelaborado, modificado ou recriado para o desenvolvimento de centros de documentação de natureza étnica, como também no próprio reinventar de sociedades que perfazem a diversidade cultural da humanidade. Desta relação entre memória e esquecimento podemos ilustrar desta forma: "Para um leitor apaixonado como Borges, a memória é 'onipresente' (*ubícua*), mas um 'esquecimento generalizado' (*el común olvido*) também faz parte da natureza humana." (WEINRICH, 2001, p. 288, grifos do autor)

Interessante também notar que esta proliferação de informações em meio digital, muitas vezes de forma incontrolável que provoca o denominado caos documentário, faz com que seres humanos fiquem reféns da ação maquínica produzida por dispositivos tecnológicos como computadores e celulares. Por mais que não queiramos que essa proliferação aconteça, a emergência desses dispositivos cria uma quase personalidade própria, fazendo com que a ação documentária saia do controle imaginado ou, ao menos, desejado.

Assim como temos o agenciamento da empresa ou do sistema financeiro, como explanado por Lazzarato (2010), poderíamos também ter um agenciamento de centros de documentação em que o sujeito também seria considerado uma peça dentro de uma estrutura maior. Vejamos, apenas a título de reflexão, o problema que seria tal sujeição na formação das práticas documentárias de natureza étnica. Povos indígenas que viveram em relação harmônica com a natureza teriam necessariamente que viver de forma assujeitada com o objetivo de perenizar o conhecimento produzido e registrado em suportes documentários estáveis? E será que uma atitude decolonial permitiria o fomento de novas práticas documentárias que não levassem indivíduos a sujeição maquínica?

Diante desta apresentação acerca da amplitude do fenômeno informacional que perpassa a temática indígena, utilizando conceitos fundamentais como memória, decolonialidade, epistemografia e desfechado pelo oblivionismo étnico, construções intelectuais aqui arroladas, procuramos adentrar sobre o processo de documentação que os povos indígenas começam a fomentar, sentindo a necessidade de ter domínio sobre a sua informação, estabelecendo uma relação de saberes/poderes sujeitados. Ainda cabe realçar para as novas formas epistêmicas que estão surgindo:

> Portanto, é necessário entender que novas formas de conhecimento estão emergindo, que existem alternativas lógicas e epistemológicas que podem se deslocar dos núcleos para as áreas de interface, que a complexidade dos movimentos multiculturais é muito maior do que se imaginava, pois, os nomes são recentes, mas, os movimentos também têm sua história e as iniciativas de resistência são concomitantes às iniciativas de domínio. Enfim, é preciso o restabelecimento do conceito de revolução a partir de um novo modelo teórico que recupere o diálogo histórico do conhecimento, vinculando ausências e presenças. (SOARES; MARTIN; FRANCELIN, 2013, p. 69)

O fenômeno da memória sempre foi de interesse da humanidade e esse processo de memorização e conhecimento acaba por produzir uma imortalidade daqueles que conseguem realizá-lo. Seria a mudança paradigmática quando do fomento da memória documentária, ou seja, quando transplantamos a memória para suportes estáveis, por exemplo, por etnosaberes para as gerações futuras, com o fito de preservar o *ethos* de grupos em muitos momentos esbulhados de seus direitos e interesses frente à sociedade envolvente ou até mesmo a sobrevivência de um determinado grupo indígena.

Podemos também ventilar que o movimento de grupos não hegemônicos no fomento de práticas documentárias atendendo às suas próprias particularidades podem representar a possibilidade de sobrevivência de parcelas da sociedade frequentemente vilipendiados dos seus direitos, portanto:

> Nesta inovadora relação entre Arquivologia e o Indigenismo, podemos clarear a importância dos arquivos para a construção identitária de povos indígenas, como também para outras demandas outrora já citadas, como as contendas judiciais. Esta relação estabelece um patamar eloquente nas disputas cotidianas por espaço e demais elementos que provam a etnicidade de povos indígenas. (MELLO, 2014, p. 9)

A disputa em curso sobre as informações de natureza étnica também expressa o lugar de legitimidade que os documentos possuem quando do processo de documentação e para onde são destinados. Ao se tratar de documentos produzidos pelo Estado, a assunção da veracidade da informação produzida em função da fé pública quando da gênese deste tipo de documento é imediata. Porém, quando da informação produzida pelos próprios povos indígenas, fica a problematização quanto ao processo de validação necessária.

A aceitação de uma atitude decolonial seria a expressividade étnica de grupos indígenas no interesse na realização de repositórios informacionais que representassem os anseios desses povos. Também podemos dizer que há uma preponderância dessa atitude frente a bases sólidas calcadas no pensamento racional: “[...] a transdisciplinaridade decolonial tem primazia epistemológica, ética e política sobre a disciplina e o método.” (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 80)

O procedimento documentário apresenta uma complexidade de importância quando confrontados com a emergência na contemporaneidade de uma gama tamanha de informações, principalmente em meio eletrônico no que denominados de *internet* ou rede mundial de computadores.

Diante dessa configuração histórico-cultural de desafio do que deve ser lembrado e esquecido, diante da profusão de informações geradas diariamente, os povos indígenas devem também atentar para aquilo que deverá ser conservado para as gerações futuras. Desta maneira, há uma dilatação do desafio posto: da formação das práticas documentárias étnicas acabam transbordando em problemas que nós, frutos da hipermodernidade (LIPOVETSKY; SERROY, 2011), ainda não tivemos domínio sobre como tratar este caos documentário que impera entre nós.

Outro ponto que merece destaque é à elaboração de um novo paradigma lógico, intitulado de paraconsistente. Na tentativa de minorar o poderio da lógica racional aristotélica, que produz uma hegemonia de saberes e de produções documentárias, vislumbramos uma nova lógica que venha abarcar o contraditório e outros conhecimentos, como os de natureza étnica, com o fito de desconstruir a supremacia ocidental que por séculos silenciou vozes em repositórios, principalmente frente ao poderio estatal. Tal fenômeno ocorre ainda com mais expressividade ao nos debruçarmos, no caso brasileiro, nas agências indigenistas do Estado, como o então SPI e no tempo presente a Fundação Nacional do Índio que por décadas tiveram a primazia de recursos informacionais sobre os povos indígenas e que muitas das vezes tinham como principal objetivo atender aos interesses do Estado Nacional.

As estruturas de Estado não apenas criaram a coleção dos objetos obtidos por meio de pesquisas antropológicas em campo, como também organizaram esses em suas reservas técnicas. E para este objetivo, foram realizadas ações de organização e classificação específica e própria da hegemonia lógica estatal, de modo geral. Para a discussão:

> Procurando estar de acordo com a lógica e os mecanismos de controle e de gestão patrimonial, esses museus apresentam regimes de memória específicos e representam um espaço de construção de identidades que estão conectadas às formas de mobilização e atuação política que são próprias a cada povo indígena (GOMES, 2012). (VELTHEM; BENCHIMOL, 2018, p. 475)

A emancipação epistêmica e organizacional que deverá ser operada quando das formas de mobilização e atuação política deverá ir de encontro à lógica pré-concebida coadunado com os mecanismos de controle existentes. Assim, se poderá avançar numa ruptura política, epistêmica e organizacional que instituições com a *expertise* já adquirida de anos com o

manejo dos acervos indígenas para que os povos indígenas possam (re) elaborar novas formas de etnosaberes.

Uma das possibilidades para uma eficaz construção de repositórios informacionais de natureza indígena, sem fraquejar frente às especificidades culturais dos povos indígenas, seria a realização de um esquecimento dirigido feito pelos próprios indígenas, que nesta empreitada intitulamos como oblivionismo étnico documentário. A partir deste novo conceito, será possível, por meio de uma atitude consciente decolonial, estabelecer diretrizes que venham a atender os interesses de grupos não hegemônicos muitas vezes distantes do processo decisório.

7.3 Por uma discussão informacional subalterna

Com o objetivo de aprofundar a discussão presente do fenômeno informacional de natureza etnológica e como a emergência política e social dos povos indígenas resultou desse movimento, é de interesse pensar sobre como a subalternidade acaba por representar um processo político maior, em que grupos não hegemônicos começam a se mobilizar para criar a sua própria história, recuperar identidades, resultando na criação de centros de documentação e informação.

Por exemplo, o pensamento do intelectual peruano José Carlos Mariátegui (2017) pode apontar para os caminhos que a ação dos povos indígenas avançou durante o século XX. A criação das assembleias indígenas ainda durante a Ditadura Militar brasileira, assim como o fomento dos seus centros de documentação fazem com que a questão indígena seja requalificada. Os atores em jogo, que vivem em negociação permanente, podem vislumbrar uma situação mais privilegiada no pautar as políticas públicas. Nesta senda:

> A solução do problema do índio precisa ser uma solução social. Seus realizadores devem ser os próprios índios. Esse conceito leva a ver, por exemplo, na reunião dos congressos indígenas um acontecimento histórico. Os congressos indígenas, desvirtuados nos dois últimos anos pelo burocratismo, ainda não representam um programa; mas suas primeiras reuniões apontaram um caminho, colocando em contato os índios das diversas regiões. Falta aos índios vinculação nacional. Seus protestos sempre foram regionais. Isso contribuiu, em grande parte, para sua derrota. Um povo de quatro milhões de homens, consciente de seu número, nunca perde a esperança de seu futuro. Os mesmos quatro milhões, enquanto forem apenas uma massa inorgânica, uma multidão dispersa, serão incapazes de decidir um rumo histórico. (MARIÁTEGUI, 2017, p. 148)

Uma pauta informacional subalterna que emerge a partir da atuação dos povos indígenas pode se tornar esmaecida, visto o contexto político presente. No entanto, a mobilização permanente e a consciência de classe devem imperar, visto que somente com o

fortalecimento dos povos indígenas será possível levar adiante reivindicações necessárias para uma efetiva melhoria da condição de vida desta parcela da sociedade brasileira.

A insurgência de um movimento político autônomo que venha representar os anseios dos povos indígenas é de importância para que futuras conquistas sejam alcançadas. E mais: que o avanço dos direitos sociais alcançados esteja sedimentado no seio da sociedade brasileira. Porém, em contextos mais conservadores, fruto de uma instabilidade política e econômica, as conquistas obtidas por camadas obliteradas do tecido social são afetadas, criando preocupações, em especial, aos povos indígenas.

O avanço de reivindicações territoriais, de identidade e documentárias, pelos povos indígenas, já datam de tempo pretérito. Os revezes e dilemas enfrentados fazem parte da luta política empreendida, assim como o lugar em que estão alocados na estrutura social, ainda mais em um país com forte lastro discriminatório como o caso brasileiro.

Os espaços de memória que foram concedidos aos povos indígenas ao longo das últimas décadas (MELLO, 2018c) devem ser relativizados também, visto que a permanência da política de memória neste lapso temporal poderá ser rediscutida. Este intervalo de tempo poderá representar novas trilhas para uma nova escrita da memória indígena a partir da lógica do Estado. Ainda neste sentido:

> A luta dos grupos subordinados contra o poder hegemônico é a luta de suas memórias sociais contra o esquecimento forçado, mas com o Movimento Indígena as memórias dissidentes começaram a recuperar o protagonismo negado historicamente. Hoje existem, como se indicou, as políticas de recuperação do patrimônio imaterial indígena, mas cabe perguntar se estas realmente representam o setor invisibilizado da história oficial e se constituem só uma política oficial "temporária", que está considerando "recém agora" esta demanda histórica. (PINTO, 2011, p. 282)

Mais do que uma concessão do Estado para com os grupos não hegemônicos, haverá um aprofundamento da participação desses grupos mesmos na elaboração de políticas públicas, assim como inclusive na participação em instituições. O mero desejo, ou concessão, na execução de políticas de memória, do ponto de vista documentário, por exemplo, na sedimentação da potencialidade que grupos indígenas possuem em definirem escopos no campo da documentação e da memória.

Como sinalizado por Pinto (2011), esse processo de memorialização das memórias indígenas pode estar imerso em um processo mais amplo de domesticação das políticas dessas memórias. Quando do surgimento potencializado de ações independentes da documentação indígena, de uma ação informacional subalterna, surge tempos depois uma ação fagocitante deste processo de independência informacional.

Portanto, há um ponto de tensão no que tange as memórias hegemônicas, representadas por instituições de memória do Estado e seus profissionais, e as memórias dissidentes, aqui constituídas pelo pensamento indígena. Assim, esta tênue e complexa negociação entre atores conflitantes que passam a convergir para a elaboração documentária de valorização dos padrões ditos desviantes do Estado.

Antes oclusos do ponto de vista informacional, os povos indígenas ganharam uma série de garantias documentárias, como a criação de um Museu do Índio em 1953, um Centro de Documentação Etnológica nos anos 1970, os projetos de documentação da UNESCO já no século XX e as iniciativas autônomas dos centros de documentação criados pelos próprios indígenas (ANEXO). Esses ganhos são possibilidades para um projetar mais qualificado e equânime desses grupos não hegemônicos.

Entretanto, as iniciativas de natureza documentária como as promovidas pelo Estado brasileiro a partir de meados do século XX na constituição da memória não podem ser também desvinculadas dos trabalhos executados do período colonial, de aniquilação física e memorial dos povos indígenas. Assim:

> A formação da memória (os registros e sua conservação em arquivos) do Estado colonial e atual (moderno) foi inseparável da elaboração da história da colonização, junto com a destruição ou, pelo menos, a desestruturação das formas da *memória social indígenas* e sua fragmentação deslocamento para espaços privados e/ou oficiais. (PINTO, 2011, p. 274, grifo da autora)

Ora, a atuação do Estado nas políticas de memória nos períodos mencionados se coaduna com o processo de interiorização da ação do Estado brasileiro, como a execução no período intitulado de Estado Novo (1937-1945) pelo presidente Getúlio Vargas. Se havia um processo de contato intermitente e inexorável perda de uma dada originalidade das culturas indígenas, nada mais razoável que se realizar ações de memória dirigidas, ainda mais no contexto de patrimônio elaborado nos anos 1930.

A disputa, por exemplo, no espaço privilegiado das memórias indígenas no âmbito do Estado que ocorre por excelência no Museu do Índio, está em permear as políticas de memória em curso para o atendimento do anseio da clientela fim. Se hoje, há uma mudança na perspectiva de povos indígenas quanto à importância de documentar sua cultura, também são necessários novos desenhos institucionais de participação, não cabendo mais uma única e exclusiva homogeneização do Estado por meio dos seus servidores na alocação de recursos públicos para a realização de ações documentárias.

Fica evidente que as pautas políticas apresentadas pela questão indígena, assim como os avanços sociais conquistados, estão fincados na história brasileira. No entanto, a realidade

social é múltipla, diversa e paradoxal, apresentando avanços e retrocessos. Atualmente, na conjuntura brasileira vivemos um período de retrocessos quanto aos direitos sociais, estando o Brasil entregue aos "interesses monopolistas estrangeiros, ao mercado financeiro e a elementos vinculados a grupos conservadores." (PERICÁS, 2017, p. 71)

Uma discussão quanto ao fenômeno informacional indígena é a autonomia cultural. Esta autonomia tem profunda relação com a de natureza da informação, pois o interesse que povos indígenas começaram a adquirir por centros de documentação resultam em um processo de autonomia coletiva.

A aparição dos povos indígenas na documentação existente se resumia naquela produzida pelo Estado. A ação de memória, benéfica para esses grupos, se torna vulnerável, visto que o Estado é uma entidade abstrata definida por interesses de classe. Assim como em um recorte histórico específico a memória documentária se tornou interessante acerca dos povos indígenas, pode ocorrer uma mudança quanto ao interesse da permanência de arquivos e bibliotecas sobre a temática indígena.

Uma discussão informacional subalterna/alternativa deve abarcar necessariamente uma autonomização dos agentes da memória. Ou seja, povos indígenas instrumentalizados para gerir centros de documentação e para criar ferramentas documentárias de organização do conhecimento. Assim, o poderio representado pelo Estado poderá se tornar desbotado e não mais uma ameaçada no que tange a memória dos povos indígenas. Portanto:

> Nesse sentido, os grupos minoritários e os povos indígenas em particular terão não apenas o uso dos documentos e das novas tecnologias de registro incorporadas ao seu cotidiano, mas também reconhecidas como válidas em processos juntamente à Administração Pública ou ao Poder Judiciário; suas próprias tecnologias de registro e as apropriações que vieram a fazer daquilo que sobre eles foi estabelecido como uma estratégia de autodeterminação, valorização e divulgação cultural. Desse modo, ampliou-se a aceitação, como "documento probatório", de todos os recursos e práticas de transmissão de saberes e lógicas de ordenamentos sociais utilizados pelas sociedades indígenas. (SILVA, 2018, p. 86)

Um bom exemplo que traduz a emergência da subalternidade informacional é a autodemarcação de terras indígenas feita pelos índios Kulina. Este processo desencadeado "gerou e consolidou uma nova metodologia de demarcação construída a partir da efetiva participação dos grupos locais nos trabalhos de demarcação física de suas terras [...]." (NEVES, 2003, p. 136). Não apenas os Kulina mas outros povos indígenas do Brasil em diversas regiões têm experiências de emancipação de grupos subalternos/alternativos na reivindicação de seus direitos territoriais.

Ainda sobre os povos indígenas, há uma relação permanente da produção da memória e a relação com o território. Ou seja, a emergência de uma memória étnica que contém do local de gênese do povo indígena e de suas dinâmicas culturais. Assim:

> O espaço territorial estaria constituído por uma série de "marcas" históricas evidenciando que algo aconteceu; a partir daqui a memória étnica se formaria e, por sua vez, contribuiria para reconstruir a própria história. A memória faz uso, assim, de uma *mnemotecnia* guardada em ou lembrada pelos lugares e que se dá no diário viver e acontecer do natural-social do território. (PINTO, 2011, p. 275, grifo da autora)

Este diário viver para os povos indígenas surge como um aspecto constituinte do *ethos* indígena: o seu território não é apenas um espaço de coabitação entre os membros de uma etnia, mas um *continuum* do ser para com o seu território. Aspectos da ancestralidade, a realização de rituais e outras formas e expressões que surgem são referenciados da relação de um dado grupo indígena com seu território.

Abordar um fenômeno informacional indígena é também relacionar com as implicações territoriais existentes. Essas imbricações devem ser desvendadas com o fito de potencializar as lutas políticas em curso do mosaico construído com elementos aparentemente díspares, porém sobrepostos, como valorização étnica, fomento informacional e demarcação de terras indígenas.

Este binômio informação e terras indígenas simbolizam a capacidade de articulação política de camadas da sociedade brasileira que impulsionam lutas por reconhecimento social. Esta possibilidade, e real existência, do reconhecimento acende uma luz para a permanência social e aponta para outros grupos ditos subalternos na constituição de lugares privilegiados de fala, saber e agir.

Mesmo a reapropriação da escrita do Estado, a partir de sua política indigenista, já é um avanço relevante. Porém, os resgates de reclamos oclusos também perfazem a fundação de memórias indígenas esmaecidas pelo tempo. Logo:

> Portanto, a memória social indígena se nutriu não só do processo de luta pela terra, mas também pelo resgate de outras "vozes ocultas" na história oficial de líderes como Lame; desta forma, o Movimento Indígena teve um papel-chave. (PINTO, 2011, p. 275)

O movimento indígena é outro fator político que chama a atenção quando do fenômeno informacional indígena. A luta pela terra, conforme explicitado a partir das assembleias indígenas ainda durante a Ditadura Militar, e encabeçada pela agitação indígena, teve um papel de destaque nos acontecimentos que se desdobraram.

Não se poderia pensar no surgimento de centros de documentação criados pelos povos indígenas sem a iniciativa e a formação de cunho político contestatório originado em um momento de desequilíbrio político, sem garantias plenas dos direitos civis. Assim, o aprendizado realizado elevou as intituladas vozes ocultas para além das interpretações ofertadas por agentes do SPI ou por teóricos acadêmicos.

O processo de emancipação informacional subalterna/alternativa não deve ser encarado como uma ação de via única. Ou seja, por uma espécie de componente genuinamente indígena é a informação produzida por um dado povo indígena. Os elementos em disputa e complementares devem produzir esforços em conjuntos, com objetivos bem definidos, para um destaque mais qualificado dessas parcelas sociais.

O que ocorria quando do SPI é o processo de hegemonização estatal na criação de documentos, na interpretação dos fatos e, fundamentalmente, no interesse estatal sobre os seus territórios. Em tempos mais modernos, já existem outros marcos legais, uma requalificação dos agentes envolvidos com a questão indígena, possibilitando outras formas de relacionamento, outros modos de vida.

Iniciativas fenomênicas informacionais impulsionam novos conhecimentos que revertem também na criação de centros de documentação. A documentação acaba produzindo a garantia de direitos em construção ou já consolidados, ainda mais em momentos de conflitos políticos e de investida direcionada contra os povos indígenas.

Os registros e os instrumentos documentários criados pelos povos indígenas e consubstanciados em repositórios do Estado ou geridos por eles mesmos também se configuram como ações da sociedade, com as particularidades e contradições do tempo presente inerente aos estratos sociais em conflito, disputa e consenso para a consecução dos seus desígnios. Deste modo:

> As representações utilizadas na recuperação e transferência da informação são pontos de partida de ações sociais. Elas refletem momentos históricos, teorias, paradigmas, ideologias e culturas e, embora se aproximem da realidade, podem ter leituras diversas. O mercado de informações exige que haja uma equivalência formal das representações para que haja um construtor sócio-cultural visando as relações sociais, ou seja, que ocorra num tempo e espaço definidos, num determinado contexto. A representação não deve alterar o objeto representado mas isto torna-se impossível na medida em que a representação é uma leitura do objeto e sofre diversas influências que dificultam a manutenção de parâmetros culturais no intercâmbio representacional. (MIRANDA, 1999, p. 68)

Também é interessante realçar que a construção de novos paradigmas demarcatórios resulte em instrumentos informacionais de garantia às conquistas obtidas também são submetidas à incorporação das políticas públicas. E as políticas públicas só podem acolher

estas inovadoras reformulações em espaços onde a devida porosidade de demandantes do centro decisório do Estado. Assim, “Por intermédio da Funai e de outros órgãos ligados às questões indígenas, o Estado brasileiro apropria-se de ações e procedimentos inovadores gerados pelos povos indígenas, incorporando-os às políticas públicas.” (NEVES, 2003, p. 137)

As formações de centros de informação de natureza etnológica desenvolvidas pelos próprios indígenas significam o fomento de novas práticas documentárias que se inserem nas dinâmicas de poder da sociedade hodierna, formações que permitem novas reflexões sobre o papel do arquivo, do documentar e da informação para estratos antes excluídos dessas práticas.

Numa perspectiva de entendimento de como será a construção de novos saberes, a partir do poder de povos indígenas em fomentar centros de documentação com a consolidação, por exemplo, de instrumentos documentários de natureza étnica, de cunho desclassificacionista que venha fomentar práticas até hoje não pensadas em virtude do pensamento racional cartesiano. Destarte:

> Deste modo, deve-se criar centros de cultura e documentação étnicos, como também novas formas de (des) classificar os acervos existentes e aqueles que estão por ser registrados, coletados e documentados. Este processo de (des) classificação seria a grande virada epistêmica dos povos indígenas, pois no momento da desclassificação haveria um processo concomitante de empoderamento e realização da perspectivas [*sic*] da fala do outro, e não mais do detentor do saber acadêmico/técnico hegemônico como aquele produzido pelo Estado. (MELLO, 2017a, p. 106)

A formação de novas possibilidades do fenômeno informacional indígena nos faz refletir sobre o meio histórico que grupos não centrais estão imersos e quais serão as novas sendas a serem percorridas. Portanto, há uma mudança de postura epistêmica, pois “quando aparece uma nova configuração do tecido histórico, da mesma forma teremos uma virada na perspectiva epistemológica.” (NEGRI, 2003, p. 89)

No tempo pretérito, havia a formação de construções do intelecto dicotômicas, como civilizado e não civilizado, documentados e não documentados. Seria a partir das modelações de âmbito classificatório que a relação centro/periferia se expunha, no debate do projeto colonial em curso. A possibilidade de rotular e imprimir um aspecto do diferente fazia com que a organização imperial para com os submissos daquele momento acontecesse de maneira mais eficaz.

Porém, os espaços ocupados pelo centro hegemônico, por meio de discursos, práticas e ações documentárias não se realizaram de maneira monolítica. Negociações e embates

ocorreram e no processo posterior de descolonizar o que foi colonizado, sobraram lacunas e lógicas a serem preenchidas e reelaboradas. Portanto:

> Se, em algum momento, foi possível estabelecer a divisão nós/eles, civilizado/bárbaro, humano/inumano, a partir do encontro colonial as fronteiras tornaram-se cada vez mais porosas, as novas identidades se fizeram em autopoiese, e os espaços, tornados territórios, propícios para a negociação. É o desafio de pensarmos uma outra lógica de significação que é responsável por gerir uma outra ordem de discurso, oportunizando, desse modo, um descentramento do conhecimento e sua descolonização. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 110)

A elucubração de lógicas de significação distintas de grupos não hegemônicos, a partir de uma ordem do discurso produzido, é potencial naquilo que detém enquanto inovador nos processos políticos e documentários que venham iniciar. E esse encadeamento produzirá outras consequências positivas, emancipadoras, do que é chamado aqui como fenômeno informacional indígena e outros que estejam por vir no *devir* histórico.

A subalternidade informacional passa pelo desafio de compreender as dinâmicas informacionais produzidas no seio da *hinterlândia* informacional, como também nas próprias transformações sociais que estão em curso. O empoderamento dessas estratificações sociais gera uma série de ressignificados identitários que impactam também a produção documental até então.

Uma consequência desta requalificação de significados da produção documental estaria nos processos de validação hoje existentes. Se antes os arquivos serviam para provar (DELMAS, 2010), no tempo presente as ações informacionais têm outras funções para além daquelas dispostas no tempo passado. Os próprios mecanismos de validação e fidedignidade informacional, abalizada pelo Estado, são relativizados frente à emergência não só de novos atores sociais, como também das redes sociais, dos fluxos informacionais e daquilo que a sociedade hoje reputa como valorosa e digna de ser salvaguardado.

A informação dispersa em meio eletrônico é um oásis para grupos excluídos do centro decisório de poder. Essas parcelas, que lutavam para se organizarem, serem incluídas e terem seu reconhecimento estabelecido, podem reivindicar, quando não pautar, o que é relevante, quais os atores que devem estar em jogo e de que modo a formação documental estará disposta.

De qualquer modo, não é possível também haver um otimismo absoluto quanto ao processo já iniciado de transformação dos eixos de validação documental. Problemas sociais, ações políticas orientadas das parcelas hegemônicas, a formação de grupos de interesse contrários a esses grupos também se utiliza desses canais, se mobilizam, criam redes de proteção e apoio mútuo. Portanto, as ações políticas estão em embate permanente.

Foi explicitada a importância que as assembleias indígenas tiveram para a mobilização dos povos indígenas que tiveram consequências, como a formação de lideranças indígenas, os ganhos sociais do processo político-social e jurídico em curso e a formação dos centros de documentação. Todas aquelas ações relatadas aconteceram quando os meios de comunicação eram rarefeitos, precários pelas possibilidades técnicas e políticas daquele tempo.

Hoje, com o avanço técnico-informacional somado à formação política de povos indígenas, as possibilidades são múltiplas. O intento de organização existente nas redes virtuais é catapultado para o mundo real, em que grupos antes excluídos estão nas ruas, no centro de debate político do país, em um processo inexorável de reconhecimento e melhoria das condições de vida.

Destaque pertinente desse movimento de autonomização indígena e as intituladas novas possibilidades políticas e documentárias também há relação com o tipo de produção bibliográfico produzido. No bojo da redemocratização e dos novos modelos de conhecimentos, indígenas começaram a produzir sua própria história e memória, formando assim possibilidades em contar a trajetória de povos indígenas, assim como também numa inserção qualificada do que seria pertinente a ser narrado e daquilo que ficaria sedimentado para as gerações futuras.

Deste modo, não é possível de ser omitida a publicação bibliográfica "Antes o mundo não existia: a mitologia heroica dos índios Desâna" de Umúsin Panlõn Kumu e Tolamãn Kenhíri, primeiros escritores da história dos povos indígenas brasileiros, pertencentes à etnia Desana, grupo indígena que habita o noroeste do Estado brasileiro do Amazonas. No parágrafo inicial da introdução elaborada pela museóloga do Museu do Índio, Berta Ribeiro, ela afirma que:

> Na história da antropologia brasileira, esta é a primeira vez que protagonistas indígenas escrevem e assinam sua mitologia. Tolamãn Kenhíri, índio Desana do clã de mesmo nome, e seu pai, Umúsin Panlõn Kumu, de 33 e 55 anos de idade, respectivamente, **decidiram fazê-lo para deixar a seus descendentes o legado mítico de sua tribo, convictos de que, de outra forma, se perderia ou seria deturpado**. (RIBEIRO, 1980, p. 9, grifo nosso)

Um verdadeiro marco histórico a publicação da obra em tela. Como informado por Berta Ribeiro (1980), os indígenas Desana não queriam mais que seus mitos fossem relatados, recontados por outros, alienígenas do *ethos* cultural e sua forma de ver e viver o mundo. Naquele momento, na passagem da oralidade para o suporte material das narrativas Desana, os indígenas deixaram de ser passivos da história do seu povo, para serem proa, ativos, protagonistas. Mesmo os riscos de perda e/ou deturpação estariam findados, como Umúsin e

Tolamãn afirmam, visto que a autonarrativa mítica possui a fidedignidades dos agentes do processo social.

Esta iniciativa abriu uma senda de muitos outros autores que viriam pelos anos 1980 até os dias atuais. Se antes, pesquisadores acadêmicos tinham a primazia na construção do conhecimento dos povos indígenas, do processo resultante iniciado pelos indígenas Desana, este encampamento ficou pelos próprios indígenas, no caso, pioneiro, pelo Desana. Nesse processo há uma mudança basilar, transmutação esta que reverberou para conquista de territórios, de modos de ser e falar específicos para além daqueles compreendidos pela lógica dominante e autoritária dos que interpretavam as culturas indígenas.

Assim sendo, é pertinente elucubrar que a emancipação política advinda, por exemplo, quando do término da tutela aos povos indígenas com a Constituição Cidadã de 1988, foi um movimento político maior, como da luta documentária empreendida por Mário Juruna e da sua atuação política na Câmara dos Deputados, assim como também nos registros documentários, a partir da produção bibliográfica feitos por Umúsin e Tolamãn.

O movimento gerado de escrita e produção de livros também está coadunado com uma maior disposição de gravadores, acesso este que veio modificando a forma de registrar. Assim, ganha velocidade e maior dinamismo, possibilitando um recuperar, por mais precário que apresente os aspectos culturais dos povos indígenas em função da violência contra eles impostas.

As iniciativas proporcionadas também pelos indígenas Desana apontaram como um exemplo, uma inspiração para que outros indígenas, já naquele tempo quando da escrita, também pudessem repertoriar cantos e mitos que poderiam ser esquecidos, possibilitando o seu recuperar futuro. Assim:

> As mesmas intenções [de escreverem eles próprios sobre si mesmos] foram expressas por índios Tukâno, que conheci em Iauareté: os irmãos Antônio e Isidro Freitas e Graciliano Soares, todos originários do povoado de Santa Luzia, no rio Papuri, próximo ao lugar de origem dessa tribo. **Munidos de gravadores, estão registrando os mitos que alguns velhos ainda recordam e que, com sua morte, inevitavelmente, desaparecerão**. Espero que esses Tukâno recebam uma ajuda como a que podemos dar, padre Casemiro, Márcio Souza e eu, a Umúsin e Tolamãn, a fim de que esse acervo seja recuperado por eles próprios. (RIBEIRO, 1980, p. 44, grifo nosso)

O grau de importância são os mesmos, os processos de emancipação e inserção qualificada na tessitura social brasileira são equivalentes, visto que grupos indígenas agiam em frentes diversas: assembleias, partidos políticos, publicações bibliográficas e construção

de acervos. Assim, indígenas ganhavam visibilidade, produziam conteúdo, transformavam a fala do outro na sua própria fala.

Hoje, principalmente, para quem tem por ofício tratar a temática indígena ou o gosto pelos povos ameríndios, já observa com naturalidade a emancipação política consolidada. Todavia, a discussão informacional subalterna/alternativa nesta tese emerge como novas formas de produzir uma sociedade plural e rica culturalmente, em que o diverso se torna o constituinte do todo. Assim, a sociedade brasileira vem produzindo um modelo societário melhor, reativando partes antes distantes, quase alienígenas, do tecido social.

Por esta discussão, caberia também à aparição de outros e tantos quantos forem os grupos necessários que venham gerar visibilidade informacional (PIMENTA, 2016) para os estratos impostos em uma ação de subordinação ainda muito presente na sociedade brasileira. Este movimento veio ganhando importância vista a mobilização de outros grupos não hegemônicos na sociedade. Porém, a problematização é de que forma esta inserção veio se sobressair.

E o que significaria do ponto de vista documentário e do construto de uma política documentária, a tal inconstância da alma selvagem? Vejamos a passagem abaixo:

> O problema, portanto, é determinar o sentido desse misto de volubilidade e obstinação, docilidade e recalcitrância, entusiasmo e indiferença com que os Tupinambás receberam a boa nova. É saber o que eram essa **"fraca memória"** e essa "deficiência da vontade" dos índios, esse crer sem fé; é compreender, enfim, o objeto desse obscuro desejo de ser o outro, mas, este o mistério, segundos os próprios termos. (CASTRO, 2002, p. 195, grifo nosso)

Atraente a passagem que estabelece para com os Tupinambás da Era Colonial brasileira uma fraca memória, entendido como sendo um baixo desejo de perenizar os conhecimentos produzidos e disseminados pelo grupo indígena. Processo inverso do que está em voga em tempos atuais quando da construção de instituições de memória de natureza etnológica. Tal mudança do eixo de pensamento representaria a inserção de elementos alienígenas às culturas ameríndias?

Fascinante também é que a importância do fenômeno informacional produzido pelos próprios povos indígenas já chamava a atenção também de instituições de ponta no âmbito da ciência e tecnologia, como do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, mais conhecido como IBICT. Isto porque logo no número 2 do periódico eletrônico Inclusão Social, o líder indígena Álvaro Tukano concedeu uma entrevista a Dora Thereza Duarte Galesso e Ludmila dos Santos Guimarães sobre a inclusão digital das comunidades indígenas

do Alto Rio Negro no ano de 2006. Importante ainda ressaltar que a entrevista é resultado da demanda ao então diretor do IBICT, professor Emir José Suaiden.

Como é observado, o processo de inserção informacional dos povos indígenas no Brasil vinha ocorrendo em várias frentes. E o processo de visibilidade em curso possibilitava uma agenda positiva pela busca de direitos vilipendiados fruto do processo histórico do contato com povos díspares. Sobre a importância informacional nas palavras da liderança indígena:

> Quando nós, os povos indígenas, tivermos acesso às informações detalhadas de cada aldeia, evidenciando as nossas diferenças, nos tornaremos mais resistentes para preservar a nossa identidade das invasões. Estaremos conversando entre nós e com os demais povos, por meio de sistemas de comunicação mais atualizados sobre os nossos negócios, nossas cerimônias, nossos cânticos e sempre realizando estudos comparativos para que não sejamos confundidos ou direcionados pelos sistemas externos. Esta é a importância de ter as tecnologias nas comunidades indígenas [...]. Nós precisamos desse diálogo para contar novamente a nossa história[53] [...]. (TUKANO, 2006, p. 1)

A liderança indígena possui uma avaliação arguta acerca das tecnologias informacionais nas terras indígenas e a apropriação desses novos elementos técnicos. A incorporação desses novos parâmetros de conhecimento deve trazer elementos novos e sempre intermediados, para que haja uma apropriação cultural de interesse, no caso, ao povo Tukano. Não sendo desta maneira, haverá uma transferência de informação e conhecimento assimétrica, distante dos anseios do povo indígena.

Na entrevista também concedida pela liderança a relação entre os povos indígenas e as tecnologias de informação é abordada. Conforme o próprio (2006, p. 8): "Entre os índios não há resistência para com a chegada da tecnologia." A maior resistência, segundo Álvaro Tukano, advém de outros agentes que lidam com os povos indígenas, como missionários, que detinham o exclusivo informacional acerca do estrato social que atuam.

Ou seja, a inserção de elementos alienígenas às culturas ameríndias, como a chegada das tecnologias informacionais, não propriamente é um problema. No entanto, frente ao monopólio exercido por entidades eclesiásticas ou do Estado, existe resistência visto que o poder informacional exercido pelos povos indígenas confronta a formatações subalternas construídas nas relações entre entidades que trabalham com esses grupos.

Por isto, conforme problematizado ao longo da discussão desta tese, a decolonialidade da prática documentária é sustentada pelas recentes experiências da memória documentária de

[53] Mari yé makãri khãsé mhasirã, mari nisheti shere ñõ`orã, piti mari khiti mo`õrire ma`irãsa mari yere ÚKŨŘÃ haperã me`rã, da`rasheré, bhaseshere, bhasa mo`õrire añurõ úku mipõteo ni`kõrãsá. Tho werã até tecnologia wametishé me`ra da`rãrã ãñuro mari yere uku we mhorõ ni`korã... [Alguns elementos gráficos da língua Tukano não foram transcritas]

natureza etnológica (ANEXO). Novos fazeres e demandas dos povos indígenas apontam para outras possibilidades informacionais, na organização do conhecimento, no fomento aos centros de documentação e, por fim, na própria acepção do significado da informação.

CONCLUSÃO

Mais do que a ação constante do Estado brasileiro, em cumprimento aos dispositivos constitucionalmente previstos na Carta Magna promulgada em 1988, somente por meio da qualificação dos povos indígenas, pela valorização de sua cultura material e imaterial, mas, principalmente, pela existência e valorização da Documentação, é que os povos indígenas espalhados em todo o território nacional estarão instrumentalizados para enfrentar os interesses alheios a sua causa.

Os povos indígenas realizaram enormes feitos ao longo do século XX: conseguiram pautar uma política bem sucedida de proteção territorial pelo Estado brasileiro, se organizaram em assembleias indígenas durante um período de exceção que se caracterizou a Ditadura Militar e no florescer do início do século XXI sedimenta iniciativas pioneiras de criação de centros de documentação autônomos, para além daquelas estabelecidas pelo Estado.

Ainda não sabemos em que direção será conduzida a política indigenista formulada pelo Estado brasileiro e qual transmutação da memória advirá deste processo, porém, podemos esperar maiores sopros de autonomia numa dinâmica de autossuficiência dos povos indígenas estão por vir. E esses novos movimentos políticos e sociais em curso são representações de anseios de estratos sociais ainda vulneráveis da sociedade brasileira.

A autonomia sentida pelos povos indígenas não é mero fruto de uma engenharia político-jurídica do Estado em tempo presente. Para entender os novos fenômenos informacionais em que estão inseridos os povos indígenas foi necessário mergulhar nos movimentos indígenas criados a partir dos anos de 1970, ainda no período ditatorial. Naquele período é que foi gestado o que vemos hoje, na qual povos indígenas criam museus, centros de documentação e demais instituições onde podem ver e serem vistos.

O processo de documentação autônomo dos povos indígenas está imerso nas ações políticas por melhores condições de vida e, principalmente, da luta pela demarcação dos seus territórios. Assim, houve melhorias significativas para esses grupos, como o incremento populacional verificado nas últimas décadas.

Em tempo mais presente há a realização de outros tipos de encontros, seminários, assembleias de natureza temática, como a que foi realizada sobre a documentação dos povos indígenas no ano de 2013 e retratada nesta tese. A realização de eventos específicos é significativa pela capacidade organizativa de grupos indígenas assim como também pela importância que as ações documentárias de natureza etnológica possuem para eles. Assim, a

mobilização política envolta numa conjuntura de empoderamento tecnológico e informacional sinaliza para potenciais em construção, maior autonomia e capacidade de luta contra o não esquecimento.

Importante também destacar que a cooperação de ONGs e do próprio Estado brasileiro, por meio da FUNAI, também são significativos para um maior poder dos povos indígenas. A capacidade de articulação são elementos relevantes em sociedades democráticas, possibilitando assim redesenhos institucionais e inserções mais qualificadas na tessitura social.

Como dedução, as experiências executadas quando das assembleias indígenas durante ainda a Ditadura Militar transbordou para outras iniciativas. Assim, há uma experiência acumulada das lutas políticas em construção, com inovadoras composições sociais que venham atender demandas ainda repreendidas, como aquelas de cunho informacional. Ainda cabe lembrar que o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) facilitaram as manifestações informacionais dos povos indígenas.

A ação que povos antes excluídos e fadados ao esquecimento tomaram proporções fascinantes. De minorias étnicas brasileiras oprimidas pelos ditames do Estado brasileiro, por projetos econômicos como a Transamazônica no período da Ditadura Militar e mais no tempo presente pela construção de Belo Monte e a visibilidade que povos indígenas ganharam gerenciando suas informações, construindo museus indígenas e sendo protagonistas de exposições em museus brasileiros e na Europa. Conforme expõe Darcy Ribeiro:

> Gosto de viver. Viver é um grande privilégio. E viver consciente, viver lúcido. Esse bichinho da Terra, tão frágil... que trocou a segurança dos instintos pela cultura, pela acumulação de conhecimentos. Valorizo mais e mais a qualidade desse bichinho da Terra, através do qual o universo toma consciência de si, se vê. (RIBEIRO, 1997, p. 150).

O gosto de viver talvez seja o principal componente, como apontado por Darcy Ribeiro, para que povos indígenas tenham realizado as ações aqui discutidas de tal monta. O saber, conhecer, registrar são aspectos magnânimos na construção dos seres humanos. Portanto, as possibilidades são infinitas quando pautadas em adjetivos tão poderosos como esses registrados.

Em paralelo as culturas indígenas, talvez os povos indígenas tenham permutado a segurança existencial na qual estavam inseridos pela acumulação de conhecimentos. E essa acumulação de conhecimentos se traduziu no número cada vez maior de indígenas frequentando universidades, ganhando títulos acadêmicos, escrevendo livros, e, claro, criando centros de documentação e cultura nas localidades mais inesperadas do país. Assim vão se

tornando protagonistas de uma história que está sendo escrita e vivida de forma livre e independente, forjando novas possibilidades e personagens na luta permanente pela sobrevivência de grupos não dominantes numa era de hegemonia tecnológica e de maquinações capitalistas.

Uma problematização pertinente seria se os povos indígenas estariam incorporando aspectos alienígenas de sua cultura para uma melhor sobrevivência. Porém, a humanidade tem relatos neste sentido. A época do Renascimento, a civilização ocidental se utilizou de uma intensa revalorização das referências da Antiguidade Clássica para minorar a influência do dogmatismo religioso e colocar novamente o homem no centro do universo.

Desta maneira, os povos indígenas bebem, assim como os ocidentais fizeram séculos atrás, aspectos culturais díspares com o fito de fortalecerem suas culturas e melhorar sua condição de vida. São estratégias salutares, eficientes, que perfazem uma série de lógicas convincentes na reprodução da vida social e na reconstrução constante da vida societária.

Nesta tese, foram elaboradas reflexões sobre uma intitulada breve história dos povos indígenas no Brasil. Por meio da escrita aqui feita, foi relatado que o primeiro contato estabelecido com os povos indígenas pelos ditos civilizados europeus foi quando da chegada dos portugueses na porção territorial hoje chamado de Brasil. Desde o momento inicial do contato já há registros documentários de viajantes que vinham de um lugar distante e que se aproximavam de outro modo de viver, outra possibilidade de existir, para além dos vivenciados no então longínquo território europeu.

A relação travada foi extremamente desigual e, como vimos, veias foram abertas pela América Latina, em função da exploração mercantil das riquezas materiais e da violência praticada contra os povos indígenas. E neste processo desencadeado está acoplado também o fenômeno informacional, como o registro das atividades mercantis e demais documentos realizados com o fito exclusivo da perenidade documental das atividades comerciais, assim como também da presença de grupos não europeus na América.

No caso específico brasileiro, vimos que a Proclamação da República significou o início da ação laica executada pelo Estado brasileiro para com os povos indígenas por meio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A ação posta em exercício estava embebida do ideário positivista daquele tempo e o maior expoente deste ideário está personificado na figura do Marechal Rondon, o principal baluarte da política indigenista posta em marcha pelo Estado brasileiro.

A mudança dos agentes da ação para com os povos indígenas, da Igreja Católica para a ação do Estado brasileiro, foi um ganho para os povos indígenas. Assim, se estabeleceu de

forma clara, ainda que carente de reflexões e recursos maiores, uma política sistemática pela demarcação dos territórios indígenas, apontando para a possibilidade de sobrevivência frente ao avanço econômico da sociedade envolvente.

A ideia acerca dos povos indígenas naquele momento era clara: as sociedades caminhavam uma marcha para o progresso de maneira inexorável, a partir de uma evolução linear. Desta maneira, os povos indígenas estariam em um estágio mais atrasado da evolução e um maior contato com a sociedade dita civilizada aceleraria esses grupos a um caminhar mais acelerado ao progresso, facilitando assim a vida idealizada nas cidades da civilização moderna.

No entanto, esta integração posta em curso pelo Estado brasileiro, independente das boas intenções que estavam por trás do ideário positivista, produziu consequências nefastas para os povos indígenas. Dentre as consequências, cito a violência de natureza estatal sistematicamente posta em curso contra os povos indígenas. Um dos documentos mais contundente da violência estatal desta estirpe foi o Relatório Figueiredo, que aclarou os problemas existentes nas regiões ocupadas pelos povos indígenas com atuação estatal e as diversas denúncias de exploração, violência e demais atentados aos direitos humanos.

Cabe esmiuçar e problematizar que a questão informacional perpassa sempre essas relações dessimétricas e quase sempre aviltantes vivenciadas pelos povos indígenas. Essas denúncias e demais elementos probatórios de atentados contra a dignidade dos povos indígenas estão registrados em repositórios do Estado, não somente quando da elaboração de denúncias, mas também quando das oitivas realizadas e demais trabalhos de cunho investigatório. Assim, as informações produzidas, guardadas e hoje disponibilizadas, no contexto do processo crescente de transparência das informações estatais, significam a perenidade do processo histórico ocorrido e da necessidade do resguardar documental para que não se repitam os erros cometidos no passado.

As iniciativas executadas pelo Estado, fruto da pressão da sociedade por maior transparência informacional, também favoreceram os povos indígenas em acessar essa documentação. Um exemplo emblemático foi a promulgação da chamada Lei de Acesso à Informação que propiciou uma série de iniciativas que lançaram luz a fatos históricos que ainda estavam obscuros na nossa história. O marco legal abriu arquivos e ainda há trabalhos a serem feitos para demonstrar as violações sistemáticas contra os direitos humanos produzidos pelo Estado brasileiro.

Na conjuntura problemática da violação de direitos fundamentais dos povos indígenas, vão emergindo pelos próprios povos indígenas um sentimento permanente de desrespeito que

resulta numa base motivacional de resistência coletiva. Logo, em um panorama de desigualdades sociais acentuadas e problemas de representatividade e segurança existencial, os grupos indígenas elaboraram métodos de resistência e de sua própria inclusão, dentre elas a produção documental de forma autônoma, não mais dependente do Estado, mas sim das próprias dinâmicas sociais internamente elaboradas e com inteligibilidade própria dos povos indígenas.

Ou seja, na própria documentação produzida pelo Estado há um recorte específico interpretativo dos agentes públicos para os fatos daquele tempo presente, os indígenas também apareciam, tinham voz, lutavam. Em suma, o registro em documentos são formas de resistência, de reclamação contra poderosos e outros agentes que vilipendiavam a forma de viver de grupos não hegemônicos.

Um ponto central dos esforços de resistências aos atentados aos direitos indígenas está nas organizações indigenistas construídas com apoio do CIMI ainda no período da Ditadura Militar brasileira. Desta maneira, os povos indígenas pela primeira em sua história realizaram uma resistência organizada, que pode pleitear direitos esbulhados, ainda mais em uma conjuntura de exceção que significou o governo dos militares no país.

Importante também frisar que as organizações da sociedade civil de apoio aos povos indígenas realizaram uma ação de assessoramento. Portanto, quem encabeçou as lutas e processos políticos e sociais que se deslindaram foram os próprios indígenas, demonstrando a capacidade de prélio e organizativa desses grupos. A formação de lideranças também foi um importante marco nesse período.

No processo desencadeado ainda nos anos de 1970 também tivemos o surgimento de lideranças que representavam os anseios dos povos indígenas. Dentre os líderes surgidos, o de maior destaque foi Mário Juruna. Primeiro deputado federal indígena eleito na história, Juruna representou uma gama de estratos da sociedade brasileira que estavam insatisfeitos com o regime ditatorial, assim como as demandas por melhorias das condições de vida dos povos indígenas, como a premente necessidade da demarcação de suas terras.

Sua atuação política também significou uma luta documentária. Por meio do seu gravador a tira colo, a liderança caminhava pelos gabinetes em Brasília já tendo a noção da importância que o registro documentário era um elemento de grande importância no chamado mundo dos brancos. Isto porque a gravação era o significado da prova e de um desenlaçar crescente de autonomização informacional por parte dos povos indígenas. A engenhosidade demonstrada por Mário Juruna sinalizou para um processo inexorável de emancipação política

e informacional dos povos indígenas que tiveram consequências futuras, como a construção de repositórios documentários elaborados e gerenciados pelos próprios povos indígenas.

Importante também frisar que a construção informacional sobre e para os povos indígenas compreendeu iniciativas não apenas inicialmente autônomas, mas também elaboradas pelo próprio Estado. Assim, uma ação de destaque neste contexto de defesa dos direitos indígenas foi a criação do Centro de Documentação Etnológica, ou simplesmente, CDE. Esse centro de documentação criado no Museu do Índio também na década de 1970 possibilitou a sistematização das informações sobre os povos indígenas e, em um tempo vindouro, a demarcação de diversas terras indígenas.

A relevância que o Museu do Índio possui na prestação de serviço público para a sociedade brasileira e, em especial, para os povos indígenas é um destaque na seara informacional. O gerenciamento eficaz por parte da instituição e o cumprimento da sua missão possibilitou não somente uma maior visibilidade informacional para grupos alijados dos centros decisórios do poder do Estado. A maior realização está na permanência da existência dos grupos quando da salvaguarda e da disseminação das informações acerca dos povos indígenas e das políticas indigenistas.

A disseminação informacional posta em destaque remonta aos tempos do CDE, mas também nos dias de hoje há as inovações postas em curso pelos próprios povos indígenas, de origem estatal para o pioneirismo informacional etnológico autônomo. A constituição de repositórios informacionais modernos, como a consolidação de uma biblioteca virtual com informações exclusivamente de natureza etnológica são sendas únicas do poder informacional dos povos indígenas.

Houve uma confluência de fatores políticos para que houvesse uma valorização das informações sobre os povos indígenas. Desde as iniciativas estatais de organização de seus repositórios até se chegar aos centros de documentação gerenciados pelos próprios indígenas, foi criado um ambiente positivo de relevância para que as informações de origem etnológica se disseminassem pela sociedade.

No contexto da produção documental sobre os povos indígenas, cabe destacar a iniciativa abnegada de indigenistas que tiveram um compromisso junto aos povos indígenas. Assim, grupos que poderiam cair no esquecimento tiveram a possibilidade de ter a sua existência garantida fruto da documentação acumulada pelo Estado e, desta maneira, indígenas que começam a aparecer na documentação passaram não somente a existir, como também adquiriram força e voz.

O processo de documentação posta em execução pelo Estado brasileiro foi em um primeiro momento um dispositivo de vigilância e controle. Todavia, no curso da ação há uma mudança paradigmática, visto o reuso das informações disponíveis pelo Estado e das novas possibilidades advindas do processo emancipatório dos povos indígenas.

O reinventar da documentação de cunho estatal foi fundamental para que povos indígenas tivessem um protagonismo informacional no tempo presente. Assim, a organização e gestão de suas próprias informações se tornaram possibilidades da etnicidade e das novas formas de olhar para processos gerenciais e organizacionais dos acervos em destaque.

Na discussão dos novos modelos de utilização da informação indigenista que estão nos repositórios do Estado, importante lembrar o redesenho institucional por qual passou o Brasil nas últimas décadas. Se a regra no passado era o sigilo, hoje a transparência é um paradigma do gerenciamento das informações efetuadas pelo ente estatal. Na verdade, o acesso irrestrito dos cidadãos aos recursos informacionais do Estado são artefatos de grande importância para a administração assim como para o controle social sobre a entidade estatal.

No caso específico da ação indigenista, há um componente tão importante quanto à atuação nas áreas indígenas, que é a gestão informacional feita por documentalistas que trabalham com a documentação dos povos indígenas de cunho estatal. A documentação produzida nas áreas, seja nos então postos indígenas ou nos dias de hoje nas Coordenações Técnicas Locais (CTLs) da FUNAI, será depositada e gerenciada pelos documentalistas em locais específicos. Assim, o que comprovará as dinâmicas produzidas entre os povos indígenas e agentes estatais é a documentação acumulada, fonte probatória por excelência.

Um importante dado obtido neste doutoramento foi a ação pioneira do Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB). Este Programa pode ser considerado como uma das primeiras iniciativas de documentação de línguas e culturas indígenas em território brasileiro. Os projetos de documentação realizados no início do século XXI vieram no esteio da experiência obtida ainda nos anos 1980 pelo PPCLIB assim como pela experiência e treinamento de pesquisadores ocorridos décadas passadas.

Na conjuntura contemporânea da produção documental produzida sobre e pelos povos indígenas, há de se destacar também as informações obtidas por meio dos projetos de documentação da UNESCO. Contando com a parceria de diversos agentes, esses projetos são novos paradigmas documentários acerca dos povos indígenas, visto que os mesmos participam de todas as etapas da documentação realizada. Há uma transmutação da memória, visto que a memória indígena primeiramente era exclusivamente oral, para posteriormente ser produzida em função da produção documental do Estado, por meio do SPI para, nos dias

atuais, serem produzidas não apenas pelas organizações indigenistas, como também pelas agências internacionais de fomento as ações documentárias entre os povos indígenas.

Ao abordar as ações de documentação junto aos povos indígenas, é também necessário aventar para a chamada responsabilidade social na Ciência da Informação. Isto porque há elementos de grande importância no que tange ao manejo das informações de natureza etnológica, ainda mais aquelas acerca de grupos vulneráveis como os povos indígenas.

Trabalhar com documentação dos povos indígenas é pensar também na ética informacional contida no processo em curso. Quem detém a experiência em lidar com a documentação desta magnitude encontra não somente aspectos sensíveis a preservação dos territórios indígenas atinentes, por exemplo, a interesses econômicos. Há outros dilemas éticos que necessitam de uma maior reflexão como a preservação e acesso a cantos xamânicos proibitivos ou demais elementos culturais que a comunidade indígena precisa debater para se ofertar acesso limitado ou não aos interessados a temática.

Pensar na informação sobre e dos povos indígenas é pensar em um mosaico de aspectos sociais de relevância como saúde, educação e proteção aos seus territórios, por exemplo. Desta maneira, o impacto que o gerir as informações dessa natureza devem estar internalizados em servidores públicos e, em especial, cientistas da informação que se debruçam sobre aspectos informacionais tão particulares e importantes para grupos com alta vulnerabilidade social.

A discussão sobre o redesenho do Estado brasileiro, principalmente após a redemocratização brasileira, nos fez também problematizar o denominado lumpen-indigenismo. No contexto histórico da política indigenista abordada, as práticas pouco republicanas e profissionais do Estado e seus servidores na relação com os povos indígenas resultavam em opacidades informacionais e pouca eficiência para uma política pública eficaz voltada aos povos indígenas.

Vimos que novos paradigmas informacionais, o aprofundamento da democratização da sociedade brasileira e um maior nível de profissionalização do Estado como um todo resultou em novos modelos de gerenciamento da informação. Como exemplo bem atual, é possível destacar a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que disponibiliza na *web* o gerenciamento da produção documental confeccionado pela burocracia pública para a sociedade. Entretanto, esta exposição máxima das informações produzidas também resulta no maior controle da burocracia pelas elites políticas.

Este controle maior da elite política por meio dos modernos dispositivos eletrônicos impossibilita, ao menos em um primeiro olhar, nas aqui já sinalizadas ações sacrificadas de

servidores públicos pela causa indígena. Tendo como incumbência uma atuação tão sensível e difícil como a temática indígena, envolta ainda mais em tempos atuais do conservadorismo político e com pressões crescentes do agronegócio, por exemplo, medidas que venham confrontar interesses econômicos são amplamente monitoradas a luz de um *laptop*, criando celeumas antes mesmo do findar do processo posto em execução.

Por ser um processo extremamente recente abordado nesta tese, como o crescente empoderamento informacional dos povos indígenas e a radicalidade da transparência informacional produzida pela burocracia pública por meio dos dispositivos eletrônicos informacionais e legais, é fundamental acompanhar o curso da história para sabermos como se dará o desenrolar das ações políticas. Porém, é bem razoável afirmar que existem ganhos permanentes aos povos indígenas quanto à melhoria das condições de vida e a maior força política das lutas que estão por vir. O protagonismo indígena é um fato e sua consequência mais perene é a evidência informacional obtida por meio dos seus repositórios de documentos produzidos seja no âmbito do Estado, seja nas organizações indigenistas.

O maior indicador da melhoria de vida dos povos indígenas nas últimas décadas foi o incremento populacional verificado. Desta maneira, as consequências das lutas políticas e documentárias estabelecidas foi uma maior sobrevida a este estrato social brasileiro e, em particular, a demarcação dos seus territórios. A possibilidade da sedimentação em um dado local significa não somente um local de moradia, mas principalmente o acesso a proteção do Estado por meio de programas sociais, do acesso a agentes da FUNAI assim como a políticas educacionais e de saúde de maneira permanente.

A intersecção entre tecnologia e saberes indígenas é outro ponto de destaque. A sociedade hodierna está imersa em um processo crescente de automatização, robotização e de emergência de novas modelos de construção informacional e documentário. Os povos indígenas, com seus saberes, têm condições de apontar novos caminhos para a consecução de objetivos maiores como documentários e demais outros que sejam demandadas pela sociedade hoje.

Na então assim chamada hipermodernidade, denominação do tempo presente, há uma servidão maquínica que submete a todos a diversos tipos de sistemas de controle dos mais diversos estratos da sociedade. Há de se ter um exercício de pluralismo ético, que faça com que conhecimentos considerados subalternos/alternativos sejam um ponto de convergência para a resistência necessária da emancipação humana.

As tecnologias postas como mecanismos de controle devem ser reinventadas, fruto de reflexão de outras lógicas. Assim, povos indígenas possuem em potência uma grande

capacidade de criar e até mesmo estabelecer novas formas de pensar de forma inventiva a criação de universos distintos, mais construtores, do que os conhecidos no mundo atualmente.

Os saberes sujeitados e as configurações decoloniais apresentadas são caminhos a ser perseguidos para uma constituição mais autônoma pelos estratos excluídos dos centros de poder, marginalizados do que seria a (re) ordem na organização do conhecimento, dos fenômenos informacionais em curso e das novas possibilidades de rearranjos institucionais e documentários.

A principal motivação que povos indígenas possuem para realizar por si mesmos a documentação é a capacidade e o poder que esses grupos adquiriram nas últimas décadas, não havendo mais a necessidade de intermediação estatal e sendo protagonistas da escrita da sua própria história. Cabe salientar também que o Estado teve o seu papel esvaziado, fruto de movimentos políticos e inovadoras construções jurídicas e, deste modo, se teve a necessidade de criar mecanismos de produção documentária e de fluxos informacionais etnológicos.

A existência das organizações documentárias dos povos indígenas, somado aos esforços de documentação formulados por organismos internacionais em parceria com os mesmos e o Estado brasileiro, reflete um momento único no campo da Documentação e da própria Ciência da Informação. Isto porque o contexto é propício para a crítica da perspectiva hegemônica imposta pelos lugares de saber e poder da sociedade, como a Academia e as instituições de Estado.

Esta tese foi um esforço de contribuição para que a Ciência da Informação venha a ter um olhar permanente para grupos não hegemônicos, ditos periféricos, dos fluxos informacionais da contemporaneidade. Cada vez mais estratos distintos dos estudos tradicionais da CI aparecerão em trabalhos acadêmicos, teses, dissertações e na própria seara política, apontando para uma melhoria na condição de vida desses estratos sociais, assim como também para um avanço de uma ciência nova que é a Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALMEIDA, Cristovão Domingos de; BRITO, Antonio Iraildo Alves de. Comunicação e memória: os povos indígenas como protagonistas da história. **Vida Pastoral**, São Paulo, ano 58, n. 312, p. 19-26, mar./abr. 2017.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios**: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio. *In*: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p. 7-18.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AMÉRICA: descoberta ou invenção. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro; SALDANHA, Gustavo. A Ciência da Informação entre os feitiços dos centros de ciência e os antídotos dos "laboratórios da vida". **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 1-18, set./dez. 2016.

ANDERLA, Georges. **A informação em 1985**: estudo prospectivo de necessidades e recursos de informação. Rio de Janeiro: IBICT, 1979.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARRETO, Aldo. **Informação e transferência de tecnologia**: mecanismos e absorção de novas tecnologias. Brasília, DF: IBICT, 1992.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no Direito brasileiro**: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARTHÉLÉMY, Jean-Hugues. **Life and technology:** an inquiry into and beyond simondon. United Kingdom: Meson Press, 2015. Disponível em: http://meson.press/books/life-and-technology/. Acesso em: 20 jan. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEDOYA, Maria Elena; WAPPENSTEIN, Susana. (Re) Pensar el archivo. **Íconos**: Revista de Ciencias Sociales, Quito, n. 41, p. 11-16, sept. 2011.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp, 1996.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. As assembléias indígenas: o advento do movimento indígena no Brasil. **OPSIS**, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan./jun. 2010a.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil**: movimento, cidadania e direitos (1970-1990). 2010. 467 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010b.

BICKEL, Marcia Cristina Pinto. **A Fundação Nacional do Índio**: uma proposta de reelaboração da política indigenista brasileira sob a gestão José de Queirós Campos. 1992. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). **Revista de Estudos e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 13-93, dez. 2007.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, André. Ministério da Justiça quer alterar regras de demarcação de terras indígenas. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 dez. 2016. Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-da-justica-quer-alterar-regras-de-demarcacao-de-terras-indigenas,10000094018. Acesso em: 20 jan. 2019.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, Washington, D. C., v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2005.

BRADFORD, Samuel Clement. **Documentação.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, [p. 1-8], 1995.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Decreto n° 7.056, de 28 de dezembro de 2009. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7056.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 650. Os incisos I e XI do art. 20 da Constituição Federal não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto. **Diário da Justiça**: seção 1, Brasília, DF, 31 out. 2003. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp ?sumula=1634. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 47, n. 1, p. 1-28, jan./abr. 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. *In*: PINHEIRO, WILHEIM E SACHS (org.). **Brasil**: um século de transformação. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 222-259.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Economia brasileira**: uma introdução crítica. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

BUTLER, Pierce. **Introdução à ciência da Biblioteconomia.** Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

CABIXI, Daniel. O pensamento de Daniel Matenho Cabixi. **Nimuendaju**: Boletim da Comissão Pró-Índio (RJ), Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 17-18, jan./fev. 1979.

CABIXI, Daniel. **A questão indígena**. São Paulo: Centro de Documentação Terra e Índio, 1984.

CAMPETELA, Cilene *et. al*. Documentação linguística, pesquisa e ensino: revitalização no contexto indígena do norte do Amapá. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 151-167, jan. 2017.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPURRO, Rafael. A dor e a delícia da Era digital. [Entrevista cedida a] João Antonio de Moraes. **Filosofia**: Ciência & Vida, São Paulo, p. 5-13, 2014.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Binger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARELLI, Vincent. Um novo olhar, uma nova imagem. In: CARVALHO, Ana; CARVALHO, Ernesto Ignacio de; CARELLI, Vincent (org.). **Vídeo nas aldeias 25 anos**: 1986-2011. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2011. p. 42-51.

CARVALHO, Ana; CARVALHO, Ernesto Ignacio de; CARELLI, Vincent (org.). **Vídeo nas aldeias 25 anos**: 1986-2011. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2011.

CARVALHO, Francisco Luiz de; ZELESCO, Luiza; MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. Fontes para a memória do SPI. *In*: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI**: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011. p. 443-457.

CARVALHO, José Murilo. **A cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL INDÍGENA. 2018. Disponível em: http://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/. Acesso em: 20 jan. 2019.

CHAUMIER, Jacques. **As técnicas documentais**. [S. l.]: Publicações Europa-América, 1971.

CIVALLERO, Edgardo. Culturas ancestrales em universos modernos. **Digithum**, Barcelona, n. 10, p. 1-6, mayo 2008.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de Antropologia Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

COBLANS, Herbert. **Introdução ao estudo de documentação**. Rio de Janeiro: DASP, 1957.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO (São Paulo). **O índio e a cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, p. 129-149, 1998. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201. Acesso em: 20 jan. 2019.

COOK, Terry. Imposturas intelectuales o renacimiento profesional: posmodernismo y práctica archivística. **Tabula**: Revista de Archivos de Castilla y Léon, Salamanca, n. 10, p. 83-107, 2007.

COQUEIRO, Sonia Otero (coord.). **Povos indígenas no sul da Bahia**: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.

CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 63-87, 2006.

COUTO, Ione Helena Pereira. A política institucional e o trabalho curatorial na montagem da exposição "Tempo e Espaço no Amazonas: os Wajãpi". *In*: QUESTÕES indígenas e museus: debates e possibilidades. São Paulo: Brodowski: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. p. 90-95.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Minérios, índios e (in) dependência. *In*: SILVA, Aracy Lopes da; SANTOS, Leinad Ayer O.; LUZ, Mara L. Itanzoni (coord.). **A questão da mineração em terra indígena**. São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 1984. p. 79-81.

DASP. **Diretrizes da documentação**. [Brasília, DF]: DASP, 1964.

DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**: textos e entrevistas. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 95-131.

DELMAS, Bruno. **Arquivos pra quê**?: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DEPARIS, Sidiclei Roque. **União das Nações Indígenas (UNI)**: contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988). 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, 2007.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAS, Mário Vianna. Ciência e Informação. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1., 1975, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: IBICT, 1975. p. 27-33.

DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. *In*: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (org.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008. p. 11-32.

DODEBEI, Vera. Ensaio sobre memória e informação. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 227-244, 2016.

DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (org.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DURHAM, Eunice Ribeiro. O lugar do índio. *In*: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO (São Paulo). **O índio e a cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 11-19.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

ENCICLOPEDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42. (sistemática).

ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos**: uma questão de ordem. Niterói: Muiraquitã, 1994.

ESPOSEL, José Pedro Pinto. A informação-arquivo. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1., 1975, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: IBICT, 1975. p. 201-207.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 69, p. 207-231, 2015.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

FAUSTO, Carlos. No registro da cultura. *In*: CARVALHO, Ana; CARVALHO, Ernesto Ignacio de; CARELLI, Vincent (org.). **Vídeo nas aldeias 25 anos**: 1986-2011. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2011. p. 160-168.

FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

FERKISS, Victor C. **O homem tecnológico**: mito e realidade. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.

FERNANDES, Geni Chaves. **A ameaça**: tempo, memória e informação. 2004. 307 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FERNANDES, Geni Chaves. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 208-226, jan./jun. 2011.

FERNANDES, Geni Chaves. Informação, documento e o resto na construção da realidade social. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-26, jul./dez. 2012.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Laura Maia. O conceito de relevância e suas implicações. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 75-78, 1977.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de **Tópicos modernos em ciência da informação.** São Paulo: Publicações do Centro Cultural Teresa D`Avila, 1994.

FIORAVANTI, Mário. **Índio-CIMI ou CIMI-índio**? a razão crítica de uma "nova" perspectiva interétnica e missionária. 1990. 332 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora PUC, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Domínio, crise e emergência de paradigmas: discursos sobre as ciências na Ciência da Informação. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 4, n. 2, p. 3-14, maio/ago. 2017.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas silenciadas, novas línguas. *In*: POVOS Indígenas no Brasil 2011-2016. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017. p. 58-61.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A vida de sertanista: a trajetória de Francisco Meirelles. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 8, n. 14, p. 87-114, abr. 2008.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI**: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Introdução. *In*: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI**: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011. p. 11-13.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; GURAN, Milton. **Primeiros contatos**: atrações e pacificações do SPI. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à ciência da informação**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

FREIRE, Isa Maria; ARAUJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes. A responsabilidade social da Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 1999.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Prefácio. *In*: COQUEIRO, Sonia Otero (coord.). **Povos indígenas no sul da Bahia**: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002. p. 13-17.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo. *In*: AMÉRICA: descoberta ou invenção. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992. p. 138-164.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica Editora; Fundepe Editora, 2008. p. 17-34.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica Editora; Fundepe Editora, 2008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto de Documentação. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (Brasil). **Manual de Gestão Documental da FUNAI**. Brasília, DF: FUNAI, 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (Brasil). **Política indigenista**. Brasília, DF: FUNAI, 2017. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/politica-indigenista?limitstart=0#. Acesso em: 20 jan. 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editôra Fundo de Cultura, 1961.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: Editora Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Donos, detentores e usuários da arte gráfica *kusiwa*. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 19-49, 2012.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas, para pensar a tolerância. *In*: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux Boelitz; FISCHMANN, Roseli (org.). **Povos indígenas e tolerância**: construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 167-188.

GALVÃO, Clara Maria; LIMA, Maria de Pompéa Araújo. Atividades de documentação no Museu do Índio. *In*: MUSEU do Índio (Rio de Janeiro). **Museu do Índio**: 30 anos (1953-1983). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1983. p. 37-43.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Conferências do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação: "de volta para o futuro". **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 54-66, 2002.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Desclassificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos Editorial, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **La identidade excesiva**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2009.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Outra memória é possível**: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

GARZÓN, Biviany Rojas (org.). **Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais**: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

GHANEM, Elie; ABBONIZIO, Aline. A escola indígena e as aspirações de futuro das comunidades. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 12, n. 23, p. 147-161, jul./dez. 2012.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOMES, Mércio Pereira. Orgulho de todos nós, conselheiro intelectual e histórico, doador de seu banco de memória para quem quisesse ouvir. *In*: MOREIRA, Gisele Jacon de (org.). **Fazimentos/caderno 6/Carlos Moreira Neto**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2008. p. 18-21.

GOMES, Mércio Pereira. Por que sou rondoniano. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 173-191, 2009.

GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. *In*. GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel de (org.). **Memória e espaço:** trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003. p. 32-43.

GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel de (org.). **Memória e espaço:** trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux Boelitz; FISCHMANN, Roseli (org.). **Povos indígenas e tolerância**: construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 2001.

GUEDES, Roger de Miranda. O profissional da informação frente à lei de acesso à informação pública: condutas possíveis. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 59-72, jul./dez. 2014.

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo**: entre tempos, narrativas e memórias. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.** Brasília, DF: IBICT, 1994.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. Lisboa: Ediçoes 70, 2011.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

HEMMING, John. **Ouro vermelho**: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano editora, 2000.

IHERING, Hermann von. A Antropologia do Estado de São Paulo. **Revista Museu Paulista**, São Paulo, v. 7, p. 202-257, 1907.

INDOLFO, Ana Celeste. O acesso às informações públicas: retrocessos e avanços da legislação brasileira. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 4-23, jan./jun. 2013.

JARDIM, José Maria. **Os arquivos (in) visíveis**: a opacidade informacional do estado brasileiro. 1998. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de janeiro, 1998.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática da gestão de documentos. **Acervo,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, 1987.

JARDIM, José Maria. A face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 59, n. 1, p. 81-92, jan./mar. 2008.

JARDIM, José Maria. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 383-405, nov. 2013.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARREGULA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

JEDLOWSKI, Paolo. Memória e mídia: uma perspectiva sociológica. *In*: SÁ, Celso Pereira de (org.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005. p. 87-98.

JUNQUEIRA, Carmem; CARVALHO, Edgard de Assis (org.). **Antropologia e Indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

JURUNA, Mário. **O gravador do Juruna**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KETELLAR, Eric. Gestión de registros y poder social. *In*: MCKEMMISH, Sue *et. al.* Archivos: gestión de registro en la sociedad. Cartagena: 3000 Informatica, 2007. p. 379-404.

KUMU, Umúsin Panlõn; KENHÍRI, Tolamãn. **Antes o mundo não existia**: a mitologia heroica dos índios Desâna. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1980.

L`ESTOILE, Benoit de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (org.). **Antropologia, impérios e estados nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LACERDA, Rosane. **Os povos indígenas e a constituinte 1987-1988**. Brasília, DF: CIMI – Conselho Indigenista Missionário, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

LAZZARATO, Maurizio. Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, p. 168-179, 2010.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEVINHO, José Carlos. Kusiwa, arte gráfica wajãpi: patrimônio cultural do Brasil. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-18.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O indigenismo no Brasil: migração e reapropriação de um saber administrativo. *In*: L`ESTOILE, Benoit de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (org.). **Antropologia, impérios e estados nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 159-186.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARRETO FILHO, Henyo Trindade (org.). **Antropologia e identificação**: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LITTON, Gaston. **A documentação**. São Paulo: Editora Mcgraw-hill do Brasil, 1976.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. A organização do conhecimento e tecnologias da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 59-65, set./dez. 1996.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. A disseminação da tradição e a preservação da memória coletiva na era digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 14-27, maio 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

MAACK, Mary Niles. A dama e o antílope: a contribuição de Suzanne Briet ao movimento pela documentação na França. *In*: BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016. p. 65-106.

MACHADO, Ana Maria Nogueira. **Informação e controle bibliográfico**: um olhar sobre a cibernética. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MACIEL, Laura Antunes. Sobre centenários, memórias e testemunhos da Comissão Rondon: pontos para reflexão. **Projeto História**, São Paulo, v. 58, p. 270-297, jan./mar. 2017.

MAIA, Marcus. [**Correio eletrônico sobre o Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras – PPCLIB**]. Destinatário: Rodrigo Piquet Saboia de Mello. Rio de Janeiro, 11 maio 2018. 1 mensagem eletrônica.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan./abr. 2016.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Aspectos do problema indígena. **Margem esquerda**: revista da Boitempo, São Paulo, n. 29, p. 147-149, set. 2017.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8730/1/2011_Angelica%20Alves%20da%20Cunha%20Marques.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

MARTINS, Edilson. **Nossos índios, nossos mortos**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Catedra, 1985.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **A revolution that big data will transform how we live, work and think**. Boston: An Eamon Dolan Book; New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MCKEMMISH, Sue *et. al.* **Archivos**: gestión de registro en la sociedad. Cartagena: 3000 Informatica, 2007.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 1971.

MEIRA, Márcio. Direitos indígenas no Brasil: reveses, avanços e contradições. *In*: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (org.). **Indígenas no Brasil**: demandas dos povos e percepções da opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 101-111.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A ação infocomunicacional e a atuação de Mário Juruna para a emancipação política dos povos indígenas. *In*: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MÍDIA E COTIDIANO - MEDIATIZAÇÃO E SOCIEDADE

CONECTADA: ESPAÇOS E MEMÓRIAS DO COTIDIANO, 7., 2018, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018a. p. 816-827.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. Alguns apontamentos sobre epistemografia, informação e indigenismo. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 93-107, jul./dez. 2017a.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A Biblioteca Marechal Rondon e a disseminação de informações de natureza etnológica. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 16, n. 2, p. 29-43, jul./dez. 2017b.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A Biblioteca Marechal Rondon e seus acervos digitais. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL EM HUMANIDADES DIGITAIS, 1., 2018, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2018b. p. 202-208.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A documentação de natureza etnológica como recurso estratégico para os povos indígenas. **Revista Memória e Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, [p. 1-14], jun./dez. 2018c. No prelo.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. O fenômeno informacional indígena e o processo de documentação. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2018d.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A importância dos arquivos para a garantia dos direitos indígenas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1-2, p. 56-69, jan./dez. 2014.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. **Um olhar classificatório do acervo imagético das expedições científicas de Darcy Ribeiro aos índios Urubu-Kaapor no Museu do Índio na identificação de elementos da cultura indígena e da diversidade étnica-cultural brasileira**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. Para além do lumpen-indigenismo: novos aspectos informacionais da política indigenista brasileira. **RASI**: Revista de Administração, Sociedade e Inovação, Volta Redonda, v. 3, n. 1, p. 34-47, jan./jun. 2017c.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; COUTO, Ione Helena Pereira. A metamorfose da memória indígena no âmbito dos projetos de documentação da UNESCO. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 90-104, ago. 2017.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; COUTO, Ione Helena Pereira. As transformações da memória indígena na contemporaneidade. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 163-175, set./fev. 2018.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; PIMENTA, Ricardo Medeiros. Os repositórios públicos do Estado brasileiro e a construção da autonomia informacional dos povos indígenas. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 100-109, maio/ago. 2018.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; SOUZA, Rosale de Mattos. As novas configurações político-institucionais do Estado brasileiro: demandas de acesso à informação para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 2014 a 2015. **RACIn**: Revista Analisando em Ciência da Informação, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 34-52, jul./dez. 2015.

MELO, Joaquim. **SPI**: a Política Indigenista no Amazonas. Manaus: Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

MENEZES, Claudia. Novas perspectivas e possibilidades para a participação estudantil e das populações indígenas. **Ciências em Museus**, Belém, v. 1, n. 1, p. 31-38, abr. 1989.

METORO Kukràdjà: ensaio fotoetnográfico sobre a estética ritual Mebengôkrê-Kayapó. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2015.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, 1999.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brea. Carlos de Araujo Moreira Neto e os documentos do SPI. *In*: MOREIRA, Gisele Jacon de Araujo (org.). **Fazimentos/caderno 6/Carlos Moreira Neto**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2008. p. 34-35.

MOORE, Denis Albert; GALUCIO, Ana Vilacy; GABAS JÚNIOR, Nílson. O desafio de documentar e preservar as línguas. **Scientific American Brasil**, São Paulo, v. 3, p. 36-43, 2008.

MOREIRA, Gisele Jacon de Araujo. Carlos e Darcy: uma parceria duradoura. *In*: MOREIRA, Gisele Jacon de (org.). **Fazimentos/caderno 6/Carlos Moreira Neto**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2008. p. 2-15.

MOREIRA, Gisele Jacon de Araujo (org.). **Fazimentos/caderno 6/Carlos Moreira Neto**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2008.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Centro de Documentação Etnológica da FUNAI. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 12-15, maio/ago. 1979.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Governo entrega a História às traças. **Porantim**, Brasília, DF, ano V, n. 40/41, p. 9-12, jun./jul. 1982a.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Introdução. *In*: NIMUENDAJÚ, Curt. **Textos Indigenistas**. São Paulo: Editora Loyola, 1982b. p. 9.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios, bandeirantes e sertanistas**: uma visão romântica do indigenismo brasileiro. [S. l.: S. n.], [197-?]. Mimeografado.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Sobre o mau uso intencional da evidência histórica em relação aos índios Potiguara**. Brasília, DF: Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio - FUNAI, 1982c. Mimeografado.

MORENO, Nádina Aparecida. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 2007.

MOSTAFA, Solange Puntel; MARANON, Eduardo Ismael. O segredo, a informação e a cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 203-212, jul./dez. 1992.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MUSEU DO ÍNDIO (Rio de Janeiro). **Boletim Informativo PROGDOC,** Rio de Janeiro, ano 4, n. 43, p. 1, nov. 2012.

MUSEU do Índio (Rio de Janeiro). **Museu do Índio**: 30 anos (1953-1983). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1983.

NAKAMURA, Emmanuel. O conceito marxiano de contradição na crítica a Filosofia do Direito de Hegel. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 7, p. 83-98, 2014.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre império**: com contribuições de Michael Hardt e Danilo Zolo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, José Pinheiro. Seres Humanos e objectos técnicos: a noção de "concretização" em Gilbert Simondon. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 12, p. 67-82, 2007.

NEVES, Lino João de Oliveira. Olhos mágicos do Sul (do Sul): lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 113-151.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Textos Indigenistas**. São Paulo: Editora Loyola, 1982.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; OLIVEIRA, Augusto Marcos Fagundes. Antropologias latino-americanas: por uma crítica decolonial. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 17, n. 34, p. 105-126, set./dez. 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaios de antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999. p. 11-39.

OLIVEIRA João Pacheco de. Sem a tutela, uma nova moldura de nação. O Pós-constituição de 1988 e os povos indígena. **Brasiliana**: Journal for Brazilian Studies, London, v. 5, n. 1, p. 200-229, Nov. 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 69-123.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A crise do indigenismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 77-80.

OPERAÇÃO ANCHIETA – OPAN. **Ação indigenista como ação política** (simpósio realizado em janeiro/86). Cuiabá: OPAN, 1987.

OTLET, Paul. Documentos e Documentação. *In*: DASP. **Diretrizes da documentação**. [Brasília, DF]: DASP, 1964. p. 285-293.

PAGLIARO, Heloisa. AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

PAGLIARO, Heloisa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. *In*: PAGLIARO, Heloisa. AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005. p. 11-32.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. O sentido histórico da noção de cidadania no Brasil: onde ficam os índios? *In*: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO (São Paulo). **O índio e a cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 20-34.

PEREZ, Carlos Alberto Montes *et. al.* A construção de instrumentos de pesquisa para a documentação do SPI e a busca de novas formas de acesso e diálogo. *In*: LIMA, Antonio

Carlos de Souza; BARRETO FILHO, Henyo Trindade (org.). **Antropologia e identificação**: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. p. 189-204.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Monopólios, desnacionalização e violência: a questão agrária no Brasil hoje. **Margem esquerda**: revista da Boitempo, São Paulo, n. 29, p. 59-71, set. 2017.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. As rugosidades do ciberespaço: um contributo teórico aos estudos dos web espaços informacionais. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 26, n. 2, p. 77-90, maio/ago. 2016.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Ciberespaço, internet e habitus: uma reflexão bourdieusiana sobre a era digital. *In*: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017a. p. 241-258.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. O desafio contemporâneo a tânatos: a dialética entre acumular e preservar a informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 34-45, 2017b.

PIMENTA, Ricardo Medeiros; MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. Olhares e práticas convergentes da informação: algumas reflexões sobre Gilbert Simondon, interdisciplinaridade e saberes indígenas. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 170-183, 2017.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-19, 1995.

PINTO, Alejandra Aguilar. Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no Brasil. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 121-128, jan./abr. 2012.

PINTO, Alejandra Aguilar. O indigenismo na era da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 158-191, ago. 2009.

PINTO, Alejandra Aguilar. A patrimonialização da memória social: uma forma de domesticação política das memórias dissidentes ou indígenas? **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 3, p. 273-283, set./dez. 2011.

PINTO, Alejandra Aguilar. O profissional da informação como agente de (des) colonialidade do saber. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa: ENANCIB, 2009. p. 1881-1899.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-15, mar. 2005.

POMIAN, Krystof. Memória. *In*: ENCICLOPEDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42 (sistemática). p. 507-516.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

POVOS Indígenas no Brasil 2011-2016. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

POVOS indígenas no Brasil: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

POZZOBON, Jorge. O Lumpen-indigenismo do Estado brasileiro. **Journal de La Societé des Américanistes**, Nanterre, v. 85, p. 281-306, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PREZIA, Benedito (org.). **Caminhando na luta e na esperança**: retrospectiva dos últimos 60 anos da pastoral indígena e dos 30 anos do CIMI. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

QUESTÕES indígenas e museus: debates e possibilidades. São Paulo: Brodowski: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012.

RABELLO, Rodrigo. A dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 131-156, 2011.

RAMÍREZ, Miguel Ángel Amaya. Evaluación herramientas de recuperación de información electrónica. **Enl@ace**: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento, Marcaibo, v. 14, n. 1, p. 29-50, jan./abr. 2017.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo: um orientalismo americano. **Anuário antropológico**, Brasília, DF, v. 1, p. 27-48, 2012.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. O Relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil dos anos 1960 e a "justa memória". *In*: SIQUEIRA, Gustavo Silveira; WOLKMER, Antonio Carlos; PIERDONÁ, Zélia Luiza. **História do Direito**. Florianópolis: CONPEDI-UFS; XXIV Encontro Nacional do CONPEDI, 2015. p. 489-513.

RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil.** São Paulo: Global, 1983.

RIBEIRO, Berta. Introdução. *In*: KUMU, Umúsin Panlõn; KENHÍRI, Tolamãn. **Antes o mundo não existia**: a mitologia heroica dos índios Desâna. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1980. p. 9-48.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Editora Vozes, 1979a.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979b.

RIBEIRO, Darcy. **Mestiço é que é bom**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **A Política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1962.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Patrimônio visual: as imagens como artefatos culturais. *In*: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (org.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008. p. 59-71.

RICARDO, Carlos Alberto (ed.). **Povos indígenas no Brasil**: 1991/1995. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papirus, 1997. Tomo 3.

ROCHA, Leandro Mendes. **A política indigenista no Brasil**: 1930-1967. Goiânia: Editora UFG, 2003.

ROCHA, Leandro Mendes; BITTENCOURT, Libertad Borges. **Indigenismo e participação política na América Latina**. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Programa Nacional de Línguas Indígenas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 2., 1987, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ANPOLL, 1987. p. 161-171.

RODRIGUES, Cíntia Régia. As populações indígenas e o Estado Nacional pós-ditadura militar. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 3, p. 240-245, set./dez. 2005.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SÁ, Celso Pereira de (org.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005.

SANCHEZ, Oscar Adolfo. O poder burocrático e o controle da informação. **Lua Nova**: revista de cultura e política, São Paulo, n. 58, p. 89-119, 2003.

SANTILLI, Márcio. **Os brasileiros e os índios**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

SANTILLI, Márcio. A FUNAI é uma morta-viva que continuará pairando sobre a política indigenista até que haja alternativas consistentes. *In*: RICARDO, Carlos Alberto (ed.). **Povos indígenas no Brasil**: 1991-1995. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 40-48.

SANTILLI, Márcio. **O trotskista**. Instituto Socioambiental, São Paulo, 24 jul. 2017. Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa-blog-do-ppds/o-trotskista. Acesso em: 20 jan. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-32.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos Santos. **Enquanto houver champanhe, há esperança**: uma biografia de Zózimo Barrozo do Amaral. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

SANTOS, José Carlos Sales. Informação, democracia digital e participação política: uma breve revisão teórico-analítica. **Em Questão**: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 195-216, jul./dez. 2013.

SCHACHT, Hjalmar. **Setenta e seis anos de minha vida**: a autobiografia do mago da economia alemã da República de Weimar ao III Reich. São Paulo: Editora 34, 1999.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SHERA, Jesse Hauk. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *In*: GOMES, Hagar Espanha (org.). **Ciência da Informação ou informática**? Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

SILVA, Aracy Lopes da; SANTOS, Leinad Ayer O.; LUZ, Mara L. Itanzoni (coord.). **A questão da mineração em terra indígena**. São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 1985.

SILVA, Eliezer Pires da. A dimensão informacional do fenômeno arquivístico. **Logeion**: filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 108-121, set./fev. 2016.

SILVA, Flávio Leal da. Da doação à doação: arquivos, memórias e cidadania indígena em contextos de apropriações diferenciadas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 77-93, jan./abr. 2018.

SILVA, Marina. O direito de consulta prévia sobre medidas legislativas que afetam os povos indígenas e quilombolas. *In*: GARZÓN, Biviany Rojas (org.). **Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais**: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. p. 319-366.

SILVA, Armando Malheiros; RIBEIRO, Fernanda. **Das <ciências> documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d'existence des objets techniques.** Paris: Aubier, 1989.

SIMONDON, Gilbert. **L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information**. Paris: Édition Jérôme Millon, 1958.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira; WOLKMER, Antonio Carlos; PIERDONÁ, Zélia Luiza. **História do Direito**. Florianópolis: CONPEDI-UFS; XXIV Encontro Nacional do CONPEDI, 2015.

SMIT, Johanna. **O que é documentação?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOARES, Maria Sueny Barbosa; MARTIN, Mariana Thamires; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Pluralismo lógico e epistemografia interativa como ferramentas desclassificadoras do conhecimento. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 11, n. 1, p. 55-71, jan./abr. 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. Ética, cidadania e direitos humanos: a experiência recente da constituinte no Brasil. **Revista dos estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, DF, n. 1, p. 69-75, 1996.

SOUZA, Rosali Fernandez de. A classificação como interface da internet. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, [p. 1-5], 2000.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Multiculturalismo e direitos coletivos. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 73-109.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

SUESS, Paulo. **A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI**: 1972-1989. Petrópolis: Vozes, 1989.

SUPO, Julia Judith; SUAIDEN, Emir José. O impacto das bibliotecas digitais na transferência da informação para os alunos indígenas. **RICI**: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 11, n. 3, p. 625-644, set./dez. 2018.

SZMRECSÁNYI, Lúcia. Desenvolvimento do Programa de Educação Escolar. *In*: POVOS indígenas no Brasil: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 327-329.

TERENA, Marcos. O movimento indígena como voz de resistência. *In*: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (org.). **Indígenas no Brasil**: demandas dos povos e percepções da opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 49-64.

THIESEN, Icléia *et. al.* Ciência da Informação, história e política. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 360-378, 2017.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-Nação imperial. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.

TUKANO, Álvaro. Sociedade da informação para as comunidades indígenas. [Entrevista concedida a] Dora Thereza Duarte Galesso e Ludmila dos Santos Guimarães. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, [p. 1-10], mar. 2006. Disponível em: http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1529/1740. Acesso em: 20 jan. 2019.

TURINO, Célio. Ponto de Cultura: a construção de uma política pública. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 23-31, 2010.

UMBELINO, Lícia Maria; FERREIRA, Maria Elisabete (org.). **Ações premiadas no 2º Concurso de Experiências Inovadoras de Gestão na Administração Pública Federal 1997**. Brasília, DF: ENAP, 1998.

UNESCO Brasil. **Projeto de Cooperação Técnica Internacional**: Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras. Brasília, DF: UNESCO, 2008.

UNESCO Brasil. **Projeto de Cooperação Técnica Internacional**: Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica. Brasília, DF: UNESCO, 2015.

VALENTE, Ana Paola de Morais Amorim; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Controle público e orçamento federal: avaliando o papel do SIAFI. **Informática Pública**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 49-64, 2003.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VARESE, Stefano. Estratégia étnica ou estratégia de classe? *In*: JUNQUEIRA, Carmem; CARVALHO, Edgard de Assis (org.). **Antropologia e Indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 1981. p. 119-129.

VELTHEM, Lucia Hussak van; BENCHIMOL, Alegria. Museus, coleções, exposições e povos indígenas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 468-486, maio/ago. 2018.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (org.). **Indígenas no Brasil**: demandas dos povos e percepções da opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo**. 2006. 246 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

VERDUM, Ricardo. **As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira.** Brasília, DF: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2012.

VIANNA, Hermano. **Central da Periferia**. [texto de divulgação, 2006]. Disponível em: http://www.overmundo.com.br/banco/central-da-periferia-texto-de-divulgacao#-banco-1516. Acesso em: 20 jan. 2019.

VIEIRA NETO, João Paulo; PEREIRA, Eliete. Povos indígenas no Brasil, museus e memória: questões emergentes. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 5, p. 50-60, set. 2017.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WEINRICH, Harald. **Lete**: arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

YAMADA, Erica Magami; VILLARES, Luiz Fernando. Julgamento da terra indígena Raposa Serra do Sol: todo dia era dia de índio. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 143-158, jan./jun. 2010.

YATES, Frances Amelia. **A arte da memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ZAHER, Celia Ribeiro. **Introdução à documentação**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1968.

ANEXO

Documento Base do Seminário Temático

Gestão de Acervos Culturais em Centros de Formação, de Documentação, de Cultura e Museus Indígenas no Brasil

Saquarema - RJ, 17 a 20 de setembro de 2013

Realização:





Documento Base do Seminário Temático

Gestão de Acervos Culturais em Centros de Formação, documentação, de Cultura e Museus Indígenas no Brasil

Data:

17 a 20 de setembro de 2013

Local:

Saquarema - Rio de Janeiro

Realização:

Museu do índio/Funai e Rede de Cooperação Alternativa/RCA

Apoio:

Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas no Brasil, desenvolvido pelo Museu do Índio/Funai, com apoio da Unesco e da Fundação Banco do Brasil.

Projeto Gestão territorial, direitos culturais e consulta prévia: fortalecendo alianças e articulações em rede entre organizações indígenas e indigenistas na Amazônia brasileira, desenvolvido pela Rede de Cooperação Alternativa - RCA, com apoio da Rainforest Foundation Noruega.

Seminário Temático: Gestão de Acervos Culturais em Centros de Formação, de Documentação, de Cultura e Museus Indígenas no Brasil

Proposta:

No âmbito das ações do Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas no Brasil, desenvolvido pelo Museu do índio/Funai, com apoio da Unesco e da Fundação Banco do Brasil, e do Projeto Gestão territorial, direitos culturais e consulta prévia: fortalecendo alianças e articulações em rede entre organizações indígenas e indigenistas na Amazônia brasileira, desenvolvido pela Rede de Cooperação Alternativa - RCA, com apoio da Rainforest Foundation Noruega, propõe-se a realização de um seminário temático voltado para a gestão dos acervos culturais existentes em centros de documentação, de formação, de cultura e museus indígenas. O seminário será realizado pelo Museu do índio em parceria com a Rede de Cooperação Alternativa, que reúne 10 organizações indígenas e indigenistas que atuam na Amazônia brasileira, e desenvolvem trabalhos junto a diferentes povos indígenas.

O seminário temático procurará alcançar **três objetivos principais**:

- realizar um diagnóstico da situação dos acervos culturais constituídos, guardados e geridos em centros de documentação, de formação, de cultura e museus geridos por comunidades e organizações indígenas e indigenistas em diferentes locais da Amazônia brasileira, buscando identificar a natureza desses acervos, sua situação atual, potencialidades e fragilidades;

- apresentar e discutir a possibilidade de uso de dois softwares de gestão de acervos, em uso pelo Museu do Índio (lcaAtom e PHL) e sua aplicabilidade para acervos geridos por povos e organizações indígenas e formados por itens de seus patrimônios culturais, buscando a criação de vocabulários integrados e controlados que permitam interface entre essas instituições;

- propor e discutir a criação de uma rede de instituições (centros de formação, documentação, de cultura e museus indígenas) para atuar de forma articulada na preservação de acervos e documentos culturais indígenas, na elaboração de protocolos, com critérios de adesão e formas de cooperação técnica.

Instituições participantes:

- Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque

lepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

- Centro de Formação e Documentação Wajãpi

Conselho das Aldeias Wajãpi – Apina

Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura (Awatac)

- Centro de Documentação e Pesquisa Indígena

Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC)

Organização dos Professores Indígenas do Acre (Opiac)

- Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hempejxá

Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

Associação Wyty-Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

-Centro Indígena de Formação Raposa Serra do Sol (CIFRSS)

Conselho Indígena de Roraima (CIR)

- Associação Indígena Kisedje

Instituto Socioambiental

- Centro de Cultura Kuikuro

Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu (AIKAX)

- Centro de cultura Mawo

Associação Ikpeng

Programação do Seminário:

16 de setembro: Chegada dos participantes no Rio de Janeiro e deslocamento para a cidade de Saquarema.

17 de setembro: Apresentação institucional do Museu do índio e da Rede de Cooperação Alternativa.

Apresentação das instituições, guiada por um documento base, previamente preparado que procurará uma caracterização de cada instituição e do acervo que abriga: o que é? Quando foi criado? Por quem? Com qual finalidade? Que acervos possuem? Que uso fazem dele? Como o acervo é organizado? Qual o seu acesso? De que suportes é constituído? Qual o estado de conservação do acervo? Quem gerencia? Como são classificados? Como são disponibilizados? Que recursos possuem? Que dificuldades enfrentam?

- **Centro de Documentação e Pesquisa Indígena**
  Comissão Pró-índio do Acre (CPI-AC)
  Organização dos Professores Indígenas do Acre (Opiac)
-Centro Indígena de Formação Raposa Serra do Sol (CIFRSS)
  Conselho Indígena de Roraima (CIR)
-Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque
  lepé -Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
- **Centro de Formação e Documentação Wajãpi**
  Conselho das Aldeias Wajãpi -Apina
  Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura (Awatac)

Plenária e discussão.

18 de setembro:

Continuação da apresentação das instituições.

-Centro Timbira de Ensino e Pesquisa penxwyj Hempejxá
  Centro de Trabalho Indigenista (CTI)
  Associação Wyty-Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins
-Associação Indígena Kisedje
  Instituto Socioambiental
-Centro de Cultura Kuikuro
  Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu (AIKAX)
-Centro de cultura Mawo
  Associação Ikpeng

Plenária e discussão.

19 de setembro:

Apresentação pelas equipes do Museu do Índio do trabalho de guarda, registro, conservação e difusão dos acervos da instituição e dos softwares IcaAtom e PHL.

Uma visão geral sobre os acervos do Museu do Índio

- Sobre o Museu - panorama histórico e conceitual da instituição
- Os acervos do Museu: etnográfico e arquivístico
- O Programa de Documentação de Línguas, Culturas, Músicas e Acervos (ProgDoc)
- Os Projetos Culturais apoiados pelo Museu do Índio

Instrumentos de gestão de acervos

- Tesauros de Cultura material e de Política Indigenista
- Vocabulários controlados: toponímico e onomástico - Boletim n.8 e a publicação "Caramuru Paraguassú"
- PHL - apresentação e oficina
- ICATOM - apresentação e oficina
- As normas e recomendações para gestão de acervos: Nobrade, ISAAR (CPF). ISDIAH, ISDF

20 de setembro:

Oficinas sobre PHL e ICATOM

Discussão sobre possibilidades de uso dos softwares pelas instituições participantes, oficina de uso, elaboração de propostas e encaminhamentos, e de constituição de uma rede colaborativa.

21 de setembro:

Deslocamento dos participantes para a cidade do Rio de Janeiro e retorno para suas cidades de origem.

Resultados esperados:

- Diagnóstico da composição e situação de acervos culturais indígenas em centros de formação, documentação e museus indígenas;

- Proposição da criação de uma rede de colaboração entre o Museu do Índio e instituições que guardam acervos culturais indígenas na Amazônia brasileira;

- Propostas e sugestões para a composição, gerenciamento, preservação e difusão de acervos culturais indígenas.

ACRE

Centro de Documentação e Pesquisa Indígena



Informações sobre a instituição

Nome da instituição: Centro de Documentação e Pesquisa Indígena - Comissão Pró -Índio do Acre

Local de funcionamento:
Estrada Transacreana, km 07 -Rio Branco, Acre - CEP 6907-000 - Correios Centro, Caixa Postal nº 61

Histórico da instituição:

Quando foi criada? Indicar o ano. Por quem? Quais foram as pessoas ou organizações que se envolveram na sua criação?

Fundada em fevereiro de 1979, em Rio Branco, Acre, a CPI/Acre faz parte de uma geração de ONGs que buscavam a democratização e a transformação do Brasil. Naquele tempo, os povos indígenas do Acre e Sudoeste do Amazonas foram conquistando espaços nas cidades, no país e no mundo junto a outros índios do Brasil e à força de outras pessoas e entidades, que lutaram na época para garantir terra, saúde e educação, e, ao mesmo tempo, fortalecer as línguas e culturas indígenas. Quiseram preservar a Amazônia, anos antes que os novos ambientalistas lutassem pela necessidade de conservação. Passaram a falar de seus problemas e a construir demandas junto à sociedade e aos governos. A CPI/Ac tem essa origem e funcionou como uma caixa de ressonância desses sentimentos e aspirações e ajudou as vozes indígenas em um novo campo de direitos e conquistas legais. Ainda hoje, a ação da CPl/Acre incorpora a definição de políticas públicas específica para os povos indígenas, buscando dar status alto ao papel das culturas indígenas nestas políticas.

Quem se responsabiliza por ela hoje?

A CPI/Acre tem um arranjo institucional constituído por 3 coordenadores setoriais que, estatutariamente, respondem pela instituição. Estes setores são formados pelas coordenações de Representação, de Educação e de Agricultura e Meio Ambiente. Os coordenadores são respectivamente: Maria Luiza Pinedo Ochoa; Vera Olinda Sena de Paiva e Marcos Catelli Rocha.

Há um acordo interno em que a coordenação de representação concentra os contratos e convênios. Nos demais casos cada coordenador responde pela sua área afim. No caso da RCA a coordenação de educação é quem se responsabiliza pelas ações e interlocução, seguindo a distribuição interna dos temas por programa.

O que é a instituição? Descreva se é um centro de formação, de documentação, de cultura ou museu.

A Comissão Pró-índio é uma organização não governamental cuja missão é apoiar os povos indígenas do Acre em algumas de suas lutas pela conquista e o exercício de direitos coletivos - territoriais, linguísticos, socioculturais - por meio de ações que articulem a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, a educação intercultural e bilíngue e as políticas públicas.

Possui em sua estrutura o Centro de Formação dos Povos da Floresta e o Centro de Documentação e Pesquisa Indígena.

Que atividades a instituição realiza?

Por meio de cursos de formação, oficinas em Terras Indígenas, viagens de assessorias, publicações e intercâmbios logramos criar, experimentar/conferir e propor, monitorar e

atualizar políticas públicas que alcance um novo modelo de sociedade com ênfase nos direitos territoriais, culturais, linguísticos, ambientais, sociais. Para isso atua nos seguintes eixos: educação e formação de indígenas; gestão territorial e ambiental das Tis; políticas linguísticas. As ações e os eixos são ancorados em conhecimentos e culturas indígenas, como um princípio da instituição.

Ela tem figura jurídica? Está registrada? Tem CNPJ próprio? Conta bancária?

Sim, tem figura jurídica e está registrada sob o CPNJ nº 04.118.246/0001-13. Conta Bancária: sim, nos Bancos Itaú e Banco do Brasil, todas em nome da CPI/Acre e do projeto correspondente.

Que recursos / projetas a instituição possui para garantir o seu funcionamento?

Em 2013 a CPI/Acre conta com projetos de 7 doadores: Petrobrás Ambiental, RFN, IPHAN, Ecology, Funai, Governo do Acre -SEDENS e SEMA, CFPF. Tem ainda uma rubrica de apoio indireto.

Que equipamentos (computadores, impressoras, etc) a instituição possui?

A instituição é grande em termos de equipamentos e mobiliário para o funcionamento dos 3 programas e do serviço administrativo e financeiro> tem em suas dependências os seguintes equipamentos: 15 computadores, 5 notebooks, 4 impressoras multifuncionais, um datashow, 4 câmeras fotográficas, 4 gravadores, uma plotter, uma copiadora, 8 ar-condicionados de 24 mil BTUs, 3 módulos de arquivo deslizante, 2 carros Toyota. Tem uma área rural (sítio) de 36 ha na zona rural onde está localizada sua sede e o Centro de Formação dos Povos da Floresta; e tem 1 casa no centro de Rio Branco.

A instituição conta com parceria de alguma organização ou órgão de governo para o seu funcionamento? De quem?

A CPI/Acre atua em parceria política de articulação com as 4 ongs socioambientais, em um coletivo no estado do Acre (CTA, PESACRE, SOS Amazônia, Rede Acreana de Mulheres e Homens). em projetos e em espaços de governança (Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMACT), Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável - CDRFS). Ainda acompanha O GT Interinstitucional no IMC (Instituto de Mudanças Climáticas do Governo do Acre) e a Comissão de Validação e Acompanhamento do SISA (Lei Estadual 2308 - SISA - Sistema Estadual de Incentivos aos Serviços Ambientais). Comitê Binacional (fronteira).

Indiretamente, mas com boa e incidência nacional, a articulação com a Rede de Cooperação Alternativa (RCA). A CPI/Acre é membro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEAjAcre) e da Rede GTA.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para se manter funcionando?

Dificuldades políticas diante do cenário conservador do Brasil, que não inclui consulta, diálogo e os múltiplos conceitos de desenvolvimento em sua agenda estratégica. Do ponto de vista financeiro, captar recursos tem sido difícil, pois o Brasil como uma potência econômica, não investe recursos, continuamente, em projetos desta natureza.

A CPI/Acre em parceria com outras instituições está levando o debate sobre segurança e continuidade de financiamentos para pastas dos governos e ampliando seus mecanismos de captação de recursos. A exemplo: estamos discutindo a possibilidade de ter recursos garantidos para a ação pública das ONGs no governo do Acre; aluguel do espaço do Centro de Formação dos Povos da Floresta e trabalhando em um desenho de um modelo de doação provisoriamente intitulado "seja um amigo da CPI/Acre".



Caracterizacão do acervo da Instituicão

Que acervos a instituição possui? Descreva detalhadamente quais materiais a instituição guarda (documentos escritos, fotos, vídeos, gravações, objetos). Quem os produziu e quando? Especifique os suportes destes materiais (papel, fitas k-7, VHS, outros).

Há um acervo que é formado por documentos institucionais de mais 30 anos de trabalhos da Comissão Pró-índio do Acre. Entre eles estão relatórios de viagens e assessorias às Terras Indígenas, planos de trabalhos, projetos, correspondências indígenas, cadernos de trabalho de professores e agentes agroflorestais indígenas, processos de demarcação de terras indígenas, materiais iconográficos como desenhos, mapas mentais, pinturas e cartazes indígenas, além de toda documentação da história institucional, todos em suporte de papel. Possui um acervo sonoro de fitas K-7 com relatos de histórias de vida, depoimentos, músicas e entrevistas que estão no suporte original. Possui um acervo de fitas VHS com filmes, imagens, músicas e outros trabalhos em vídeos tanto das comunidades indígenas como de atividades institucionais.

Possui um acervo em suporte de CD e DVD com imagens, fotografias, filmes, músicas e documentários indígenas. Além do acervo fotográfico em CDS e DVDS, o CDPI guarda um acervo digital de imagens. Possui uma biblioteca com os mais variados temas indígenas e florestais. Possui ainda objetos que permeiam o cotidiano das comunidades indígenas; esculturas e móveis fabricados pelos indígenas e uma coleção de xilogravuras indígenas em suporte de madeira. Além da guarda de materiais de arquivo, o CDPI é responsável pela distribuição dos materiais didáticos e outros livros impressos de autoria das comunidades indígenas.

Esses acervos estão organizados? Estão identificados?

Embora o acervo seja do início da CPI/Acre o Centro de Documentação e Pesquisa Indígena, no modelo atual, foi criado em 2006 com um projeto apoiado pelo BNDES. A organização profissional do acervo iniciou-se em 2010 com a contratação de um especialista na área de organização de arquivos. Os documentos estão parcialmente organizados em sua maioria listados e acondicionados de maneira satisfatória. Estão identificados de acordo com o tipo de material disponível, como CDs, DVDs, relatórios, imagens, desenhos e pinturas, etc.

Como esses acervos são classificados? De que forma? É utilizado algum programa de computador? Existem listagem desse acervo?

Os documentos em suporte de CD, DVD Fitas VHS e K-7 estão organizados e listados em ordem alfabética. As fotografias em suporte de papel organizadas e listadas por ano e tipo de atividade realizada. Os trabalhos iconográficos como desenhos e pinturas em suporte de cartolina estão todos listados e numerados. Os documentos em suporte de papel estão organizados de acordo com a estrutura da instituição separados por programas, que são três: Educação, Gestão Territorial e Ambiental e Políticas Públicas. Os documentos do programa de gestão territorial estão todos separados por séries documentais e tipos de documento, listados e acondicionados em caixas Box apropriadas para arquivo, parcialmente descritos. Os documentos dos programas de educação e políticas públicas estão parcialmente organizados, como relatórios de viagem e assessorias, cadernos de campo e material produzidos pelos professores indígenas listados e acondicionados em caixas Box. O acervo digital de imagens e outros documentos estão separados por tipo, mas precisam ser melhor especificados para obtenção mais precisa da informação.

É feito algum uso deste acervo? Que tipo de uso? Quem usa? Descrever se o acervo é somente guardado na instituição ou se ele é utilizado, e para que e por quem é utilizado.

O acervo é usado constantemente para consulta dos assessores da instituição em suas atividades. É usado pelos usuários indígenas para busca de informação para os seus trabalhos de pesquisa e elaboração de projetos, além de ser suporte de informação nos cursos de formação realizados no Centro de Formação dos Povos da Floresta. É usado pelos pesquisadores não indígenas nas variadas áreas de formação como fonte de informação. O atendimento é, inclusive, realizado on-line para pesquisadores de outros países que entram em contato através do site institucional.

O acervo fica disponível? Quem tem acesso a ele?

O CDPI está aberto para o atendimento ao público diariamente. Todo o material está disponível para consulta.

Qual o estado de conservação do acervo? Descreva se os materiais estão em bom estado de conservação e preservação, se estão danificados, se há fungos visíveis, etc.

Todo o acervo está em bom estado de conservação e acondicionamento. Apenas as fitas K-7 e VHS sofrem ataque por fungos por estarem em suporte vulnerável ao ataque desta praga e pelo alto índice de umidade que tem no Acre e em zona rural ainda mais. Isso exige boas excelentes condições de acondicionamento, que é ainda um complicador no CDPI.

Quem gerencia esse acervo? Quais sãos as pessoas que cuidam do acervo? Que tipo de trabalho elas realizam com ele?

O acervo é supervisionado pela equipe de coordenação da instituição. O trabalho é desenvolvido atualmente por duas colaboradoras que são responsáveis pela manutenção da organização e pelo atendimento no centro. Até abril de 2013 o acervo tinha uma profissional

bibliotecária e historiadora, que era a responsável direta pela documentação. No momento esta vaga está descoberta e a solução temporária é formar em serviço as duas pessoas que estão à frente deste trabalho.

Esses acervos são disponibilizados? Para quem? Como?

Sim, o acervo está disponível para consulta *in-loco* para todos os pesquisadores interessados na temática.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para manter seus acervos?

A maior dificuldade é encontrar projetas na área de preservação de patrimônio documental, uma vez que esta é a CPI/Acre é uma instituição sem fins lucrativos que necessita de projetos para dar continuidade ao trabalho. Há uma necessidade evidente de obter um programa ou software que dê a possibilidade de ter essa organização informatizada para facilitar a busca da informação. Toda a documentação precisa ser descrita mais detalhadamente, e para isso temos a necessidade de mais profissionais no setor de organização.

Escreva aqui outras informações que queira dar sobre os acervos.

O Centro de Documentação da Comissão Pró-índio do Acre se constitui atualmente no maior acervo na temática indígena do estado do Acre. Todo o acervo documental, iconográfico, sonoro e videográfico está disponibilizado para a pesquisa. As comunidades indígenas tem se apropriado deste espaço para dar suporte aos seus trabalhos e a comunidade acadêmica não indígena também tem utilizado este espaço para realizar suas pesquisas.

A OPIAC e a AMAAIAC são as principais parceiras neste trabalho e participam e opinam sobre as decisões da produção indígena de autoria. Participam das reuniões, consultam e ajudam a identificar autores indígenas para a classificação dos documentos. As associações indígenas solicitam bastante os documentos ali arquivados. Um aspecto interessante é que os indígenas formados pelo CFPF sempre nos pedem para guardar seus documentos originais - cadernos de pesquisas, diários de trabalhos, desenhos, levantamentos etc - certos de que ali os documentos terão vida duradoura e conservada.

Nome das pessoas que preencheram esse questionário:

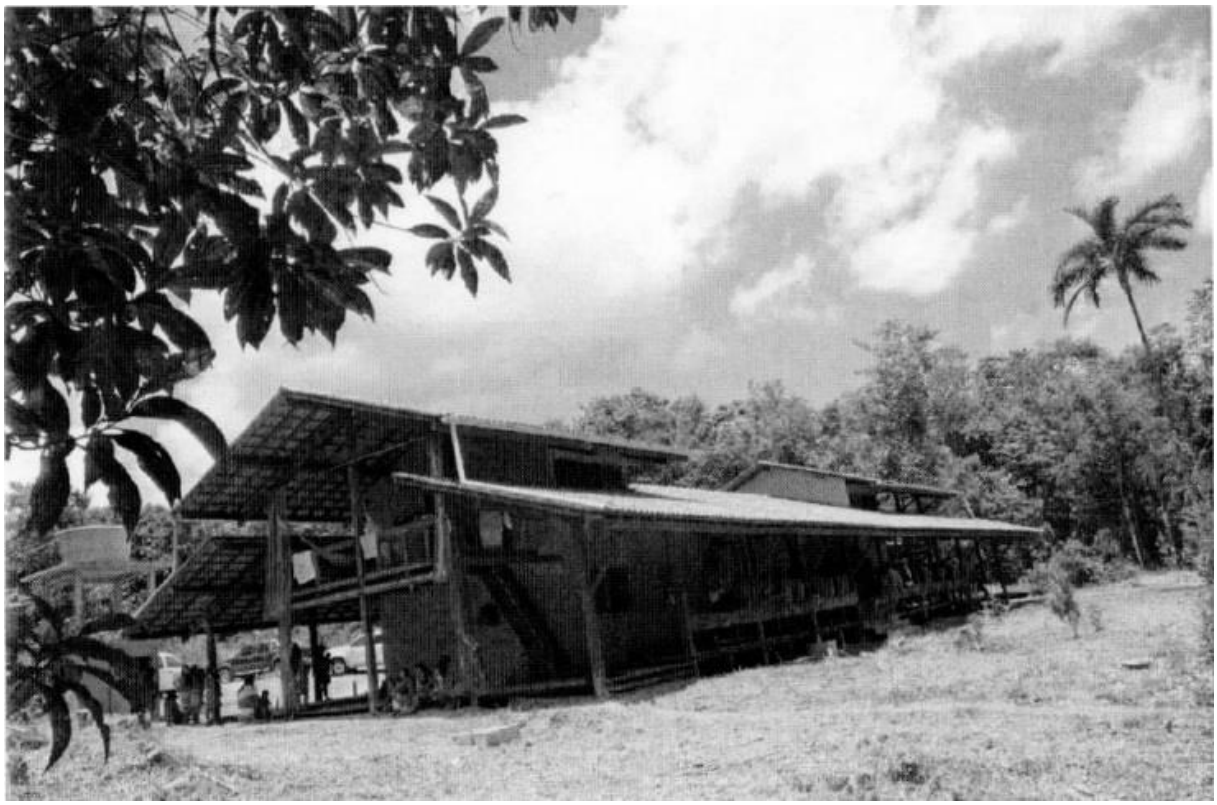
Juliet Matos, Elizanilde Alves e Vera Olinda.

E-mail de cantato: elisalvez@hotmail,com. juliet.matos@gmail,com. v.olinda@uol.com.br



AMAPÁ

Centro de Formação e Documentação Wajãpi - CFDW



Informações sobre a instituição

Nome da instituição: Centro de Formação e Documentação Wajãpi - CFDW

Local de funcionamento: CFDW - Posto Aramirã, Terra Indígena Wajãpi. Município de Pedra Branca do Amapari. Amapá.

Enviar correspondência para o Conselho das Aldeias Wajãpi - Apina e/ou Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura. Av. Ataíde Teive, 525 Trem - CEP: 68900-095 Macapá - AP

Nome da pessoa responsável: Pesquisadores e comunidade Wajãpi - O atual coordenador do Apina é Kumaré Wajãpi.

Telefone de contato: (96) 3224-2113 em Macapá

Histórico da Instituição

Quando foi criada? Indicar o ano.

O Centro de Formação e Documentação Wajãpi não é uma instituição ou entidade independente. É um espaço construido com apoio da Petrobrás, e sob responsabilidade do Conselho das Aldeias Wajãpi - Apina. É gerido por este Conselho, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - Iepé. O Centro foi inaugurado no ano de 2009. A construção deste Centro estava prevista no "*Plano Integrado de valorização dos conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento socio-ambiental da comunidade Wajãpi do Amapá*", encaminhado em 2003 para a UNESCO, que reconheceu as "*Expressães gráficas e orais dos Wajãpi do Amapá*" como Patrimonio Oral e Imaterial da Humanidade, na sequência do registro destas formas de expressão pelo IPHAN-Minc, em 2002.

Por quem? Quais foram as pessoas ou organizações que se envolveram na sua criação?

- Conselho das Aldeias Wajãpi - Apina
- Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - Iepé
- Museu do Índio/FUNAI
- Ministério da Cultura/IPHAN
- Núcleo de História Indígena e do Indigenismo -NHII/USP (hoje CESTA-USP)

Para que foi criada? Com qual finalidade?

Após o contato com os não-índios, os conhecimentos dominantes enfraqueceram diretamente o modo vida dos Wajãpi. Por isso, os chefes de aldeia e sabedores que são chamados *jovijãkõ* ficaram muito preocupados, porque os conhecimentos Wajãpi estavam sendo deixados para trás, principalmente pelos mais jovens, devido ao modelo educacional oferecido pelos não-índios. Para enfrentar esse problema, os chefes e sabedores se mobilizaram para realizar um trabalho de valorização da cultura wajãpi, realizado nas aldeias e também na cidade. Esse trabalho é desenvolvido por uma turma de 19 pesquisadores Wajãpi, de diferentes aldeias, que se reunem regularmente no Centro. Neste espaço, são realizadas várias ações de formação. Os pesquisadores já fizeram muitos trabalhos, nas aldeias e também na cidade de Macapá, sempre planejadas no Centro, onde também são feitas assembléias e reuniões regulares com os chefes de todas as aldeias, para o fortalecimento político e cultural dos Wajãpi.

Quem se responsabiliza por ela hoje?

O Centro está sob a responsabilidade do Conselho das Aldeias Wajãpi - Apina, da Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura - AWATAC, e do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - Iepé. São sobretudo os pesquisadores que gerenciam o Centro, com apoio direto de suas organizações do Iepé. Quando tem cursos, oficinas, assembleias e outros eventos importantes para os Wajãpi, sempre se faz um acordo de convivência para cuidar da limpeza do Centro. Quando não tem atividades alguns pesquisadores Wajãpi ficam cuidando em rodízio, para garantir que o Centro não seja usado de forma errada. Os pesquisadores e o Apina criaram regras de uso das instalações e dos equipamentos, e todos tem de atender a essas regras especificas.

O que é a instituição? Descreva se é um centro de formação, de documentação, de cultura ou museu.

A instituição é o Conselho das Aldeias Wajãpi - Apina, responsável pelo Centro, em parceria com o Iepé. Se trata de uma construção com uma grande sala aberta para cursos e reuniões, uma pequena sala fechada para biblioteca e arquivos, uma sala de computadores, uma cozinha, dois banheiros e duas alas para hospedagem dos Wajãpi e dos assessores das atividades de formação. É equipado com energia solar para luz e para funcionar os equipamentos. Não tem telefone, mas recentemente a internet foi instalada.

É um Centro para a formação dos Wajãpi e para as atividades de valorização cultural - que também são realizadas nas aldeias. Tem documentos visuais e sonoros mais antigos (originais sob a guarda do CESTA-USP), registros recentes feitos pelos Wajãpi (também guardados na sede do Iepé ou AWATAC em Macapá) e uma pequena coleção de livros. Por isso, o Centro é um centro de referência para os Wajãpi. Só é aberto para o público Wajãpi e não para qualquer karaikõ. O Iepé mantêm em Macapá um Ponto de Cultura, e o Centro é um 'pontinho', dentro da terra indígena.

Queremos melhorar a biblioteca e também aumentar os registros audiovisuais e escritos. Além disso, como os pesquisadores Wajãpi estão trabalhando num levantamento arqueologico na Terra Indígena, estamos querendo ter a guarda compartilhada de algumas peças dos antigos, com o Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá - IEPA, onde o setor de Arqueologia é parceiro dos Wajãpi.

Que atividades a instituição realiza?

- Estudo e trabalhos de pesquisa dos Wajãpi;
- Oficinas e cursos de formação de pesquisadores Wajãpi;
- Reuniões e assembleias internas e/ou abertas;
- Estágios para os pesquisadores Wajãpi;
- Estágios para cinegrafistas Wajãpi;
- Cursos para os professores Wajãpi;
- Oficinas de artesanato para os jovens Wajãpi;
- Oficinas e reuniões para trabalho e diversos assuntos importantes para os Wajãpi.

Ela tem figura jurídica? Está registrada? Tem CNPJ próprio? Conta bancária?

Não é uma figura jurídica e não tem nem CNPJ, nem conta de banco.

Que recursos / projetos a instituição possui para garantir o seu funcionamento?

O funcionamento do Centro foi garantido até o momento através de projetos sob gestão da AWATAC (projeto de apoio institucional financiado pela Rainforest Noruega) e através de projetos desenvolvidos pelo Iepé. O principal apoio para a manutenção do Centro

foi, nos últimos anos, o IPHAN, através do Ponto de Cultura "Arte e vida dos povos indigenas do Amapá e norte do Pará" (esse apoio incluiu verba para o desenvolvimento do Plano de Salvaguarda do Patrimonio Imaterial Wajãpi). Esse projeto termina esse ano, mas esperamos renovar apoio do IPHAN nos próximos anos. Outros financiadores do Iepé contribuiram para instalações no centro, como o projeto do POEMA Alemanha, que apoia a formação de agentes de saúde Wajãpi.

Que equipamentos (computadores, impressoras, etc) a instituição possui?

Os equipamentos pertencem ao Apina e/ou AWATAC e/ou Iepé.

- 3 computadores de mesa;
- 1 computador para edição de vídeo;
- 2 notebooks;
- 1 impressora;
- 1 datashow;
- Caixas de som;
- 18 gravadores digitais;
- 1 camara de video;
- 1 HD externo;
- 1 copiadora de CD e DVD (quebrada);
- Equipamentos para conexão internet;
- Arquivos metálicos, prateleiras, mesas, bancos, etc;
- 2 quadros para escrever;
- 1 fogão industrial;
- 1 freezer;
- 1 gerador;
- 1 sistema completo e placas para energia solar;
- 1 roçadeira.

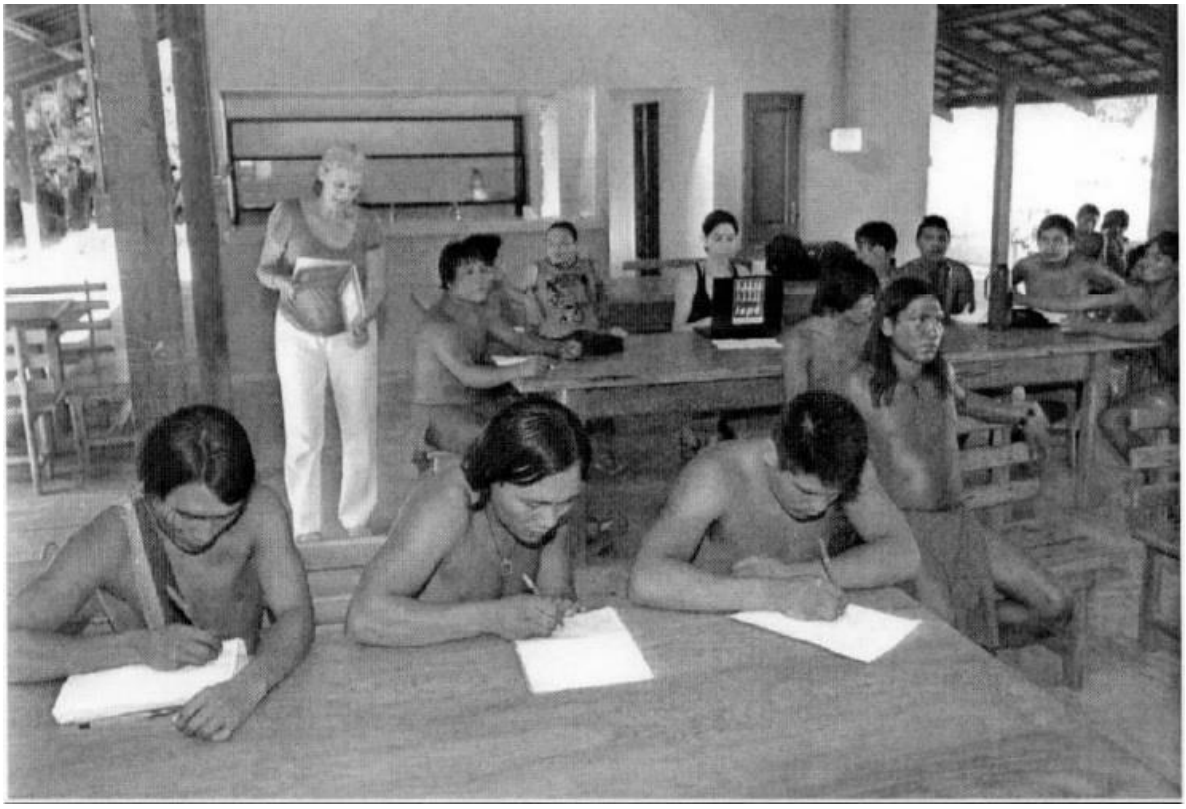
A instituição conta com parceria de alguma organização ou órgão de governo para o seu funcionamento? De quem?

Como foi explicado antes, o Conselho das Aldeias - Apina tem parceria com o Iepé para a manutenção e para as atividades realizadas pelos Wajãpi no Centro. Também explicamos que o principal apoiador de verbas para manutenção foi o IPHAN, até 2013. E vários projetos da AWATAC ou do Iepé também contribuem para equipamentos e manutenção.

O funcionamento do Centro não é independente das ações de fortalecimento cultural do Apina e AWATAC, nem das atividades de formação que o Iepé realiza com os Wajãpi.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para se manter funcionando?

A maior dificuldade é que não temos pessoas definidas para cuidar do Centro. Nos decidimos que seria uma gestão coletiva dos Wajãpi, e os pesquisadores junto com coordenadores das organizações Wajãpi são responsáveis. As vezes, a falta de pessoas específicas cria problemas. Precisamos também ter um assessor que fique no Centro (não só para cursos e oficinas) para ajudar mais os Wajãpi a aprender a usar melhor todos os equipamentos e cuidar dos acervos.



Caracterição do acervo da instituição

Que acervos a instituição possui? Descreva detalhadamente quais materiais a instituição guarda (documentos escritos, fotos, vídeos, gravações, objetos). Quem os produziu e quando? Especifique os suportes destes materiais (papel, fitas k-&, VHS, outros).

O Centro possui vários pequenos acervos.

Os materiais etnográficos podem ser separados em dois tipos:

- registros antigos (de 1977 a 2000) feitos pela antropologa Dominique T. Gallois e por alguns de seus alunos; algum material feito por outros pesquisadores que cederam copias ao Apina;

- registros recentes, feitos pelos pesquisadores e professores Wajãpi.

Os materiais antigos originais estão sob a guarda do Centro de Estudos Ameríndios (que sucede ao Núcleo de História Indígena e do Indigenismo - USP). A equipe da USP produziu digitalizações da maior parte desse material e disponibiliza cópias da integra dos registros ao Apina. Novas cópias são enviadas aos Wajãpi quando solicitadas. Esse material está acondicionado em CDs ou DVDs, e uma parte do material (fotos e vídeos) está também disponível num computador de mesa e no HD externo.

Assim, as gravações em aúdio (cerca de 100 horas), parte dos registros em vídeo (cerca de 60 horas) e fotos (cerca de 1.000) foram digitalizados. Também foram digitalizadas duas coleções de grafismos e composições Kusiwa, coletadas respectivamente em 1983 e 2000 (além de outros desenhos mais recentes), num total de cerca 350 desenhos.

Os materiais em audio, video e foto produzidos pelos pesquisadores, professores e cinegrafistas Wajãpi não estão organizados, nem listados. Em geral, além da cópia mantida nos computadores do Centro, outra cópia é guardada num HD externo em Macapá.

Os professores e pesquisadores Wajãpi guardam no centro, cada um em uma pasta, seus trabalhos de pesquisa, bem como textos produzidos para divulgação interna e externa.

Um pequeno acervo de livros e documentos inclui as produções dos pesquisadores Wajãpi (livros e cadernos de pesquisa), materiais didáticos produzidos por professores indígenas de vários lugares do Brasil, materiais para-didaticos relacionados à gestão territorial e ambiental de terras indígenas. Alguns títulos de literatura em língua portuguesa.

Esses acervos estão organizados? Estão identificados?

O material etnográfico antigo está organizado, a partir de critérios elaborados por alguns pesquisadores Wajãpi que realizaram esse trabalho junto com a equipe do NHII-USP em 2004. No entanto, com o manuseio e cópias realizadas por parte dos usuários do Centro, essa organização se perdeu em parte. Para a identificação, ver abaixo.

Como esses acervos são classificados? De que forma? É utilizado algum programa de computador? Existem listagem desse acervo?

As cópias do material antigo (registros em áudio, em vídeo, fotos digitalizadas, desenhos em papel e mapas digitalizados) é classificado por data, aldeia, autor do registro e, quando pertinente, autor do desenho ou mapa). Existem listagens dos registros em áudio. Mas não tem listagem nem das fotos, nem dos desenhos e mapas. Os materiais mais recentes, produzidos pelos pesquisadores Wajãpi não estão listados, mas estão organizados em pastas nos computadores, identificadas pelos nomes de seus autores. Os materiais em áudio e vídeo produzidos pelos pesquisadores Wajãpi não estão listados, mas são identificados pela data e autor dos registros. Tampouco tem lista dos livros e documentos guardados na pequena biblioteca.

É feito algum uso deste acervo? Que tipo de uso? Quem usa? Descrever se o acervo é somente guardado na instituição ou se ele é utilizado, e para que e por quem é utilizado.

Como o Centro é reservado aos Wajãpi, são eles os únicos a fazer uso desse material. Os usos são diversos: as fotos e vídeos são frequentemente vistas por individuos ou familias que passam no centro e, os velhos, principalmente, interessados em ver essas fotos e vídeos. Os registros em áudio são raramente acessados, mas algumas vezes consultados pela turma dos pesquisadores. Os demais registros - mapas, desenhos, etc. são utilizados pelos pesquisadores e professores Wajãpi quando preparam seus materiais.

O acervo fica disponível? Quem tem acesso a ele?

Todos os estudantes (além dos professores, pesquisadores, cinegrafistas e agentes de saude) Wajãpi tem acesso através de empréstimo e devolução. Os coordenadores e as diretorias das organizações Wajãpi também tem acesso e fazem uso dos materiais. Os acervos etnográficos estão disponíveis somente para o público interno da Terra Indígena Wajãpi.

Qual o estado de conservação do acervo? Descreva se os materiais estão em bom estado de conservação e preservação, se estão danificados, se há fungos visíveis, etc.

Os materiais guardados em CDs e DVDs estão em parte danificados, com fungos visíveis. Tem muita umidade na terra indígena e, por isso, é muito dificil manter esses materiais frageis.

Quem gerencia esse acervo? Quem são as pessoas que cuidam do acervo? Que tipo de trabalho elas realizam com ele?

Gerenciar e cuidar dos acervos é trabalho dos pesquisadores e dos cinegrafistas Wajãpi. Mas eles tem dificuldade de fazer esse trabalho com a devida regularidade, pois tem agenda cheia, porque são também membros das coordenações e diretorias das organizações dos Wajãpi e além disso tem seus trabalhos de vida cotidiana (pescar, fazer roça, resguardo,

caçar etc ...). O Centro fica no Posto Aramirã, perto de algumas aldeias, mas longe de outras das 49 aldeias onde moram a maior parte dos pesquisadores e cinegrafistas.

Esses acervos são disponibilizados? Para quem? Como?

Como explicado acima, todos os estudantes, pesquisadores, professores e agentes de saude, diretorias das organizações e famílias tem acesso aos acervos, através de empréstimos; esses acervos estão disponíveis somente para publico interno, porque se trata de documentos e etnografias dos Wajãpi e de alguns outros povos indígenas no Brasil e no mundo.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para manter seus acervos?

Os pesquisadores e cinegrafistas não são contratados para administrar e manter melhor os acervos no Centro. E a maior parte dos pesquisadores não mora perto do Centro, mas em diferentes aldeias na Terra Indígena Wajãpi e por isso às vezes os pesquisadores passam pelo Centro somente quanto tiver as atividades como oficinas, cursos para pesquisadores e cinegrafistas, reuniões de trabalho, estágios, estudos e assembléias.

Não tem recursos para pintar o prédio, por isso, sem pintura das madeiras que são as estruturas do Centro e isso causa o surgimentos fungos em todos.

Escreva aqui outras informações que queira dar sobre os acervos.

Nós estamos lutando agora para:

- Ter pessoas Wajãpi específicas e preparadas para cuidar dos acervos do Centro e organizar os materiais que são produzidos agora;
- Preparar bem os cinegrafistas Wajãpi para assumir com autonomia a produção de mais documentos e filmes dos Wajãpi;
- Ter assessorias técnicas atuando junto com os pesquisadores e cinegrafistas Wajãpi;
- Fazer pinturas de paredes do Centro para não ter mais fungos e cuidar das partes em madeira que precisam ser envernizadas;
- Projetos específicos para digitalizar os filmes e outros mateiriais, conseguir mais copias de materiais referentes aos Wajãpi;
- Organizar o trabalho dos serventes Wajãpi para manter limpeza do Centro;
- Criação de Site dos pesquisadores e Cinegrafistas Wajãpi;
- Manutenção de acervos e bibliotecas e divulgação do jeito que está organizado;
- Conseguir guarda compartilhada com IEPA - AP para guardar algumas peças e vestígios de ocupação antiga que serão escavados na Terra Indígena Wajãpi;
- Reconhecimento de formação dos Agentes Socioambientais Wajãpi - ASAW pelo Governo do Estado do Amapá e pela SEED/NEI.

Nome das pessoas que preencheram esse questionário

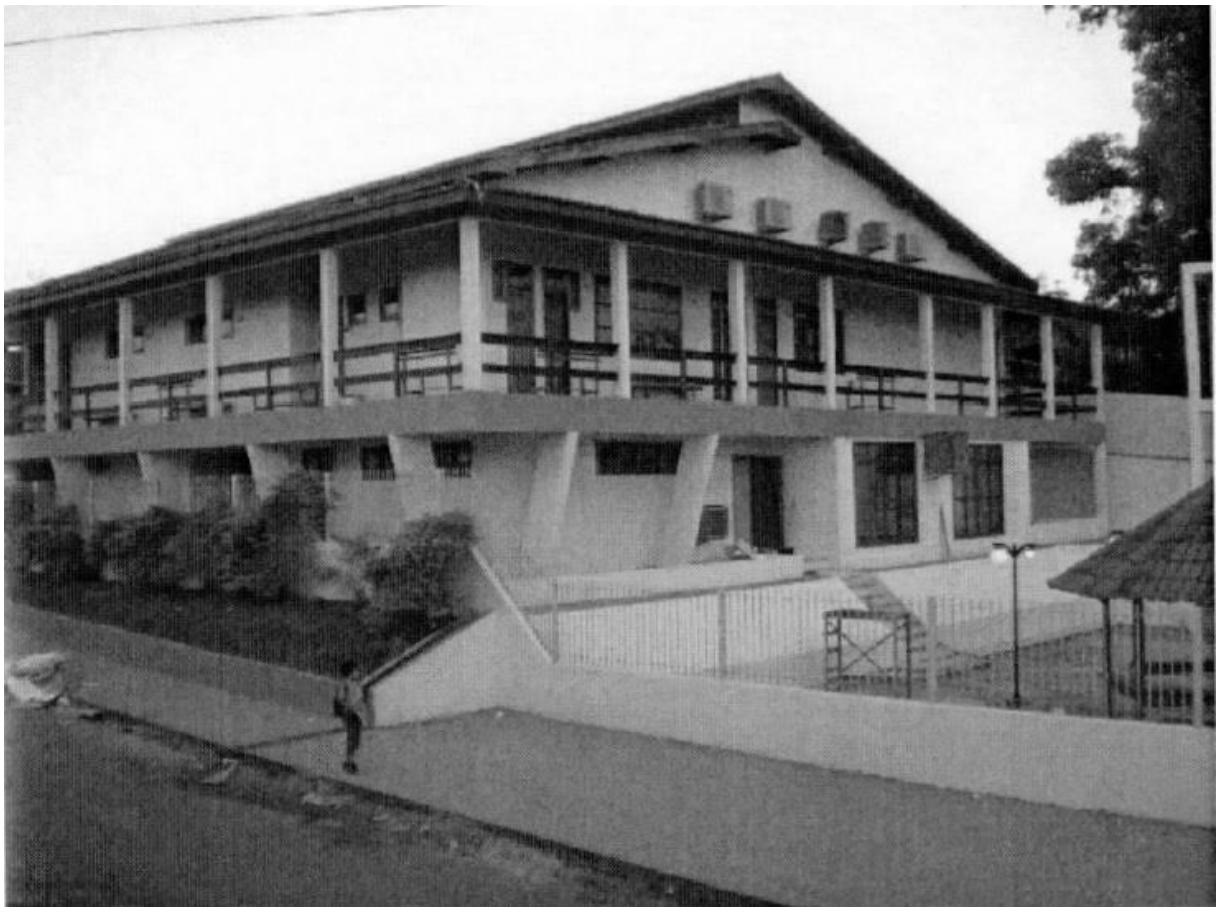
Jawaruwa Wajãpi
Japu Wajãpi
Dominique Tilkin Gallois (complementos e revisão) - 02/09/2013

E-mail de contato: jawaruwa@gmail.com japuwajapi@gmail.com



AMAPÁ

MUSEU KUAHÍ DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE



Informações sobre a instituição

Nome da instituição: Museu Kuahí dos povos indígenas do Oiapoque

Local de funcionamento: Avenida Barão do Rio Branco n. 160; bairro: Centro; cidade: Oiapoque; Estado: Amapá; Cep: 68980-000.

Nome da pessoa responsável: Hélio Ioiô Labontê.

Telefone de contato: (096) 9914-1395 e 8406-6108.

Histórico da instituição

Quando foi criada? Indicar o ano.

Inaugurado em 19/04/2007

Por quem? Quais foram as pessoas ou organizações que se envolveram na sua criação?

A criação do Museu Kuahí, foi um pedido dos povos indígenas do Município do Oiapoque, ao Governador do Estado do Amapá João Alberto Capiberibe, no ano de 1998, um museu cuja destinação será de reunir seus artefatos, saberes e conhecimentos, também para dar visibilidade e dignidade à cultura indígena e, ao mesmo tempo ser um centro de memória, de documentação e de pesquisa. Do conjunto de documentos entregues pelas lideranças indígenas ao governador do Estado constavam a justificativa, os objetivos e a especificidade do Museu Kuahí.

Para que foi criada? Com qual finalidade?

O objetivo central do Museu Kuahí é preservar tanto o patrimônio material artefatos e objetos, como patrimônio imaterial pinturas, cantos e mitos. A medida que o desenvolvimento de pesquisas nas áreas indígenas torna visíveis esses saberes, eles devem ser documentados, registrados e resguardados, de maneira adequada, legal e sobre a qual tenham sempre pleno conhecimento e controle.

Quem se responsabiliza por ela hoje?

O Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque é uma entidade pública, sem fins lucrativos, de administração indireta vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Cultura do Amapá - SECULT.

O que é a instituição? Descreva se é um centro de formação, de documentação, de cultura ou museu.

A instituição é um Museu indígena.

Que atividades a instituição realiza?

A instituição realiza diversas exposições temporárias e permanentes anualmente, realiza pesquisa nas comunidades indígenas do Oiapoque registrando e documentando, exposições itinerantes, atividades educativas com as escolas indígenas e municipais, divulgação da cultura dos povos indígenas do Oiapoque, e dentre outras atividades.

Ela tem figura jurídica? Está registrada? Tem CNPJ próprio? Conta bancária?

O Museu não possui CNPJ próprio, ele utiliza o CNPJ da Secretaria de Estado da Cultura do Amapá - SECULT, como todos os outros setores do Estado.

Que recursos / projetos a instituição possui para garantir o seu funcionamento?

A instituição se mantém com recursos orçamentários da Secretaria de Estado da Cultura do Amapá, com materiais de expediente e permanente e raramente com suprimento de fundo. Mas o museu conseguiu realizar suas demandas graças ao apoio de seus parceiros, financiando exposições, pesquisa de campo e publicações.

Que equipamentos (computadores, impressoras, etc) a instituição possui?

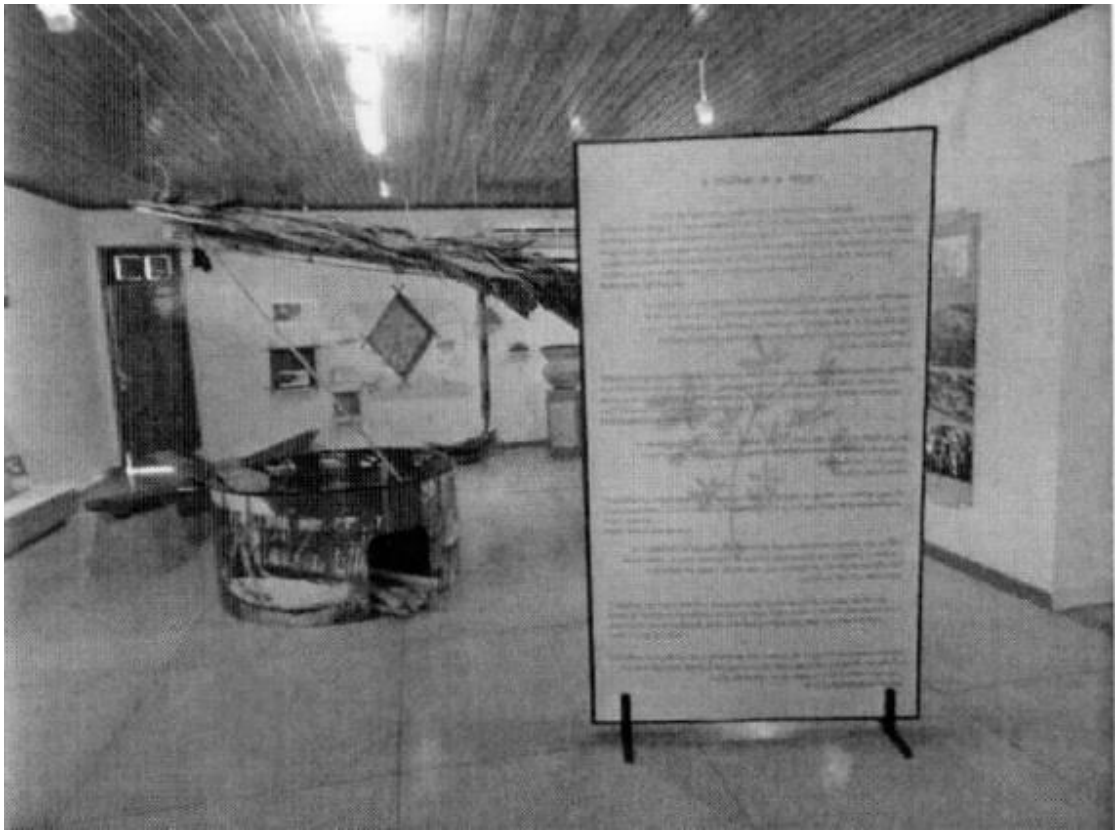
O Museu possui três computadores de mesa, três notebooks, cinco impressoras, um projetor multimídia, um retro projetor, um projeto de slides, uma tela de projeção automática, equipamento de som e imagem completo, uma maquina fotográfica digital, dois gravador de áudio, três aparelho DVD, um aparelho VHS.

A instituição conta com parceria de alguma organização ou órgão de governo para o seu funcionamento? De quem?

Sim, com a Secretaria de Estado da Cultura do Amapá - SECULT a qual é vinculada e disponibiliza recursos para seu funcionamento, e também o museu tem varios parceiros como o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - Iepé, o Museu do Indio do Rio de Janeiro, da Fundação Nacional do Indío - FUNAI.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para se manter funcionando?

Falta de recursos por parte da Secretaria de Estado da Cultura do Amapá - SECULT ou demora em liberar e executar os projetos para o Museu.



Que acervos a instituição possui? Descreva detalhadamente quais materiais a instituição guarda (documentos escritos, fotos, vídeos, gravações, objetos). Quem os produziu e quando? Especifique os suportes destes materiais (papel, fitas k-&, VHS, outros).

Objetos produzidos e pertencentes aos quatro povos indígenas de Oiapoque. Que formam nosso acervo. Assim como uma biblioteca que guarda vários livros que versam sobre os Povos Indígenas em geral e especialmente sobre os indígenas do Oiapoque. O acervo etnográfico foi produzido nas aldeias pelos próprios indígenas Galibi Kali'na, Palikur, Galibi Marworno e Karipuna. Nosso acervo bibliográfico é de autores diversos. Nosso acervo de fotos ainda é bem reduzido e ainda é tudo digital. O acervo etnográfico é formado por vários tipos de materiais: madeira, cipó, cerâmica, penas, corda, tala, couro de cobra, palha, bambu.

Esses acervos estão organizados? Estão identificados?

Sim todos estão organizados e devidamente identificados.

Como esses acervos são classificados? De que forma? É utilizado algum programa de computador? Existem listagem desse acervo?

O acervo etnográfico é classificado por matérias primas e uso. Os bibliográficos por assuntos. Utilizamos apenas o programa de computador Microsoft Word e Excel.

É feito algum uso deste acervo? Que tipo de uso? Quem usa? Descrever se o acervo é somente guardado na instituição ou se ele é utilizado, e para que e por quem é utilizado.

Sim o acervo etnográfico é exposto. O acervo bibliográfico fica na biblioteca a disposição para pesquisas. O público em geral, turistas e os próprios indígenas.

O acervo fica disponível? Quem tem acesso a ele?

Sim. O público em geral.

Qual o estado de conservação do acervo? Descreva se os materiais estão em bom estado de conservação e preservação, se estão danificados, se há fungos visíveis, etc.

O estado de conservação é bom. Estão em bom estado apenas mofo visível em algumas madeiras. As plumagens encontram-se em péssimo estado de conservação, assim como colares que foram tomados por pragas e encontram-se quebrados. O acervo bibliográfico esta em ótimas condições.

Quem gerencia esse acervo? Quais sãos as pessoas que cuidam do acervo? Que tipo de trabalho elas realizam com ele?

O acervo bibliográfico é gerenciado por Sandra Vidal e Bruma Almeida do Setor de Pesquisa e Projeto. O acervo etnográfico por Cláudia Renata Lod Moraes e Davi Felisberto dos Santos do Setor de Documentação. Na biblioteca é feita apenas uma limpeza básica nos acervo, no acervo etnográfico infelizmente só podemos fazer a limpeza básica.

Esses acervos são disponibilizados? Para quem? Como?

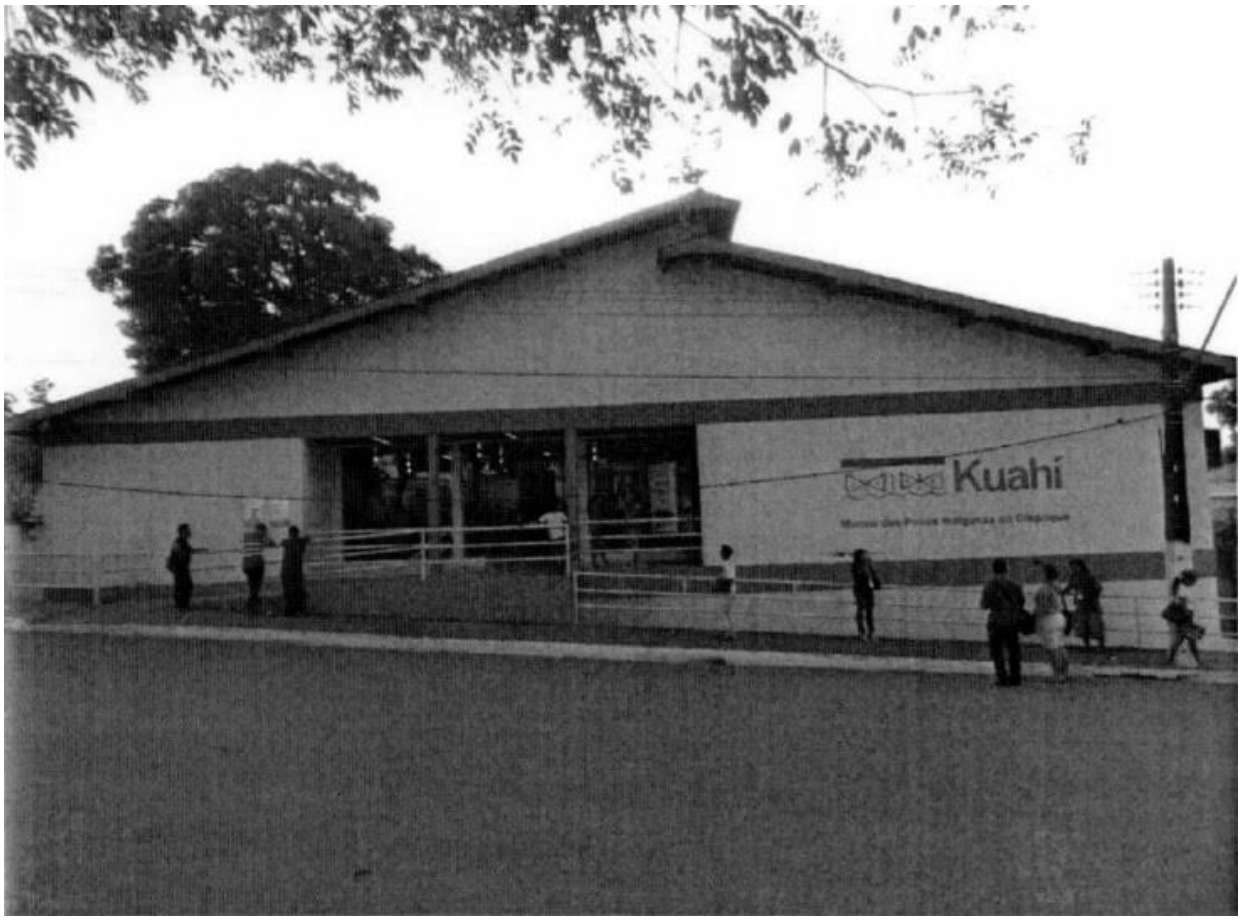
São disponibilizados para o público em geral, em exposições e na biblioteca.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para manter seus acervos?

Falta de uma reserva técnica adequada, com armários, suportes, ambiente adequados para a acomodação de nosso acervo etnográfico. Assim como materiais para sua boa limpeza e restauração.

Nome das pessoas que preencheram esse questionário:
Fabrício Narciso dos Santos, Davi Felisberto dos Santos, Claudia Renata Lod Moraes e Márcia Maria dos Santos Oliveira.

E-mail de contato: fabriciokaripuna@gmail.com/marciakaripuna@hotmail.com.



RORAIMA

Centro Indígena de Formação Raposa Serra do Sol (CIFRSS)



Informações sobre a instituição

Nome da instituição: Centro Indígena de Formação Raposa Serra do Sol (CIFRSS) - Conselho Indígena de Roraima

Local de funcionamento: Avenida Sebastião Diniz n. 2630, bairro: São Vicente, cidade: Boa Vista, Estado: Roraima, cep: 69.303-120

Se na aldeia, indicar nome da aldeia e terra indígena
Nome da aldeia: Barro

Terra Indígena: Raposa Serra do Sol

Estado: Roraima

Nome da pessoa responsável: Mario Nicácio

Telefone de contato: (95) 9161-7831

Histórico da Instituição

Quando foi criada? Indicar o ano.
Foi criado em 1990.

Por quem? Quais foram as pessoas ou organizações que se envolveram na sua criação?
O Conselho Indígena de Roraima tem a criação histórica das lideranças indígenas mais antigas no movimento indígena de Roraima. Destacamos as lideranças indígenas Jaci José de Souza, da etnia Macuxi, da comunidade indígena Maturuca, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Clóvis Ambrósio, da etnia Wapichana, comunidade Malacacheta, Terra Indígena Malacacheta, Nelino Galé, da etnia Wapichana, da comunidade indígena Homologação, Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O CIR tem uma trajetória de luta e criação em parceria com a Diocese de Roraima, a única que deu maior incentivo e apoio na criação da Organização.

Para que foi criada? Com qual finalidade?
Foi criado como um espaço jurídico para defender os direitos no campo social, político e cultural dos povos indígenas de Roraima. A princípio a luta foi pela demarcação e homologação de terras indígenas, principalmente a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e consequentemente outras terras indígenas, assim como buscar melhorias no atendimento das políticas públicas voltadas aos povos indígenas, como saúde, educação, comunicação, agricultura, e demais aspectos que atendem as demandas e necessidades das comunidades indígenas.

Quem se responsabiliza por ela hoje?
Atualmente o CIR é coordenador por três responsáveis: O Coordenador Geral, Mário Nicácio, Vice-Coordenador Ivaldo André e na Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas Telma Marques Taurepang. Os responsáveis são eleitos e aprovados em Assembleia dos Tuxauas, que acontece anualmente em cada região das Terras Indígenas de Roraima. As comunidades indígenas que indicam os representantes que anteriormente tinham um mandato de dois anos, e após uma reformulação no Estatuto, tem o mandado de quatro anos.

O que é a instituição? Descreva se é um centro de formação, de documentação, de cultura ou museu.

A instituição é uma organização que defende os direitos dos povos indígenas no cenário político, mas também preserva documentos e outros patrimônios do movimento indígena, mas até o momento ainda não se foi criado um espaço, um acervo específico para a preservação desses patrimônios tanto da sede quanto nas comunidades indígenas centrais.

Que atividades a instituição realiza?

A instituição realiza diversas atividades, as mais destacadas são as Assembleias Gerais, mobilizações e principalmente os projetos Sustentáveis e Projetos de proteção e fiscalização das terras indígenas.

Ela tem figura jurídica? Está registrada? Tem CNPJ próprio? Conta bancária?

A instituição é jurídica, registrada, tem CNPJ e Conta Bancária.

Que recursos / projetos a instituição possui para garantir o seu funcionamento?

Recursos são os projetos produzidos pelas comunidades na área de agricultura, pecuária, principalmente projetos de gado e outros projetos de parceiros.

Que equipamentos (computadores, impressoras, etc) a instituição possui?

A Organização possui computadores, notebook, impressoras, equipamentos básicos. Na área da comunicação, a organização adquiriu uma câmera fotográfica, gravador digital, notebook, especifico para o registro das atividades e eventos nas comunidades indígenas e demais locais de movimentação indígena.

A instituição conta com parceria de alguma organização ou órgão de governo para o seu funcionamento? De quem?

Para o funcionamento se conta com recurso de algumas instituições não-governamentais, como, Coping, Hutukara, entre outros, quanto os órgãos governamentais são mais para implementação das atividades desenvolvidas.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para se manter funcionando?

As maiores dificuldades atualmente são as perseguições políticas e falta de logística e recurso para implementar os planos elaborados.

<u>Caracterização do acervo da instituição:</u>

Que acervos a instituição possui? Descreva detalhadamente quais materiais a instituição guarda (documentos escritos, fotos, vídeos, gravações, objetos). Quem os produziu e quando? Especifique os suportes destes materiais (papel, fitas k-&, VHS, outros).

Praticamente não temos um acervo bem estruturado, é todo um início, porém tem todos os dados e materiais, estamos em fase de organização da catalogação dos registros fotográficos do movimento político, social, cultural dos povos indígenas de Roraima. Existe uma quantidade expressiva de fotos de diversos momentos históricos de luta das lideranças indígenas tanto em preto e branco e colorido, obras escritas pelos indígenas, com apoio de entidades como a Diocese de Roraima, além de vídeo documentários como o "Vai u Rocha", 40 anos de "Luta do CIR", uma produção do Conselho Indígena de Roraima, onde tem as imagens do indígena Wapichana Aldernir Cadete.

Existem CDs, com músicas tradicionais do povo indígena Macuxi e Wapichana, voltado para as Escolas da rede de ensino público do Estado. O CD Macuxi Serenkato foi

produzido, através do Projeto Musica dos Povos de Roraima, com o apoio do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas, do Ministério do Meio Ambiente e o Parichara Wapichana, com o apoio do Ministério da Educação, através da Coordenação de Educação Escolar Indígena. Até o momento não tem um acervo de artesanatos indígenas.

Esses acervos estão organizados? Estão identificados?

Começou-se um processo de organização e identificação dos materiais existentes, mesmo porque existe a dificuldade no sentindo de estrutura e equipe de trabalho. No entanto, aos poucos o espaço está sendo organizando.

Como esses acervos são classificados? De que forma? É utilizado algum programa de computador? Existem listagem desse acervo?

São organizados através de fotos, documentos, banners, vídeos, cartilhas e outros, que no momento estão sendo organizados nos computadores.

É feito algum uso deste acervo? Que tipo de uso? Quem usa? Descrever se o acervo é somente guardado na instituição ou se ele é utilizado, e para que e por quem é utilizado.

É um patrimônio das comunidades indígenas, que fica na responsabilidade da instituição e são usados também pelos acadêmicos universitários para pesquisa.

O acervo fica disponível? Quem tem acesso a ele?

Fica disponível para pesquisas históricas e científicas.

Qual o estado de conservação do acervo? Descreva se os materiais estão em bom estado de conservação e preservação, se estão danificados, se há fungos visíveis, etc.

Estão em bom estado de conservação, mas que precisa de um tratamento breve devido o longo período de existência, a qual começa a apresentar extravios.

Quem gerencia esse acervo? Quais sãos as pessoas que cuidam do acervo? Que tipo de trabalho elas realizam com ele?

A instituição gerencia esse acervo. Porém, como já foi descrito anteriormente a organização está começando a organizar o acervo, tanto na parte estrutural quando na equipe.

Esses acervos são disponibilizados? Para quem? Como?

No momento, no processo de organização é disponibilizado aos estudantes indígenas, comprometidos com a causa indígena e pessoas que solicitam formalmente o uso dos materiais, com fim de pesquisa. Porém, a perspectiva é que o espaço seja uma referência dos patrimônios indígenas de Roraima, onde a sociedade tenha acesso ao acervo e conheça a riqueza cultural e o processo de conquista dos povos indígenas.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para manter seus acervos?

Atualmente estamos em fase de experiência, mas é a falta de estrutura e equipamentos que dificulta o trabalho.

Escreva aqui outras informações que queira dar sobre os acervos.

Para nós esse acervo é uma riqueza para todas as gerações de qualquer sociedade.

Nome da pessoa que preencheu esse questionário:
Edinho Batista de Souza

E-mail dos contatos: edinhomacuxi@hotmail.com
Mayra Celina da Silva Pereira
e-mail: mayrawapi@yahoo.com.br



MARANHÃO

Centro de Ensino e Pesquisa Pënxwyi Hëmpejxà



Informações sobre a instituição

Nome da instituição: Centro de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hempejxà.

Local de funcionamento:
Rua: BR 010 - km 18
Cidade: Carolina
CEP: 65980-000 **Correspondências:** Caixa Postal nº 30
Estado: Maranhão

Nome das pessoas responsáveis: Maria Elisa Martins Ladeira (CTI) e Jonas Polino Sansão (Associação Wyty Cate)

Telefone de contato: (61) 81386109 (CTI) e (99) 82171514 (Wyty Cate)

Histórico da instituição

Quando foi criada? Indicar o ano.

No ano de 1997, tendo recebido o apoio inicial da RFN para a aquisição do terreno e início da construção, e na sequência da Wild Ganzen e Embaixada do Canadá para infraestrutura, aquisição de mobiliário, equipamentos e ampliação do espaço construído. A partir de 2003 o Pënxwyj passa a ser sustentável, garantindo a sua manutenção (e pagamento de caseiro), ainda que com deficiências e de forma precária, com recursos de aluguel do seu espaço.

Por quem? Quais foram as pessoas ou organizações que se envolveram na sua criação?

O Penxwyj foi criado pelo Centro de Trabalho Indigenista e pela Associação Wyty Cate dos Povos Timbira do Tocantins e Maranhão.

Para que foi criada? Com qual finalidade?

Localizado no Município de Carolina, Sul do Maranhão, em território historicamente ocupado por povos Timbira, o Pënxwyj está no coração do Cerrado Brasileiro, equidistante as 06 Terras Indígenas Timbira assessoradas pelo CTI e representadas pela Associação Wyty Cate. A região da cidade de Carolina e do Centro Timbira faz parte da história de vida destes povos, são locais de referência, por onde andavam, construíam suas aldeias e mantinham suas relações. O Centro foi criado como ponto de central para reunião e para sediar grandes encontros e intercâmbios entre os 06 povos Timbira Krahô (TO), Apinajé (TO), Krikati (MA), Gavião-Pykobjê (MA), Apãniekra (MA) e Ramkokamekra (MA) e para que tivessem um lugar para a realização de cursos e oficinas de formação. Ele foi pensado para ser um marcador da unidade sociocultural e linguística destes povos, como um ponto de convergência e de disseminação das estratégias culturais atualizadas cotidianamente pelos Timbira. A formação do acervo está inserida assim neste contexto mais amplo de fortalecimento da autonomia política destes povos.

Inicialmente sediou os 11 cursos de formação complementar de professores Timbira, posteriormente foi sede do segundo ciclo do ensino fundamental que formou os primeiros 50 jovens Timbira, além dos cursos dos Mentwajê Cultural e Ambiental. Sediou ainda o I encontro de Cantadores Timbira, as reuniões e oficinas pedagógicas e de discussão da uniformização da grafia Timbira da Comissão de Professores Timbira e as reuniões e Assembleias Gerais da Wyty Catê.

Quem se responsabiliza por ela hoje?

Centro de Trabalho Indigenista e a Associação Wyty Catê dos Povos Timbira do Tocantins e Maranhão.

O que é a instituição? Descreva se é um centro de formação, de documentação, de cultura ou museu.

Pënxwyj Hëmpejxà é local de formação e acesso a conhecimentos. Para além de um local de aprendizagem e pesquisa é um espaço consolidado de intercâmbio cultural e político entre os Timbira. Abriga o Acervo Cultural Timbira que é constituído de um rico acervo de fotos, músicas, vídeos e documentos escritos sobre os povos Timbira. É uma ferramenta de conhecimento para os pesquisadores indígenas e não-indígenas que frequentam o espaço. Atualmente, o Acervo Cultural Timbira conta com mais de 10.000 fotos, 600 horas de gravações, além de materiais textuais produzidos pelos povos Timbira e pesquisadores que investigaram e realizaram trabalhos que dizem respeito a vida destes povos. Ele pode ser pensado como Centro de formação, pesquisa, documentação e cultura. Não se enquadra no conceito clássico de Museu, a não ser que este seja pensado como um espaço de produção de cultura.

O Acervo Timbira é resultado de vários anos de trabalho do CTI, que vem apoiando o intercâmbio entre jovens e adultos dos diferentes povos Timbira, seja através de visitas de professores indígenas, como através de intercâmbios de músicos ("cantadores"), alimentando deste modo o seu acervo fotográfico e fonográfico da cultura Timbira.

O Centro de Pesquisa Pênxwyj Hêmpejxà é o primeiro Ponto de Cultura Indígena do País, reconhecido pelo Ministério da Cultura em 2006. O Centro de Trabalho Indigenista está procurando parcerias para que este local possa ser também uma referência para não indígenas, pesquisadores e demais interessados, das Universidades do País, da cidade de Carolina e das regiões próximas às Terras Indígenas Timbira.

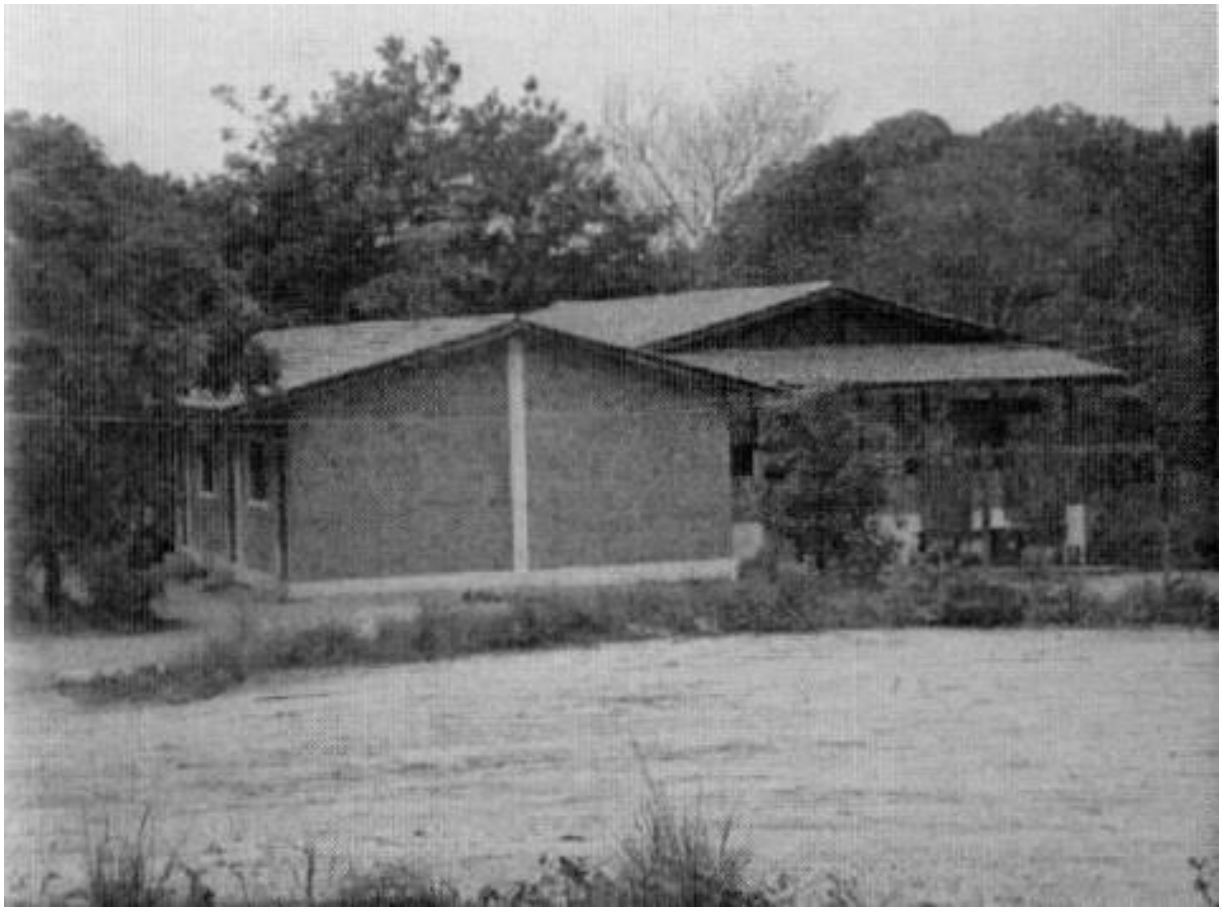
Que atividades a instituição realiza?

O Centro Timbira Pênxwyj Hêmpajxà funciona dependendo das demandas dos próprios Timbira, da Associação Wyty Catê e de atividades propostas pelo Programa de Educação e Referência Cultural do CTI.

O Pënxwyj, de 2011 até 2013 e com o apoio do CTI/Wyty Catê, realizou:

- a pesquisa sobre "as corridas de Toras, patrimônio cultural Timbira" com apoio do IPHAN e que resultou na publicação com o hiperlink a seguir (http://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/BOOK_CTI_FINAl.pdf) e com a realização de monitoramento dos levantamentos feitos pelos jovens em suas aldeias e de duas oficinas na sede do Centro Timbira Pênxwyj Hêmpajxà;
- a pesquisa sobre "as nossas pinturas corporais", que resultou na elaboração de material didático (em diagramação) para uso nas 52 escolas das aldeias com a realização de monitoramento da pesquisa realizada pelos professores nas aldeias e de duas oficinas na sede do Centro Timbira Pënxwyj Hëmpajxà.
- a pesquisa sobre "as histórias de sempre" que resultou na elaboração de 05 materiais da série oralidade, cuja proposta é compactuar a familiaridade e o manuseio de livros como suporte para o saber tradicional; a percepção de que existem outras linguagens para transmitir informações e conhecimentos e, principalmente o reforço do uso da língua indígena falada e do modo próprio do contar uma história, que não pode ser reproduzido na escrita. O primeiro, já impresso, com recursos do CAPEMA; os outros 04 estão em fase final de diagramação e contaram com recursos do FNDE. Há a necessidade de recursos para impressão;
- a pesquisa e edição que deve resultar na montagem da exposição "O Paiz Timbira" agora em novembro de 2013 em Carolina (MA) com patrocínio do Banco Nordeste e a realização de

palestras pelos jovens pesquisadores Timbira nas escolas de Carolina que se cadastrarem no programa;
- a implementação do acervo sonoro com o programa de intercâmbio de gravações realizadas nas aldeias pelos próprios Timbira. No início do programa Acervo musical Timbira foram doados pelo CTI mais de 40 gravadores para alguns dos principais cantadores. Para cada gravação trazida para ser copiada ao Acervo o coletor levava mais duas fitas cassetes gravadas com cantos de outros cantadores;
- a pesquisa sobre a produção iconográfica e sonora sobre os Timbira existentes nos principais museus do país para constar do Acervo Timbira e estar disponível para todos os Timbira, que resultou na publicação "Nossas coisas e saberes Timbira: na produção das vida e nos museus" com o apoio da Petrobrás (http://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/Timbira%20PDF final.pdf);
- a disponibilização de seu espaço para a realização de encontros, reuniões e assembleias da Associação Wyty-Cate que acaba por se tornarem momentos de disseminação para as aldeias dos materiais gravados no acervo;
- a disponibilização de seu Acervo está descrita na pergunta mais abaixo: "*É feito algum uso deste acervo? Que tipo de uso? Quem usa? Descrever se o acervo é somente guardado na instituição ou se ele é utilizado, e para que e por quem é utilizado.*"



Ela tem figura jurídica? Está registrada? Tem CNPJ próprio? Conta bancária?

Não.

Que recursos / projetos a instituição possui para garantir o seu funcionamento?

Atualmente para manter seu funcionamento e vida o Centro depende de recursos, advindos do aluguel do seu espaço, que são administrados pelo CTI para garantia de sua manutenção. Todo evento, mesmo aquele realizado pelo CTI ou Wyty Cate paga uma taxa de hospedagem.

Que equipamentos (computadores, impressoras, etc) a instituição possui?

Possui 5 computadores, 2 impressoras, 1 ar condicionado, 1 computador com o servidor, 2 projetores, 1 No-break, 3 estabilizadores, 1 Wireles, 1 DVD Recorder, 1 Gravador K7, 1 Telefone Rural, 1 maquina filmadora, 2 gravadores de voz e 2 máquinas fotográficas.

O Pënxwyj é composto fisicamente por uma sala para acessar o acervo e a biblioteca, onde ficam os computadores; uma sala pequena onde fica o servidor e o acervo sonoro (fitas cacetes, etc); uma sala depósito onde guarda materiais didáticos e os livros produzidos para serem distribuídos nas aldeias; uma sala aberta para pequenas reuniões e exibição de filmes; uma sala grande onde são realizadas as reuniões/atividades/oficinas; 04 dormitórios, onde cabem aproximadamente 70 pessoas; um anexo aberto para pendurar redes que serve como dormitório que abriga 40 redes; além de cozinha, um refeitório e banheiros. Fica na beira de um córrego cristalino chamado Urupuxete, a 17 Km de Carolina.

A instituição conta com parceria de alguma organização ou órgão de governo para o seu funcionamento? De quem?

Não.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para se manter funcionando?

Falta de recursos financeiros: - para um apoio contínuo e sistemático e para garantir a presença de uma coordenadora local; - para garantir um programa de apoio aos pesquisadores indígenas*; - um programa de manutenção e conservação do acervo; - um programa que garanta uma melhor visibilidade e acessibilidade do acervo (não temos internet).*No momento o Pënxwyj garante um auxílio mensal para uma jovem Krahô, que cursa História na Universidade Federal do Tocantins e que está sendo preparada para mais tarde vir a assumir o Pënxwyj. Este programa de "bolsa", mesmo para os que não estão vinculados as Universidades poderia ser um ponto importante para o desenvolvimento da instituição e seu reconhecimento ainda maior pelas instâncias governamentais.

<u>Caracterização do acervo da instituição:</u>

Que acervos a instituição possui? Descreva detalhadamente quais materiais a instituição guarda (documentos escritos, fotos, vídeos, gravações, objetos). Quem os produziu e quando? Especifique os suportes destes materiais (papel, fitas k-&, VHS, outros).

O Centro Timbira reúne mais de 800 horas de gravação e 20.000 fotogramas que estão sendo digitalizados, organizados e classificados junto aos jovens Timbira, através do aprimoramento de técnicas de documentação. Além dos materiais audiovisuais que alimentam e movimentam quotidianamente o acervo, o Centro reúne vários artigos e teses sobre os Timbira e uma mapoteca.

Acervo fotográfico é composto por: Pelo arquivo do CTI composto por registros feitos pelos assessores e pesquisadores do CTI e pesquisadores indígenas em situações rituais e cotidianas nas aldeias e durante os encontros no Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxwyj Hëpejxà;

1. Por doações de coleções fotográficas particulares de pesquisadores;
2. Por imagens fotográficas adquiridas em museus que possuem coleções sobre os Timbira;

3. Pelo registro fotográfico de parte de artefatos Timbira constantes nos acervos etnográficos de museus. O objetivo do registro, realizado em 2009 e 2010, foi mapear os acervos e aproximar os pesquisadores Timbira das coleções que lhes dizem respeito e se encontram dispersas em diversos museus do Brasil. Foi registrada também a coleção etnográfica particular de Maria Elisa Ladeira.

Coletores: pesquisadores e colabaradores do CTI: Andrea Bavaresco, Augusto Nascimento, Daniela Leme da Fonseca, Demian Nery, Diogo Azanha, Fabrício Ferreira Fernandes, Gilberto Azanha, João Morita, Helena Ladeira, Jaime Siqueira, João Paulo Morita, Júlia Tigel, Julia Trujillo Miras, Juliana Noleto, Ligia Raquel Soares, Kilza Setti, Maria Elisa Ladeira, Neuza Vieira, Priscila Chianca, Renata Amaral, Thiago Ávila.

Pesquisadores Timbira: Wesley Gavião, Boaventura Gavião, Olímpio Canela, Eduardo Crut Krahô, Cloves Intép Krahô, Alexandre Apinajé, Sidney Krahô, Paulinho Krahô, Itamar Krahô, Klnkln Krahô, Tião Tejapôk Krahô, Márcia Krahô, Jaylton Krikati, Paulo Thugran Apãniekra, Simão Kàjcàr Krahô, Adriano Gavião, Manoel Sãnsão Gavião, Severino Gavião, Reginaldo Canela, Jonas Polino Gavião.

Esses acervos estão organizados? Estão identificados? Como esses acervos são classificados? De que forma? É utilizado algum programa de computador? Existem listagem desse acervo?

O Pënxwyj contou com o auxilio da etnomusicóloga Kilza Setti para padronizar a classificação deste acervo.

Este acervo está parcialmente organizado, existe uma classificação inicial do acervo sonoro catalogado por povo e identificador (música=m; narrativa=n; conversa=c; ou reunião=r). exemplo AKm significa que é uma gravação dos Apanekra (AK) e música (m).

O acervo fotográfico esta identificado por povo e agrupado em categorias gerais como rituais, pinturas corporais, atividades cotidianas. Todo material, fotos e sonoro, estão identificados em sua grande maioria nas seguintes categorias: povo, aldeia, data, descrição e coletor.

Existe sim uma listagem, o acervo esta disponível no computador, mas como não temos internet ele não está em um banco de dados onde possa ser acessado a distancia.

É feito algum uso deste acervo? Que tipo de uso? Quem usa? Descrever se o acervo é somente guardado na instituição ou se ele é utilizado, e para que e por quem é utilizado.

Sim, o acervo é usado principalmente por pesquisadores indígenas e há:

- a disponibilização de seu acervo para pesquisadores não indígenas em geral, desde que agendado com antecedência com o CTI. No ano de 2012 recebemos a visita de Lígia Raquel Soares (UFAM), Augusto Alves do Nascimento (UFSCAR), Julia Miras (UNS) Julia Franceschini (Museu Nacional/UFRJ);
- a disponibilização de seu acervo para os servidores locais da FUNAI e do ICMBIO, sediados em Carolina;
- a disponibilização de seu acervo e espaço para visitas das escolas públicas de Carolina; - a disponibilização de seu acervo, aí principalmente o bibliográfico, para os 24 pesquisadores Timbira, que são considerados como pesquisadores do Centro Timbira Pënxwyj Hëmpejxà e que estão cursando as Licenciaturas Interculturais;
- a disponibilização de seu acervo, aí principalmente o bibliográfico, para os professores Timbira para que levem material para as suas escolas;
- a disponibilização de seu acervo para os centros locais de cultura, nas próprias aldeias, especificamente para o Centro Cultural Ramkokamekra, para o Centro que está sendo iniciado junto aos Apinajé pela Associação Pempxà, para a Escola de Cultura Caxêtkwyj (Krahõ) e para o Centro de cultura Gavião da aldeia Riachinho.

O acervo fica disponível? Quem tem acesso a ele?

O acervo fica disponível durante as atividades realizadas no Centro. E, nesse caso todos os índios e demais pesquisadores acessam e alimentam este acervo. O correto seria que tivéssemos uma pessoa que ficasse permanentemente no Pënxwyj para receber visitantes. Entretanto não temos recursos para tal. O acervo também fica disponível para pesquisadores que agendando com antecedência com o CTI podem pesquisar no Pënxwyj. (vide resposta da pergunta anterior)

Qual o estado de conservação do acervo? Descreva se os materiais estão em bom estado de conservação e preservação, se estão danificados, se há fungos visíveis, etc.

Temos problemas com a conservação e preservação deste acervo. Há dois anos contamos com uma assessoria pontual da técnica especializada em conservação e restauro Mariana Vanzolini do LISA - Laboratório de Imagem e Som em Antropologia, ligado ao Departamento da FFLCH/USP, que nos repassou alguns procedimentos básicos. Entretanto não temos tido condições de agilizar/providenciar uma infraestrutura melhor. Esta é uma das maiores fragilidades do acervo.

Quem gerencia esse acervo? Quais sãos as pessoas que cuidam do acervo? Que tipo de trabalho elas realizam com ele?

Não há uma gerência específica deste acervo em moldes tradicionais. Até maio de 2013 havia uma antropóloga do CTI que era responsável pela execução do projeto Cultura Viva Timbira e por consequência da organização de seu acervo. No momento não temos ninguém.

Esses acervos são disponibilizados? Para quem? Como?

Veja pergunta: **O acervo fica disponível? Quem tem acesso a ele?**

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para manter seus acervos?

Falta de recursos financeiros e assessoria técnica para a conservação e manutenção do acervo e para se fazer um banco de dados que garanta o acesso a este acervo a distancia.

Escreva aqui outras informações que queira dar sobre os acervos.

O Centro é alimentado o tempo todo por pesquisadores, jovens e mulheres indígenas que levam cópias para suas aldeias e quando participam de atividades no Centro trazem novas cópias, com isso o Centro já está de fato incorporado na "cultura" dos índios.

Nome das pessoas que preencheram esse questionário: Helena Ladeira

Com assessoria de Maria Elisa Ladeira, Jonas Polino Sansão e Eliza Castilla.

E-mail de contato: helena@trabalhoindigenista.org.br



MATO GROSSO

Centro de cultura MAWO

Informações sobre a instituição

Nome da instituição: Centro de cultura Mawo

Local de funcionamento:
Avenida: Mato Grosso n. 627
Bairro: Centro
Cidade: Canarana
Estado: Mato Grosso
CEP: 78640-000

Se na aldeia, indicar nome da aldeia e terra indígena
Nome da aldeia: Aldeia Moygu - Povo Ikpeng

Terra Indígena: Xingu

Estado: Mato Grosso

Nome da pessoa responsável: Kamatxi Ikpeng

Telefone de contato: (66) 9694 8398

Histórico da instituição

Quando foi criada? Indicar o ano.
2008

Por quem? Quais foram as pessoas ou organizações que se envolveram na sua criação?
Pela comunidade Ikpeng, com apoio das lideranças tradicionais que inclui o cacique Melobô Ikpeng. Teve também o apoio de outras organizações parceiras como o Projeto Video nas Aldeias (Vicent Carelli) e também o Instituto Catitu (Mari Corrêa) e da comunidade o cineasta indígena Kumaré Ikpeng. Teve também apoio financeiro do PDPI e Petrobrás.

Para que foi criada? Com qual finalidade?
Foi criada para guardar os bens materiais, as historias do povo Ikpeng desde a época do contato até hoje.

Quem se responsabiliza por ela hoje?
Hoje temos equipe de 3 pessoas que trabalham na Casa de Cultura Mawo, Oremê Ikpeng, Papru Ikpeng e Tapanpo Ikpeng - responsáveis por inserir informações no banco de dados e Kamatxi Ikpeng, sou o coordenador da Casa. Temos o apoio da associação AIMC.

O que é a instituição? Descreva se é um centro de formação, de documentação, de cultura ou museu.
Centro de formação de documentação de cultura.

Que atividades a instituição realiza?

Formação de arquivistas e cineastas indígena.

Ela tem figura jurídica? Está registrada? Tem CNPJ próprio? Conta bancária?

Usa CNPJ e conta do AIMCI/associação moygu comunidade Ikpeng.

Que recursos / projetos a instituição possui para garantir o seu funcionamento?

Possui recurso da petrobras e PDPI.

Que equipamentos (computadores, impressoras, etc) a instituição possui?

Possui computadores,impressora câmera de video.

A instituição conta com parceria de alguma organização ou órgão de governo para o seu funcionamento? De quem?

Tem como parceiro o instituto catitu/aldeia em cena

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para se manter funcionando

Principal dificuldade hoje que ela enfrenta é de energia e manutenção de equipamentos

<u>Caracterização do acervo da instituição</u>

Que acervos a instituição possui? Descreva detalhadamente quais materiais a instituição guarda (documentos escritos, fotos, vídeos, gravações, objetos). Quem os produziu e quando? Especifique os suportes destes materiais (papel, fitas k-&, VHS, outros).

A instituição possui, fotos, videos,gravações, fitas miniDV e outros.

Esses acervos estão organizados? Estão identificados?

Esta no prosseso de identificação.

Como esses acervos são classificados? De que forma? É utilizado algum programa de computador? Existem listagem desse acervo?

São classificadas de acordo da desizões da comunidade e usamos um progama de computador chamado Resourcespece.

É feito algum uso deste acervo? Que tipo de uso? Quem usa? Descrever se o acervo é somente guardado na instituição ou se ele é utilizado, e para que e por quem é utilizado.

É usada como fonte de pesquisa para os alunus da comunidade e assim como futuras geraçõe possa de asseso essas informações.

O acervo fica disponível? Quem tem acesso a ele?

O acervo tem seu limite de disponibilidade de seu conteudo porque tem os conteúdos que só os ikpeng pode assesar.

Qual o estado de conservação do acervo? Descreva se os materiais estão em bom estado de conservação e preservação, se estão danificados, se há fungos visíveis, etc.

Todo o aservos estão em bom estado de conservação e não há fungos visíveis.

Quem gerencia esse acervo? Quais são as pessoas que cuidam do acervo? Que tipo de trabalho elas realizam com ele?

Resposaveis: Oreme Ikpeng,papru Ikpeng,Tapanpo Ikpeng fazem trabalha de indecsa os arqiuvos e cuidar dos aservos.

Esses acervos são disponibilizados? Para quem? Como?

São disponiveis para os alunus,pesquisadores indigenas e não indigenas.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para manter seus acervos?

A dificuldade é não ter estrutura adecuada, falta de alguns equipqmentos.

Escreva aqui outras informações que queira dar sobre os acervos.

O Projeto ganhou premio da Petrobrás.

Nome das pessoas que preencheram esse questionário:

Kamatxi Ikpeng

E-mail de cantato:

kamatxiikpeng@gamil.com

MATO GROSSO

Associação Indígena Kisedje

Informações sobre a Instituição

Nome da instituição: Associação Indígena Kisedje

Local de funcionamento:
Rua Frederico Westphalen, n. 304
Bairro: Nova Canarana
Cidade: Canarana
Estado: MT
CEP: 78640000

Se na aldeia, indicar nome da aldeia e terra indígena
Nome da aldeia: Ngôjwerê

Terra Indígena: Terra Indígena Wawi

Estado: Mato Grosso

Nome da pessoa responsável: Yaiku Suyá

Telefone de contato: (66) 9682-1027

Histórico da instituição:

Quando foi criada? Indicar o ano.
Foi criado no dia 18 de abril de 2005.

Por quem? Quais foram as pessoas ou organizações que se envolveram na sua criação?
Instituto Socioambiental e a comunidade

Para que foi criada? Com qual finalidade?
Resgate cultural, representação da comunidade indígena Kisedje, pesquisa de suas histórias e língua.

Quem se responsabiliza por ela hoje?
Yaiku Suyá, ele é o presente da instituição hoje.

O que é a instituição? Descreva se é um centro de formação, de documentação, de cultura ou museu.
Ela é um centro de formação e documentação de cultura e histórias.

Que atividades a instituição realiza?
PDPI, corrida de tóra Kisedje, Fundo Amazonas, recuperação das nascentes do rio, FLD, recuperação de área degradada, Fundo Soja, plantiu de pequi.

Ela tem figura jurídica? Está registrada? Tem CNPJ próprio? Conta bancária?
Sim, ela tem figura jurídica, registrado no cartório. Tem seu próprio CNPJ e conta bancária.

Que recursos / projetos a instituição possui para garantir o seu funcionamento?
Dinheiro e os materiais.

Que equipamentos (computadores, impressoras, etc) a instituição possui?

Computadores, impressoras, mesa, armários, cofres etc.

A instituição conta com parceria de alguma organização ou órgão de governo para o seu funcionamento? De quem?

ISA (Instituto Socioambiental) Não Governamental

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para se manter funcionando?

Recursos financeiras e gestão de financeiras.

<u>Caracterização do acervo da instituição:</u>

Que acervos a instituição possui? Descreva detalhadamente quais materiais a instituição guarda (documentos escritos, fotos, vídeos, gravações, objetos). Quem os produziu e quando? Especifique os suportes destes materiais (papel, fitas k-&, VHS, outros).

São: fotos, vídeos, gravações de CDs, fita mini DV e gravação de áudio e papel..

Esses acervos estão organizados? Estão identificados?

Ela está apenas identificados.

Como esses acervos são classificados? De que forma? É utilizado algum programa de computador? Existem listagem desse acervo?

Existe listagem de cada coisas com programa PDF Creator.

É feito algum uso deste acervo? Que tipo de uso? Quem usa? Descrever se o acervo é somente guardado na instituição ou se ele é utilizado, e para que e por quem é utilizado.

Ele é usado por alunos da aldeia para saber mais sobre as culturas e cantos e para um livro didático para as escolas.

O acervo fica disponível? Quem tem acesso a ele?

Ela não é disponivel para o puplicamente, ele tem acesso do somente para os Kisedje.

Qual o estado de conservação do acervo? Descreva se os materiais estão em bom estado de conservação e preservação, se estão danificados, se há fungos visíveis, etc.

Estão de boa conservação em forma de qualidade. E por em quanto os materiais estão boas, mas não tempos espaço suficiente para os materiais.

Quem gerencia esse acervo? Quais sãos as pessoas que cuidam do acervo? Que tipo de trabalho elas realizam com ele?

Própria produção AIK , ela faz a limpeza e deixa no lugares.

Esses acervos são disponibilizados? Para quem? Como?

Ela é disponibilizado somente para comunidade e os alunos kisedjes. Primeiro tem que pedir autorização da comunidade os cantores e hitoriadores.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para manter seus acervos?

São: computadores, impressoras, armarios, espaços e pesoas formadas pra cuidar deste instituição e pessoas trinado e capacitados que já sabem cuidar disso.

Escreva aqui outras informações que queira dar sobre os acervos.

Solicitamos que estão em busca de uma financeira para nos ajudar na melhoria de nosso acervo culturais aqui na aldeia.

Nome das pessoas que preencheram esse questionário:
Yaiku Suyá, Kawiri Suyá e Yyaconhokratxi Suyá.

E-mail de contato:
tepwy@hotmail.com

MATO GROSSO

Centro de Cultura Kuikuro

MATO GROSSO

Nome da instituição: Centro de Cultura Kuikuro Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu (AIKAX)

Local de funcionamento
Se na aldeia, indicar nome da aldeia e terra indígena
Nome da aldeia: Aldeia Ipatse (Kuikuro)

Terra Indígena: Parque Indígena do Xingu_MT

Nome da pessoa responsável: Sepé Ragati Kuikuro

Telefone de contato: (66) 3478-1948

Histórico da Instituição

Quando foi criada? Indicar o ano.
2002

Por quem? Quais foram as pessoas ou organizações que se envolveram na sua criação?
Foi organizado pelo comunidade do povo Kuikuro

Para que foi criada? Com qual finalidade?
Foi criado com finalidade de documentar todos os conhecimentos tradicionais do nosso povo como cantos, narrativas etc.

Quem se responsabiliza por ela hoje?
Presidente executivo e todo membros da associação e da comundidade.

O que é a instituição? Descreva se é um centro de formação, de documentação, de cultura ou museu.
A instituição é um centro de documentação, de cultura e um pouco de museu.

Que atividades a instituição realiza?
Realiza as gravações de audiovisual dos cantos kuikuro e digitalizações dos materiais gravados.

Ela tem figura jurídica? Está registrada? Tem CNPJ próprio? Conta bancária?
Sim.

Que recursos / projetos a instituição possui para garantir o seu funcionamento?
Em 2004 primeiro projeto foi aprovado pelo Projeto Demostrativo do Povo Indígena - PDPI. Com esse recurso começamos realizar vários trabalhos gravações, as oficinas de capacitação de cinco cinegrafistas Kuikuro.

Que equipamentos (computadores, impressoras, etc) a instituição possui?
Tem dois máquinas filmadoras, um notbook Mec pro, um máquina fotográfica digital, um tripé, um data show é mais...

A instituição conta com parceria de alguma organização ou órgão de governo para o seu funcionamento? De quem?

Não tem.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para se manter funcionando?

Falta de novos projetos.

<u>Caracterização do acervo da instituição:</u>

Que acervos a instituição possui? Descreva detalhadamente quais materiais a instituição guarda (documentos escritos, fotos, vídeos, gravações, objetos). Quem os produziu e quando? Especifique os suportes destes materiais (papel, fitas k-&, VHS, outros).

AIKAX tem assinado um acordo com Museu do índio-RJ para ceder o espaço digital com objetivo de guardar os materiais gravados originais.

Esses acervos estão organizados? Estão identificados? Como esses acervos são classificados? De que forma? É utilizado algum programa de computador? Existem listagem desse acervo?

Alguns arquivos estão organizados pelo Carlos Fausto, pela Bruna Franchetto.

É feito algum uso deste acervo? Que tipo de uso? Quem usa? Descrever se o acervo é somente guardado na instituição ou se ele é utilizado, e para que e por quem é utilizado.

Todos os arquivos gravados estão sendo usado pela própria comunidade Kuikuro, principalmente os canto gravados. As pessoas interessadas estão usando para continuar transmissão de contos e as narrativas.

O acervo fica disponível? Quem tem acesso a ele?

Entramos em acordo de que alguns gravados sejam restritos, que possa abrir com autorização do dono e associação. Outros considerados como um pouco de importância seria aberto para todos os Kuikuro.

Qual o estado de conservação do acervo? Descreva se os materiais estão em bom estado de conservação e preservação, se estão danificados, se há fungos visíveis, etc.

Todos estão sob cuidado pelo nosso assessor Carlos Fausto. Originais ficam no Rio de Janeiro e outras copias estão guardados na aldeia, no Centro de Documentação.

Quem gerencia esse acervo? Quais sãos as pessoas que cuidam do acervo? Que tipo de trabalho elas realizam com ele?

Presidente e toda diretoria da Associação fazem controle de uso dos materiais.

Esses acervos são disponibilizados? Para quem? Como?

Como eu disse acima que temos materiais de uso restritos aos todos, mas sim, pode ser usado com autorização do dono do conhecimento e outros menos importantes estão abertos para todos os Kuikuro.

Que dificuldades a instituição enfrenta hoje para manter seus acervos?

Precisamos de espaço adequado para levar todas as copias materiais gravadas a nossa aldeia.

Nome da pessoa que preencheram esse questionário: Yamalui T.K. Mehinaku

E-mail de contato: yamaluimehinaku@gmail.com